

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**OS VERSOS E REVERSOS DO PROGRESSO: imagens do Maranhão Novo &
Nova Iorque nas águas da Boa Esperança.**

RECIFE

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Helen Lopes de Sousa

**OS VERSOS E REVERSOS DO PROGRESSO: imagens do Maranhão Novo &
Nova Iorque nas águas da Boa Esperança.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de mestre em História do Brasil sob orientação do Prof^o Dr. Antonio Torres Montenegro.

RECIFE

2009

Sousa, Helen Lopes de

Os versos e reversos do progresso: imagens do Maranhão Novo & Nova Iorque nas águas da Boa Esperança/ Helen Lopes de Sousa. – Recife: O autor, 2009.

281 folhas; Il., fotos., mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia.

1. História. 2. Historiografia. 3. Maranhão. 4. Memória. 5. Modernização. 6. Desenvolvimento econômico. I. Título.

981.34

CDU (2.ED.)

UFPE

981

CDD (22. ED.)

BCFCH 2009/96

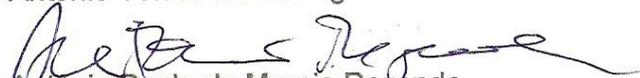


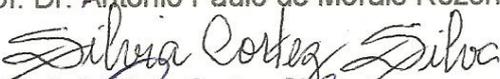
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO HELEN LOPES DE SOUZA.

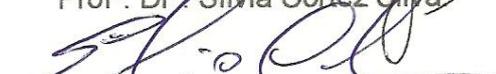
Às 15:00h do dia 18 (dezoito) de junho de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Helen Lopes de Souza** intitulada “**Os Versos e Reversos do Progresso: imagens do Maranhão Novo & Nova Iorque nas águas da Boa Esperança**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (Orientador), Antônio Paulo de Moraes Rezende, Sílvia Cortez Silva e Élio Chaves Flores. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da Resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Coordenadora, Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

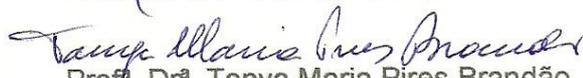
Recife, 18 de junho de 2009.


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.


Profª. Drª Sílvia Cortez Silva


Prof. Dr. Élio Chaves Flores.


Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão.


Sandra Regina Albuquerque.

Este trabalho é dedicado aos meus pais: Maria Creusa e Raimundo José. Sem eles nada disso seria possível. Sou eternamente grato pelos incentivos, sobretudo pela vida.

AGRADECIMENTOS

Por mais que a tarefa de escrever um trabalho seja um processo solitário, recluso, angustiante e esquizofrênico, nunca estamos sozinhos. Muitos são os personagens que nos atravessam e se fazem presente nesta empreitada silenciosa. Gostaria de iniciar agradecendo aos protagonistas principais dessa narrativa: os moradores de Nova Iorque. Sem eles, nada disso seria possível, sobretudo os que pacientemente deixaram seus afazeres para nos atender, concedendo-nos longas entrevistas, descrevendo suas vidas, revelando-nos os cenários de dor, luta e superação. Embarcando em suas histórias rompemos a barreira do tempo e do espaço, experimentamos sensações expressas pelas forças das palavras. Sou muito grato à Seu Pedro, Seu Chico Leite, Seu Leão, Seu Chico Cerola, Seu Marcondes, Seu Benedito Noletto... À Dona Jesus Neiva, Dona Deusa, Dona Mariquinha, Dona Francisquinha, Dona Teresa, Dona Maria do Carmo, Dona Maria Alice. Homens e mulheres que cotidianamente tecem os bordados da memória... Se esforçando para compor os quadros do passado que se esvaiu das vistas, mas que estão impregnados nas lembranças... Fios de vidas que se enlaçam com outras vidas perdidas.

Ao Professor Dr. Antonio Torres Montenegro por sua paciente e criteriosa orientação... Por suas valiosas observações que muito contribuíram para a composição desta escrita... Pelo respeito das nossas similitudes e idiossincrasias;

Aos professores do Programa de Pós-graduação do Mestrado em História da UFPE, pelo o ano de troca de experiência e aprendizado: Marc, Virgínia, Regina, Antônio Paulo;

Meus agradecimentos especiais à Professora Dr^a Silvia Cortez que carinhosamente nos recebeu em sua casa oferecendo-nos saborosas e inesquecíveis manhãs... Mas, sobretudo, por nos proporcionar infinitas e prazerosas viagens literárias pelo mundo africano... Sou grato por tudo, principalmente pelo carinho e respeito com que sempre nos tratou... Pela lição de vida de uma rica experiência;

À Cleides Antônio pela leitura atenta dos originais... Por suas enriquecedoras sugestões e críticas... Pelo carinho e paciência nos momentos mais angustiantes... Por acreditar e incentivar este projeto de vida;

Aos colegas de turma, especialmente Chyara, Felipe, Francisca, Veridiano, Virgínia, Leila, Solange, Elaine, Gilmária que juntos vivemos momentos de intensos debates, mas, também, pelas horas de alegrias e distrações... Sem vocês certamente seria mais difícil suportar o viver em terras estranhas;

À Grazi, sou imensamente grato pelo carinho e acolhimentos nos momentos finais dessa caminhada... Pela cumplicidade das angustias compartilhadas durante todo processo de construção das nossas dissertações;

Carlos Magno que juntos dividimos e compartilhamos os duros momentos de solidão e “enclausuramento” quase voluntário... Pelos inebriantes e viajantes instantes de (des)contração embolados e embalados na cadência dos melosos acordes de Bob Marley, ouvidos nos becos labirínticos do Bar do Reggae entre ratos e baratas... Ponto de encontro e desencontro de “almas sebosas” e “penadas”;

Milena, Iris, Patrícia, Valéria: inseparáveis amigas, que mesmo distantes sempre enviavam palavras de apoio, incentivo, carinho e conforto;

Meus irmãos: Dé, Branco e Raquel que mesmo distantes uns dos outros sempre nutrimos nossos laços com muito carinho e respeito... Aprendemos que está longe nos tornam mais próximos;

Aos meus sobrinhos: Júnior, Carolina, Cauã, Paloma e Luan expresso meu afeto e carinho;

Minha avó Nilza pelos agradáveis momentos em que nos contava/conta suas travessuras... Pelo seu contagiante espírito aventureiro mostrando-nos a alegria de viver. Por se tratar de um trabalho sobre memória, este é inteiramente dedicado à minha avó que dois meses após a defesa do mesmo nos deixou;

Não poderia deixar de registrar o carinho e apoio das sete mulheres tão marcantes em minha vida, pois “a gente só quer se feliz”... Amigas admiradas e admiráveis: Abmalena, Isanda, Cirana, Andréa, Cláudia, Silvia, Ana Joana... Sou grato por nossa maioria (afinal são dezoitos anos) de uma convivência de inesquecíveis momentos... Das viagens e viagens para sempre guardada nos confins da memória;

Aos amigos professores Flávio Reis e Flávio Soares, agradeço aos anos de convivência e amizade, mas também os ensinamentos e aprendizagens... Sou grato aos incentivos, aos pensamentos conscientemente delirantes;

Sumaia, Dani e suas três lindas filhas que gentilmente me acolheram em seu doce lar;

Dona Zezita que não só abriu as portas de sua casa, mas tratou-me como um neto; não poderia esquecer-me de Vanusa e dos longos papos na sacada do Ap;

Alex “Negão”, que apesar dos raros momentos de convivência fora sempre uma agradável pessoa;

Aluísio Medeiro que mesmo em meio à burocracia da Universidade e especificamente da coordenação do mestrado, sempre se mostrou disposto, gentil e educadamente procurava atender as solicitações dos alunos;

A CAPES que sem a ajuda financeira certamente tornaria impossível a realização desse estudo... Apesar dos angustiosos meses de espera e dos dias incertos da bolsa;

Lisa, Tiago e Vanderlei que pacientemente me ajudaram nos momentos finais desta impressão.

Meu agradecimento especial a Taciana, amiga inesquecível. Sou eternamente grato pelas agradáveis lembranças e pelo carinho com que você me acolheu... Por nossas caminhadas pelas ruas do Recife... Por me fazer sentir em casa... Mas, sobretudo, por saber que neste mundo egoísta ainda existem pessoas como você, alegre, atenciosa... Principalmente por ter suportado este “maranhense arengueiro”.

Àqueles que porventura se sentirem esquecidos, peço desculpas pelo precoce mal de Ausaimer.

O Cabralismo. A civilização dos donatários. A Querência e a exportação.../ O Carnaval. O sertão e a favela. Pau-Brasil. Bárbaro e nosso.../ Toda a história da penetração e a história comercial da América. Pau-Brasil.../ Conta a fatalidade do primeiro branco aportado e dominando diplomaticamente as selvas selvagens. Citando Virgílio para tupiniquins. O bacharel.../ País de dores anônimas. De doutores anônimos. Sociedade de naufragos eruditos.../ Século XX. Um estouro de aprendimentos. Os homens que sabiam tudo se deformaram como babéis de borracha. Rebentaram de enciclopedismo.../ A língua sem arcaísmos. Sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. (Oswald de Andrade, Pau-Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Trilhas e atalhos da pesquisa.....12

CAPÍTULO I

O VERSO DO PROGRESSO: A CONSTRUÇÃO DO “MARANHÃO NOVO” E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA IMAGEM DO NOVO LÍDER POLÍTICO24

I.1 “O dia da esperança”: a “posse do Zé...” e a festa do povo.....24

I.2 As alianças com os militares: ascensão política do Zé... Sarney.....36

I.3 “É a poesia no poder”: a construção da identidade regional e do suposto “milagre maranhense” 55

CAPÍTULO II

BOA ESPERANÇA: “A REDENÇÃO DO NORDESTE OCIDENTAL”75

II.1 Imprensa e Boa Esperança: as vozes do progresso..... 75

CAPÍTULO III

O REVERSO DO PROGRESSO: NOVA IORQUE E A CONSTRUÇÃO DA BOA ESPERANÇA.....128

III.1 “Nova Iorque rumo ao 3º milênio”: um projeto moderno do espaço urbano.....128

III.2 “As moças da COHEBE”: encontros e desencontros no processo de mudança.....170

CAPÍTULO IV

VELHA NOVA IORQUE: CIDADE DA MEMÓRIA, ESPAÇO DA SAUDADE.....	209
IV.1 A velha cidade e seu legado histórico.....	209
IV.2 As “formigas de fogo”: imagens dos “revoltosos” em Nova Iorque.....	226
IV.3 Memórias das festas nos clubes nova-iorquinos: espaços de segregação social.....	242
REFERÊNCIAS.....	256

RESUMO

Nesta dissertação tratar-se-á de dois momentos simultâneos da História do Maranhão contemporâneo. No primeiro intenciona-se apreender os códigos simbólicos e os referenciais a partir dos quais os discursos oficiais e da imprensa negociam e representam a construção retórica do “Maranhão Novo”. É neste contexto que a construção da Hidroelétrica da Boa Esperança surge como a pedra de toque que promoverá a transformação sócio-econômica pautada no discurso de reinvenção da identidade regional e nas representações que toma por referência o espaço de consagração e legitimação da imagem de José Sarney, tanto no campo da política quanto da literatura, atrelada ao projeto liberal “salvacionista” de modernização do Estado. No segundo momento, o curso da pesquisa foi direcionado para as narrativas mnemônicas dos moradores de Nova Iorque, no que diz respeito à submersão da mesma e, que neste processo quase sempre se apresentam como reverso do progresso, do desenvolvimentismo a eles prometidos. Os moradores da cidade justapõem sobre os reflexos da nova cidade as imagens-memórias da cidade submersa e criam um mecanismo de sobrevivência do passado perdido das vistas. Por intermédio dos relatos de memórias, o passado é deslocado para o presente num esforço para tornar suas experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados e que servem enquanto reação e resistência às idéias de progresso, desenvolvimento e modernização, esforços de homens e mulheres que se recusam aceitar as marcas do presente perpétuo, da pura, simples, legítima e cruel decadência.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Cidade, Memória

ABSTRACT

This Dissertation intends to simultaneous moments of contemporary Maranhão.History. The first intends to recover the symbolic codes and the reference from which the official speeches and the press negotiate for represent the rhetorical construction of "New Maranhão". And in this context, the construction of the Hydroelectric Boa Esperança appears to promote the socio-economic transformation based on the reinvention of the regional identity discourse and representations by taking the reference area of consecration and legitimation of the José Sarney's personality, both in the field of politics as literature, linked to the liberal project "salvation" to modernize the State. In the second time, the research was directed to the mnemonic narratives of the Nova Iorque's residents, regarding the sinking of it, and almost presented as reverse the progress of developmentalism promised to them. The residents of this city juxtaposed on the effects of the new city *versus* images-memories of the city submerged and create a survival mechanism of the past. Through reports of memory, the past is gone for this in an effort to make your experience intelligible, giving them meaning and serving as a reaction and resistance to ideas of progress, development and modernization, efforts of men and women who refuse accept the marks of this life, the pure, simple, legitimate and cruel decadence.

Keywords: Development, City, Memory

INTRODUÇÃO

Trilhas e atalhos da pesquisa

A opção por estudar as tramas da memória dos moradores da cidade de Nova Iorque se constitui como tema dessa dissertação de mestrado. O período em estudo se situa na segunda metade do século XX e focaliza instantes decisivos da história política do Maranhão. Momento este permeado por contradições caracterizadas, de um lado, pela idéia de desenvolvimento e progresso do Estado com a construção da Hidroelétrica da Boa Esperança e, de outro, pela destruição/reconstrução da cidade. Na senda desses acontecimentos o eixo das questões é direcionado para a construção retórica do projeto chamado Maranhão Novo que engendrou um tipo de euforia a ser pensada como experiência histórica, ao mesmo tempo como forma de representação do discurso desenvolvimentista. Dessa maneira, a trama das relações é apresentada como uma tentativa de narração dos diferentes pontos de vista e da correlação das forças em luta. São destas relações, que envolvem diferentes atores sociais, que procura tratar esta dissertação, principalmente sobre os pontos de vista dos moradores da cidade, na medida em que suas trajetórias de vida, apesar de se cruzarem com os objetivos institucionais, foram profundamente alteradas.

O objeto de investigação da pesquisa que fundamenta essa dissertação começou a ser construído quando no ano de 2003 ministrávamos o Curso de História do Brasil pela Universidade Estadual do Maranhão, no município de São João dos Patos¹. Foi ali que pela primeira vez soaram aos nossos ouvidos o nome da cidade Nova Iorque do Maranhão, diga-se de passagem, que no primeiro instante soou, no mínimo, de forma hilária. O nome por si só já suscita uma averiguação. Soa estranho porque automaticamente a associamos a homônima megalópole norte-americana, representada como um dos corações do capitalismo. Conta Neiva Moreira em seu livro de memória que, vivendo no exílio político, sempre que precisava viajar enfrentava uma situação constrangedora: “nos aeroportos, sobretudo Portugal, não entendiam essa coisa de

¹ Município do Maranhão que fica a 69 km de Nova Iorque.

‘Nova Iorque-Maranhão’. A polícia de Imigração de Lisboa, em geral, simplificava por ‘New York-USA. E eu virava gringo’.²

Tal qual a polícia de imigração portuguesa, até aquele momento não fazíamos a mais vaga idéia da existência de uma cidade no Maranhão que se chamasse Nova Iorque. Em parte, pode-se dizer que nosso desconhecimento da cidade, deve-se ao fato de que o Maranhão desenhado e exposto a partir da historiografia oficial é mimetizado pelas águas das baías de São Marcos e São José que circundam a Ilha de São Luís. Nestes termos, o interior do estado é apresentado enquanto contraste a uma construção política e ideológica que se encerra na capital. Ao longo da história do Maranhão, couberam a representação e propagação das imagens do homem do sertão como depositário das pechas da selvageria, do atraso, da ignorância já que se tratava de “gente bárbara, feroz, sanguinária, no conceito e no preconceito dos homens que eram ou se diziam de Estado, confundindo, como quase sempre, a causa com o fenômeno...”³ Assim sendo, asseverar-se que o médio Sertão do Parnaíba ainda é uma região incógnita e obscura para história e historiografia do Maranhão e que carece de uma investigação mais criteriosa e minuciosa do que há que propomos por hora.

Nova Iorque está localizada ao Sul do estado, no médio sertão do Parnaíba. Distanto 600 km da capital São Luís, além do nome, chamou-nos atenção os dois episódios das enchentes que destruíram completamente a cidade: a primeira ocorreu na década de vinte, fruto da enchente do rio Parnaíba, e a segunda deu-se no final da década de sessenta, quando da construção da Hidroelétrica da Boa Esperança. Tais acontecimentos deixaram para trás marcas indeléveis nas memórias dos habitantes. Sejam daqueles que vivenciaram tais acontecimentos, sejam dos que ouviram as histórias contadas pelos seus antepassados ao longo das gerações.

As histórias sobre Nova Iorque chamaram nossa atenção. Naquela oportunidade, solicitamos aos alunos que fizessem seus trabalhos de conclusão de curso sobre as duas inundações que a cidade havia sofrido. Com intento de colaborar com a execução dos trabalhos, mas também em conhecer a cidade, tomamos a decisão de acompanhá-los durante a pesquisa de campo. Após uma rápida passagem pela cidade, cuja primeira impressão foi de um lugar suspenso no tempo e no espaço, e ouvirmos dos moradores

² Moreira, Neiva. O pilão da madrugada. Um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989. p. 15.

³ ABRANCHES, Dunshee de. A esfinge do Grajaú. São Luís: ALUMAR, 1993. p. 153.

mais antigos os relatos de memórias sobre as histórias de Nova Iorque, nosso interesse e curiosidade sobre o tema aumentou ainda mais. Nos relatos de memórias, entre uma enchente e outra, a história da cidade era costurada por outros episódios de grande repercussão na história do país, como a passagem dos “revoltosos” na década de vinte - assim são denominados os integrantes de uma das pernas da Coluna Prestes.⁴ Diante dessas narrativas miraculosas, acreditávamos que tal contexto sócio-cultural seria relevante para história e historiografia do Maranhão e daria uma boa pesquisa, apenas não sabíamos como abordá-lo, como poderia interpretar tal realidade, pois como escreve Michel de Certeau: “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”.⁵

Foi então que movidos pelas inquietações desta colcha narrativa que se desvendava pelas experiências de vida dos moradores daquela cidade que tomamos a decisão em elaborar um projeto de pesquisa com propósito de apresentá-lo ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Para a elaboração do projeto realizamos em julho de 2005, durante duas semanas, nossas primeiras observações, mesmo que sem uma leitura prévia das técnicas de pesquisa e dos referenciais teóricos. O despreparo, a ignorância, a “falta de habilidade” e a “incompetência”, quanto às “técnicas de pesquisa de campo” iam se revelando diante de tamanha empreitada. Inevitáveis foram às perguntas: que métodos usar na realização do trabalho de campo? Que perguntas elaborar no intuito de obter respostas satisfatórias? Como conquistar a confiança do outro desconhecido? Ossos do ofício, até então desconhecido.

É mais do que sabido que infinitas são as dificuldades que se apresentam na construção de um trabalho de pesquisa, sobretudo se se pretende científico. Grandes são os obstáculos que nos deparamos, tanto na coleta do material quanto no tratamento dispensado a ele. Também sabemos que várias são as críticas quanto à ausência de descrição das técnicas utilizadas, de como as informações foram obtidas, as observações realizadas. Se assim procedermos, negligenciamos as angústias, as incertezas, as inseguranças experimentadas no decorrer do processo de coleta e análise dos dados, e as

⁴ Na grande marcha comandada pelo “cavaleiro da esperança” Luis Carlos Prestes, em que se percorreram 25 mil KM, a coluna teria passado pelo Sul do Maranhão, atravessado o rio Parnaíba e travado uma batalha com as forças legalista do exército na cidade de Uruçuí, na margem piauiense, um pouco acima de Nova Iorque.

⁵ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 38

conclusões a que chegamos parecem fruto de uma inteligência privilegiada e não de um árduo trabalho.

Dessa maneira, pode-se dizer que o campo da pesquisa é onde nos damos conta da nossa deficiência enquanto pesquisador, mas também é o lugar em que devemos aprender a transpô-las, superá-las. Como escreve Pierre Bourdieu: “nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades”. Diz mais: “cada um achará uma consolação no fato de descobrir que grandes números das dificuldades imputadas em especial à (...) falta de habilidade ou a (...) incompetência, são universalmente compartilhadas”.⁶ Nessa perspectiva, por mais que buscamos pré-definir as hipóteses que pretendíamos verificar em nossa “investigação”, vários foram os encaixes e mudanças que tivemos de enfrentar, construindo assim um imenso quebra-cabeça. Iniciamos o trabalho com o propósito de investigar, através da oralidade, as causas da submersão da velha cidade de Nova Iorque no final da década de sessenta, mas tivemos que trilhar um enorme emaranhado narrativo sobre um período significativo de transformação no imaginário político, social e cultural da história do Maranhão. Tal momento pode ser visualizado através das eleições em que foi eleito José Sarney para governador do Estado, cuja plataforma de governo pautou-se no slogan do chamado “Maranhão Novo”. O período é comumente apresentado na historiografia local como o de uma suposta “ruptura política” com o modelo que foi denominado por “vitorinismo”. Tal expressão foi forjada no umbral da história do Maranhão contemporâneo para assinalar o controle das rédeas do Estado pelo Senador Victorino Freire por duas ininterruptas décadas. Com a chegada de Sarney ao Palácio dos Leões o Maranhão “passou a viver” supostamente sobre a égide do signo do novo, eufórica ilusão pautada na idéia do desenvolvimentismo industrial, do progresso e da modernização.

Em outubro de 2006 voltamos à cidade de Nova Iorque depois de uma conversa prévia com o Prof. Montenegro, para entrevistar os moradores, observar seu cotidiano, entender as relações sociais, perceber a dinâmica da estrutura social e quais os critérios utilizados na definição do status daquela comunidade. Seguindo o curso da pesquisa, um emaranhado de fatos e boatos foi se desvendando, cujas pontas soltas deste “romance” histórico entrecruzavam-se de maneira aparentemente desconectada. Os passos das investigações seguiram por dois caminhos paralelos e simultâneos. Nosso esforço foi de

⁶ BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 18.

entender em que momentos estas duas pontas se cruzam formando o nó da questão: as estratégias retóricas de Sarney, anunciando nos versos do progresso a construção das imagens do Maranhão Novo, e as narrativas mnemônicas dos moradores da cidade de Nova Iorque, quanto à submersão da mesma, que quase sempre se apresenta como reverso do progresso, do desenvolvimentismo a eles prometidos. Diante de visões profundamente divergentes sobre o mesmo fato, perdido em um labirinto discursivo, e de posse dos dados obtidos no processo investigativo, tínhamos que produzir outra narrativa histórica que pudesse capturar tanto as promessas de criação de um “Maranhão Novo”, do progresso, do desenvolvimentismo, quanto à saudade, a perda, o desamparo da cidade submersa que fez emergir uma memória de pertença dos antigos moradores.

Em julho de 2008, já tendo concluído os créditos do Mestrado, mais uma vez voltamos à Nova Iorque para recolher informações mais pontuais e direcionadas. Permanecemos na cidade por três semanas. Nas três oportunidades que lá estivemos, gravamos 30 horas de entrevistas, freqüentamos o clube dos idosos, sentamos nos bares para ouvir o que conversavam em suas horas de lazer ou de ócio. Arriscamos alguns mergulhos nas águas do lago da Boa Esperança (também chamada de praia do Caju) com jovens e crianças; freqüentamos as festas do clube, fizemos um passeio nas “Ilhas de Manhattan” - pedaços de terra que não foram engolidos pelas águas da Barragem da Boa Esperança e que os moradores assim a denominam, não sabemos se por ironia ou por megalomania.

Contudo, no decorrer do mestrado e ao longo das leituras mais sistemáticas das entrevistas e da literatura sobre memória, novas questões foram se impondo. Em termos metodológicos, escolhemos percorrer pelas trilhas da história oral, melhor, da oralidade. Vale ressaltar que entendemos a história oral não como depositária dos fatos e que “transcendem a interferência da subjetividade”. Em consonância com Alessandro Portelli, compreendemos a história oral como uma metodologia que em seu pluralismo se propõe a tratar os acontecimentos entrelaçando-os com a “subjetividade, memória, discurso e diálogo”.⁷ Sendo assim, na medida em que íamos ouvindo e relendo as entrevistas realizadas com os moradores, as questões sobre a inundação causada pela construção da hidroelétrica da Boa Esperança (1969) foram adquirindo relevo através destes relatos.

⁷ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História: São Paulo, 1997. p. 26.

Construída no decurso dos anos de 1960, Boa Esperança é apresentada nos discursos políticos, local e nacional, como a alavanca para o desenvolvimento econômico dos estados do Maranhão e Piauí, entendidos naquele momento, como os dois mais pobres e atrasados do país. Concomitantemente a esta gama discursivo-imagética propagada pelos governantes através das páginas da imprensa e com fortes pinceladas que iam compondo as imagens da “redenção econômica” da região, hoje, retrospectivamente, observa-se que nas falas e representações dos moradores da cidade a Barragem ganha os contornos da causa do atraso da mesma, revelando assim o que nomeamos como reverso do progresso.

Nas imagens expostas pelas narrativas dos moradores de Nova Iorque o que se vê são os reflexos de uma grande “catástrofe”, das marcas do atraso, do isolamento. Dentre os fatores que permitem que alguns dos moradores assim a vejam está a reconstrução (pela segunda vez), da mesma, que ficou distante da BR 230, que corta a região sul do estado ligando-o com o estado Piauí. Não pretendemos com isso atribuir uma visão homogênea às falas dos entrevistados. Todavia, pode-se asseverar que em alguns depoimentos, nossos interlocutores ressaltam algumas melhorias em suas vidas. Por outro lado, aos poucos fomos percebendo que a referência ao atraso, ao isolamento, à pobreza, à catástrofe, à morte, atravessa grande parte das falas dos moradores. Tais reflexos dessas imagens assim podem ser percebidos a partir do depoimento do Sr. Pedro:

Quando eles saíram daqui, a Companhia [COHEBE], pronto acabou tudo! Aí ficou tudo debaixo d’água, a cidade morta, essa aqui! Porque acabou o trânsito marítimo e Pastos Bons foi quem cresceu porque passou a ser central e nós emborcamos, ficamos aqui sem apoio de nada, abandonados... O lugar é pobre e não tem nada, aqui só tem essas quitandinhas véia para vender um pacote de café. Não tem uma loja, aqui não tem um socorro de nada. Aí nós ficamos aqui, não tem saída, porque daqui até onde tem transporte fica a 18 km... Como é que você vê uma cidade que você, pra bem dizer, viu nascer e se criou nela se acabar assim como uma virada de carro, morrendo.⁸

A metáfora é de um grande desastre, semelhante a uma “virada de carro”. Do ponto de vista do Sr. Pedro a “cidade nova” é abandono, isolamento, pobreza, morte. Não se trata de uma opinião particular, individual, e as interpretações ganham força na memória coletiva convergindo para o mesmo ponto de vista. Ou seja, o que se tem é uma interpretação coletiva do atraso da cidade, cujas imagens da “cidade velha”, submersa, sobrepõem-se as da “cidade nova” dando os contornos de uma “memória

⁸ Senhor Pedro, entrevista concedida em Nova Iorque em 20/02/2005.

coletiva” sobre os acontecimentos. Conforme a assertiva de Maurice Halbwachs “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupa e que esse lugar mesmo muda segundo as relações que mantêm com outros ambientes”.⁹

Nesse contexto, Nova Iorque é tomada não como um espaço físico, mas como um lugar da memória, onde buscamos compreender como os moradores tecem suas narrativas acerca da construção da barragem de Boa Esperança, de que maneira montam e elaboram suas estratégias rememorativas e lançam suas representações no entorno desse acontecimento de destruição/reconstrução da cidade e de profundas e significativas transformações em suas vidas. Por outro lado, busca-se refletir sobre que relevância teria as falas e histórias de “homens e mulheres comuns” para a história requintada dos grandes legados e dos refinados discursos dos órgãos oficiais? Qual a importância dessas micro-facetas históricas para a compreensão macro do tempo/espaço dos acontecimentos que determinam os rumos da nação?

Nesta perspectiva, conforme as análises de Antonio Torres Montenegro, por intermédio dos depoimentos podem-se “analisar que elementos simbólicos são construídos pela população, e se apresentam, muitas vezes, como avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essa população convive, tolera, assimila, reproduz a cultura oficial”.¹⁰ Dito nestes termos, os moradores justapõem sobre os reflexos da “cidade nova” as imagens-memórias da “cidade velha” e criam mecanismos de sobrevivência do passado perdido das vistas. Passado este que rompe com o alvorecer das lembranças, que se distancia do sol ardente do presente e se perde na escuridão do futuro. Por intermédio dos relatos de memória dos moradores, o passado é deslocado para o presente num esforço para tornar suas experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados, haja vista que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para o que veio antes e depois”.¹¹ As imagens-memórias do passado servem enquanto instrumento de reação e resistência às idéias de progresso, contra a dissolução de toda uma teia de relações sociais outrora estabelecidas nas malhas de sentidos e significados, esforços de homens e mulheres resignados que se

⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. p. 69.

¹⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13.

¹¹ BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994. p. 37.

recusam aceitar as marcas do presente perpétuo, da pura, simples, legítima, humana e cruel decadência, pois “esse passado não representa alguma coisa que foi, mas simplesmente alguma coisa que é e coexiste consigo mesma como presente”.¹²

No segundo momento da pesquisa, diante da ausência de documentos em que pudéssemos confrontá-los com os acontecimentos relatados pelos moradores, demos início a uma vasta pesquisa nas páginas dos principais jornais da capital São Luís. Ao lançarmos mãos dessas reportagens que versavam sobre a construção da hidroelétrica da Boa Esperança, não pretendíamos atribuir-lhes um caráter de verdade ou mesmo de tomá-los como ponto de sustentação e confirmação do que estava sendo dito nas entrevistas. Nossa intenção, no entanto, não foi de colocar as questões sobre um prisma sustentado no binômio verdade/mentira, no sentido factual. Buscávamos, contudo, nestes veículos de enunciação os pontos de vista que nos ajudassem na compreensão da construção social e cultural dessas memórias, suas formas narrativas, assim como as periodizações estabelecidas pelos narradores. Como diz Tânia De Luca, através dos jornais podemos perceber os acontecimentos, na medida em que estes se constituem como “espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo”.¹³

Na medida em que mergulhávamos nas informações estampadas nas páginas dos periódicos, outras imagens foram aparecendo e ganhando novos contornos diante dos nossos olhos. Essas notícias paulatinamente redirecionaram nossas intenções de pesquisa inicial. Não que nosso ponto de partida tenha sido abandonado. Pelo contrário, diante do que estava sendo exposto nas reportagens passamos a vislumbrar outras possibilidades interpretativas do nosso objeto. A partir de então fomos-nos convencendo que a compreensão dos episódios das enchentes, sobretudo da que teve como causa a construção da Boa Esperança, não poderiam ser entendidos deslocados desse contexto de uma suposta “renovação política do Maranhão”.

Em 1966, José Sarney assume o governo do Estado e novas configurações se apresentam nos quadros políticos, sociais e culturais do Maranhão. No campo da política as representações do momento são tomadas pela imprensa ludovicense que tenta

¹² DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 55.

¹³ DE LUCA, Tânia Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In. MARTINS, Ana Luiza, DE LUCA, Tânia Regina. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 158.

forjar no imaginário social do estado às imagens do instante em que o Maranhão se “libertava” do julgo oligárquico que esteve sob o domínio do Senador Victorino Freire. Valendo-nos do conjunto retórico em que se desenhavam os quadros imaginários do Maranhão 66, buscamos seguir os debates expostos nas páginas da imprensa escrita, atentos aos fios discursivos dos agentes do governo que giravam em torno das idéias da construção de um “Maranhão Novo”, associado ao retrato do seu novo “redentor”, a figura messiânica de José Sarney. É neste contexto que a construção da Hidroelétrica da Boa Esperança surge como a pedra de toque para alavancar o progresso sócio-econômico do estado, pautado no discurso da reinvenção da identidade regional e nas representações sobre o Maranhão, tendo por referências o espaço de consagração ocupado por Sarney nos campos tanto da política como da literatura.

A trajetória política de Sarney assume dimensões teleológicas mediante a construção das imagens de um político ascendente e que minuciosamente vai elaborando estratégias de conquista do espaço de poder, culminando na suposta ruptura com um *status quo* dantes estabelecido, produzindo no imaginário social do estado os efeitos virtuais de uma suposta transformação na estrutura política. A figura de Sarney é apresentada como inventário sintético de todos os arranjos políticos das oposições atribuindo-lhe um significado que buscava unificar “dos liberais aos marxistas, com um caráter frentista-coligado”.¹⁴ No entanto esclarecemos que não é nossa intenção realizar um estudo bibliográfico do Sr. José Sarney, mas tão somente discutir as estratégias retóricas de construção da idéia de progresso para o Maranhão, conforme podemos entrever no encerramento do seu discurso de posse:

Vamos com os olhos desvendados para a realidade, viver a paixão desse governo novo. Viver todas as horas, todos os minutos, todos os dias. Paixão que hoje é alegria e é sorriso, e amanhã é trabalho e perseverança para construir o Maranhão da liberdade e do progresso, da grandeza e da felicidade.¹⁵

O Maranhão assiste, assim, os diferentes caminhos de produção e construção de um mito político, homem de mil facetas, de vaidades extravagantes. Como contraponto a essa construção, os relatos de memória dos moradores de Nova Iorque surgem como estratégias de contraposição às idéias de uma memória oficial, pois segundo Michael Pollak: “essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de

¹⁴ CORRÊA, Rossini. Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: Sioge, 1983. p. 283.

¹⁵ SARNEY, José. Governo e povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 34

uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas”.¹⁶ O ponto de ligação entre essas imagens/memórias foi à construção da Hidroelétrica da Boa Esperança, que aos olhos do poder oficial seria um “fator de redenção” do estado, acenando como uma “mensagem de progresso”, capaz de “criar a zona mais próspera do Nordeste, o maior centro para investimentos”.¹⁷ Já para os moradores de Nova Iorque, Boa Esperança se revela no reverso do progresso anunciado, na decadência da cidade que dantes ostentava a posição de entreposto comercial da região do médio sertão do Parnaíba, pois “quando surgiu à história da barragem e da construção da BR, Nova Iorque começou a cair. Foi o progresso, porque tudo passou a ser feito pela estrada... aí começou a cair o negócio de embarque e desembarque”, a cidade se acabou.¹⁸ Nosso itinerário narrativo se desenvolve na fricção desses dois pontos de vista, na confrontação dos versos e reversos do progresso nas águas da Boa Esperança. Estes movimentos das forças em luta assim foram dispostos em cada um dos capítulos.

O primeiro capítulo - **O verso do progresso: o “Maranhão Novo” e construção discursiva da imagem do novo líder político** – A narrativa se inicia pela festa de posse do governador, também intitulada de “festa do Povo”, onde procuramos evidenciar o papel da imprensa como mecanismo que ajuda a forjar o imaginário sócio-político da cidade de São Luís, e por extensão do estado e da figura de José Sarney como redentor do Maranhão. O foco da argumentação está voltado para compreender como a imprensa utiliza um aparato discursivo-imagético que procura dar visibilidade à imagem de Sarney como o “político herói salvador”. Em seguida, procuramos acompanhar os principais movimentos que irá constituir a trajetória política de Zé Sarney desde seu início, quando se perfilha ao grupo de Victorino Freire - chamando atenção para sua elástica oscilação partidária, ora nos quadros da situação, ora na Oposição -, até as estratégias e alianças com os militares. O foco principal da análise concentra-se no alinhamento político de Sarney com o Presidente Castelo Branco como forma de montar suas estratégias no âmbito da esfera do poder central, cujas intenções seriam de desbancar o poder político do chamado “vitorinismo” no Maranhão. O aparato discursivo montado e voltado para elaboração da autodefinição e autolegitimação de Sarney através das instâncias consagradas do agente no campo político e literário do

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 n.3, 1989. p. 5.

¹⁷ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 31.

¹⁸ Senhor Marcones, 65 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque 15/02/2005.

estado. Por outro lado, procura-se evidenciar os principais símbolos e sinais diacríticos utilizados a fim de forjar a construção de um projeto coletivo, a partir do que foi denominado de “geração dos anos 50”. Para tanto, e em torno dessa auto-intitulada “geração maranhense”, buscamos visualizar os mecanismos que favoreceram compor uma estratégia retórica através da montagem de um aparato burocrático, que tinha por objetivo a elaboração do chamado “Maranhão Novo”. A pedra de toque dessa gama de alocações estava pautada na idéia de decadência do estado, tendo como contraponto o recorrente discurso cíclico da história, alicerçado no pretense “apogeu econômico do passado” longínquo que permeia as imagens e os atos oficiais como tentativa de promover o desenvolvimento do estado, entendido como o suposto “milagre maranhense”.

O segundo capítulo – **Boa Esperança: a redenção do Nordeste Ocidental** – é dedicado a uma sucinta análise do papel da imprensa na propagação e divulgação das idéias “redentoristas” do projeto de produção de energia para o estado do Maranhão. No decorrer desse processo procuramos realizar uma leitura das estratégias discursivas dos órgãos de comunicação do estado, cuja construção da Barragem de Boa Esperança configura-se na tentativa de forjar no imaginário social maranhense às imagens/bases de sustentação do propalado progresso e desenvolvimentismo industrial. Ou seja, na esteira do processo de industrialização, forjado à luz do nacionalismo levado a cabo pelos militares, tinha por intenção incorporar o chamado Nordeste Ocidental nas malhas de integração nacional, sobretudo pelo seu caráter fortemente marcado pelas calamidades naturais e sociais, cujos reflexos são expostos pelos quadros de atrofimento econômico. Por outro lado, buscava-se através dessas manobras de integração regional a criação de novas áreas e a ampliação das possibilidades de modernização do país para a penetração dos capitais multinacionais e privados advindo do Centro-Sul, para uma região disposta acolher os novos negócios, bem como um promissor mercado a ser constituído. Noutras palavras, o crescente pólo industrial e produtivo do Centro-Sul do país, via-se diante da necessidade de escoar o excedente de sua produção e o Nordeste Ocidental se configura, dentro da política de integração, como uma possível consolidação e expansão do mercado nacional de bens duráveis.

No terceiro capítulo – **O reverso do progresso: Nova Iorque e a construção da Boa Esperança** – trata-se especificamente do ponto de vista dos moradores da cidade que estiveram diretamente envolvidos neste processo de transformação ocorrido a partir

da chegada dos técnicos da COHEBE, assim como os comunicados da submersão da “cidade velha” e a transferência de toda população para nova cidade que seria construída. Procuramos percorrer os caminhos traçados a partir das narrativas mnemônicas evidenciando as mudanças provocadas nas vidas dos moradores com a construção da hidroelétrica da Boa Esperança.

Por último, no quarto capítulo – **Velha Nova Iorque: cidade da memória, espaço da saudade** – nos dedicamos exclusivamente às memórias dos nossos interlocutores, cuja nossa interpretação está voltada para perceber como estes reconstroem as imagens da velha Nova Iorque como espaço da saudade. Através dessas memórias parto das experiências atuais que acabam por desenhar os caminhos para as lembranças da “cidade velha”. Estes traços das recordações não são necessariamente narrativas lineares, mas se compõem no vaivém das memórias que versam sobre a fundação da cidade, a primeira destruição/reconstrução da mesma, a passagem dos “revoltosos” e desembocam nos espaços das festas como espaço de segregação social e racial.

Neste sentido, ao nos determos nas histórias narradas pelos moradores de Nova Iorque, não estamos demasiadamente preocupados em averiguar a veracidade dos relatos. Interessa-nos investigar e interpretar como esses rememoradores tecem suas lembranças que ultrapassam a distância do tempo e rompem a barreira do espaço e cultivam suas memórias num esforço para transmitir aos seus filhos, netos, bisnetos as imagens da cidade de outrora. Recusam-se esquecer as velhas casas, as ruas, o rio, a cidade de antes. Ao lançarmos mão dos relatos orais dos moradores, passa-se a vislumbrar os contrapontos, que visto de hoje, são os reversos de toda teia discursiva propagada pelos órgãos oficiais no que diz respeito às idéias de desenvolvimento econômico e social da região e do Estado. Como diz Padre Antônio Vieira: “a verdade que vos digo é que no Maranhão não há verdade... Novelas e novelos, são as duas moedas correntes desta terra, mas tem uma diferença, que as novelas armam-se sobre nada e os novelos armam-se sobre muito para tudo ser moeda falsa”. Mas do que isso: no “Maranhão Novo” foram-se os novelos e ficaram as novelas que se armam sobre o nada transformando tudo em “moeda falsa”.

CAPÍTULO I

O VERSO DO PROGRESSO: A CONSTRUÇÃO DO “MARANHÃO NOVO” E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA IMAGEM DO NOVO LÍDER POLÍTICO

Os vícios da língua são tantos, que fez Drexélio um abecedário inteiro e muito copioso deles. E se as letras deste abecedário se repartissem pelos estados de Portugal, que letra tocaria ao nosso Maranhão? Não há dúvidas, que o M. M – Maranhão, M – murmurar, M – motejar, M – maldizer, M – malsinar, M – mexericar, e, sobretudo, M – mentir: mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente. (Padre Antonio Vieira, Os sermões)

I.1 “O dia da esperança”: a “posse do Zé...” e a festa do povo

31 de janeiro de 1966. À meia noite em ponto, os organizadores da grande “festa do povo” fizeram estrugir as bombas anunciando o novo tempo. Já se vão pouco mais de quatro décadas que “O Maranhão Novo”¹⁹ festivamente comemorou o seu “Dia da Esperança”. A cerimônia fora realizada com epíteto carnavalesco e aconteceu numa manhã chuvosa de segunda-feira. Assim foi anunciada a tão esperada “posse do Zé...”, pelo colunista de plantão: Zero-zero-sete, do Diário da Manhã.²⁰ Outros dois jornais que faziam às vezes de opositoristas, **Jornal Pequeno** e **Jornal do Dia**, também exibiram em suas manchetes saudações ao novo governador recheadas de epítetos efusivos e entusiásticos e apresentaram aquela tão pomposa e propagada manhã chuvosa, como o “Dia da Independência do Maranhão”, o “Dia da Queda da Bastilha Vitorinista-Newtista”, a “Hora da Libertação”, o “Nosso 7 de Setembro”.²¹ Nas tintas da imprensa libertava-se o Maranhão em meio à euforia das vésperas da folia de Momo na “Terra arrasada”.

¹⁹ Idealizado e criado como slogan por José Sarney quando da campanha política nas eleições e ao logo do seu governo. O “Maranhão Novo” foi um dispositivo discursivo em que se pretendia representar uma ruptura com a estrutura política do estado.

²⁰ Assim se referiu o colunista, do jornal pertencente a Newton Bello, de codinome Zero-Zero-Sete, na coluna “Nos bastidores da política” quando da posse do Governador José Sarney. Diário da Manhã, 26 de janeiro de 1966. p.2.

²¹ Todas as manchetes foram editadas entre os dias 28 e 31 de janeiro. Como se percebe, os jornais aqui citados faziam a frente de oposição ao Governador Newton Bello e o Senador Vitorino Freire.

Mais do que caixa de ressonância do discurso oficial, a imprensa escrita de São Luís iniciou a produção de um imaginário social da cidade e do Estado, através das sombras das tintas derramadas nas páginas dos jornais: as imagens do “Maranhão Novo” e do seu novo “Redentor”. “O dia da esperança” nascia pretendendo simbolizar, segundo os Jornais, o momento em que “os maranhenses com o atraso de um quarto de século”, rompiam os “grilhões que o aferravam à miséria e à vergonha”, marcada por uma estrutura político-administrativa vigente por “vinte anos ininterruptos de corrupção”. O episódio ainda hoje corre pelas bocas miúdas e graúdas dos corredores palacianos da política, mas também nas linhas escritas da historiografia oficial e nas tortuosas curvas da literatura maranhense, como a representação do “dia da libertação” do Estado, personificada na figura do Senador Vitorino Freire²² e do Governador “cara de onça” (leia-se Newton Bello).²³

Signos da liberdade, do progresso e do carnaval. Pela programação o dia da “posse do Zé” simbolizava-se a “festa do povo”. O colunista do jornal O Imparcial, fazendo uso de uma estratégia publicitária e numa linguagem carregada de simbolismo conclamava o povo para que fossem às ruas e “com júbilo” recebesse José Sarney, como novo alento para as “caminhadas do progresso, na tranqüila certeza de que terá paz e liberdade, único clima que nos conduzirá à grandeza esperada”. Carregando nas tintas e no simbolismo religioso, o colunista roga “a Deus Todo Poderoso que, do alto de sua onisciência, aponte ao condutor dos nossos destinos os rumos que nos levarão à prosperidade”. Dos pináculos da fé midiática, arremata a reportagem: “este é o dia da esperança”.²⁴

A metáfora é teleológica, porém reveladora. As preces foram anunciadas numa manhã de domingo e para segunda-feira estava programada a “festa do Povo”.²⁵ Dois dias depois, assim definiu a festa o colunista do Jornal da Manhã: a “pagodeira” rolou por toda noite e “segunda-feira... Foi realmente um dia infernal para turma que gosta da

²² Vitorino Freire manteve-se à frente da liderança política no Maranhão dos anos de 1945 a 1965, quando então fora desbancado do trono do Estado nas eleições que elegeu José Sarney Governador do Estado.

²³ Expressão usada por um jornalista ao se referir Governador Newton Bello. Jornal Pequeno, 14 de março de 1966. p. 01.

²⁴ Jornal O Imparcial, 30.01.1966. p. 1.

²⁵ Jornal do Dia, 30.01.66. P.1 O Jornal divulgava em primeira página toda programação da festa de posse do Governador Sarney, além de uma mensagem “Ao Povo Maranhense” de que o dia 31 de janeiro é a data de consagração do nosso triunfo, mais do que justo e merecido, com a posse de Governador José Sarney e do Vice Governador Antônio Dino, consagrados como legítimos mandatários nas urnas pela primeira vez livres, de três de outubro de 1965.

pagodeira de momo”.²⁶ Por outro lado, segundo o *Jornal Pequeno*, o povo cantava e decantava pelas ruas da cidade em vasto repertório o *jingle* da “Campanha de libertação do Maranhão”: “Meu voto é minha lei/ para Governador José Sarney”.²⁷ Os *promotores* do grande “arrasta-pé” tinham pressa e não se fizeram esperar um só segundo para anunciar a chegada do tão esperado, festejado e comemorado dia da “posse do Zé...”. Como já dissemos, à meia-noite em ponto do dia 31 de janeiro de 1966, as bombas estrugiram anunciando as “boas novas”. Rufaram os “Tambores de São Luís” e “na cidade, o estourar de foguetes desde a madrugada” pretendia simbolizar “a explosiva alegria do povo”.²⁸ Lago Burnett, num artigo intitulado “o significado da vitória”, alardeava que a “cidade em festa” significava uma legítima “festa do Povo” que acolhia o novo governador com a promessa de promover um “Maranhão livre e Progressista, um ‘Maranhão Novo’”.²⁹

Em meio à euforia da posse se delineava os traços dos novos territórios públicos, composição de novos espaços e hierarquias no mapa político da cidade e do Estado. Os sinais do pipocar das bombas iniciaram-se na Rua do Passeio e não tardou em explodir por todos os cantos da ilha de *Upaon-Açu*. Defronte à casa do recém eleito governador fora montado o palco do show pirotécnico, programado pela comissão organizadora, pretendendo anunciar através dos fogos de artifícios e outros artifícios, que daquele momento em diante “uma nova era será contada...”³⁰ Era a era do Zé... “Homem de mil faces e de mil diabos”³¹ que se anunciava. Era a popular “Sarneylândia”³² que se fazia anunciar em meio ao ritual de passagem, profusão de signos midiáticos. Parte da imprensa que apoiara sua campanha, imbuída do seu papel tentava forjar a edificação das imagens do “político-herói-salvador”. Às 06 hs da manhã (na verdade cinco, pois toda programação fora no horário de verão), a cidade fora novamente despertada por nova bateria de foguetões, pretendendo com isso simbolizar o início da manhã de uma

²⁶ *Jornal Diário da manhã*, 02 de fevereiro de 1966. *Diário da Manhã* era o jornal de propriedade do ex-governador Newton Bello.

²⁷ *Jornal Pequeno* 01 de janeiro de 1966. p. 1.

²⁸ *Jornal do Dia*. 01 de fevereiro de 1966.

²⁹ *Jornal do Dia*. 30 de janeiro de 1966. p.9.

³⁰ Coluna “Jámenes Escreve: Diário da Cidade”, in. *Jornal Pequeno*, 26 de janeiro de 1966, p. 4. Era o próprio vice Governador Antônio Jorge Dino eleito, quem chefiava a comissão organizadora da “Festa do Povo”.

³¹ LISBOA, João. *Crônica política do Império*. Rio de Janeiro: F. Alves; [Brasília]: INL, 1984. p. 123.

³² Expressão forjada pelo jornal *Diário da Manhã* e que se tornou recorrente no imaginário popular para se referir ao domínio político de José Sarney no Maranhão.

nova era em que “o vitorinismo, como sistema de prática política e administrativa, estava definitivamente aniquilado no Maranhão inteiro”.³³

Na manhã seguinte da festa, o Jornal do Dia trazia estampada em suas páginas à mensagem poético-profética do poeta José Chagas: “Chuva e Governo.” Segundo o que se anunciava na mensagem do poeta, as águas da chuva que despencaram por todo dia e escorreram pelos fétidos esgotos da cidade, pretendiam simbolizar a lavagem dos vinte anos de sujeira dos governos anteriores. Assim, a chuva, fenômeno da natureza, na pena do poeta passa a adquirir ares de uma metáfora teleológica pretendendo significar o “batismo do alegre Maranhão”. Sob a tutela do novo Governador, segundo o poeta, ela veio “para fecundar nossas esperanças e transformar em realidade os sonhos de um povo que por vinte anos comeu o pão que o diabo amassou”. Assim sendo, de Zé... (Chagas) para Zé... (Sarney), a chuva serve como munição simbólica para construção da mensagem profético-poética “da nova era que se inicia”, um “sinal prenunciador do quanto de fecundo há de ser o Estado... [...] do alegre Maranhão que acaba de nascer”, e assim seja:

O Maranhão acordava cedo para o primeiro dia de sua libertação. E a chuva a cair de manso sobre a cidade como que era o sinal prenunciador do quanto de fecundo há de ser o Estado dentro da nova era que se inicia... Com a chuva que amanheceu caindo precisamente no dia da posse do novo governador os opositoristas de hoje serão capazes de argumentar que até ela trouxe a sua modalidade de bajulação. Como se não fosse para uma benção que a chuva veio agora, como se aquela água do céu não tivesse vindo para o batismo do alegre Maranhão que acaba de nascer.³⁴

Alegorias da cidadania, pastiches da democracia. A Rua Grande, neste dia, fizera-se pequena para a “patuléia” que em largas passadas acorria rumo ao pátio da Igreja maior da cidade de São Luís: a Catedral da Sé. Para as 9:00 horas da manhã estava programada uma missa campal, em ação de graças ao “dia da esperança...”. Os organizadores só não contavam com a chuva que acabara com a missa campal, mas não diminuiu a euforia. Celebrada pelo Arcebispo Metropolitano D. João José de Mota e Albuquerque, com participação do Coral do Maranhão, a cerimônia fora transferida e realizada no interior da Catedral. Guardadas as diferentes temporalidades (tão caras aos historiadores) e os riscos dos anacronismos, pode-se dizer que do alto do Púlpito da

³³ BUZAR, Benedito. Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: Lithograf, 1998. p. 499.

³⁴ Jornal do Dia, 01 de fevereiro de 1966, p. 2.

mesma Igreja em que se abençoava e batizava-se o “Maranhão Novo” que acabara de nascer, no Século XVII, o alegórico Padre Antônio Vieira assim pregou em seu Sermão:

A verdade no pregador, a mentira nos ouvintes, o pregador muito verdadeiro, o auditório muito mentiroso... *Si veritatem dico vobis; Erro similis vobis, mendax...* A verdade que vos digo é que no Maranhão não há verdade... Novelas e novos são as duas moedas correntes desta terra, mas tem uma diferença, que as novelas armam-se sobre nada e os novos armam-se sobre muito para tudo ser moeda falsa.³⁵

Já aquela época, portanto, o que capturou o olhar alegórico do forasteiro Padre Antonio Viera foram às imagens das regras do jogo de espelhamento da sociedade ludovicense e a maneira como esta se percebia/percebe, se comportava/comporta diante das engrenagens que põe em funcionamento a “maquinaria social” do poder da “mentira sem mentiroso”, pois

Aquilo que se chamava mentira, (...), não aparentava nem alienava nada, parecendo mero mexerico sem maior importância, e ao mesmo tempo fazia a maquinaria social efetivamente engrenar, como se fosse muito mais murmúrio, já que era intriga capaz de ligar e desligar toda teia social. Tratava-se de peça decisiva na genealogia de uma sociabilidade urbana que se perfazia como teatro de si mesma.³⁶

Missa, Feriado, Cinema, Futebol e Carnaval são os atrativos anunciados e ofertados para a “Festa do Povo”. Pensando em garantir uma massiva participação da população, a comissão organizadora cuidou pormenorizadamente do planejamento da festa. Com o apoio dos comitês de bairros, governo estadual, prefeitura de São Luís, delegações dos interiores, sindicatos e associações, igrejas etc., asseguravam-se a compacta presença do povo nas ruas. Para surpresa e alegria dos mais desavisados e ressacados, naquele dia nada funcionaria: bancos, comércios, fábricas, escolas, repartições públicas, escritórios, consultórios, hospitais, cemitérios, enfim, uma cidade em transe capturado pelas lentes de Glauber Rocha.³⁷ Não que a participação das pessoas nas ruas representasse suas capacidades de participação cívica, mas antes da carnavalização do poder. O encontro da população com os novos governantes, apesar do *rendez-vous*, escapava aos domínios da política. A festa serve como simulacro de uma sensação generalizada em que se pretende forjar um canal de ligação entre governo e povo, em que os novos estetas do poder abriam espaço para manifestação da opinião

³⁵ VIEIRA, Antônio. Sermões: Padre Antônio Vieira. Tomo I. São Paulo: Hedra, 2000. p. 9,11,12.

³⁶ SOARES, Flávio José Silva. Mito e História das origens de São Luís: novo (res)sentimento do orgulho, velha experiência do Falso. (prefácio). In. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. São Luís: Lithograf, 2002. p. 18.

³⁷ Na época Sarney contratou o jovem e premiado cineasta Glauber Rocha para documentar sua posse que originou o documentário intitulado: “Maranhão 66”.

pública. Composição subjetiva dos novos espaços urbanos e edificação das imagens dos novos mandatários no jogo do poder político do Maranhão. O então eleito prefeito Epitácio Cafeteira³⁸ decretara feriado Municipal. Em nota oficial a Associação Comercial do Maranhão “transmite ao comércio, a indústria e estabelecimentos bancários um veemente apelo para que suspendam suas atividades... afim de que todos possam participar dos festejos da [“Posse do Zé... ”.]”³⁹ Estratégia midiática de sucesso, todas as repartições públicas cerraram suas portas e o povo zanzava pelas ruas na maior euforia. Conforme observara Zero-zero-sete, trabalho mesmo tivera a “rapaziada” condutores dos bondes, que apinhado de gente, circularam gratuitamente por todo o dia, para frustração da “garotada especializada em ‘driblar’ bondes”, pois “nêsse dia, graças ao Messias... os bondes circularam sem cobrador”.⁴⁰

De acordo com a programação da festa, após a missa que seria campal, às 11: 00 hs, todos os cinemas da cidade abririam suas portas para receber o povo e “exibir surrados ‘abacaxis ’”...⁴¹ Em dias que antecipavam a festa da “posse do Zé...”, o **Jornal do Dia** divulgara uma lista dos filmes a serem exibidos gratuitamente nas telas dos cinemas da cidade. Vamos aos cinemas então: No Rialto: em primeira sessão: *Quando os irmãos se Defrontam*, logo depois: *A Canoa Furou*; no Passeio: *Um Sábado Violento*; no Monte Castelo: *Pelos bairros do Vício e A lenda de Enéas*; no Roxi: *O tempero do amor*; no Éden: *Lancelot, o cavaleiro de Ferro*; no Ribamar: *O falso traidor*.⁴² As críticas opositoristas não tardaram em aparecer e dos “bastidores da política”, o “agente-repórter 007” disparava: “Como se vê, o programa é realmente fabuloso e demonstra uma consideração toda especial para com o povo que terá a oportunidade de assistir a um filme e dar uma volta de bonde”.⁴³ Noutro canto da cidade, o Estádio de Santa Isabel abria seus portões para receber o povo que assistiram o clássico do futebol maranhense: Ícaro Sport Club X Seleção de Ribamar. Após o jogo e as sessões cinematográficas, meio-dia seria oferecido um churrasco, no Clube Jaguarema, em comemoração à vitória do Governador Zé de Ribamar, mas somente para convidados, advertia o convite da “festa do povo”. Os convidados naturalmente

³⁸ Desde o fim do Estado Novo, São Luís era a única capital da federação que não elegia seu prefeito pelo voto direto.

³⁹ Jornal do Dia, dias 28, 29,30 de janeiro de 1966. pgs. 1.

⁴⁰ Assim escreveu o colunista do Jornal Diário da Manhã, codinome “Zero-Zero-Sete”, na coluna nos bastidores da política, no dia 26 de janeiro de 1966, ou seja, quatro dias antes da “posse do Zé”. Tal jornal pertencia ao ex-governador Newton Bello e fazia às vezes de oposição ao Governo de José Sarney.

⁴¹ Diário da manhã 26 de janeiro de 1966. p. 2.

⁴² Jornal do Dia, 01 de fevereiro de 1966. p.2.

⁴³ Diário da Manhã, 26 de janeiro de 1966. p. 2.

foram às autoridades que se encontravam em São Luís para assistir o espetáculo comemorativo da ascensão de Sarney ao poder político do Maranhão e a fina flor da sociedade ludovicense.

Depois da sesta, voltemos à festa. O ritual cívico de passagem e “culto ao mito” daria prosseguimento à tarde com o compromisso de posse do novo governador. A multidão de anônimos se acotovelava na Praça do *Pantheon* (também chamada de Praça Deodoro), diante dos olhos vigilantes dos bustos petrificado de “ilustres homens desconhecidos” e que prestaram “relevantes contribuições às letras e às Artes do Maranhão” de outrora.⁴⁴ O *Pantheon* era o espaço público em que se pretendia representar o esforço, a ilusão eufórica de uma “elite letrada”, que massageando o ego da vaidade insiste na reconstrução das imagens de um suposto passado de glória da cultura maranhense e simbolicamente retroalimenta a ritualística do culto ao mito da suposta “Atenas Brasileira”, na terra do analfabetismo.

Numa cerimônia mais restrita, somente a fina flor da sociedade ludovicense, as autoridades das demais estratosferas do poder e os ilustres convidados fora permitido o acesso aos “nobres” salões da Assembléia Legislativa do Estado (à época funcionando no prédio da Biblioteca Pública Benedito Leite), para assistir e ouvir as “catilinárias” discursivas de “Zé Bigode”.⁴⁵ Em meio aos ilustres convidados registra-se a presença das seguintes autoridades:

Coronel Rocha Diegues, representante do Presidente da República. Eugênio Lima, Representante do Tribunal de Justiça. Desembargador Tácito Caldas, Presidente do TRE. O Governador Lomanto Jr. Da Bahia. D. João José de Mota e Albuquerque, Arcebispo de São Luís. Tenente-Coronel Alberto Braga, comandante do 10º Comando Regional Militar. Brigadeiro Hugo da Cunha Machado Capitão dos Portos do Estado do Maranhão. Prefeito de São Luís Epitácio Cafeteira, O industrial Murilo Mendes, de Minas Gerais e o Sr. Robert Bentley, representante do Embaixador dos EUA.⁴⁶

⁴⁴ LIMA, Carlos de. Caminhos de São Luís (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano, 2000. P. 93-94. Coleção Maranhão Sempre. Por medida da Prefeitura, na administração do prefeito Tadeu Palácio, alegando a destruição dos bustos pelas ações de vândalos, salvo o engano, em 2006 todos os bustos ilustres foram retirados do seu *Panteon*. Eram os petrificados: Gomes de Sousa, Henriques Leal, Arthur Azevedo, Humberto de Campos, Corrêa de Araújo, Dunshee de Abranches, Nascimento Moraes, Gomes de Castro, Domingo Perdigão, Urbano Santos, Ribamar Bogéa, Maria Firmina dos Reis, Coelho Neto, Arnaldo de Jesus Ferreira (na lista do autor consta que um dos bustos não fora identificado. Constava ainda na relação o nome de Bandeira Tribuzi, um dos idealizadores do programa do “Maranhão Novo.”) “afinal de contas trata-se do *Panteon* do Estado”. Na época, houve até, não se sabe se por protesto ou gozação, quem se arriscou gritar: “Abaixo o *Panteon*!”

⁴⁵ Expressão popular em que ficou conhecido o Governador José Sarney. Quiçá seja em alusão ao seu cultuado bigode.

⁴⁶ Jornal O Imparcial, 01 de fevereiro de 1966. p. 2.

Ao povo, portanto restou o consolo em ouvir a voz do novo Governador que se fazia ecoar através dos autos-falantes espalhados ao longo do *Pantheon*. E ainda dizia o Zé, no início do seu discurso, estar ali qualificado pelo Povo: “aqui estamos, qualificado pelo povo..., Jurei respeitar as instituições e promover o bem-estar do povo maranhense”. Respeitar as instituições, por isso não seria de bom grado que a “patuléia” invadisse os nobres salões da Assembléia Legislativa, e com seus pés em lamas manchassem os tapetes vermelhos em momento tão solene. Ao povo e para o povo ficou reservadas as solenidades de legitimação do poder nas ruas e praças públicas da cidade. Após reservada solenidade, o novo Governador, ao lado da primeira dama (Dona Marly Sarney e filhos) e demais autoridades presentes, passou em revista as tropas da polícia militar. Em síntese, cada qual em seu lugar, “govêrno e povo”, assistem a parada militar.



Desfile militar como parte das festividades da posse do Governador Sarney (Praça Deodoro). Em segundo plano, ao fundo, vê-se Sarney e família e autoridades presentes nos lances de escadas da Biblioteca Pública (Sede Provisória da Assembléia Legislativa do Estado).

Em meio à fanfarrice eufórica, a multidão deixa o *Pantheon*. Segue o cortejo pelas ruas do Sol e da Paz rumo ao ponto culminante da festa: a Praça Pedro II. Por todos e de todos os becos da cidade emergem as “máscaras da patuléia” ganhando as ruas rumo ao

grande encontro com seu novo líder. Elas surgem do Beco da Alfândega... da Prensa... da Sé... das Minas... Catarina Mina... do Teatro... Feliz... Escuro... do Precipício... da 28 de maio... do Oscar Frota... da Bosta, para ouvir as “catilinárias” de palanque do Zé. Reinvenção de novos becos que definem a representação simbólica do poder no jogo político do “Novo Maranhão”.

Finalmente era chegada à hora em que o povo encontrava-se com o novo líder político. Ponto culminante da “festa do povo”! Do píncaro do “picadeiro” armado no Largo de Palácio, na Avenida Pedro II, o novo governador deitou falação por cerca de 30 minutos para rádios, TV e o povo, “debaixo de um verdadeiro bombardeio de foguetes e ao som de tambores, das Escolas de Samba, e das palmas da multidão incalculável, que lotava a referida avenida”. “Indescritível” espetáculo de renovação e consagração do poder e da imagem do novo líder político de caráter populista, popular. Em meio aos “empurrões, gritos, requebros dos integrantes das escolas de samba, charangas, etc.”, a “patuléia” em delírio esperava para ouvir o discurso da “posse do Zé...” que tomava as rédeas do Estado em suas mãos e saudava-o com “mais de 100 faixas e cartazes, com dísticos, sintetizando as esperanças do povo no seu novo governante”, assim dizia o colunista do Jornal Pequeno.⁴⁷ O silêncio se faz (os fogos continuam!) para ouvir o discurso de Zé Sarney:

Aqui estamos, qualificado pelo povo, para um ato em que se manifesta a própria essência do regime democrático: a legitimação do poder pela substituição do Governo. Aqui, neste instante, um novo Governo do Estado do Maranhão é constituído. Esse o compromisso que, sob a forma de juramento, este novo governo assume para com o povo e as instituições democráticas do Estado e do Brasil. Bem sei que este juramento, à força de se repetir a cada período, com as mesmas palavras e no mesmo recinto, tem muito do seu significado obscurecido pela imponência desta cerimônia.⁴⁸

Como se vê um dos “significados obscurecidos” não só pela “imponência desta cerimônia”, mas também pelo discurso de Sarney, eram as ações autoritárias da ditadura civil-militar que a pouco havia se instalado no país. Para o novo Governador sua eleição expressava a essência de um “regime democrático”, garantido com as baionetas caladas e comandadas pelo General-Presidente Castelo Branco. No ápice do delírio da multidão, Sarney pretende (re)escrever a história do Maranhão na contramão do que ocorria no país, anunciando que seu juramento era de compromisso com as “instituições

⁴⁷ Jornal pequeno, 01 de fevereiro de 1966. p. 1.

⁴⁸ Sarney quando do discurso de posse ao Governo do Estado do Maranhão, em 31 de janeiro de 1966. In. SARNEY, José. Governo e povo. Rio de Janeiro: artenova, 1970. p. 9.

democráticas”. Enquanto isso, no país, tais instituições estavam ocupadas pelos militares que tendiam cada vez mais para medidas autoritárias. Por esta época já vigoravam os Atos Institucionais 1 (AI-1) e 2 (AI-2), decretados quando das eleições de 1965. No ano em curso da posse do Zé (66), os militares decretariam o AI- 3 estabelecendo eleições indiretas para governador e presidente. Ainda assim, insistia o novo governador que se tratava de um país democrático.

Em sua estratégia retórica Sarney engrossava a fileira daqueles que ajudavam na manutenção da simulação de uma ditadura que se autodenominava “democrática”. Encontrando cada vez mais resistências em impor seus candidatos (sob a tutela do novo partido do governo, a ARENA), o governo do General Castelo Branco tratou de fechar ainda mais o sistema político do país: “a justificação imediata era a necessidade de continuar um programa de desenvolvimento econômico e de antiinflação reconhecidamente impopular, no entanto essencial”.⁴⁹ Após as decretações dos atos institucionais os militares se esforçavam em realizar eleições em que se podiam escolher senadores, deputados e vereadores num autêntico exercício do simulacro político. Empenhados em abolir a política populista, os militares juntamente com os conservadores, caminhavam a passos largos em direção ao fechamento do sistema político, impedindo com isso qualquer possibilidade de organização de novos grupos. Somam-se a essas medidas de suspensão arbitrária das regras do jogo político, a indiferença do povo que “desiludido com os erros e oportunismo dos ‘políticos’, parecia resignar-se, pelos menos temporariamente, com o domínio dos tecnocratas sob a tutela militar”.⁵⁰

Valendo-se dos efeitos discursivos, sua retórica é revestida pelo símbolo do novo e Sarney faz soar naquele instante a constituição de um “novo Governo do estado do Maranhão”, o “Maranhão Novo” que coberto com o véu verborrágico da mudança, pretendia obscurecer as velhas práticas da politicagem. Pode-se dizer que de inovador mesmo foi à pompa da cerimônia de posse. Nestes termos, poder-se-ia assegurar que na história da política do Maranhão de então, nunca um governador havia recebido o poder do Estado em plena praça pública diante dos olhos hipnotizados do povo e debaixo de tamanha algazarra, já que o “ritual de massas não era um dispositivo de apoio do Estado; pelo contrário, era o Estado, mesmo no seu último suspiro, que era um

⁴⁹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a castelo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. p. 386.

⁵⁰ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a castelo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. p. 388.

dispositivo para realização do ritual de massas. O poder servia a pompa e não o contrário”.⁵¹

Entre tantos significados obscurecidos, eis que em meio ao pipocar das bombas, surge o colunista do jornal Diário da Manhã que assim narrou o “dia da pagodeira infernal”, “numa anti-visão” do que seria a administração do novo governo:

Mesmo com a temperatura baixa a cidade teve que assistir a um verdadeiro ‘show’ em praça pública e queima de três mil dúzias de foguetes que marcaram com o epíteto de festim popular a posse do Sr. José Sarney no governo do Estado. Segundo os cálculos feitos e confirmados por ‘experts’ em finanças o rapapé de posse incluindo-se a construção do picadeiro na Avenida Pedro II, estouro de foguetório durante a madrugada e o dia de ontem, coberturas por gastos aos clubes populares, recepção num clube social e pequenas despesas orçou pouco mais ou menos na bagatela de 25 milhões de cruzeiros sangrados por adiantamento aos cofres públicos do estado numa anti-visão do que será o próximo quinquênio administrativo.⁵²

As comemorações do “Dia da esperança” seguiram noite adentro. Pretendendo fechar o ciclo do ritual cívico de passagem da festa popular, a comissão organizadora promovera bailes carnavalescos por toda cidade. Os clubes populares – Nosso Clube do Anil, Tri-Campeão, Estrela Dalva, Urussanga, Savará, Carcará – abriram as portas e “receberam gratuitamente os foliões maranhenses... Muita gente de cabeça cheia (de cachaça e outras mirongas e lombras mais?!) pulou à vontade”.⁵³ Do outro lado da cidade, no Grêmio Líteo Recreativo Português, o “arrasta-pé” foi somente para a “elite da sociedade” e convidados do governador. No entanto, segundo o editorial do jornal Diário da Manhã, do dia 2 de fevereiro de 1966, o governador e seu vice teriam visitado alguns dos bailes populares.

Em meio à euforia do carnaval fora de época, no “dia da liberdade do Maranhão”, alguém se lembrou da proibição das máscaras e perguntou: “e as máscaras, estão liberadas?!” Corria pelas páginas da imprensa e nos corredores da Secretaria de Segurança Pública a polêmica da proibição dos bailes de máscaras nos clubes populares da cidade, tendo por protagonistas a Associação dos donos de clubes carnavalescos e o prefeito. Num arroubo moralista e pretendendo conservar os bons costumes da fina flor de estufa da sociedade ludovicense, o então eleito prefeito Epitácio Cafeteira havia decretado a proibição do uso das máscaras durante os bailes de carnaval daquele ano. Justamente daquele ano! Desnecessário dizer que em meio à euforia das comemorações

⁵¹ GEERTZ, Clifford. Negara: o Estado teatro no século XIX. Lisboa: DIFEL, 1980. p. 25.

⁵² Diário da Manhã, 01 de fevereiro de 1966. p.3.

⁵³ Diário da manhã, 02 de fevereiro de 1966. p.2.

ao dia da “posse do Zé...”, todas as máscaras foram liberadas durante os bailes noturnos nos clubes populares. Como se não bastasse, o episódio ainda foi alvo de disputa entre o novo governador e o prefeito, sagrando-se vencedor o primeiro. Em tom irônico e satírico, assim foi assinalado o duelo das máscaras entre Sarney e Cafeteira pelo colunista do Diário da Manhã: “Na batalha das máscaras Sarney derrotou Cafeteira”.⁵⁴ Entre mascarados e hipnotizados,

Assim foi criado o ‘Maranhão Novo’, em janeiro de 1966. A posse foi uma apoteose, e o ‘cara de onça’ sabendo que não poderia de forma alguma enfrentar o povo desta terra, lembrou-se, na época, que havia um vice-governador, ao qual passou as rédeas do governo, viajando, em seguida, para fora do Estado.⁵⁵



Comício de posse de José Sarney na Praça Pedro II. No centro tem-se a imagem de Sarney acenando. À direita percebe-se a presença do jovem cineasta Glauber Rocha. Ao fundo, uma das torres da Catedral da Sé.

⁵⁴ Diário da Manhã, 1, de fevereiro de 1966. p. 3.

⁵⁵ Jornal Pequeno, 12 de março de 1966. p. 3. Mesmo tendo declarado ao Jornal Diário da manhã que deixaria o cargo de Governador somente no dia 31 de janeiro, dias antes da “posse do Zé...”, tratou Newton Bello em transmitir o cargo para o Vice-Governador Alfredo Duailibe, que teve que passar a faixa e as rédeas do estado às mãos de Zé Sarney.

I.2 As alianças com os militares: ascensão política do Zé... Sarney

... Num regime de terror é impossível distinguir não só a verdade da falsidade, mas também a verdade da verdade. (Alberto Moravia)

Ao discursar quando da solenidade de diplomação no Tribunal Regional Eleitoral, no dia 04 de dezembro de 1965, o então eleito governador do Estado, José Sarney, proferiu seus agradecimentos à justiça eleitoral e as forças armadas, numa clara demonstração de que sem o apoio do General Castelo Branco e sua “interferência branca” em setores estratégicos do aparelho estatal, não teria ele chegado ao poder do Maranhão.

À justiça eleitoral agradecemos a participação limpa, com gestos e exemplos, como a do procurador Nicolau Mader e Ministro Henrique Andrade, que a serviço da lei aqui estiveram e contaram com a colaboração de seus eminentes colegas do Maranhão, para uma eleição isenta e insuspeita.

Às forças armadas, que, colaborando com a justiça eleitoral, na determinação de seus comandantes e comandados, asseguraram a liberdade do voto, o direito da escolha e aniquilaram as manifestações do policialismo a serviço da deturpação da vontade popular. O governo do Marechal Castelo Branco, no seu espírito público e na sua missão, proporcionou o clima de garantias e da normalidade democrática há tantos anos esperado e sempre negado à nossa terra.

Adotamos este trecho do discurso do governador como ponto de partida para nossa análise, no intuito de percorrer as trilhas das estratégias traçadas pelo mesmo e que em consonância com a política do governo federal após-golpe militar de 1964, lhes permitiram chegar ao tão desejado posto de comando do Estado. Mais do que isto: é lícito asseverar que tanto o governador quanto o general-presidente nutriam o desejo em comum de promover a derrocada da prática política e administrativa que vigia no Maranhão desde o após-45. Sendo assim, para se ter uma melhor compreensão das diretrizes políticas do Estado depois de 1965, faz-se necessário uma análise mais detalhada da trajetória política de José Sarney, cujas alianças partidárias no jogo político da esfera nacional e local são marcadas por suas constantes oscilações, que, diga-se de passagem, esteve sempre em conformidade ao seu *mui* elástico senso de oportunismo para ascender ao domínio político.

Numa estrutura política em que vicejava/viceja os padrões de dominação sustentados pelo patriarcalismo/patrimonialismo, Zé Sarney deu início à sua trajetória

apadrinhado por políticos que controlavam a arena de domínio regional e mais adiante se transformaria em seus desafetos. Como disse Nascimento Morais Filho, Sarney era “uma fina flor de estufa, plantada e cultivada no Palácio dos Leões: apenas a criatura engoliu o criador”.⁵⁶ Neste sentido, “a fina flor” carnívora “de estufa” chegara à Câmara dos deputados, ainda na “Cidade Maravilhosa”, após assumir a vaga de suplente de Deputado Federal, em 1955, num arranjo político comandado pelo PSD-MA, então já sob a tutela do Senador Vitorino Freire. Nas eleições seguintes, em 1958, elegera-se para seu segundo mandato de Deputado Federal com expressiva votação, já fazendo morada nas hordas das Oposições Coligadas (PSP/UDN/PR/PDC), conduzindo sua “asa delta política” conforme os ventos favoráveis para um pouso seguro.

Em seu livro de memórias, *A laje da raposa*, assim narra o criador (Vitorino Freire) a criatura (Zé Sarney):

Seu pai, o desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejoso de ver seu filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao Governador Eugênio Barros, no sentido de arranjar uma colocação para o filho, José Ribamar da Costa, ou José Sarney, como se assinava, no gabinete do governador. Fui ao Governador e fiz-lhe o pedido, no qual fui imediatamente atendido. Eugênio Barros nomeou Sarney para a assessoria. Jovem e inteligente, Sarney soube transformar o cargo que ocupava em verdadeiro trampolim político para sua ascensão dentro do Estado... O salto de Sarney, de assessor do governador a candidato a deputado federal, contando com meu apoio, gerou incompreensões de outros jovens políticos do PSD, que se consideraram marginalizados por mim... Eleito deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso e oportunista sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem mais favoráveis.⁵⁷

Como se vê, mesmo tendo sido cultivado e aflorado nas entranhas do Palácio dos Leões, “a fina flor de estufa” Sarney oscila sua trajetória política no vai-e-vem da gangorra dos conchavos, ora pairando na aba dos situacionistas, ora fazendo morada nas trincheiras oposicionistas. Eleito dirigente/presidente regional da UDN-MA, “Zé meu filho” abandonou as oposições nas eleições para o Governo do Estado, em 1960, tornando-se um dos principais articuladores político da campanha que ajudou Newton Bello a galgar a “rampa” do Palácio dos Leões. A nova aliança da UDN com o grupo dominante do Maranhão foi alvo de severas críticas ao partido e, em particular, ao seu presidente que ainda a pouco combatia nas trincheiras contrárias. A propósito desta aliança conta Benedito Buzar:

⁵⁶ Apud Rossini Corrêa, 1993: 234.

⁵⁷ FREIRE, Vitorino. *A laje da raposa* (memórias). Rio de Janeiro: Guavira, 1978. p. 273.

A União Democrática Nacional preparava-se para a sucessão presidencial, quando resolveu, através de sua cúpula dirigente, dar maior flexibilidade aos diretórios regionais, no sentido de formarem coligações com outros partidos, até mesmo, se fosse o caso, o tradicional adversário o PSD, desde que dessa aliança pudesse tirar algum proveito político, e, porque não dizer, compartilhar do poder nos Estados. Em obediência a essa nova orientação partidária, até certo ponto revolucionária em relação às posições ortodoxas anteriores, a UDN maranhense, agora sob o comando do deputado José Sarney, que se elegeu presidente do Diretório Regional, partiu para se juntar ao PSD e formar uma coligação, com vistas às eleições de governador do estado. A aliança com o vitorinismo, na verdade, custou um preço muito alto para os líderes udenistas, que no Maranhão vinham mantendo uma linha de atuação de combate sistemático ao PSD, desde que o partido foi criado, sob a chefia de Alarico Pacheco.

Contra o deputado José Sarney passaram a ser desfechados os mais contundentes ataques e as mais pesadas críticas. Os políticos das Oposições Coligadas não lhe perdoavam pelo fato de atrelar a UDN ao candidato do PSD, através de acordo considerado espúrio.⁵⁸

A esse respeito, em editorial lançado no dia 20 de janeiro, O Jornal do Povo indignado com esta “espúria” coligação expressou em nota sua contestação à UDN regional: “no momento em que o Brasil inteiro se rebela contra o PSD para derrotá-lo, a UDN maranhense contribuiu com expressiva soma de votos para manter uma lamentável máquina de corrupção, fraude e coação”.⁵⁹ Todavia, é lícito dizer que em troca por esta barganha política, a UDN regional e especificamente seu presidente, obtivera do governo inúmeras nomeações para cargos administrativos do aparelho do Estado. Concomitantemente às eleições estaduais, Sarney se empenhou com afinco na campanha do candidato Jânio Quadros à presidência da república. Com a candidatura de Jânio o partido vislumbrava a real possibilidade de ganhar uma eleição para presidência do país. Este se tornara o candidato ideal por se encontrar em sintonia com muitas das posições retóricas udenistas, “como a intransigência com a corrupção, a suspeita em relação a obras faraônicas, a preferência pela livre empresa e a ênfase nos valores do lar e da família”.⁶⁰

Com a vitória de Jânio, e sua alegórica “vassoura” como estandarte moralizante, no Congresso Nacional, sorrateiramente pouco e pouco, o deputado Sarney passou a ocupar uma posição de destaque no cenário nacional. Nesse sentido, na esfera central do poder, novas configurações se desenhavam para o jogo político maranhense, já que no lugar de Vitorino passou a brilhar “com intensa luminosidade em Brasília a estrela do

⁵⁸ BUZAR, Benedito. Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: LITHOGRAF, 1998. p. 406.

⁵⁹ Jornal do Povo, 20 de janeiro de 1960.

⁶⁰ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 28.

deputado José Sarney”.⁶¹ Seja como for, diante de sua notoriedade nos corredores do planalto, aos poucos a “nova estrela” foi assumindo a condição de novo porta-voz do governo do Maranhão, ofuscando, com isso, a velha imagem do Senador Vitorino Freire. Aproveitava Sarney, neste momento, da disputa interna que se principiava entre os líderes pessedista no Maranhão.

Valendo-se cada vez mais de sua atuação nos bastidores da política, o deputado a essa altura passou ocupar cargos importantes na cúpula nacional do partido. Ao assumir a vice-presidência do diretório nacional da UDN, tornou-se um dos mais atuantes combatentes que faziam oposição as políticas propagadas pelo ex-presidente JK. Já em 1963 quando fora realizada a convenção do Partido, Sarney foi um dos deputados a compor a lista dos que assinaram o Manifesto da “Bossa Nova”. Ala udenista considerada como progressista e moderna. Com a aprovação do documento, tal medida significou a ruptura das relações com os udenistas tradicionais ao defender as reformas agrárias, bancária, tributária e urbana, a política externa independente, o plano trienal do governo, a consolidação de Brasília, a democratização do ensino, o monopólio estatal do petróleo e a criação da Eletrobrás como controle do setor energético do país. Somase na listagem do “manifesto bossanovista”, a defesa da reforma agrária mediante a emenda constitucional, tese do Partido Trabalhista Brasileiro, que apoiava a idéia de “arrendamento compulsório”. Entretanto, tal emenda fora rejeita pela ala reformista da “bossa nova”, mediante aos argumentos de que os termos propostos para os valores das indenizações das terras desapropriadas eram “injustas e espoliativas”.⁶² Estrategicamente Sarney não compareceu durante a seção. Contudo, oito meses após assumir o mandato, no dia 25 de agosto, Jânio Quadros intempestivamente renuncia a presidência. Nesse intervalo, várias foram as forças conservadoras civis e militares que tentaram impedir que o vice João Goulart, que se encontrava na China comunista, assumisse o governo. Após intensas rodadas de negociações a solução que se chegara era que Jango assumiria a presidência, no entanto governaria com poderes limitados, sobretudo depois da manobra dos conservadores que apressadamente fizeram aprovar uma emenda constitucional fazendo do Brasil uma república parlamentarista. Diante

⁶¹ BUZAR, Benedito. Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: LITHOGRAF, 1998. p. 409.

⁶² Rezava os termos da emenda que “mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações sujeitas à correção do valor monetário em limite não excedente a 10% ao ano”. A emenda proposta fora derrotada por 176 votos a 121. Informações encontradas no sítio WWW. CPDCFGV. com.br referente ao governo de José Sarney.

dessa nova conjuntura política, no cenário nacional, o PSD retomou sua hegemonia na esfera do poder central.

É neste novo contexto que as relações entre PSD e UDN, no Maranhão, aos poucos se foi desgastando. A rigor, o desgaste era nacional. Em março de 1962, como porta-voz da UDN Regional, Sarney fez anunciar o rompimento entre os partidos, cumprindo com a orientação da cúpula dirigente, pois no cenário nacional os partidos definitivamente montaram suas trincheiras de lados opostos. Tão logo se desfizera a aliança no âmbito regional, Sarney recorreu aos órgãos da imprensa no afã de querer justificar seu oportunismo e amenizar as críticas que lhe foram feitas quando do acordo com Newton Bello, através das páginas do jornal do Povo, principal veículo de oposição ao situacionismo. Dizia Sarney como justificativa para o rompimento de sua “espúria” coligação: “agir assim por ver frustradas as esperanças de que o governador fizesse um governo que atendesse aos interesses do Estado, mas o senhor Newton Bello só promove o desenvolvimento de seu grupo”.⁶³ Quando da realização das eleições proporcionais de 1962, mais uma vez a UDN volta a engrossar às fileiras das Oposições Coligadas. Na oportunidade, Sarney fora eleito com uma expressiva votação. Foi o candidato das Oposições que mais obteve votos, sendo o segundo deputado mais bem votado em todo Maranhão. Diante dessa expressiva aceitação popular abriam-se caminhos para novas pretensões. Tomando por base os resultados numéricos dos votos conseguidos durante o pleito, o então deputado José Sarney passou vislumbrar a possibilidade de se lançar candidato ao governo do Estado. Vale dizer, ainda, que seu retorno aos quadros das Oposições Coligadas não aconteceu sem conflitos. Líder do PSP e das Oposições, o deputado Clodomir Millet lança sua crítica às pretensões de Sarney em se candidatar ao governo do Estado. Através do Jornal do Povo faz divulgar uma carta em que condena o mesmo, pois este, segundo o deputado Clodomir, havia alardeado que o governador Newton Bello teria procurado os partidos de Oposição “mandando emissários e tecendo intrigas, com o objetivo de isolá-lo, para que não tivesse nem chapa por onde pudesse concorrer”. Diz ainda Millet, que no entender de Sarney, as oposições seriam capazes “de receber, através, de emissários do governo, propostas indecorosas e insinuações descabidas sobre como se comportar em assuntos de economia interna e de orientação política e partidária”. Assim o deputado Clodomir Millet arremata sua investida contra Sarney quando das eleições de 62:

⁶³ Jornal do Povo, São Luís, 14 de fevereiro de 1962. p. 1.

De mim estou convencido de que nos próximos comícios eleitorais, em São Bento [cidade onde nasceu Sarney] ou qualquer outra cidade, vila ou povoado onde se faça presente a sua voz, o povo irá ouvir um contrito de resignado “mea culpa” e a declaração peremptória e sincera de que, de agora em diante, jamais desprezará “aos avisos e advertências”, quando se tratar do bem do Maranhão, e nunca mais se atrelará “inadvertidamente”, a uma composição em que não sejam levados em conta o bem estar do povo e os supremos interesses do Estado.⁶⁴

Em resposta às acusações do deputado Clodomir Millet, Sarney usa as mesmas páginas do jornal do Povo, para fazer divulgar uma carta em tom conciliador, dizendo que sua “carta é uma afirmação de respeito à Oposição”. Diz o mesmo compreender por Oposição um “estado de espírito coletivo, sem donos, sendo encarnada por todos e sem distinções gradativas”. Ao se redimir afirma não ter “a veleidade de dizer que não cometi erros”. Assume a “mea culpa” atribuída por Millet, já que para ele “é um ato de confissão humana e humilde, que não humilha e sim dignifica”. Na tentativa de legitimar e justificar sua posição evoca a imagem de Rui Barbosa, que ao ser acusado de mudar de partido teria dito: “quem não muda são as pedras. O que não desejo é mudar para pior”. Intenta o entendimento com Clodomir Millet recusando-se não aceitar este como “adversário”, já que para Sarney a contenda não passava de um “episódio irrelevante na atual política”. Em tom conciliador declara ser o mal “o amesquinamento a que vai chegando à vida pública no Maranhão”. Convida o deputado a esquecer os ressentimentos em prol dos problemas que assolava o Estado e que esta (re) aliança representaria de fundamental importância para se promover o desenvolvimento do Maranhão pautado no ideário moderno que se realizaria com “estradas, energia, fomento a produção... assistência ao homem rural, liberdade contra a fome e as doenças e a necessidades das reformas institucionais imediatas”, um farto lastro de retórica eleitoreira. Com astúcia e um elástico senso de oportunismo e visando as eleições e o apoio das Oposições, assim Sarney arremata seu pedido de desculpas e reconciliação:

Não devemos desviar as nossas atenções. V. Excia. no seu setor e eu no meu. O governador [Newton Bello] é de tal modo, que manda publicar em seu jornal, que nós, da bancada federal não podemos protestar contra a maneira como está sendo feito um empréstimo ao Maranhão, porque ele já tomou idêntica providência em empréstimo solicitado por V.Excia. para uma firma de que faz parte. Para me atingir, rompendo as barreiras éticas, macula a memória do meu pai, sagrada para mim, e me ofende no que tenho de mais intocável. Em ambos os casos é a agressão organizada, para desmoralizar e ferir. A hora é de unir esforços. Unidos, a face do governador é de pavor e

⁶⁴ Jornal do Povo, 22 de abril de 1962. p. 2.

ódio. Com a carta de V. Excia. a sua face é de satisfação e alegria. Atenciosamente, seu modesto companheiro de representação.⁶⁵

Como se vê talvez não vislumbrando sua indicação pelo governador Newton Bello, para o pleito de 65, Sarney não perde tempo e mais uma vez volta aos braços das Oposições, mesmo diante da suposta tentativa do governador em querer promover a cisão entre esta e seu ex-aliado. Com o desenrolar das contendas com o deputado Clodomir Millet e aproximando-se cada vez mais dos partidos oposicionistas, Sarney volta às páginas do Jornal do Povo para proclamar que o governo não era um “condomínio de alguns contra o interesse de todos”.⁶⁶ A esta altura, pode-se dizer que firmes contornos eram desenhados pelo deputado federal na esfera do poder central, ao ponto do mesmo bradar que nas eleições de 65 “fantasmas não votariam”, pretendendo com isso anunciar que realizaria a velha aspiração das Oposições que era de “acabar” com a “universidade da fraude” do Maranhão durante as eleições. Nesse contexto, os nomes mais cotados para encabeçar a chapa das Oposições Coligadas eram o do próprio deputado José Sarney e do deputado Neiva Moreira. No entanto, diante da pouca e expressiva votação no seu principal reduto eleitoral, São Luís, Neiva Moreira aos poucos fora perdendo espaço, sobretudo devido a “virulenta campanha anticomunista decretada pelos setores empresariais e clericais”.⁶⁷ O golpe fatal em suas pretensões a candidatar-se ao governo, viria em 1964, quando os militares assumiram o comando da Nação e Neiva Moreira tivera seus diretos políticos cassados, sendo obrigado a deixar o país (em julho de 1964), retornado somente em fins dos anos setenta (1979) quando da abertura política. Nesse período também ocorrera o fechamento do Jornal do Povo, a principal voz da oposição na Capital.

Tudo conspirava ou era conspirado em favor do deputado Sarney, e sua figura gradativamente foi-se tornando cada vez mais exponencial e ampliando seu espaço político e adquirindo significativa representação nas esferas populares da capital, ao mesmo tempo em que surgia para as Oposições Coligadas como o candidato mais cotado e capaz para enfrentar a situação nas eleições para governador. Diante do rompimento nacional e regional entre a UDN e PSD, que por muito já era esperado, Sarney passa a investir contra Newton Bello e lançar seus ataques ao governo que a pouco ajudara a eleger através das páginas do Jornal do Povo:

⁶⁵ Jornal do Povo, 24 de fevereiro d 1962. p. 2.

⁶⁶ Jornal do Povo, 24 de fevereiro d 1962. p. 1.

⁶⁷ BUZAR, Benedito. Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: Lithograf, 1998. p. 421.

É um atentado contra o futuro do Maranhão pensar em desenvolvimento do setor agropecuário sem o correspondente desenvolvimento do setor industrial e do setor de base: energia e transporte um sem o outro não cria progresso... Agora os seus adeptos querendo uma coisa para o Brasil e outra para o Maranhão, acham que se deve abandonar totalmente a industrial, para ficar somente na agricultura e na pecuária... O que desejam é o atraso do Estado, que fique no ramerame do plantio antieconômico ou de uma agropecuária extensiva, com a mentalidade que essa forma colonial cria e onde são eles os aproveitadores e usufrutuários. Não desejam liberar o homem do campo e do interior fomentando a riqueza, industrializando a agricultura e pecuária mas acorrentados a formas econômicas superadas.⁶⁸

As críticas se intensificavam na medida em que se aproximavam as eleições. Em seus discursos estavam contidos os indicativos das intenções do Deputado Federal em concorrer às eleições para governo do Estado. Como se percebe, a política “anti-desenvolvimentista” do Governador Newton Bello torna-se alvo preferencial da voraz crítica de Sarney e é entendido por este como um “atentado contra o futuro do Maranhão”. Aspirante ao cargo de governador, diz que não se pode pensar o desenvolvimento do setor agropecuário sem a combinação correspondente do desenvolvimento industrial e do setor de base ancorados na energia e transportes: “energia e transporte um sem o outro não cria progresso”. Delineavam-se dessa maneira as bases da plataforma de sustentação de sua futura campanha política e do seu programa de governo, pautado no binômio: energia e estrada. Se autoproclamando moderno e progressista, para Sarney, o progresso do Estado se operaria por intermédio de uma política de industrialização. Em alusão às idéias de progresso levado a cabo por Juscelino Kubitschek, o pretense candidato ao governo fixa-se na industrialização como carro chefe de sua campanha portadora do moderno, do novo. É por meio da imprensa escrita, portanto, que constantemente atacava o governo de Newton Bello e que se projeta como novo condutor das Oposições Coligadas. Como se previa, foi por intermédio das páginas dos jornais que lançou sua candidatura. O Jornal do Povo, do dia 25 de março de 1964, anunciava à seguinte manchete: “oposicionistas do Maranhão anunciam que está prevista para a segunda quinzena de abril a realização nos bairros de São Luís dos primeiros comícios do deputado José Sarney”.⁶⁹

Analisando as contendas políticas no cenário maranhense, no contexto do Vitorinismo, Benedito Buzar ressalta a estratégia do Deputado Federal Zé Sarney na esfera do poder central. Ou seja, o nome de Sarney aparecia associado aos outros deputados que representavam a bancada maranhense, engrossando a lista dos que

⁶⁸ Sarney. Jornal do Povo, 8 de abril de 1962. p.1.

⁶⁹ Jornal do Povo, 25 de março de 1964. p. 01.

apoiaram o “comando revolucionário” (leia-se Golpe Militar de 64), liderado pelo General Castelo Branco, quando das eleições golpista que legitimara os militares no comando da Nação. Estratégia palaciana de ascensão do novo líder político ao poder. Revelando uma de suas mil faces, em atitude maquiavélica, pois os fins justificavam os meios, utilizara-se do expediente denunciativo em que se revelou a posição do Senador Vitorino Freire, quando das eleições de 1964 que legitimara os militares no poder. Mais do que isso: dava-se início há uma aliança que o ajudaria ser eleito governador. Segundo Buzar, assim deletou Sarney a velha raposa:

A bancada maranhense no Congresso Nacional dividiu-se nas eleições presidenciais. Votaram a favor da indicação do comando revolucionário, o senador Sebastião Archer da Silva e os deputados **José Sarney**, Henrique La Rocque, Clodomir Millet, José Rios, José Burnett, Renato Acher, Matos Carvalho e Luís Fernando Freire... O único voto discrepante foi do Senador **Vitorino Freire**, que votou no Marechal Eurico Gaspar Dutra ⁷⁰ (grifos nosso.)

Há que se esclarecer, no entanto, que o voto de Victorino não se tratava de um protesto, mas sim de uma estratégia voltada para manutenção do poder do PSD na esfera local e nacional. Noutras palavras, caso se consolidasse a vitória do General Dutra, esta representaria para a “velha raposa” a permanência do domínio político no cenário local. Como se vê, estavam lançadas as bases das estratégias políticas montadas e articuladas por José Sarney, no afã de minar as forças representativas do seu desafeto na arena maranhense e nos corredores e gabinetes do poder central. Daí em diante se estreitaria ainda mais os laços que uniam os interesses comuns entre Zé Sarney e o General-Presidente Castelo Branco. Por outro lado, arrochavam-se os nós das estratégias que imobilizaria o Senador Vitorino Freire na esfera palaciana, já que “o movimento revolucionário de 1964 que, de índole udenista, se propunha a banir o PSD, este, no Maranhão representado pelo ‘vitorinismo’”. ⁷¹

Percorrendo pelas esteiras dos bastidores da política local podemos visualizar as **estratégias centrais** que conduziriam “Zé meu filho” ao Palácio dos Leões. De um ponto de vista apropriado, bisbilhotando pelo buraco da fechadura da ditadura, seguiremos pelos caminhos opostos as **estratégias periféricas** analisadas e apontadas por Wagner Cabral da Costa. Em suas análises das contendidas oligárquicas do

⁷⁰ BUZAR, Benedito. O “Vitorinismo”: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998. p. 448.

⁷¹ BUZAR, Benedito. O “Vitorinismo”: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998. p. 494.

Maranhão, o autor, fazendo golpe de vista ao apoio determinante dos militares quando das eleições que elegeram Zé Sarney, num olhar simpático e regionalista, pretende atribuir àquele momento, a uma pretensa **estratégia periférica**, supostamente traçada pelas Oposições Coligadas. Dessa forma, há que se esclarecer que para além da vã pretensão de fazer tábua rasa das análises do autor, trata-se de ensaiar uma leitura que possa contrapor tal suposição. Ou seja, em contrário, pretendemos lançar alguns feixes luzes sobre as questões que apontam para uma estratégia articulada sobremaneira com o poder central dos militares, pondo-as em confronto com as idéias do autor que pretende atribuir, anunciar e simbolizar o legado da vitória de Zé Sarney, associando-a a invenção mítica da “Ilha Rebelde”, caracterizado pelo pretenso “resgate das tradições cívicas e culturais dos maranhenses”, sustentado pelo mastro da bandeira das Oposições Coligadas (UDN/PSP/PR), e supostamente calcificado no imaginário social e político da cidade de São Luís. Assim diz Costa em suas assertivas quando da eleição de Sarney:

Eis o legado político da Campanha de libertação: o resgate das tradições cívicas e culturais dos maranhenses. O novo governo prometia adotar um programa liberal de “moralização dos costumes políticos”, realizado sob a severa vigilância de baionetas caladas da ditadura militar. (...) Lembranças de comícios, marchas e romarias, de greves e procissões – tempo da fundação mítica da Ilha Rebelde, presença de um passado que não cessa de se atualizar e se conservar nos imaginários sociais...⁷²

Párvoa reminiscência da “greve de 51”, que segundo Costa, teria forjado o imaginário coletivo da “ilha rebelde”. Em seu esforço analítico, pretende o autor com isso trazer à luz do momento e no calor dos acontecimentos as sombras das imagens que relampejam nas interpretações de ontem e de hoje, por meio de uma visão mítica e cíclica da história, revelando assim a presença de um passado que supostamente “não cessa de se atualizar”, mediante uma aura de resistência local que não ultrapassa as linhas das elucubrações teóricas. Como diz o historiador, a vitória de Sarney representa o legado político da “fundação mítica da Ilha Rebelde”, conservado “nos imaginários sociais” como fruto da atuação das Oposições Coligadas. Então nos cabe perguntar: em que momento da trajetória política de Sarney este se tornara tal herdeiro? Qual o papel do governo federal neste contexto? Reduzir-se-ia apenas na esfera da desarticulação da rede fraudulenta do situacionismo armada no judiciário? Os desenhos dos quadros de renovação do poder oligárquico do Maranhão apontam para vários possíveis caminhos. Não se trata ainda de conclusões assentadas. A resposta para tais questões deve

⁷² COSTA, Wagner Cabral da. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006. p. 163-207

considerar a crise intra-oligárquica que envolve a disputa pelo poder entre o governador Newton Bello e o senador Vitorino Freire. Outro possível fator, como já dissemos, foi desarticulação política do senador na esfera do poder central com o advento do golpe militar e o (re) arranjo do jogo político para a definição da liderança regional. Nesse sentido, as observações que seguem devem ser encaradas como um tatear de possíveis caminhos das interpretações.

Dessa maneira, nota-se que mais uma vez, semelhante a outros momentos de sobressalto das contendas políticas local, os vínculos estabelecidos com a esfera do poder central se revelam determinantes para os desfechos da composição da chefia do poder regional. Dito com outras palavras, mais do que fruto de uma suposta “estratégia periférica” traçada anteriormente, em meados da década de 1950, por grupos opositoristas sem força para chegar ao poder, mais uma vez, as estratégias com o governo federal se revela decisivas para ascensão de José Sarney ao poder do Estado. Mas do que isso: a vitória da “fina flor de estufa” representa indissociavelmente os novos traços da política desenhados pelos militares no poder, expressando como isso seu fortalecimento no cenário local “e a definitiva configuração do situacionismo foi um processo paulatino que também esteve vinculado à maior penetração do novo líder oligárquico nos círculos centrais da política brasileira”.⁷³ Assim sendo, não seria abusivo dizer que muito mais que o sucesso de uma estratégia periférica, foi determinante a intervenção branca da ditadura durante o pleito de 1965. De qualquer modo, mais do que herdeiro do legado das Oposições Coligadas, Sarney se revela como manobrista dos anseios desta, associando-as a um projeto autoritário, individualista e populista.

Arregimentada as forças Opositoristas para seus propósitos, o passo seguinte consistia na destruição dos alicerces de sustentação da dominação vitorinista no Maranhão, ancorada numa estrutura de funcionamento e organização do poder judiciário, sobretudo, no que diz respeito à Justiça Eleitoral do Estado, a qual vicejava “os imperativos de sobrevivência do complexo mercantil-latifundiário de poder... ordenado sob a legalidade a fraudulência, na vinculação das instâncias jurídico-políticas”.⁷⁴ Sob o pretexto retórico da moralização política no Maranhão através dos

⁷³ REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. São Luís: [s.n.], 2007. p. 218.

⁷⁴ CORRÊIA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

ideais de um programa progressista/liberal, via ditadura, Zé Sarney recorrerá à ajuda do seu mais novo aliado político, o então comandante da nação: General-Presidente Castelo Branco. A desarticulação da rede fraudulenta armada no judiciário deu-se através da interferência interessada do poder central, pois como diz Sarney: “foi preciso que o Governo Federal iniciasse novos métodos para que a oligarquia do Maranhão ruísse, fosse abaixo, desmoronasse”.⁷⁵ Aqui já podemos entrever que sem a atuação dos militares, pouco ou quase nada poderia fazer as Oposições Coligadas e suas estratégias periféricas para desbancar o mandonismo local, demonstrando que sua atuação sem estes artifícios seriam totalmente ineficazes. Nesse sentido, o novo comandante da nação deu todo respaldo necessário às atitudes tomadas pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE): o Desembargador Tácito Caldas e seus “novos métodos” de ação. Pretendendo garantir o sucesso da missão, o General Castelo ainda destacara para comandar a empreitada de limpar o terreno do judiciário e abrandar os ânimos na “Ilha Rebelde”, o, à época coronel e futuro General-Presidente do país: João Batista de Oliveira Figueiredo.

Alinhando suas atitudes no âmbito do poder judiciário, com a interferência interessada do poder central e o apoio da “intervenção branca” sob determinação implícita dos militares, o presidente do TRE-MA, Tácito Caldas, preparava o terreno para ascensão política de Zé Sarney, na medida em que promovera uma série de reformas a fim de redefinir os princípios que norteavam a organização e funcionamento dos escrutínios políticos no Maranhão. Não obstante, o Desembargador Caldas determinou a abertura de um inquérito correcional para investigar os números legítimos de eleitores existentes no Estado, no intuito de combater a “universidade da fraude” do Maranhão. No final do inquérito revelou-se o já sabido por todos, e por ordem do desembargador, providenciou-se a anulação do montante de 40% dos títulos de eleitores, entendido como o vasto mercado de manipulação fraudulenta supostamente exercida pelo grupo político comandado pelo Senador Vitorino Freire e sua trupe de juízes corruptos:

Dos 497. 463 eleitores que votaram em 1962, foram extirpados mais de 200 mil fantasmas... A certeza de que o pleito de 1965 não apresentaria as irregularidades e as distorções passadas, motivou o imaginário popular a

⁷⁵ SARNEY, José. Governo e povo. Rio de Janeiro: artemisa, 1970. p. 32.

registrar no muro do cemitério de São Luís uma frase verdadeiramente lapidar: os mortos agradecem a tranquilidade nestas eleições.⁷⁶

O Desembargador Tácito Caldas assim esclareceu as determinações do Governo Federal e os novos métodos frente ao TRE e os propósitos da “radical reforma do processo eleitoral”:

Iminente e radical reforma do processo eleitoral, de modo assegurar a limpidez dos resultados dos comícios populares, propiciando a segura manifestação do voto, imune dos vícios da coação, da fraude e do poderio econômico.⁷⁷

Para além das manobras da justiça eleitoral, outro fator importante e decisivo para vitória de Zé Sarney nas eleições, como já frisamos, foi à contenda interna entre os líderes pessedista. O quadro do partido já apresentava sinais de rachaduras com a saída de alguns deputados (seis), que migraram para PTB, em 1962. Com o advento do golpe militar, os ânimos se acirraram definitivamente pela disputa do controle regional do partido, entre o governador Newton Bello e o senador Victorino Freire. O PSD que por duas décadas dominara a cena política agora via sua hegemonia ameaçada com a luta intestina entre os dois principais líderes. Soma-se a isso o enfraquecimento das bases de sustentação do PSD na esfera nacional. Victorino, no entanto, atribuiu a perda do prestígio do partido no Estado à “política personalista do governador” Newton Bello, que provocou a derrubada da base de sustentação ancorada nas redes de domínio exercido pelos “velhos chefes municipais”:

O governo de Newton Bello chegava ao fim, com o Estado do Maranhão dilacerado pela sua má administração e o Partido Social Democrático dividido e diminuído pela política personalista do governador. (...) A insatisfação popular e o descrédito no partido haviam minado as tradicionais bases pessedistas no interior. Os velhos chefes municipais haviam sido, durante os últimos cinco anos de governo, desprestigiados e desmoralizados pelo homem que haviam ajudado a eleger.⁷⁸

Com efeito, a divergência entre os líderes pessedistas atingiu seu ponto culminante quando das proximidades do pleito de 65. Enquanto isso, nos bastidores político, o governador se viu pressionado pelo Presidente Castelo Branco a lançar o nome do prefeito de São Luís Costa Rodrigues (PDC/PL) à candidatura de governador, no intuito de enfraquecer ainda mais as bases do partido. Tal pressão fora exercida pelos coronéis João Batista Figueiredo e Dilermando Monteiro, porta-vozes do presidente.

⁷⁶ BUZAR, Benedito. Vitorinismo: luta políticas no Maranhão (1945 a 1965), São Luís: Lithograf, 1998. p.498.

⁷⁷ Tácito Caldas na presidência do TER. (Des) Correio do Nordeste, São Luís, 14 fev. 1995. p.7. Apud CORREIA, Rossini. Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia, 1993. p. 276.

⁷⁸ FREIRE, Victorino, A laje da raposa. Rio de Janeiro: Guavira, 1978. p. 265-266.

Por outro lado, o Senador Victorino Freire apoiava a candidatura do deputado federal Renato Archer (PTB/PSD), cujo mesmo já havia sido vetado pelo presidente Castelo, alegando suas discordâncias políticas com os militares. Mais do que discordância com o regime ora instalado no país, o veto fazia parte das estratégias do governo federal de enfraquecer o PSD. Segundo Benedito Buzar, o prestígio de Renato Archer junto ao eleitorado maranhense lhe daria condições de travar com José Sarney “uma luta em igualdade de condições”.⁷⁹ Contudo, pode-se dizer que a essas alturas a intenção de Victorino Freire se revela muito mais em querer atrapalhar o apoio de Newton Bello à candidatura de Costa Rodrigues do que propriamente em vencer as eleições, conforme revelara em seu livro de memória *A Laje da raposa*: “a mim interessava que, dos escombros do governo de Newton Bello, Sarney melhorasse as condições políticas e sociais do Maranhão”.⁸⁰ Nesse contexto é que se fortalece a imagem de José Sarney, que sabendo se aproveitar da disputa interna do PSD surge empunhando as “tradicionais” bandeiras anti-situacionistas. Soma-se a tudo isso, o apoio de alguns chefes políticos e coronéis do interior que dantes eram partidários de Victorino e passaram a ver no novo candidato a possibilidade da manutenção dos seus poderes e privilégios sob a proteção virtual dos militares.

Sabendo esperar as rajadas dos ventos favoráveis e ao sabor das ondas da maré política, Zé Sarney aportara nas praias das Oposições Coligadas como legítimo representante e sucessor combatente do situacionismo maranhense. Mesmo com a garantida limpeza do escrutínio eleitoral no TRE-MA e o apoio da ditadura militar, e sendo profundo conhecedor dos percalços político do Estado, sabia que não seria nada fácil transpor os obstáculos no desenrolar de sua campanha política, sobretudo no que diz respeito à divulgação do chamado “projeto de poder alternativo”, o qual se propunha apresentar através da incipiente mídia televisiva fato este “que muito o desesperava”, conforme assinalou o colunista do *Jornal Pequeno*:

Falava pelo rádio, e polemicava pela imprensa, já que a televisão (TV Difusora sob as ordens da situação) não lhe dava oportunidade, o que muito o desesperava, mas ele aguardava que chegassem os horários que o TRE deveria, em obediência à lei, fixar, nas proximidades do pleito, quando poderia ter sua imagem defronte do povo. Publicava cartas, aliás, muito bem esboçada, mas que era nada mais nada menos que mais uma catilinária contra o “cara de onça”.⁸¹

⁷⁹ BUZAR, 1998: 395.

⁸⁰ FREIRE, Victorino, *A laje da raposa*. Rio de Janeiro: Guavira, 1978. p. 273.

⁸¹ *Jornal Pequeno*: Benedito Leite e o “Maranhão Novo”. São Luís, 12 de março de 1966.

Fazendo uso de uma estratégia retórica e das imagens televisas quando permitida pelo horário político, Sarney anunciava e prometia reforma administrativa, moralização política e eficiência da máquina do Governo. Diante do que era exposto em suas “catilinárias” aos poucos fora conquistando os anseios e a preferência do eleitorado maranhense. Homem de trânsito indefinido pelos becos da política, ora fazendo morada nas fileiras do situacionismo, ora nas bases oposicionistas, se apresenta como defraudador das bandeiras das Oposições Coligadas que foram trabalhadas no mínimo por “uma década e meia de combates, resistências e sacrifício”; surge estimulando “as esperanças dos miseráveis, as expectativas dos necessitados”; retroalimenta “o renascimento dos poderosos, prometendo a todos, sob a proteção histórica das Oposições Coligadas, a salvação pela modernidade”.⁸² Em seu discurso quando da convenção do PSP, no dia 30 de julho de 1965, assim conclui Sarney:

... O que nós desejamos, nós da União Democrática, do Partido Social Progressista, do Partido Republicano, constituídos numa unidade, constituídos num bloco monolítico, o que nós desejamos é tornar este Maranhão de esperanças para todos da nossa terra. (...) Quero concluir com uma palavra de certeza, a certeza de que a bandeira que me entregaram eu não a deixarei cair no campo de luta no dia 31 de janeiro, hei de colocá-la vitoriosa no Palácio dos Leões; esta bandeira que me é entregue pelo Partido Social Progressista, que me foi entregue pelo Partido Republicano, que me está sendo entregue pela União Democrática Nacional, nós e o povo do Maranhão a desfraldaremos para construirmos um Maranhão melhor. Queremos, enfim, um Maranhão Novo, um Maranhão mais rico, um Maranhão melhor.⁸³

Como se percebe na fala do candidato, muito mais que a intenção de um projeto coletivo, “constituído num bloco monolítico”, o que se revela é um projeto egocêntrico pretendendo dar visibilidade ao seu plano através da “palavra de certeza” da autolegitimação: a certeza de que a bandeira entregue a ele não cairá no campo de luta. Se auto-apresenta como um bandeirante capaz de construir “um Maranhão melhor... um Maranhão Novo... um Maranhão mais rico...” Nesse sentido, assevera-se que as reformas promovidas pelos métodos da ditadura civil militar obtiveram os resultados desejados para a política maranhense, que era a derrocada dos vinte anos de domínio político da “jagunçada” comandada pelas mãos de ferro do Senador Vitorino Freire e “sua trupe”. Por outro lado, promovera-se a tão desejada ascensão de “Zé meu filho” ao domínio político do Estado, a partir dos resultados das urnas em que se sagrou vitoriosa a chamada campanha de “libertação do Maranhão”, em 3 de outubro de 1965, liderada

⁸² CORREIA, Rossini. Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia, 1993. p. 278.

⁸³ Discurso na convenção do PSP no dia 30 de julho de 1965. In. SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: arte nova, 1970. p. 47.

pela suposta e propagada “estratégia periférica” das Oposições Coligadas, como querem os analistas de ontem e de hoje. Para além da reforma ocorrida no TRE, como garantia máxima dos resultados, o Governo Federal determinou o envio de tropas do Exército para a maioria das cidades do interior maranhense cujo pretexto seria o de garantir o direito de livre escolha dos eleitores. Dessa maneira, conforme Rossine Corrêa, “foram vitoriosos os sufragantes de José Sarney, que o imaginaram, na campanha política como a personificação valorativa da economia e da liberdade, da ilustração e da independência e que o anteviram, ou não, no gerenciamento do bloco de poder estadual pós-64, ali se organizar-se”.⁸⁴

Candidatos	Números de votos	Percentagens
José Sarney- UDN/PSP/PR	121.062	49%
Costa Rodrigues- PDC/PL	68.560	27,7%
Renato Archer- PTB/PSD	36.103	14,6%
Nulos e brancos	21.431	8,7%
TOTAL	247.156	100%

Eleições para governador do Maranhão no ano de 1965. Fonte TRE – MA.

Os resultados numéricos do TRE significavam uma votação inédita no Estado, já que Sarney havia vencido as eleições com uma diferença tão expressiva de votos em relação aos outros dois opositores. Se somados os votos dos dois adversários derrotados, ainda assim apresenta uma quantidade menor do que a porcentagem obtida pelo vencedor. As eleições de 65 também representaram no cenário maranhense, acima de tudo, a primeira e decisiva derrota política do grupo comandado pelo Senador Victorino Freire, em seus vinte anos de domínio. Em depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Renato Archer que obteve uma votação inexpressiva, cerca de ¼ dos votos do primeiro colocado, assim definiu o pleito de 65: “mesmo que não tivesse havido a pressão do governo federal, Sarney ganharia as eleições”.

Em discurso de solenidade de posse, assim se referira Sarney aos derrotados, acusando-os por tudo de negativo que havia no Estado, ao mesmo tempo em que proclamava o banimento destes do cenário político local para sempre:

⁸⁴ CORRÊA, Rossini. Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: Sioge, 1993. p. 282.

A cadeira vazia do Maranhão será ocupada e aqui não voltarão jamais (**de fato ele nunca mais deixou**), nós não deixaremos voltar os derrotados que representaram tudo que era negação do Maranhão. Não tripudiaremos sobre os vencidos, mas não lamentaremos em nenhum instante a sua derrota. Eles foram responsáveis por este vazio em que não existe uma obra pública que se possa assinalar, em que apenas se disputava se o Piauí ou o Maranhão era o mais atrasado estado do Brasil.⁸⁵

Em sua estratégia retórica, Sarney procura desqualificar as administrações anteriores classificando o Maranhão como um estado “vazio”, sem nenhuma “obra pública”. É bem verdade que o Maranhão era/é considerado um dos Estados mais atrasado da federação, mais assim pintado pelas tintas do novo governo, encerra-se numa disputa com o Piauí para ver quem seria o pior, o mais pobre e miserável. Todavia, devido à verborragia de palanque e à euforia da vitória, talvez, Sarney não se tenha dado conta que obras que serão o sustentáculo do seu governo já haviam sido iniciadas no governo anterior, tais como: a hidroelétrica de Boa Esperança e a construção da BR: 135 que liga São Luís-Teresina, carro chefe do suposto programa de industrialização elaborado por sua administração.

Em discurso de saudação ao General-Presidente Castelo Branco, quando de sua visita ao Maranhão, e já na condição de Governador, Sarney deixa evidente através do tom de agradecimento à ajuda dos militares quando das eleições que o consagrara vitorioso:

Aqui está, Senhor Presidente, o Maranhão para render a Vossa Excelência a homenagem de sua solidariedade e de sua exaltação. Interprete de um sentimento que é do Governo, mas bem maior do que ele, a unidade da palavra do Governador com a emoção e o sentimento de nosso Povo. (...) Senhor Presidente Castelo Branco: devo prestar, embora sumariamente, contas do que me foi entregue pela confiança.⁸⁶

Portanto, mais do que uma estratégia periférica traçada pelas Oposições Coligadas, como preconizara Wagner Costa, a ajuda dos militares fora determinante para ascensão de Sarney ao poder político do Estado. Poderíamos ainda dizer que as Oposições Coligadas e suas supostas estratégias periféricas não passaram de molduras para os encaixes discursivos e populistas de Sarney. Nesta nova configuração dos quadros políticos do Maranhão, assevera-se que seria até “natural” que ao assumir o governo, Sarney encontrasse no PSD e no chamado vitorinismo uma oposição formal à sua administração. No entanto, mais uma vez a atuação dos militares se revela decisiva.

⁸⁵ SARNEY, José. Governo e povo. Rio de Janeiro: artemova, 1970. p. 26.

⁸⁶ Discurso de saudação ao Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco quando de sua visita ao Maranhão. In. SARNEY, José. Governo e povo. Rio de Janeiro: artemova, 1970. p. 51-57.

Com a promulgação do Ato Institucional Nº 2 (AI-2) e conseqüentemente a extinção do pluripartidarismo no país, tanto Sarney quanto Victorino ingressaram nas hostes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). No curso dos acontecimentos, Sarney ainda seria favorecido por este Ato Institucional, quando o ex-governador Newton Bello teve seus direitos políticos cassado pela ditadura. Nesta reconfiguração partidária do país levada a cabo pelos militares, no caso do Maranhão, Sarney não encontrou obstáculos frente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sobretudo devido sua pouca expressividade a nível local. Em 5 de dezembro de 1966, com a promulgação do Ato Institucional 3 (AI-3), ficava decretado que a eleição para governadores dos Estados e presidente do país se realizaria de forma indireta. Com a extinção dos partidos, substituídos pelo mecanismo burocrático do bipartidarismo, o General-Presidente Castelo Branco escolheu o governador José Sarney para liderar a ARENA-MA. Em consonância e sintonia com a política cada vez mais afinada com as práticas autoritárias do Governo Federal, associando-se ao conservadorismo da burguesia do País e prestigiada pelas cúpulas no controle do Estado, sem oposição direta, Sarney tinha o terreno livre para costurar suas estratégias de novo donatário, selando assim definitivamente os laços de união e dominação no Maranhão. No conjunto discursivo do novo governador, não são poucas as referências de alusão e agradecimento ao General-Presidente Castelo Branco e a ditadura instalada no país após-golpe de 1964:

Presidente é hoje um dia magno em nosso Estado. Em todos os séculos de nossa vida passaram pelo Maranhão os grandes homens de nossa Pátria e do seu tempo... E hoje, Presidente, temos nós, maranhenses, a certeza de que estamos recebendo no Maranhão, e a ele permanecerá ligado por tudo o que lhe devemos, um dos vultos da História brasileira contemporânea, que é Vossa Excelência, exemplo de retilíneo caráter, espírito público e escrevo da Pátria e da Nação.⁸⁷

Desse modo, a plasticidade discursiva que permeia a trajetória de Sarney permite-nos pensar que a suposta ruptura com as práticas do mandonismo no Maranhão não passou de uma estratégia retórica. O chamado Maranhão Novo e sua racional reforma administrativa serve como dispositivo retórico para se restaurar os critérios pessoais de dominação que perdura até os dias atuais. Ou seja, uma oligarquia ao quadrado.

⁸⁷ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 57-58.



Sarney entre os militares quando da sua eleição para Academia Brasileira de Letras. Foto digitalizada do livro de Emílio Azevedo (O caso do Convento das Mercês).

I.3 “É a poesia no poder”: a construção da identidade regional e do suposto “milagre maranhense”

Não há pior cegueira que a de não ver o tempo.
 E nós já não temos lembranças
 senão daquilo que os outros nos fazem recordar.
 Quem hoje passeia a nossa memória
 pela mão são exatamente aqueles que, ontem,
 nos conduziram à cegueira. (Mia Couto)

Dando prosseguimento a uma política de alinhamento e consonância com as doutrinas econômicas e progressistas elaboradas e implantadas pela ditadura militar no país, visando incorporar o Maranhão nas malhas do anunciado projeto de Integração Nacional, Sarney recorreu à cooperação no campo administrativo dos antigos companheiros de movimentos literários, o que levou o governador a bradar o seguinte eufemismo: “**É a poesia no poder**”. Foram estes os poetas e inventores/colaboradores do propalado desenvolvimento do “Maranhão Novo”: Bello Parga, Carlos Madeira, Bandeira Tribuzi, Reginaldo Telles, Antônio Oliveira e Domingos Viera Filho.

Quando Sarney assume as “rédeas” do estado, todos os signos e interpretações da vitória já estavam postos no calor dos acontecimentos. Os jornais lançavam uma enxurrada de saudações ao novo governador. Integrante da autodenominada “geração de 45”, Lago Burnett, na véspera da posse do Zé, faz publicar um artigo no Jornal do Dia intitulado “O significado da vitória”, em que saudava a chegada da “poesia no poder”. A tônica da reportagem assume dois caminhos, quais sejam: o atraso do Estado atribuído ao governo anterior e a esperança no que acabara de chegar. Logo de início ressalta Burnett que ao se chegar ao Maranhão reparava que o Estado estava atrasado “pelo menos uma hora”, se referindo a não aceitação do horário de verão. No entanto, o percurso do aeroporto ao centro da cidade já seria suficiente para se constatar que a dimensão do atraso era de um tempo muito maior: “de anos, não de horas”, e a culpa deste deveria ser “debitada na conta do governo” anterior. Diz não querer atacar o governo de Newton Bello, pois este já era “póstumo”. Todavia, reivindica o direito de protestar contra o morto, ou melhor, “contra o abandono” que estava relegado o Estado

“tão imponente em sua tradição cultural”. O discurso inscreve-se no âmbito da identidade regional através dos critérios que exacerbam a representação cultural de São Luís sendo “tão bela em sua fisionomia histórica tão fascinante em seu esplendor colonial”.

Aí já podemos precisar os atributos constituintes da dita “geração de 50”. Carregando nas tintas, o colunista pretende criar uma imagem que permita a visibilidade do suposto “ressurgimento de uma época de apogeu” efetivada pelos critérios entendidos como uma geração capaz de restituir “a confiança na moralidade administrativa e que se empenhe a fundo na execução de um plano de obras que coloque o Estado em nível de igualdade às demais unidades da federação”. Ao longo da sua militância como articulista nos jornais da capital, diz Burnett ter “visto muitos governos medíocres no Maranhão”. Vai mais além e proclama que “sob o signo da ditadura só tenho visto governos medíocres no Maranhão”. Em sua retórica, a mediocridade nascida sob o signo da ditadura, isenta dessa lista o novo governo que acabara de nascer sob a vigilância atenta das baionetas caladas do golpe de 64 e requisitada pelo “herói fundador” do chamado “Maranhão Novo”: José Sarney. Para Burnett, era chegada à hora e a oportunidade que tinham as “oposições” em demonstrar ao adversário que “sempre esteve mais apta para as funções que ele ocupava”. Sob a ótica de um olhar otimista, ufano e redentorista “a esperança” se renovava, os sorrisos se abrem na “responsabilidade de nosso jovem governador”, já que sua vitória se “caracterizava pelo anseio de libertação... que liquidou de uma vez com o voto fantasma”.⁸⁸

Seguindo esta linha de argumentação da poesia no poder, conforme consta na introdução do livro/documento “Governo e Povo”, coletânea dos discursos de Sarney, essa geração de poetas, também designada de “Geração de 50”, da qual pertencera Zé Sarney, tem sua presença requisitada “para desempenhar um papel decisivo no Maranhão”, na medida em que serão eles os principais mentores e articuladores da política administrativa e do projeto moderno e progressista. A presença desses literatos na administração do Estado, “parecia refletir a dialética do iluminismo (ascendente) e do obscurantismo (decadente) estimulada pelo hibridismo do literato (bissexto) e do governador (militante)”.⁸⁹ De acordo com o que se escreve na historiografia tradicional,

⁸⁸ Jornal do Dia, 30 de janeiro de 1966. p. 9.

⁸⁹ CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: Sioge, 1993. p. 283.

esta geração é comumente denominada como “portadora de um projeto coletivo para o Maranhão”, considerando que estes representavam o depositário das tradições culturais maranhenses, sendo ao mesmo tempo o “somatório do gosto literário e da preocupação com os problemas econômicos e sociais”. Dito de outra forma, a restauração econômica do Maranhão aconteceria por intermédio da reabilitação intelectual do Estado, que num passado distante ostentava o epíteto de “Atenas brasileira”, berço da erudição e da tradição cultural no cenário nacional:

É nesse pequeno e deprimente universo que acontece, para desempenhar um papel decisivo, no Maranhão, aquela que poderíamos chamar, à falta de melhor designativo, a Geração de 50, porque é a partir desta década que começa a marcar sua presença forte no cenário maranhense até que, em 1965, através daquele que melhor sintetiza a soma do gosto literário e a preocupação – que é a sua tônica – pelos problemas econômicos e sociais, chega ao poder, com a eleição, para governador do Estado, de José Sarney e a constituição de sua equipe de administração.⁹⁰

É mister frisar que foram os integrantes desta geração, que fazendo uso das páginas dos jornais da capital, tornaram-se os principais opositores aos governos anteriores. Muito embora esta geração de poetas já viesse desempenhando desde a segunda metade da década de 40 seus papéis como formuladores da opinião pública no campo literário e político do Estado, somente a partir da década seguinte “é que começa a marcar sua presença no cenário maranhense”, sendo, portanto, cognominada de “Geração de 50”. A pretensão de certa identidade maranhense forjada em torno deste grupo, autodenominado de “geração modernista de 1945”, tinha como projeto coletivo promover a idéia de “renascimento” da cultura maranhense, na tentativa de resgatar, atualizar e reafirmar o mito da chamada “Athenas Brasileira”. A conformação e aglutinação destes agentes, simultaneamente no campo da política e da literatura, são ajustadas como uma espécie de retorno de uma trajetória já dantes traçada por um grupo de literatos anterior, que é referendado para efeito de consagração da chamada “geração maranhense”. Conforme assinalou Rossini Corrêa, esta plêiade de literato representou:

A descontinuidade de uma geração histórica maranhense, pois, à diferença das precedentes, a “Geração de 45” foi a primeira em que os intelectuais não se submeteram, absoluta e completamente, aos políticos, e conseguiram,

⁹⁰ A Geração de 50, ou o Ressurgimento da ilha. In. SARNEY, José. *Governo e Povo*. Rio de Janeiro: artenova, 1970. A designada “Geração de 50”, na verdade, trata-se de homens que nos anos 40, foram responsáveis por uma combativa crítica ao chamado “Vitorinismo”, portanto também designada pelos próprios integrantes como “Geração de 45”, e que somente pelos idos dos anos 50 teve um papel de destaque no cenário político da cidade de São Luís, e posteriormente já nos anos 60 ganhou esta outra designação.

enquanto intelectuais, colaborar no exercício do poder estadual, sob a liderança de um político e escritor.⁹¹

A posição de liderança política e literária do Estado atribuída a Sarney é uma tentativa de qualificá-lo como membro de maior expressão da dita “geração de 50”, o legítimo porta-voz desse grupo de literatos e de um suposto projeto coletivo chamado de “Maranhão Novo”. A consagração deste agente no campo das artes e das letras dá-se por meio de sua vinculação às instituições legitimadoras e consagradoras das tradições maranhense. Ainda nos anos quarenta, como um jovem bacharel em Direito, Sarney participou deste grupo de poetas atuando como repórter e redator do jornal *O Imparcial* onde dirigiu o “Suplemento de Literatura e arte” publicando artigos, contos e poesias. São Luís neste momento desfrutava de um intenso clima de “efervescência cultural”, sobretudo devido aos calorosos debates que aconteciam no âmbito da Movelaria Guanabara, no Centro Cultural Gonçalves Dias e através das revistas literárias (*Malazarte* (1948), *Saci* (1948), *A Ilha* (1949), *Letras da Província* (1949), dentre outras), e por meio dos suplementos divulgados nos jornais.⁹² Já pelos idos de 1952, Sarney é eleito, aos vinte dois anos de idade, como membro da Academia Maranhense de Letras; em 1958, passa a compor a lista de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Comissão Maranhense de Folclore, respectivamente. Já em 1966, aos 35 anos, simultaneamente ao cargo de governador, assume a Presidência da Academia Maranhense de Letras. Por intermédio das instituições legitimadoras e consagradoras da intelectualidade maranhense, Sarney encontrou as bases de sustentação que lhes darão visibilidade para se autoconsagrar nestas instâncias da intelectualidade do Estado e por extensão no imaginário social. A legitimidade da sua imagem é personificada no cenário cultural e político por meio da síntese da chamada “vocaçã política” e da “vocaçã das letras”, sendo assim uma personalidade que comunga das duas tradições maranhenses, ou seja: a política e a literária. Conforme aponta Maria de Fátima Gonçalves, a legitimação de Sarney ocorre pela constante referência de sua inserção simultânea nos campos político e literário, já que a imagem deste,

Está sempre referida à atividade política – deputado, governador, senador, presidente – exercida ao lado da atividade literária – membro da AML, presidente da AML, membro da ABL – o qual pode ser observado através

⁹¹ CORRÊA, Rossini. *A formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993. p. 283.

⁹² Cf CORRÊA, 1989.

dos critérios de auto-representação e, também, pela representação dos outros sobre o agente e das instâncias que legitima esse agente.⁹³

Nota-se, portanto, que o lugar de legitimidade atribuída a essa geração nos campos da política e da literatura e a posição de destaque que ocupa Zé Sarney é decorrente daquilo que o qualifica como membro pertencente à chamada “geração de 50”, e acontece pelo o que é designado como o “ressurgimento da ilha”:

Os pronunciamentos do Governador Sarney que ora se enfeixam neste volume, bem pode afirmar, não apenas a expressão de sua personalidade tão fortemente marcada na vida política nacional, mas um autêntico ideário de sua geração maranhense que, ao romper literariamente a inércia de uma província em decadência, se recusou à aceitação do imobilismo, e fazendo da inteligência sua grande arma, logrou realizar-se literariamente e libertar seu Estado.⁹⁴

Como se lê, a “expressão de sua personalidade” que é representada por todo o “ideário de sua geração” é vista ao mesmo tempo imbuída de um caráter libertador e reformador capaz de arrancar o Estado da “inércia”, da miséria e da “decadência”. Para tanto, segundo o desconhecido autor, a arma usada “para libertar seu Estado” será a “inteligência” que a serviço da literatura se recusa “à aceitação do imobilismo”. Noutras palavras, nas formulações elaboradas no seio desta geração, os critérios de formação do chamado projeto coletivo para o desenvolvimento do Maranhão, dar-se por intermédio dos elementos que estão em conformidade e legitimação dos dispositivos advindo do campo da literatura fornecendo as bases da estrutura política e permitindo “a inserção no sistema de elementos jovens provenientes do bacharelato que logo passam atuar com vigor”. Com efeito, nas décadas de 20, 30 e 40, São Luís, nas palavras dos agentes, se configurava na “Atenas que repudiava os continuadores da plêiade de talentos que lhe dera fama”. Fama esta erigida pelos jovens maranhenses afeitos “a chama do culto às coisas da inteligência” e que no começo do Século passado, “logo a decadência da província” os expeliram “para os grandes meios do sul onde seu talento poderia ter oportunidade de exercício”. Desse modo, aos poetas dessas décadas restavam-lhes os espaços limitados para o exercício de suas atividades encontrando morada nos “grêmios ou centros literários” e se alimentavam de íntimos “aplausos mútuos” dos saraus, “já que o ambiente lhes era hostil”. São Luís sobrevivia em seu isolamento “longínquo”, um “arquipélago” distante e surdo aos ecos literários que vicejavam no Sul, causa

⁹³ GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: edições UFMA, 2000. p. 81.

⁹⁴ A geração de 50, ou o ressurgimento da ilha. In. SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

primordial para que os jovens continuassem “mergulhados no romantismo ou parnasianismo mais entusiástico”. Nesse ínterim, a economia se debilitara, o sistema político degenerara, imobilizara-se a vida social e a “cultura era um anêmico retrato da memória do grande passado”.⁹⁵ Nesse clima de consenso da intelectualidade literária maranhense, estão postos os elementos que supostamente mudaria a trajetória da história do Maranhão, mediante a representação de uma geração que reverteria os quadros de decadência inserindo o Estado nas malhas do desenvolvimento nacional, do propalado progresso.

É neste contexto que os integrantes dos círculos literários ludovicenses correspondente ao período posterior à década de quarenta, passam a denominar-se de “Geração 45”, tendo por marco delimitador da fronteira à publicação da obra intitulada de “Antologia poética” de 1945, definida na expressão de Lago Burnett como a “insubmissão ao espírito de 22” e o desejo de se buscar “uma expressão nova na lírica brasileira”. Com o atraso de mais de vinte anos os ares da estética modernista pareciam soprar nas praias de São Luís, fazendo com que esta juventude literária voltasse seus gostos por estas, e ao mesmo tempo associando-as há uma atitude de conservação e preservação das tradições maranhenses. A propagação e divulgação dessas produções literárias tinham por objetivo legitimar esta geração através de uma auto-intitulação de “os Novíssimos do Maranhão”, pretendendo com isso dá visibilidade aos aspectos de uma auto-representação modernista.

Se antes os jovens maranhenses dormitavam nas fronhas do romantismo/parnasianismo, a “geração de 45” se arvora como portadora do modernismo e da modernidade. Para tanto, buscam no espectro da Semana de arte moderna os elementos que servem como marcos delimitadores das fronteiras do campo intelectual local. Trata-se, portanto, de uma “geração” que estabelece sua distinção numa conotação direta com o “espírito de 22”, segundo as palavras de Burnett. Se pretendendo herdeiros do legado modernista, esse grupo de literatos intenta qualificar sua gama discursivo-imagético para forjar a identidade regional: a chamada “geração maranhense”. Em consonância com que é apontado pelo documento, nota-se que ao fazer uso da “inteligência” como arma e lograr sua realização no campo da literatura, a suposta existência de um projeto coletivo que buscava “libertar o estado”, aos poucos

⁹⁵ A geração de 50, ou o ressurgimento da ilha. In. SARNEY, José. *Govêrno e Povo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

adquire outros contornos e vai convergindo para um projeto singular e individual, de autolegitimação e auto-representação literária da figura de José Sarney. Na instância política, a tentativa de recomposição do pretendido projeto coletivo ocorre através da elaboração de um corpo técnico e burocrático respaldado pela ligação com campos de poderes intelectuais e políticos do Estado, visando atribuir-lhe uma representação racional e universal.

Configurava-se, dessa maneira e através dessa equipe de colaboradores a edificação do programa desenvolvimentista no intuito de promover mudanças profundas “no velho e cansado arcabouço econômico, político, social e cultural do Maranhão”, pretendendo lançá-lo nas trilhas do progresso.⁹⁶ Seguindo uma trajetória política mediante aos argumentos de um pretense projeto coletivo voltado para o progresso da região, Sarney e seus poetas colaboradores, elaboram uma vasta teia discursiva com claras intenções de inserir o chamado “desenvolvimento do Maranhão” nas redes da identidade regional. Esse conjunto retórico visava promover a integração do Estado pretendendo com isso significar uma suposta descontinuidade histórica, tanto no campo da política quanto no da intelectualidade maranhense, em conformidade com a representação da chamada “ruptura com o passado recente” que é entendido como decadente. No bojo dessas medidas, objetivava-se lançar o Maranhão nas teias de “incorporação dos benefícios que decorreriam da meta de Integração Nacional”, conforme foi anunciado pelo governador Zé Sarney aos empresários paulistas:

Realizemos a Integração Nacional, abramos as nossas fronteiras, que não são apenas geográficas, mas fronteiras de uma profunda realidade: a realidade do Nordeste crescendo, da Amazônia clamando, da criança sem futuro e do homem perdido na paisagem ondulada, até aqui, em verde e desencanto. Para isso, estamos trabalhando, estamos criando condições que assegurem rendimentos certos, estamos abrindo perspectivas, que oferecemos à coragem e ao valor do empresário.⁹⁷

Nestes termos, o que é prefigurado pelo governador como o projeto chamado de “Maranhão Novo” e sua gama de alterações discursiva sobre o desenvolvimento, não é propriamente um retorno temporal ao passado tomado como de apogeu econômico, mas, sim, a perpetuação de um suposto reencontro do Estado com suas tradições de prosperidade alicerçada sobre a ótica da “ideologia da decadência” do presente. Estas

⁹⁶ A geração de 50, ou o ressurgimento da ilha. In. SARNEY, José. *Govêrno e Povo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

⁹⁷ Sarney, palestra na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo. In. SARNEY, José. *Govêrno e Povo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 77.

referências remetem para imagem de um Maranhão idealizado num passado remoto de prosperidade econômica, social e cultural. Este raciocínio têm sido recorrente nos discursos políticos ao longo dos tempos e se constituído como “uma espécie de espaço sagrado”, perpetuando-se como um dispositivo dos governantes, e reproduzido pela historiografia oficial e acadêmica. Tal modelo de pensamento também encontra morada nas páginas das produções literárias, como o *modus operandi* que se ancora numa visão cíclica da história de uma “ideologia da decadência”, por assim dizer, perpétua e incorporada como padrão explicativo de uma forma de se conceber e dizer a história econômica, social e cultural do Estado. Não seria nenhum exagero dizer que a história oficial do Maranhão é atravessada pela concepção de decadência do presente que se opõe à ilusão de prosperidade d’outrora. Esse padrão explicativo foi prefigurado por escritores consagrados na esfera local tornando-se o ponto de partida para as interpretações de autores contemporâneos como modelos para se dizer as condições culturais e econômicas do Maranhão. Segundo as assertivas de Alfredo Wagner B. de Almeida, a ideologia da decadência:

Envolve todos aqueles recursos próprios de padrões de explicação já cristalizados na vida intelectual, que determinam que ao se falar de um dado tema tenha que se tomar como ponto de partida um evento rigorosamente datado, que se constitua numa espécie de espaço sagrado, que a tradição erudita reserva para que o presente possa ter o princípio de sua compreensão. A chamada decadência é sempre contemporânea de quem está falando. A exaltação do passado é ajustada em algum período recuado e distante. A despeito de existir consenso, quanto ao ponto de vista oficioso, presencia-se deslocamento de corte correspondente ao passado idealizado. Sendo considerada sempre do presente a decadência não varia.⁹⁸

E sem variar a “ideologia da decadência”, os novos “mensageiros do progresso” seguem com suas “catilinárias” esforçando-se por fabricar no imaginário social da cidade e do Estado, as imagens dos caminhos em que supostamente teria se perdido a identidade regional e cultural da tão decantada tradição de glória dos maranhenses. Armados com os arpões do progresso e as linhas da modernidade, tais reformadores se arvoram discursivamente como os desbravadores do “mar de mediocridade”, em que supostamente se encontrava submerso o Maranhão, no afã de re-inventar e re-estruturar novos caminhos que nos conduzam ao re-encontro com as velhas trilhas de um “passado de glória”, quando o Maranhão ostentava a posição de destaque no cenário econômico nacional, e São Luís era considerada a 4ª maior cidade do Brasil. Essa retroalimentação

⁹⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1983. p. 178-179-202.

discursiva e simbólica de tempos míticos, de uma áurea época perdida da economia maranhense, aponta para um determinado momento do passado de glória em que sua representação fora construída à custa de muito sangue e suor arrancados as chibatadas nos lombos dos negros nas lavouras de algodão. Tempo este, que “o branco do algodão tornou negro o Maranhão”.⁹⁹

Reverberatório mítico dos efeitos das políticas ilustradas e implantadas pela reforma Pombalina, quando da criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755/1778). Momento este em que o Maranhão decantadamente teria atingido o seu mais alto surto econômico, social e cultural, alicerçado nas pilastras de uma mentalidade senhorial e escravista. Tempo de abastardamento das famílias ludovicenses, cultuando “entre seus hábitos” o de mandar seus filhos primogênitos “erudizar-se no Velho Continente”, e que ao regressarem trataram de semear e florescer as colunas eruditas de sustentação da suposta e celebrada “Athenas Brasileira”, conforme se verifica na introdução do livro *Governo e Povo*:

Os saltares efeitos da política pombalina no último quartel do século XVIII haviam deflagrado na antiga província um magnífico surto econômico com base no latifúndio escravista... (...) Na maré desta prosperidade ganhou São Luís feição urbana – era, com seus 36 mil habitantes em 1820, a quarta cidade do país – o barroco floresceu como em nenhuma outra parte nos magníficos sobrados, o Theatro encomendou da Europa companhias líricas, e as famílias privilegiadas, com a maré montante do enriquecimento, incluíram entre seus hábitos o de mandar os jovens primogênitos erudizar-se no velho continente. De regresso – tantos deles legítimos talentos – viriam fazer florescer a Atenas brasileira.¹⁰⁰

O Maranhão tal qual é refletivo e apresentado através dos discursos oficiais e representado nas falas dos seus agentes formuladores, aparece por intermédio de padrões explicativos em que constantemente se recorre ao pensamento de que o passado é vivido e vivenciado como o período de apogeu. A época de ouro do Estado, portanto. Neste universo discursivo-imagético, o presente se revela enquanto antítese desse momento glorioso, como fica expresso-impreso na apresentação do documento intitulado “a geração de 50, ou o ressurgimento da ilha”:

Cento e quarenta anos depois desse apogeu mal plantado restavam apenas as dimensões não destruídas de uma arquitetura preciosa e o culto de uma memória de grandezas. A economia involuía da agroindústria canvieira e açucareira para a coleta do babaçu, a indústria têxtil esvaía-se entre a má qualidade do algodão degenerado e a concorrência do Sul. São Luís, outrora

⁹⁹ Jerônimo Viveiros, 1954:74. Apud. COSTA, Wagner Cabral da. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 196.

¹⁰⁰ SARNEY, José. *Governo e Povo*. Rio de Janeiro, 1970.

florescente centro comercial, marcante centro cultural dinâmico pólo industrial ia-se a pouco e pouco reduzido a capital burocrática do Estado. Para completar o triste quadro até a estatura elevada posto que oligarquia da administração pública se perdeu e a política mergulhou em um mar de mediocridade.¹⁰¹

Como se vê através da fala do agente, “cento e quarenta anos depois” as imagens do Maranhão e do seu “apogeu mal plantado” são dimensionadas através das marcas indeléveis de uma arquitetura “não destruídas” com o passar dos anos, e que ali resistem enquanto ruínas que evidenciam uma época marcada pela imponência econômica, mas também pelo “culto de uma memória de grandeza”. Ao pronunciar a “arquitetura preciosa”, provavelmente o autor estava se referindo ao conjunto arquitetônico da Praia Grande,¹⁰² que ainda hoje, através dos seus restos esmaltados e desbotados é ritualisticamente cultuado pela “memória de grandeza”, e que à época tomada como “apogeu” foi o principal centro comercial da cidade de São Luís e do Estado. Hoje, além do seu valor histórico e artístico não passam de fachadas envernizadas que alimentam um mercado de propaganda turística nutrida pelos estetas do poder.¹⁰³ Os elementos que favorecem a manutenção da chamada “memória de grandeza” estão associados à idéia de “decadência econômica” do Estado, que em sintonia com a propagada “tradição cultural” permite o refluxo discursivo-imagético do culto à Atenas brasileira, esta, por sua vez, situada e localizada sempre fora do padrão explicativo da “decadência”.

Ao recorrer ao termo “memória”, o agente pretende atualizar as representações de um Maranhão do passado em sua “grandeza” em contraposição ao Maranhão do presente em suas ruínas, pois “a economia involuíra da agroindústria canavieira e açucareira para a coleta do babaçu”. Na batalha simbólica das imagens da memória, os elementos que são ressaltados para expressar a decadência econômica têm por intenção perpetuar as imagens da tradição cultural através da manutenção do mito da Atenas Brasileira e da fundação Gaulesa. O esforço discursivo do autor pretende provocar o

¹⁰¹ A Geração de 50, ou ressurgimento da Ilha. In. SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

¹⁰² Também chamado de Reviver. Nos anos oitenta quando Sarney assumiu a Presidência do País e Cafeteira eleito sob sua batuta, Governador do Maranhão, o Projeto Reviver, em que foi restaurado alguns prédios do centro histórico com claras intenções de culto ao passado de Glória do Maranhão, mas também como atração turística. À época em que o autor se refere ao conjunto arquitetônico, o centro histórico de São Luís era uma amontoado de prédios velhos em ruínas.

¹⁰³ Na década de oitenta, quando então Sarney ocupava a presidência do país e Cafeteira era o Governador do Estado, uma parte do conjunto arquitetônico da praia grande passou por uma reforma que buscava revitalizar o centro da cidade. O projeto recebeu a alcunha de projeto Reviver, fato este que desagradou os mais tradicionalistas que ainda preferi chamar de praia grande. Bem, a contenda do nome fica ao gosto do cliente.

deslocamento das imagens do Maranhão, forjando uma ligação íntima entre o passado remoto e histórico e a visão de um presente recente e mítico numa indistinção entre os espaços que atravessam a história e o mito, configurando a arquitetura social da cidade. São Luís que outrora foi o centro cultural e comercial, segundo a fala do agente, agora “ia-se pouco e pouco” se transformando na “Capital burocrática do Estado”. O sujeito que fala, embora não tenha nominado especificamente os responsáveis pelo “triste quadro” em que se apresentava o Maranhão do presente, indiretamente atribui o atual Estado de desmazelos à administração pública que se perdeu na “estatura elevada” de uma oligarquia (Vitorinista?), mergulhando assim a política num “mar de mediocridade”. Os discursos referentes ao Maranhão estão sempre impregnados pela noção de decadência do presente em que se confronta com a chamada prosperidade do passado. Retoricamente o passado remoto é enaltecido como um vislumbamento do Estado do porvir a ser o que fora outrora, “movimento mesmo da linguagem onde as ‘coisas’ só estão presentes porque não estão aí enquanto tais, mas ditas em sua ausência”.¹⁰⁴

Analisando “A fundação francesa de São Luís e seus mitos”, Maria de Lourdes Lauande Lacroix, sinaliza por meio de uma acurada observação o momento da criação do mito da Atenas Brasileira. Tal processamento, segundo a autora, teria ocorrido com o declínio da economia em que se passou a valorizar a imagem do homem maranhense a partir de “uma fantasia da singularidade”. Segundo Lacroix, a exacerbação de tal fantasia foi ganhando força em fins do Século XIX, alimentando o sentimento que nutria a “ideologia do orgulho” de que “o homem maranhense gozava da virtude da sabedoria, da excelência e quase exclusividade no panorama cultural brasileiro”. Criado e alimentado no seio de uma elite branca decadentista como elemento fundamental para demarcar posição de distinção social e de classe, ao mesmo tempo tal ideologia da singularidade maranhense foi se espalhando pelo “imaginário da sociedade local, a ponto de conseguir uma repercussão nacional”, pois:

O culto àquela imagem de sociedade instruída, representada por uma constelação de estudiosos e intelectuais criativos, rendeu ao Maranhão o cognome de Atenas Brasileira e ao maranhense o estatuto de ateniense, generalizando o que era mais imaginário que real, dissimulando a divisão concreta e efetiva daquela sociedade elitista e preconceituosa. Aludida mitologia cultivada pela classe dominante foi repetida, acreditada e transmitida a toda a sociedade, chegando a um posicionamento de

¹⁰⁴ GANGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em W. Benjamin. São Paulo: editora Perspectiva, 1999. p. 5.

contraposição ao Brasil da força e da incivilidade. A idéia de que a Atenas Brasileira era especial e superior foi aceita também pelos menos favorecidos, e o Maranhão, em seu declínio econômico e cultural, por várias décadas, foi nutrido por este orgulho.¹⁰⁵

As estratégias políticas e discursivas traçadas no Maranhão Novo pretendem resgatar este passado mitológico que “rendeu ao Maranhão o cognome de Atenas Brasileira e ao maranhense o estatuto de ateniense”. Como contraponto dessa maquinaria apresenta-se a exacerbação da ideologia de decadência do presente como legitimação do novo governo e seus poetas para um re-encontro com estas gloriosas tradições, “representada por uma constelação de estudiosos e intelectuais”. Neste cenário a figura de Sarney surge como uma acabada configuração sintética da junção das imagens de poeta e de político. O passado morto serve como referência para o projeto egocêntrico de Zé Sarney. Nesta perspectiva, o tempo cíclico da história do Maranhão, por assim dizer, se assemelha ao que Karl Marx, analisando a revolução comandada por Bonaparte terceiro, preconizara sendo a imagem da história semelhante ao teatro e no interior desta grande peça a ideologia se revela como fantasmagoria. Ou seja, para Marx, em *Dezoito Brumário*, todas as personagens aparecem como “sombras que perderam seus próprios corpos”, e a história acontece primeira como “tragédia”, para se repetir como “farsa”.¹⁰⁶

Ao pronunciar seu discurso de posse Zé Sarney apresenta seu plano de governo como paradoxalmente marcado pelos elementos de uma “ruptura e de um reencontro”. Ruptura com o “passado recente”, aqui entendido pela performance discursiva do governador como “aviltamento do exercício governamental”, por um lado. Por outro, “reencontro” do novo governo com o povo, em que se pretende representar a “comunhão de esperanças que se abrem e de responsabilidade que se afirmam”. O Maranhão apresentado nesta fala, sobretudo da administração anterior, é designado pelos aspectos das instituições “empobrecidas e deformadas”, por isso mesmo trata-se de um passado que “deve ser sepultado para sempre”. Ao mesmo tempo em que pretende sepultar o passado recente, Sarney arvora-se como o “herói salvador” do Maranhão de agora e de suas instituições e da decadência econômica, social e cultural que encontrara. Por meio de um discurso autolegitimador e autoconsagrador, se autopromove prometendo respeitar as instituições no intuito de “promover o bem-estar

¹⁰⁵ LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. São Luís: Lithograf, 2002. p. 75. 2ª edição revisada e ampliada.

¹⁰⁶ Cf. MARX, Karl. *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Centauro, 1998.

do povo”, entendido pelo o que é denominado de “um bom governo é aquele que melhora a sorte do povo e que respeita e faz respeitar as instituições, porque estas estão ao serviço daquele e não de interesses pessoais ou grupais”, conforme ressalta em sua fala:

Sob este aspecto nada temos a continuar, tudo temos que inovar, em nosso Estado. Paradoxalmente, o Governo que hoje se inicia tem um caráter de uma ruptura e de reencontro. Ruptura com o passado recente, no que ele tem de aviltamento do exercício governamental e do comportamento dos desmandos; reencontro do governo com o povo e do povo consigo mesmo, nessa comunhão de esperanças que se abrem e de responsabilidades que se afirma. De fato, nesta hora de festa e de alegria para o povo maranhense, estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que por tudo isso deve ser sepultado para sempre. (...) Um bom governo é aquele que melhora a sorte do povo e que respeita e faz respeitar as instituições, porque estas estão ao serviço daquele e não de interesses pessoais ou grupais.¹⁰⁷

Como se observa na plasticidade do discurso, a retórica do novo governador é revestida de uma estratégia que procura desqualificar a administração anterior mediante as imagens de uma “ruptura” com um passado cujas “instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas”. Tais concepções busca atribuir ao chamado projeto do “Maranhão Novo” uma visão de estado permeado pela inovação. Dessa forma, a performance discursiva forja uma compreensão de um passado demarcado pela “vergonha”, pela “pobreza” e pela “mistificação”, por isso mesmo devendo ser “sepultado para sempre”. Em contrapartida, elabora-se uma representação atrelada à composição de um corpo burocrático respaldado nos critérios que se pretendem racionalista. Pelo o que é anunciado, prefigura-se uma noção de um aparelho burocrático que rompe com as práticas patrimonialistas e que em seu lugar passa a vigorar as práticas da racionalização de uma instituição que está a “serviço” de todos e “não de interesses pessoais e grupais”. É lícito salientar, no entanto, que virtualmente esta aparente ruptura faz parte de uma estratégia que recoloca Sarney no campo das relações de poder cujas regras do jogo permanecem as mesmas. Ou seja, o suposto aparelho burocrático e racionalista é vilipendiado pelos traços personalista do agente recompondo as velhas práticas patrimonialistas/paternalista de um passado que é imediatamente ressuscitado com suas marcas “corrompidas e viciadas”.

¹⁰⁷ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 11-12.

Fazendo uso das prerrogativas de Governador e de um dispositivo narrativo salvacionista, Sarney retoricamente pretende anunciar “Outro Maranhão: Maranhão Novo” em que “tudo temos que inovar” diante da “carência de toda a ordem”. Assim sendo, a inovação da carência de toda ordem supostamente se processaria por intermédio da racionalidade estratégica do Plano de Desenvolvimento do Maranhão, arquitetado nos gabinetes da SUDEMA, através das penas dos poetas planejadores, associada à dependência de captação de recursos advindo dos órgãos do Governo Federal (sobretudo da SUDENE), sem perder de vista os investimentos do capital privado, conforme se evidencia em seu discurso na sessão de instalação solene do II encontro de Investidores, na cidade de Salvador:

Há uma alentadora posição já assumida pela SUDENE pelo atual superintendente, e ontem aqui mesmo o Ministro Afonso de Albuquerque fixou a posição do Governo para essa mudança. O nosso chamamento é agora para o empresariado, aqui nesta região de investidores. Para que eles não percam a perspectiva da filosofia inicial da SUDENE e o maior lucro que lhe seja dado a curto prazo, no exame de fatores locacionais e falazes efeitos multiplicadores, serão ínfimos diante da segurança em termos futuros de suas empresas e de seus balanços, com o desenvolvimento integrado de amplos mercados de consumo, promovendo a tranqüilidade social e melhores condições da vida, melhor poder de compra.¹⁰⁸

Como se verifica, Sarney pretende atrair “o empresariado” a partir das garantias oferecidas pela filosofia de lucro garantida pela SUDENE, principal órgão investidor no Estado, em que os empresários terão “o maior lucro que lhe seja dado a curto prazo”. Em prol do propalado e anunciado “milagre maranhense”, o Maranhão tornar-se-ia mercadoria a ser oferecida e barganhada na gôndola do supermercado nacional. Para tanto, dar-se-ia prosseguimento à sua retórica desenvolvimentista e anunciava estar o Maranhão preparando suas bases para receber os investimentos que proporcionaria ao Estado “um crescimento rápido e ininterrupto”, assim como a segurança do futuro das “empresas e de seus balanços”, garantido pelo “desenvolvimento integrado de amplos mercados de consumo”:

Estamos asfaltando a estrada S. Luís-Teresina, rasgando as estradas que ligam o Nordeste à Amazônia e que passam pelo Maranhão (BR: 135, BR: 316 e a rodovia Belém-Brasília, obras do Governo Federal), preparando as cidades para receber a energia de Boa Esperança (outra obra do Governo Federal), construindo sistemas de comunicação por microondas, sistemas de abastecimento de água, ampliando os programas de fomentação de projetos de pequenas e médias indústrias, implantando um Distrito Industrial junto ao Porto do Itaqui (mais uma obra com investimento Federal), enfim,

¹⁰⁸ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 67.

preparando as bases, no Maranhão, para um crescimento rápido e ininterrupto.¹⁰⁹

Diante do exposto até aqui, há que se esclarecer, que o tão comemorado e anunciado “desenvolvimento do Maranhão com justiça social”, seu crescimento rápido e ininterrupto, longe ainda está de se efetivar. As políticas econômicas e públicas elaboradas e desenvolvidas pelos órgãos, sobretudo pela SUDEMA, principal agência do governo e responsável pelo planejamento baseado na racionalidade científica e tecnocrática, se revelaram ineficientes o bastante para promover, patrocinar e organizar experiências capazes de se auto-sustentarem no curso do desenvolvimentismo. Neste sentido, a pretensa reforma administrativa decantada no verso do progresso por Zé Sarney,

Não foi tecnocrática, foi política a narrativa fabulosa da redenção maranhense como consequência da construção de equipamentos de sedimentação estrutural dos investimentos econômicos. Como política, foi a subordinação das agências estaduais e regionais de planejamento à supremacia técnico-financeira autoritária do poder central.¹¹⁰

No campo da retórica e no jogo da representação simbólica do poder, a SUDEMA foi uma instância por excelência da legitimidade do projeto do novo Maranhão. Fundada oficialmente para promover a retomada econômica do Estado com “justiça social”, por intermédio de um aparelho burocratizado, verifica-se que o que houve foi um preterimento das camadas mais pobre da sociedade em detrimento dos macro-projetos empresariais. Nesta configuração desenvolvimentista, sintonizado com o plano de integração do governo federal, mediante a ocupação da região amazônica, o que se tem é a preponderância de um modelo de organização empresarial, dito moderno, que se sobrepõe as estruturas de uma economia familiar. Assim sendo, têm-se na figuração do Estado como principal agência de promoção e liquidação das terras em favorecimento dos projetos agropecuários, na medida em que se esforçavam os planejadores em abrir a “porta da Amazônia” para a penetração acelerada do capitalismo, conforme entusiasticamente fazia anunciar o Governador Sarney em palestra no auditório da Folha de São Paulo:

O Maranhão é a frente lógica para desenvolverem os processos de integração da Amazônia. Emergindo de um crepúsculo e de uma inércia que o algemavam a duas condições de atraso e desenvolvimento, obtém rapidamente, a par da maturidade política, perspectivas de infra-estruturas

¹⁰⁹ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 62.

¹¹⁰ CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993. p. 289.

econômica e social que lhe concedem posição privilegiada. O Maranhão é de impressionante riqueza potencial e o único Estado amazônico que pode oferecer, a curto prazo, energia elétrica a baixo custo, estradas em perene ligação com o Nordeste e a Amazônia, recursos financeiros e humanos para a região... Acreditamos que as frentes agropecuárias serão as frentes pioneiras para a integração econômica da Amazônia e o Maranhão, além das terras propícias, possui volumosa mão-de-obra afeita ao pastoreio, securamente ligada ao criatório.¹¹¹

Dessa maneira, mais do que promover a tão divulgada moralização da administração pública, voltada para os interesses do povo, o que se verifica é que, através das ações políticas as fronteiras do Estado são oferecidas ao sabor dos “homens de empresa” ou “homens de negócios” em detrimento da “empresa familiar fechada”, sustentada por uma realidade campesina “arcaica”. Nesta configuração ocorre um estrangulamento do campesinato. Em contrapartida, oferecia-se aos empresários uma “volumosa mão-de-obra afeita ao pastoreio”. Na lógica dos planejadores e do Governador, a reestruturação da economia do Estado passava pela chamada produção empresarial como elemento favorável para incorporação da mão-de-obra abundante e ociosa nos empreendimentos produtivos. No discurso de Sarney o Maranhão é apresentado como um Estado privilegiado para atrair os investimentos não só por sua “impressionante riqueza”, mas por ser o único da região amazônica capaz de proporcionar, “a curto prazo”, o retorno dos lucros aos empreendimentos, devido à construção da malha rodoviária que ligaria a região ao Nordeste e os baixos preços da energia que adviria com a construção da Boa Esperança. Fazia-se o chamamento dos empresários do Sul associado às políticas de favorecimento em prol dos investimentos garantidos pelo governo federal.

Mesmo com toda promoção das terras do Estado pelo governo, não se verifica modificações substanciais de qualidade na economia maranhense. Os efeitos catastróficos desses investimentos são facilmente visualizados diante dos descompassos empíricos da desigualdade social decorrente dos resultados da dinâmica redentorista imposta pela administração do “Maranhão Novo”. A título de exemplificação da retórica exacerbada quanto ao desenvolvimento do Maranhão, destaca-se o caso da situação do campesinato maranhenses. Com a promulgação da “Lei de Terras”, ou “Lei Sarney”, de Nº 2.979, de 17 de julho de 1969, sancionada no penúltimo ano de seu mandato, visando regulamentar o mercado de terras no Estado, não se verificou/verifica-se nenhuma transformação econômica ou social em benefício dos

¹¹¹ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 87.

lavradores maranhenses. Como já assinalamos, os administradores do Estado deram preferência aos macro-projetos empresariais, aos especuladores de terras em contraposição às necessidades do grande contingente de camponeses preteridos e sem segurança, sem estabilidade e sem terra para plantar, ficando assim relegado “no ramerame do plantio antieconômico ou na agropecuária extensiva”. Conforme assinalou Gonçalves:

A reestruturação formal do mercado de terras no Maranhão foi, por assim dizer, uma clivagem que permitiu uma redefinição da fronteira agrícola no Maranhão... As fronteiras do Maranhão foram abertas para o que José Sarney já denominara “homens de empresas”. Foram fechadas artificialmente para os pequenos produtores agrícolas.¹¹²

Pode-se dizer que o marco da ocupação capitalista e monopolista das terras do Maranhão foi à regulamentação das terras por tal lei, que permitia que fosse requerida a posse de áreas com até três mil hectares, com o objetivo de atrair e criar um fluxo empresarial incentivando a ocupação das terras do Estado por intermédio das Sociedades Anônimas. Em contrapartida, como consequência de tais políticas verificasse o estrangulamento das pequenas propriedades, promovendo com isso um vasto processo de grilagem, fato que rendeu ao Maranhão o epíteto de “paraíso da grilagem”, pois estava iniciado assim um dos mais espetaculares casos de “grilagem cartorial” sem precedentes. Nestes termos, deram-se a expulsão de posseiros, lavradores, pequenos plantadores de arroz que perderam suas áreas em decorrência das manobras cartoriais e com beneplácito do governo.

Numa visão posterior ao Governo de Zé Sarney, Bandeira Tribuzi, um dos principais idealizadores e articuladores de proa do projeto de desenvolvimento do “Maranhão Novo”, lança sua corrosiva crítica à administração do estado quanto ao que diz respeito ao preterimento do campesinato maranhense diante dos dispositivos adotados pelas políticas públicas da SUDEMA. Entretanto, há que se observar que foi o próprio Bandeira Tribuzi que presidiu e redigiu juntamente com um grupo do Banco de Desenvolvimento do Maranhão, os termos da lei para regularização fundiária daqueles que trabalhavam na terra. Em sua análise, considera Tribuzi, que “houve descaso do governo Estadual que permitiu sua espontaneidade sem a preocupação de estabilizar –

¹¹² GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: edições UFMA, 2000. p. 176.

pela posse da terra e oferta de economia externas – a ocupação”.¹¹³ Na interpretação de Tribuzi, no bojo do projeto de desenvolvimento do Maranhão, o que aconteceu foi uma combinação de “sociedade e coonestação”, já que o Governo nada fez para garantir um sistema de produção agrícola que pudesse fixar o homem do campo em suas terras, como também não desenvolveu nenhuma política pública de legalização das terras já ocupadas sem titulação. Nesse sentido, ainda conforme as análises de Tribuzi, a política da lei de terras ou lei Sarney, só veio favorecer as organizações empresárias e os especuladores, já que o governo:

Nada fez para coibir as fraudes de titulações e antes se associou ao processo concedendo títulos da grande propriedade destinada à pecuária ou à especulação fundiária sobre áreas já trabalhadas por unidades de famílias.¹¹⁴

Dessa maneira, não seria nenhum absurdo dizer que o Governo do Estado foi o grande incentivador e promotor - por meio de políticas de favorecimento de uns (empresários e especuladores) e o preterimento de outros (pequenos agricultores e camponeses) -, dos inúmeros conflitos violentos pela posse da terra ocorridos nas áreas de povoamento do interior do Maranhão. Segundo Corrêa:

O Estado não procedeu, com a sonhada moralidade, à discriminação das terras públicas. A administração pública – sem alienação territorial ou com alienação territorial – não disciplinou o sociofato da ocupação fundiária, para onde confluíram as correntes conflitantes de camponeses, empresários e especuladores. Ao estabelecer prioridades à transformação da ocupação em propriedades, o Estado beneficiou, como beneficia, os empresários e especuladores, em uma demonstração substantiva de que a realidade social, transcendendo-a, fabricou a adequação da lei fundiária, maranhense e brasileira, aos interesses econômicos dominantes na sociedade nacional.¹¹⁵

Configura-se ainda, nesta atmosfera salvacionista, um suposto modelo racional de organização administrativa e de especificidade ideológica sobre a proteção do Estado, um não desenvolvimento de um empresariado maranhense de cunho moderno e autônomo, que não encontrando nos dispositivos oferecidos às condições estruturais para atender a realidade objetiva dos seus interesses, preferiu a “burguesia maranhense” se lançar “às atividades na burocracia do Estado, suplementadas pela organização de investimentos especulativos, como a compra-e-venda, os aluguéis de imóveis e os

¹¹³ TRIBUZI, Bandeira. Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981. p. 43.

¹¹⁴ TRIBUZI, Bandeira. Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981. p. 43.

¹¹⁵ CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993. p. 295.

depósitos financeiros.¹¹⁶ Produto de exacerbada retórica, as imagens do “Maranhão Novo” são revestidas de um discurso salvacionista, em que o “mercador de esperanças coletivas” anunciava em praça pública a redenção e o renascimento do Estado, por meios de “métodos de planejamento baseados na ciência e na técnica”, mas, na prática, conservou-se atrelado às velhas estruturas, em que se mantêm as profundas desigualdades dos dividendos sociais, como resultante do jogo de espelhamento das oposições do faz de contas das fantasias e a realidade concreta dos maranhenses.

No decorrer dos quatro anos do Governo de Sarney, o que houve foi um descompasso empírico quanto aos resultados desejados pelos dispositivos políticos do propalado plano de desenvolvimento do “Maranhão Novo”. Para além dos investimentos preparatórios da base de infra-estrutura implantada pelo Governo Federal, como o Porto de Itaquí, o término da construção e asfaltamento da BR-135, que liga São Luís-Teresina, e a construção da hidroelétrica de Boa Esperança, não ocorreram nenhuma transformação na economia do Estado e menos ainda “justiça social”. O que se pôde e pode-se verificar, foi o contrário do que dizia Sarney em suas “catilinárias” discursivas de palanque: “um bom governo é aquele que melhora a sorte do seu povo e respeita as instituições, porque estas estão ao serviço daquele e não de interesses pessoais ou grupais”. Com efeito, pode-se dizer que, resignadamente e agarrados aos seus pentimentos em meio à miséria, o Povo do Maranhão segue em suas preces na esperança de que um dia o “milagre maranhense” com “justiça social” possa acontecer. Criadas com a finalidade de serem instrumentos de colonização, as agências técnicas do Estado promoveram uma duplicidade de mundos entre as forças contraditórias da ordem e da desordem. O “Maranhão Novo”, passado seu momento inicial, de uma ilusão eufórica, de esperança da expansão democrática, revelou-se como um mecanismo de exclusão social de uns e enriquecimento ilícito de muitos. Nessa perspectiva, consolidou-se a vitória de uma ideologia liberal e autoritária que legitimava a inexistência das condições para a cidadania política.

Ainda a título de informação, vale ressaltar que no governo seguinte, de Pedro Neiva de Santana (1971-1975), intensificaram-se ainda mais o mercado de terras no Maranhão. Mediante as políticas do plano de ocupação de terras devolutas do Estado, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco). Em 06 de dezembro de

¹¹⁶ CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993. p. 296.

1971, foi promulgada a Lei nº 3230, cujo artigo 6º estabelecia o seguinte: “O capital social inicial da sociedade será de dez milhões de cruzeiros, representado por 4.000.000 (quatro milhões) de hectares das terras contíguas às margens da MA- 1 e 74 e dois milhões dos recursos orçamentários transferidos”. Sendo assim, as chamadas terras devolutas do Maranhão foram incorporadas à COMARCO, que tratou de comercializá-las, vendendo a grupos econômicos a preços de bananas, diga-se de passagem. Nesse sentido, grande parte das terras do Maranhão acabou por se transformar no espaço por excelência de ocupação e atuação das empresas de colonização. De sua parte, o Estado não só era o principal incentivador dessas ocupações, mas também favorecia tais empresas que eram beneficiadas através de programas de incentivos fiscais e de créditos subsidiados pelo governo. Por meio de uma relação de alianças entre empresários e políticos, as terras do Estado eram oferecidas e adquiridas a preços simbólicos, por fraudes cartoriais, grilagens e tantas outras práticas escusas e corruptas que contava com o beneplácito do governo do Maranhão (os atos secretos de hoje?). Acreditamos que nem mesmo o mais otimista dos maranhenses ousaria em concordar com o desconhecido autor da introdução do livro *Governo e Povo* (coletânea de discurso de Sarney) ao afirmar que:

... Na maré alta de memorável campanha cívica em que percorreu o Estado inteiro levantando a bandeira do Progresso com justiça social, haveria de destroçar a velha e corrupta máquina administrativa e, com apenas 35 anos, chegar ao poder para nele consumir aquele mesmo idealismo realista que comungava há tantos anos com seus companheiros de geração que integraria em sua equipe para produzir no seu Estado uma administração de novo tipo que tanta gente já tem apontado como “milagre maranhense”.

CAPÍTULO II

BOA ESPERANÇA: “A REDENÇÃO DO NORDESTE OCIDENTAL”

Um dia vai haver uma guerra grande neste sertão.
Uma guerra sem a cegueira de Deus e o Diabo.
(Gláuber Rocha)

II.1 Imprensa e Boa Esperança: as vozes do progresso

São Luís, 31 de janeiro de 1996. Em meio às comemorações ao trigésimo aniversário do dia em que tomara posse e assumira o poder político no Maranhão, declarou José Sarney, em entrevista ao jornalista Ribamar Corrêa, do Jornal O Estado do Maranhão, de sua propriedade, que o instrumento utilizado para canalizar as esperanças dos maranhenses naquele momento foi à **palavra**. Se como afirmara três décadas depois o ex-governador, que a palavra fora o “instrumento de mobilização” catalisador dos anseios da sociedade e principal força motriz de sua vitória, cabe-nos, neste capítulo, investigar os meios por onde esta se fizera propalada, ou seja: os meios de comunicação, especialmente a imprensa escrita. Um breve exame da composição dos quadros da imprensa se faz necessário para se compreender o papel destes órgãos e dos atores políticos enredados nesta teia de euforia que tomou conta do Estado. No âmbito local, destaca-se que atuação dos jornais foi de fundamental importância no desenrolar do processo político em que se elegera José Sarney para governador durante o pleito de 1965. O apoio emprestado pelos principais órgãos da imprensa escrita da capital às Oposições Coligadas contribuiu em larga escala para a derrocada do sistema político vigente até então. Ao se estabelecer no Palácio dos Leões, o líder do suposto movimento oposicionista contava com os apupos dos jornais para os desafios de construir as imagens da modernização, da industrialização e do propalado desenvolvimento do Maranhão, ancorado na idéia de progresso e da sua própria imagem redentorista.

Nestes termos pode-se asseverar que a construção da idéia do “Maranhão Novo” não passa de um artefato das classes proprietárias, inclusive dos jornais, que buscavam atender as necessidades de produção de homogeneidades diante da desigualdade sócio-

econômica que vicejava no Estado. Dito de outra maneira, a idéia de progresso que aparece como fio condutor do novo governo nas páginas dos órgãos da imprensa, tinha por objetivo inserir as questões de cunho regionalista nas malhas do projeto nacionalista de desenvolvimento industrial levado a cabo pelos militares no poder. Logo se pode dizer que a imprensa escrita são-luisense representou, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Estado. Nesse sentido, tomar os jornais como ponto de partida para nossa reflexão, neste momento e neste contexto de supostas transformações, não há como não relacioná-los estritamente com as questões de viés político, econômico, social e cultural que vicejavam na época. Estado e imprensa se apresentam como irmãos siameses. Virtualmente o projeto chamado de “novo Maranhão” nasceu, cresceu e se criou embalado pelos tons da imprensa. A relação entre os meios de comunicação e poder político está intimamente ligada com os grupos que se apresentam em disputa, haja vista que os jornais serviam como mecanismos de negociações, sendo utilizados como tribunas políticas para se barganhar interesses, sejam dos próprios proprietários ou do grupo em que se encontrava aliado.

Com efeito, diante das contendas políticas que se faziam notar quando das eleições de 1965, os órgãos da imprensa de maior circulação na capital São Luís, de uma forma ou de outra, achavam-se vinculados a grupos ou partidos políticos. Assim se encontravam distribuídos os principais jornais, associados às suas respectivas tendências e em conformidade com seus respectivos interesses e vertentes ideológicas: **Jornal O Imparcial** pertencia à cadeia de imprensa dos “Diários Associados”; o **Jornal do Dia**, que em 1973 fora adquirido por Sarney e passou a se chamar **Jornal O Estado do Maranhão** e o **Jornal Pequeno** de propriedade de José Ribamar Bogéa, que embora fazendo oposição ao governo até então vigente, se dizia conceitualmente apartidário. Todos estes matutinos faziam às vezes de porta-vozes das Oposições. Do lado oposto, com roupagem governista encontrava-se o **Diário da Manhã**, de propriedade do ex-governador Newton Bello. Nessa disposição em que se apresentavam esses órgãos de comunicação de massa, pode-se dizer que inicialmente, o governo de Sarney contou entusiasticamente com o apoio de grande parte da imprensa local para divulgar e visualizar os discursos-imagéticos do chamado projeto do “Maranhão Novo” e seus ideários de desenvolvimento industrial.

O Brasil, a década de 60 foi marcada por intensas turbulências. Mas, também, se caracterizava pelo eufórico surto de desenvolvimento econômico, levado a cabo pelos

gerais de quatro estrelas e toda sua equipe de tecnocratas, cujo “os ministros econômicos esperavam... que a ‘disciplina’ do mercado que agora estava sendo promovida certamente aumentaria a eficiência industrial... e eles aguardavam a entrada de mais capital estrangeiro no setor de exportação”.¹¹⁷ O ufanoso desenvolvimento do país tinha como carro chefe a intensificação do processo de industrialização. Sob o auspício da ditadura civil-militar, este ideário se estenderá até meados dos anos setenta, culminando no chamado “milagre econômico brasileiro”. Visto por este ângulo de observação e de análise, na fricção dos enunciados, intenta-se nesta empreitada seguir as rotas do progresso do Maranhão, anunciadas e pinceladas nas páginas dos principais Jornais daquele momento. A questão política conservava seu espaço, e o crescimento urbano direcionava o foco das notícias para as mais diversificadas práticas culturais de uma sociedade embriagada pelas novidades que se faziam presentes nos anúncios e que atendiam e estimulavam o desejo de consumo da emergente classe média e da elite, cada vez mais interessada em “folhear as páginas dos periódicos, ávidas por novos produtos trazidos pela industrialização e a urbanização”.¹¹⁸

Podemos argumentar, ainda, que os primeiros anos da década de 1960 se configuraram como um momento de significativas transformações no seio da imprensa brasileira. O jornalismo político adquiriu posição de destaque neste cenário conhecendo seu período de apogeu. Em suas pautas acrescentam-se as reivindicações e contestações de cunho político-ideológico. Parte da elite intelectual do país, geralmente de tendências esquerdizante se arvorava como legítima porta-voz dos anseios das classes menos favorecidas pelo sistema. No campo das mudanças técnicas, se processaram significativas transformações de viés gráficas. Novas diagramações foram incorporadas provocando mudanças na configuração e composição da paginação. Por toda esta dinamização que ocorria no terreno da imprensa escrita, a forma como os meios de comunicação formulavam e conduziam determinados eventos, a maneira como estes eram apresentados, as escolhas e seleções das informações, como os acontecimentos eram divulgados e chegavam até ao público, as intenções que se encontram veladas por trás do gatilho que dispara a notícia constituindo o todo e a relevância atribuída a determinados aspectos de uma sociedade em detrimentos de outros, são fatores que ajudam forjar um tipo de apreensão da realidade pelos leitores. Não por acaso, as

¹¹⁷ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 125.

¹¹⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In. MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. (orgs) História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. p. 94.

múltiplas possibilidades de interpretações e perspectivas processadas pelos meios de comunicação, quase sempre se impõem aos leitores/consumidores, ajudando a compor os mais diversos tipos de opinião pública. Não é à toa, que a informação requer do leitor à necessidade de se articular sua própria elaboração/percepção da realidade, assim como assumirem posições perante os acontecimentos divulgados.¹¹⁹

Há que se esclarecer que nossa intenção, nossa análise sobre esse conjunto de informações divulgadas pelos Jornais da época quanto às transformações que se faziam anunciar, não se trata de reconhecê-las a partir da perspectiva de mais ou menos real que outros canais e instrumentos do jogo político. Tomamo-los aqui como mais uma dentre outras possibilidades de interpretação. No curso dos acontecimentos, avaliaremos os meandros dessas mudanças sem perder de vista como os discursos de modernização são recepcionados em torno da construção da barragem da “Boa Esperança”. Ou seja, quais são os seus significados e representações para o cenário sócio-econômico e imaginário da sociedade maranhense no contexto regional-nacional. Entretanto, há que se observar que nem sempre a imprensa age como simples caixa de ressonância dos interesses dos grupos dominantes, mas também exerce sua autonomia na medida em que encaminha e conduz o debate sobre determinados temas. Como ela impõe e formula uma agenda, interferindo com isso no rumo dos acontecimentos, obrigando outros atores ou mesmo instituições a assumirem diferentes posturas perante o que é noticiado.¹²⁰ Por outro lado, ao lançarmos mão da imprensa como base da investigação para tecermos nossa narrativa, intenta-se salientar o que lhe permite construir esta seara de sentidos e significados que estão implicados no bojo das reportagens e que nos permite identificar os posicionamentos políticos mais diversos.

Vale dizer que nossa investigação segue por este amplo rol de transformações que se apresentavam no país após-golpe militar de 1964, atrelado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação, cujo seus produtos aos poucos foram sendo incorporados ao cotidiano das cidades, delimitando os traços e contornos de uma nova paisagem urbana, marcada pela presença de objetos de feições tecnológico-mercado-lógicas. As idéias de desenvolvimento do país anunciadas pelos meios de

¹¹⁹ Para uma detalhada análise do desenvolvimento da imprensa no Brasil, ver os seguintes autores: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006; MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008; MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹²⁰ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In. João Goulart: entre memória e história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

comunicações, tutelado pela ditadura civil-militar, trouxe para as vidas cidadinas outras sensibilidades, subjetividades e maneiras diversificadas no convívio social. A velocidade, associada à mobilidade e a pressa, tornou-se juntamente com a informação a marca distintiva no ambiente dos maiores centros.

Neste sentido, pode-se dizer a imprensa compunha a parte ativa desse processo de aceleração, configurando uma nova arquitetura social das cidades. Ao longo dos governos comandados pelos generais de quatro estrelas, a Nação se configura pelo o empenho destes e dos seus ministros econômicos em modernizar o capitalismo brasileiro. A crise institucional desencadeada no governo de Jango levou os militares a se apresentarem como os defensores de uma modernização dependente do capital estrangeiro e da regeneração dos costumes e da ordem. O golpe militar de 1964 foi entusiasticamente comemorado pela maior parte da mídia brasileira, cujo alguns proprietários participaram ativamente na conspiração do mesmo. A título de exemplo, os Jornais de maior circulação no país, como O Globo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã festejavam abertamente a deposição de João Goulart. Não menos entusiástica em suas comemorações era a cadeia de rádios, revistas, jornais e TVs dos “Diários Associados”, comandado pelo magnata da comunicação brasileira: Assis Chateaubriand. A voz discordante nesta grande festa que se anunciava em toda Nação, ressoava nos ecos do Jornal Última Hora fundado por Samuel Wainer, um remanescente do segundo governo de Getúlio Vargas, cujo mesmo fora criado com a finalidade de ser seu porta-voz. No entanto, não tardou para o Última Hora ser silenciado e amordaçado pelos censores da ditadura, tendo Wainer que bater em retirada do país.

As atitudes antidemocráticas dos militares, legitimadas pelos setores conservadores da sociedade brasileira viriam acarretar sérias conseqüências para imprensa. Jornais foram fechados, a informação controlada pelos censores, jornalistas presos e torturados. Durante os anos de ditadura no país, deu-se uma grande expansão e concentração dos veículos de comunicação, fomentado, sobretudo, pelo processo de modernização. Parte da imprensa que desempenhou importante papel quando do advento da ditadura civil-militar, não tardou para se afastar do novo regime político. As primeiras medidas implantadas para controlar a divulgação das informações deram-se com a censura dos meios de comunicação imposta pela promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1). Através deste mecanismo iniciou-se a temporada de caça as

bruxas e os primeiros mandatos de políticos das oposições foram caçados. Diante desse quadro em que se expunha uma das facetas do regime autoritário, à medida que os atos repressivos iam se intensificando, estes órgãos passaram a investir em reportagens que denunciavam as arbitrariedades cometidas pelos militares. De acordo com Alzira Alves de Abreu, “muitos jornais se submeteram às regras impostas pela censura como meio de sobrevivência, outros inventaram fórmulas de denunciar as arbitrariedades e falta de liberdade”.¹²¹

Não obstante as questões políticas, os jornais não só testemunharam a expansão e desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e no mundo, mas também se configuravam como produto deste prolongamento comercial. Cada vez mais os órgãos da imprensa escrita tornavam-se verdadeiras empresas num universo em que o mundo da mercadoria fazia-se notar com toda sua força e diversidade. Por intermédios das páginas dos periódicos se processavam uma verdadeira diversificação dos produtos de grande atração para um público leitor e suas infinitas possibilidades de consumo. Todavia, as questões de natureza políticas ainda cultivavam seu espaço de privilégio nas páginas dos jornais, sobretudo quando se envolvia as disputas pelas realizações das eleições, tanto local como nacional, assim como as desavenças que provocavam nas reordenações e cisões entre os grupos dirigentes. Mesmo sendo absorvida e incorporada pelas forças do mundo capitalista dos negócios, a imprensa escrita não abriu mão de exercer suas funções no estabelecimento do campo privilegiado da batalha simbólica dos poderes, cujos diversos segmentos sociais e políticos se confrontavam “em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo”. Como bem assinala Tânia Regina de Luca:

Ainda que tivessem adentrado o mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiram-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir.¹²²

No Maranhão, diante da incipiente rede televisa (pois existia apenas a TV Difusora, inaugurada em meado de 1963), os jornais, juntamente com as rádios,

¹²¹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 127.

¹²² DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do Século XX. In. MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (orgs), História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. p. 158.

ostentavam a condição privilegiada dos meios de comunicação. Eram através destes veículos que as populações da capital e do interior se mantinham informadas sobre os acontecimentos políticos no Estado. Nas páginas dos periódicos matutinos e vespertinos travava-se de estabelecer os contornos das polêmicas que desencadeavam os conflitos políticos em defesa dos mais variados interesses e que atendiam as reivindicações das mais diversas facções. Por intermédio dos jornais procuravam-se desenhar as imagens do chamado “Maranhão Novo” que se pretendia para aquele momento. Alinhando-se aos jornais, vários outros setores da sociedade ludovicense e outras instituições faziam-se notar e expressar suas manifestações por meio de práticas e discursos na tentativa de edificar as novas imagens desse cenário político, econômico e cultural que passou a vicejar no Estado. As transformações que se processavam, movida pelo suposto ideário de desenvolvimento industrial, tornaram-se um farto banquete de notícias para imprensa daquela época. Nestas encruzilhadas de informações, tantos outros caminhos se desvendam e novas paisagens surgem sobrepondo-se as velhas com as pinceladas discursivas e imagéticas da idéia de novo, contornando as molduras dos quadros da modernização e do propalado progresso.

A partir do ano de 1966, assistiu-se à emergência da síntese discursiva do “Novo Maranhão”, se pretendendo não mais aquele confuso e provinciano, protegido pelas “paredes do atraso”. As mudanças se faziam urgentes e na dança do capitalismo o Estado bailava no descompasso do desenvolvimentismo industrial brasileiro. Por estas épocas o Maranhão se configurava por uma economia eminentemente agrária e de subsistência. No dizer dos novos estetas do poder, era preciso criar estratégias que atraíssem o empresariado do centro-sul, no intuito de implantar as bases de um suposto parque fabril. Para tanto, por meio de convênios com o governo federal, o novo governador convocará uma equipe de técnicos maranhenses que trabalhavam na SUDENE (Joaquim Itapary, Mariano Matos, Mário Leal, José de Jesus Moraes Rego, Darson Dagoberto), para elaborar um plano de desenvolvimento para o Estado. Conforme o discurso de posse de Sarney:

Esse plano de governo, confiado à elaboração de técnicos maranhenses de elevado gabarito, visava condição da infra-estrutura e realizar investimentos sociais que possibilitem no Maranhão a grande arrancada de desenvolvimento que resumiremos nos seguintes itens: reforma administrativa, visando à moralização e a eficiência da máquina do governo; Energia e transporte, educação e saúde, fomento agropecuário e industrialização. Para tornar este plano realidade, escolhemos uma equipe de Governo que a opinião pública já conhece e que é toda integrada de nomes

que se impõem ao respeito e à administração, pela extraordinária capacidade moral e competência.¹²³

Nesse contexto sobressai-se o papel exercido pela SUDENE. Fundada em fins do governo de Juscelino Kubitschek (1959), este órgão surge como principal protagonista das discussões políticas do Plano de Metas do governo para região Nordeste do país. Imbuída do papel de promover o desenvolvimento da região mediante uma visão política de integração nacional e ancorada na idéia do processo de industrialização, esta instituição se caracteriza pelos investimentos públicos e privados visando uma redefinição da divisão regional. A atuação dessa instituição federal torna-se alvo de disputa entre os governantes, empresários e comerciantes locais cujos interesses estavam voltados para arregimentação de verbas e as vantagens fiscais, como dedução de impostos oferecidos pelo governo para aqueles que pretendiam investir na região. Mais do que isso: para além das vantagens oferecidas aos investidores, garantia-se a certeza de retorno dos investimentos, mediante os lucros assegurados pela intervenção do capital estatal.

Nesse sentido, especula-se que a convocação desses técnicos maranhenses para compor a equipe técnica do governo, se revela como uma estratégia política com claras intenções de se arregimentar verbas advindas do governo federal, sobretudo deste órgão responsável por promover o desenvolvimento do Nordeste. Para tanto, sob a orientação desses técnicos “de gabarito elevado” fora criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA). Nascida sob a égide do progresso, esta instituição estadual surge enquanto símbolo de legitimidade do projeto de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, também servia como base de sustentação e edificação de um conjunto retórico que recobre as imagens da invenção de uma identidade regional. Pretendendo forjar a “reforma administrativa”, Sarney constituirá a administração do Estado de um corpo técnico e burocrático no intuito de representar e significar um ideário de “moralização e eficiência da máquina do Governo”. A estratégia de legitimação desta equipe burocrática ocorre pelo o que é qualificado por Sarney como os “nomes que se impõem ao respeito e à administração, pela extraordinária capacidade moral e competência”.

O novo governador cria uma estratégia discursiva pretendendo com isso promover “a grande arrancada de desenvolvimento” cuja síntese desse conjunto se resumia “na

¹²³ SARNEY, José. *Govêrno e Povo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 16-17.

reforma administrativa”, “energia e transporte”, “educação e saúde”, mas também no farto “fomento agropecuário e industrialização”, entendidos como itens indispensáveis para a “garantia do futuro” do Estado. Sob a coordenação de Joaquim Itapary, através dessa agência constituiu-se o problema do subdesenvolvimento do Estado, ao mesmo tempo em que se buscava atribuir legitimidade ao discurso da identidade regional e do projeto chamado “Maranhão Novo”. Desse modo, vê-se surgir um novo tipo de regionalismo que está aberto ao nacional. Ou seja, para os planejadores a questão era de se pensar o Maranhão com vistas do Brasil, em consonância às feições locais. Para este propósito esta agência ocupava um lugar de destaque na hierarquia estatal estando diretamente ligada ao governador. A SUDEMA se constituía numa agência voltada exclusivamente para o chamado planejamento regional, em conformidade aos anseios de inserir o problema do Estado nas malhas do projeto nacionalista. Assim:

O significado do chamado desenvolvimento regional, pretendido por José Sarney, passou obrigatoriamente pela reinvenção do Maranhão, a partir do que se poderia denominar de instituição oficial dos grandes empreendimentos agropecuários em detrimento dos projetos de colonização. As fronteiras do Maranhão foram abertas para o que José Sarney denominara “homens de empresa”. Foram fechadas artificialmente para os pequenos produtores agrícolas.¹²⁴

A adoção dessa política baseada no que fora chamado pelos planejadores de “critérios científicos” encontrava-se em consonância ao projeto de ocupação da região amazônica levado a cabo pelos militares. Empresários do centro-sul do país eram estimulados e beneficiados por meio de políticas de incentivos fiscais e subsídios agrícolas proporcionados pelo governo, a fim de atrair as empresas como parte dos projetos de colonização e povoamento das terras devolutas do Estado. Os projetos entendidos e denominados de colonização e povoamento deixaram gravados nas memórias da região oeste do Maranhão as imagens dos massacrantes conflitos pela posse da terra e que ainda nos dias atuais se vivencia as práticas de violências físicas e simbólicas por meio das mais diversas formas de violação dos direitos trabalhistas. As origens dessas disputas encontram-se no bojo das políticas públicas elaboradas pela SUDAM, já que nesta rota de colonização, favorecia-se o Maranhão para atrair os empresários e arremeter recursos advindos desse órgão do governo federal pelo fato do Estado ser atravessado pela grande rodovia de integração nacional - BR-14- Belém-

¹²⁴ GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: EDUFMA, 2000. p. 176.

Brasília ¹²⁵ – amplamente divulgado pela imprensa local com o “portal de entrada da Amazônia”, proporcionando com isso o desencadeamento do surto de povoamento e ocupação das terras em prol de projetos agropecuários e de um mercado de especulação. Abriam-se as fronteiras sob o beneplácito do Estado, mediante ao que se entendia como as condições naturais de “um fenômeno econômico irreversível”. Discursando para Câmara Americana de Comércio, em São Paulo, Sarney oferece as terras do Maranhão para o empresariado mediante as vantagens proporcionadas “à aventura do homem de empresa”. Nesse jogo de negociação, preparava o terreno para atrair os investimentos criando “as condições que assegurem rendimentos certos” e que são oferecidos “à coragem e ao valor do empresário”, para isso anunciava o governador que o Maranhão se mostrava como

A grande oportunidade para os investimentos compulsórios, tanto na faixa da SUDAM – Banco da Amazônia, quanto na área da SUDENE- Banco do Nordeste. E marchamos para um breve tempo em que o Maranhão não mais receberá a presença do empresariado do Sul por força de dispositivos de lei, mas sim porque suas potencialidades avaliadas atrairão os fluxos de investimentos espontâneos, mercê das vantagens comparativas que apresentam. ¹²⁶

A condição geográfica do Maranhão representada pela invenção discursivo-ideológica do “Meio-Norte” é estrategicamente utilizada por Sarney como o vislumbamento da “grande oportunidade” para se atrair “investimentos compulsórios” por intermédio das duas frentes de colonização e povoamento do Norte e Nordeste do país. Das linhas de montagem da industrialização, as ruínas do velho regionalismo entre “Norte” e “Sul” cediam espaço para construção de uma nova arquitetura do país. Tornava-se visível a preocupação, nesse momento, dos vários campos de saberes em elaborar seus discursos, e no bojo de suas análises esforçam-se por montar uma compreensão única da Nação. O ufanismo nacionalista vai acentuar, por sua vez, as informações de uma rede discursivo-imagética dando visibilidade acerca das diversas e destoantes realidades existentes no país, adotando-as como ponto de partida para se implantar uma política que visava à integração nacional, juntando as partes numa só e escamoteando todo tipo de violência. O esforço dos militares era de transposição das fronteiras que impediam a emergência da recomposição efetiva da federação e a solidez

¹²⁵ As margens dessa BR ficam localizados os municípios de Imperatriz, Açailândia, Porto Franco e Estreito. Na geografia da violência no campo, esta região ficou conhecida como o Bico do Papagaio, área dos maiores e mais intenso conflitos pela posse da terra entre índios, cablocos, posseiros, grileiros e empresários.

¹²⁶ SARNEY, José. *Governo e Povo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 74-75.

do sistema republicano. Concomitantemente a esta política expansionista, buscava-se diversificar o capitalismo brasileiro através de novas possibilidades de mercado consumidor. Tais políticas se justificavam mediante as condições concretas, naturais do país, tidas por propícias ao desenvolvimento.

Nesse cenário, o fio solto das informações noticiadas nas páginas dos jornais são-luisense percebe-se que por meio destas anunciavam-se a invenção de um “Maranhão Novo” pelas contas do rosário da “Boa Esperança”. Os pontos cruzados do bordado maranhense são (re) desenhados com a agulha do processo de modernização do capitalismo/industrial/nacional. A Usina da Boa Esperança surge como um dos pilares de sustentação da plataforma de lançamento de novos signos, gerados no ventre miraculoso do processo de expansão capitalista do país. Nas “puítas do Maranhão” acendiam-se as luzes da Boa Esperança para iluminar as entranhas do sertão e fazer refletir as sombras da “redenção econômica do Estado”, numa empreitada em que se pretendiam arremessá-lo como mais um produto exposto na galeria Nacional da ditadura-civil-Militar. Nessa perspectiva, forja-se uma larga rede retórica como parte das estratégias mais amplas para se arregimentar recursos financeiros advindo do Governo Federal, por intermédios das agências criadas para fomentar e promover o chamado desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM), das agências de investimentos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID e o Banco Mundial), sem perder de vista as possibilidades dos investimentos de capital privado, tanto nacional como internacional. Nas palavras de Sarney, dever-se-ia “buscar ajuda onde ela estiver”. O novo governador se valia das estratégias em que simultaneamente se colocava “o Maranhão na geografia do Nordeste e na geografia da Amazônia”,¹²⁷ mas, também, estava inserido na geografia da fome e da miséria.

As bases de sustentação do projeto de desenvolvimento do Maranhão Novo são arquitetadas e anunciadas a partir dos chamados “métodos de planejamento baseados na ciência e na técnica”, pondo em pauta na ordem do dia, a disputa simbólica entre a administração imediatamente anterior e a que se iniciava. Noutras palavras, pretendiam-se estabelecer no campo simbólico do jogo discursivo/político os contrapontos da dialética entre subdesenvolvimento e o desenvolvimento, entre o arcaico e o moderno, entre passado e presente, entre o diagnóstico e as soluções exacerbadas no discurso de

¹²⁷ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro, 1970. p. 30.

autopromoção e autolegitimação dos novos porta-vozes do Maranhão. A força utópica do nacionalismo-desenvolvimentismo pretende com isso promover o fim do ciclo do atraso do país. As palavras de ordem neste contexto estão ancoradas na industrialização, urbanização e tecnologia. No jogo discursivo-imagético “quase todos os grupos sociais são tomados pelo espírito ufanista da época”.¹²⁸

Valendo-se do clima de euforia nacionalista e imbuído da construção da imagem de sua autoconsagração no cenário político do Maranhão, Sarney se apresenta como um desbravador das “fabulosas riquezas” do Estado, conferindo-lhes um caráter que lhe ajudará a “vencer a batalha do progresso”. Expõe, dessa forma, as “esperanças” para as soluções dos problemas econômicos através dos recursos naturais e das obras em andamento e financiadas pelo Governo Federal, que em consonância com a política nacional, recolocará o Estado nos trilhos do desenvolvimento capaz de transformar a miséria da paisagem maranhense na “zona mais próspera do Nordeste, o maior centro para investimento”. Assim discursava Sarney ao tomar posse das rédeas do Estado:

Temos os nossos olhos, nesta tarde, começo do governo, voltados para aquela barragem de cimento, que atravessa o Parnaíba e que nos acena como uma mensagem de progresso, e que se chama **BOA ESPERANÇA**. O Parnaíba domado para que o Piauí e o Maranhão possam transformar aquele castelo no deserto como os técnicos chamavam. A Usina de Boa Esperança vai criar a zona mais próspera do nosso Nordeste, o maior centro para investimentos. Temos os nossos olhos voltados para bacia de Barreirinhas, para o que ali se esconde guardado pelo tempo e pelas camadas geológicas daquele subsolo, como outra esperança e outra certeza, que é o petróleo do Maranhão escondido há milhões de anos e guardado para explodir neste ano de 66, o ano que consolida nossa vitória. Temos nossas palmeiras aqui plantadas pela natureza e que no Maranhão constituem a maior reserva do mundo de gordura vegetal: os 150 mil quilômetros quadrados cobertos de babaçu, que cada vez mais iremos explorar, valorizar, industrializar e mostrar ao Brasil que ele pode ser, em vez de um problema, uma grande solução para todos nós. Temos nossas reservas minerais e temos a nossas terras para o trabalho de todos.¹²⁹

Tais formulações discursivas forjam uma imagem do Maranhão que é apresentado como um Estado de aspirações e vocações ao desenvolvimento, tomando por privilégio suas riquezas naturais e minerais. O novo governo se inicia, portanto, com os olhos voltados para o aceno da “mensagem do progresso” que é Usina de Boa Esperança, fonte de energia que supostamente alavancaria os investimentos de capitais na agricultura e na indústria, estimulando as economias do Maranhão, Piauí e Ceará,

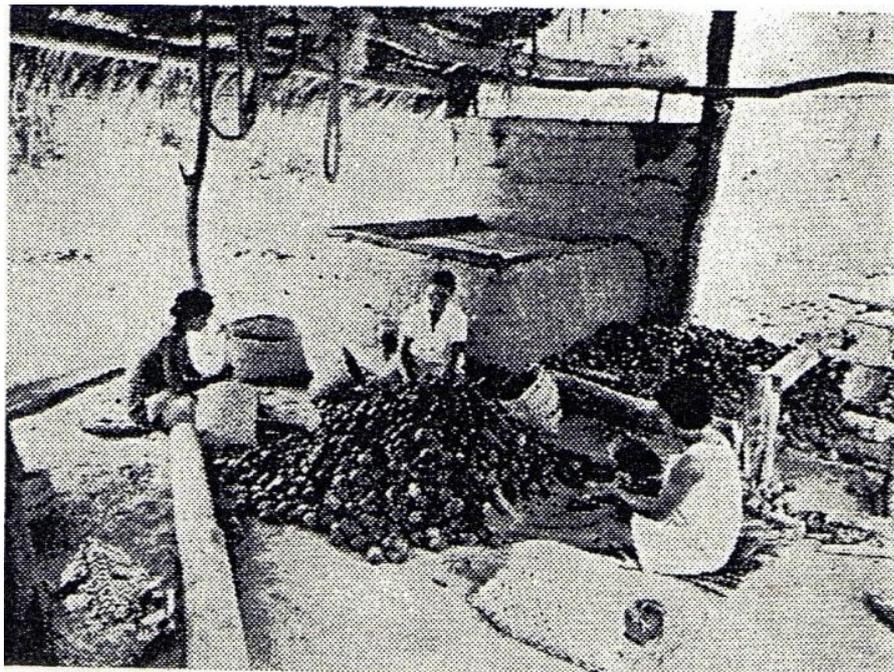
¹²⁸ VELOSO, Apud FICO, Carlos. Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 76.

¹²⁹ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 31.

arremessando-os na zona mais próspera do Nordeste. No conjunto das imagens que se apresentam como molas propulsoras do desenvolvimento e progresso surgem às reservas naturais de babaçu e seus 150 mil quilômetros quadrados qualificados como a maior do mundo em gordura vegetal, e que serviria como matéria-prima para o processo de industrialização, mostrando ao Brasil que ao invés de um problema pode ser a solução para o Estado. (Yes, no Maranhão, babaçuabunda!)

Extraído da maneira mais rudimentar, escapa aos olhos e da retórica do governo a mais árdua exploração dos trabalhadores rurais em favorecimento do comércio comandado pelos latifundiários. Mais do que isso: com o processo de colonização promovido pelo governo do Estado, tem-se como consequência da exploração, a grande liquidação das terras classificadas como devolutas, em favorecimento dos grandes projetos. Diante do que é entendido como “a grande solução para todos nós”, salta aos olhos o preterimento da grande maioria dos moradores rurais que se vêem obrigados a submeterem-se a uma ordem de exploração da sua mão-de-obra. Certamente na lista dos “todos nós” não constava esta categoria, ou seja, as quebradeiras de coco. Com a privatização das terras e o consequente cerceamento das áreas dos babaçuais pelos fazendeiros, as quebradeiras de coco, perdem o direito de extrair a castanha do babaçu em seu próprio benefício. Este novo quadro que se apresenta ao campesino maranhense, toda produção extraída às duras penas são exclusivamente destinadas ao empresariado do babaçu, pois como anunciava o governador: “iremos explorar, valorizar, industrializar”.¹³⁰ No curso do processo de industrialização do babaçu, as “empresas familiares” se constituem num entrave para o desenvolvimento econômico, mas, ao mesmo tempo servem na exploração da mão-de-obra barata.

¹³⁰ Com a implantação das indústrias de produção do óleo da amêndoa do babaçu, os camponeses da região dos cocais são obrigados a venderem as castanhas extraídas por um preço irrisório estabelecidos pelos proprietários das terras dos babaçuais. Ainda hoje esta situação é vivenciada por uma grande maioria desses trabalhadores, cujo quilo da castanha é vendido pela módica quantia de 0,60 centavos.



Quebradeiras de coco.

As estratégias discursivas do novo governador prosseguem mediante a promessa da suposta riqueza que adviria do subsolo da bacia de barreirinhas, tomado como “outra esperança e outra certeza”. Aos olhos do governo, soberbamente até aquele momento, este teria guardado seu petróleo para “explodir” naquele ano de 66, justamente o ano da sua vitória. Somam-se a isso as reservas minerais à espera da exploração; a vasta extensão territorial que proporcionará “terras para o trabalho de todos”, e os lucros para poucos, diga-se de passagem.¹³¹ O conjunto de elementos tidos por naturais e minerais é apresentado pelo discurso de Sarney como recursos capazes de proporcionar a retomada da economia do Estado. A referência para tais propósitos é o compreendido e decantado “período de apogeu”, aqui entendido como o passado da “prodigalidade da economia maranhense”. Todavia, tais estratégias discursivas são utilizadas para respaldarem as representações do passado cujos atributos – apogeu e desenvolvimento –

¹³¹ Referente ao que foi apresentado como fatores de transformação da paisagem econômica e social do Maranhão, pelo discurso de Sarney, tem-se os seguintes quadros: quanto à região do alto Parnaíba, depois da construção da Usina Hidroelétrica de Boa Esperança não se verifica a instalação de nenhum pólo industrial; no que diz respeito ao petróleo de Barreirinhas, restam-se apenas os destroços de um monte de ferro carcomido pela ferrugem em meio ao areia das dunas; já as anunciadas indústrias de exploração do babaçu, ainda hoje o que se vê é a extração da castanha por meio de métodos “primitivos” e sua pequena produção que atende a sobrevivência do homem do campo; quanto o vasto território do Estado tem-se a concentração das terras em mãos de empresários ou especuladores. Neste sentido, pode-se dizer que nada ou quase nada foi mudado na paisagem social do Maranhão, tal qual foi anunciada.

se constituem enquanto referências ao chamado projeto de desenvolvimento do “Maranhão Novo”.

Em consonância com as metas do desenvolvimento e expansão promovida pelo governo dos militares, José Sarney retoricamente montava as bases de sustentação do governo apoiado sobre o tripé simbólico da modernidade, aqui compreendidos e entendidos na construção do porto de Itaqui, no término da Rodovia São Luís-Teresina e no funcionamento da Hidroelétrica da Boa Esperança, obras que construídas com verbas do Governo Federal, representariam para o Maranhão a “redenção” por meio do “progresso”. É nesse contexto de busca da elaboração de uma imagem grandiosa do Maranhão, que Sarney em discurso de saudação, agradece ao Presidente Humberto Castelo Branco pela construção da Boa Esperança, entendida como “promessa de grandeza e futuro”:

Vem Vossa Excelência de Boa Esperança: símbolo e mística. “O velho Monge de Barbas Brancas” – como chamavam os poetas cantores do Parnaíba, com suas águas domadas pela técnica, é promessa de alimentos, de salvação, de trabalho, de progresso, de grandeza e de futuro. (...) E não só no setor material, onde poderíamos citar o Porto do Itaqui, com a concorrência e os recursos colocados pelo seu Governo.¹³²

Os signos emitidos pelo discurso do governador vão além de um desprezioso agradecimento ao Presidente Castelo Branco. Valendo-se de uma estratégia de autopromoção, Sarney esforça-se por simular uma compreensão e lançar no imaginário político do Estado de que a construção da Boa Esperança é fruto do seu governo. No jogo das disputas do poder local, poder-se-ia apontar para uma intenção política que se revela por intermédio dos atributos individuais de autoconsagração no cenário político e que visa deslegitimar as imagens do governo anterior. Dessa forma, é lícito salientar que os tais ventos redentores da economia do Maranhão já haviam sido soprados no Governo de Newton Bello. Foi o próprio Presidente Castelo Branco, quando da sua visita ao canteiro de obras da Hidroelétrica da Boa Esperança, no ano de 1965, em solenidade em que marcou o primeiro desvio do Rio Parnaíba, que anunciou com aquela obra a “promessa de alimentos, de salvação, de trabalho, de grandeza e de futuro” cantado e decantado nas “catilinárias” do novo governador. À época dissera em sua “oração” o Presidente da Nação, que a construção da Usina de Boa Esperança representaria para o Maranhão e o Piauí o mesmo que Paulo Afonso representava para o Nordeste do País. Salientava ainda que a partir de 1967, ano em que entrariam em

¹³² SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 53.

atividade as turbinas da Usina, que o Maranhão e Piauí, iriam começar a gozar de uma nova fase de desenvolvimento industrial.¹³³ No entanto, a experiência empírica têm-nos revelado que os ecos do discurso do Presidente não se fizeram ouvir nestas paragens. As rajadas de ventos da modernização e industrialização dos Estados em questão, passado pouco mais de quatro décadas, ainda hoje não se fizeram sentir nem no Piauí e nem no Maranhão, já que ambos exibem um incipiente complexo industrial. É lícito asseverar que ambos seguem em sua acirrada disputa pela liderança do *ranking* dos indicadores sociais dos miseráveis. Se bem que neste sentido, em ralação ao estado do Piauí, o Maranhão segue ostentando os piores índices de desenvolvimento.¹³⁴



Visita do Presidente da República Marechal Humberto Castelo Branco às obras de Boa Esperança, durante a operação do DESVIO I do Rio Parnaíba, em 29-05-1965. Ao lado do Presidente encontra-se Coronel César Cals, diretor presidente da COHEBE.

¹³³ Jornal Pequeno, 30 de abril de 1965. p. 2.

¹³⁴ De acordo com os dados divulgados pelo IBGE de 2008, o Maranhão apresenta os piores índices do país. O Estado ocupa as seguintes posições no ranking de desenvolvimento: renda per capita 26ª, analfabetos 24ª, expectativa de vida 26ª (66, 8 anos para ambos os sexos), mortalidade infantil 26ª (39,2). Ou seja, em quarenta anos de mandonismo do grupo capitaneado por Sarney pouco ou quase nada se modificara os índices de desenvolvimento do Maranhão, quando o mesmo ia à televisão apresentar os quadros de miséria do Estado. Ainda conforme a lista do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2005, divulgado pelas Nações Unidas, o Maranhão ocupa a posição de 26º entre os Estados da federação, estando à frente somente do Estado de Alagoas.

No cenário da política nacional os militares davam continuidade às regras do jogo político. Com a saída de Castelo da Presidência, nas eleições de 03 de outubro de 1966, assume o poder o General Artur da Costa e Silva. No campo econômico, o novo presidente prosseguirá com as políticas de desenvolvimento que herdara das diretrizes traçadas pelo Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG) do General-Presidente Castelo Branco. Entendendo que o país caminhava para estagnação econômica, decorrente da continuidade de uma política deflacionária conduzida pelo PAEG, os empresários brasileiros se mobilizaram e passaram a pressionar o Governo à retomada das ações de desenvolvimento econômico e industrial.

Com a criação de um novo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED),¹³⁵ o governo buscava redirecionar os rumos da política econômica e social do país adotando medidas em prol da retomada da política expansionista que tinha por referência as bases do projeto de Integração Nacional, alinhado ao crescimento industrial. Por meio dos discursos de modernização da Nação e de uma política salvacionista, o Presidente Costa e Silva intencionava incorporar o Nordeste nas malhas do novo plano desenvolvimento elaborado pelo Governo Federal, conforme podemos perceber em sua fala, quando de sua estada no Recife, em que se reuniu com governadores e diretores da SUDENE:

Salvar o Nordeste é portanto, salvar o Brasil. Resolver o problema nordestino é dar solução ao problema nacional. O governo da república, que esteve aqui instalado durante quase uma semana, volta a sua sede constitucional em Brasília com um numeroso elenco atrás, projetos, convênios e medidas práticas, a cujo conjunto se poderia fazer a restrição única de só tratar questões nordestina. Nacionais, entretanto, no sentido mais profundo da expressão, devem serem consideradas, porque visam, no fundo e mais além do significado explícito de cada uma, à integração do país, à recomposição efetiva da federação, à solidez do sistema republicano, ao desenvolvimento do Brasil, como todo sagrado, e, enfim, à perenidade dos princípios democráticos.¹³⁶

A fala do Presidente Costa e Silva ancora-se no discurso salvacionista, legitimado por intermédios dos critérios regionalista e geográfico, em que se apresenta o Nordeste como a “região problema”. Em seu discurso, pretende o presidente encarnar significativa ruptura com um conjunto de narrativas sustentadas pelas classes dominantes em que a região aparece como depositária dos bolsões de miséria na

¹³⁵ Com a implantação deste novo plano de desenvolvimento traçado para o país foram tomadas algumas medidas, tais como: ampliação do crédito, tabelamento dos juros e controle dos preços. Neste sentido, teve-se uma nova fase em que se obtiveram resultados para o crescimento da economia puxado pela indústria. Portanto, tais medidas ainda foram complementadas pela eliminação das barreiras que dificultavam a importação de tecnologias e pelas facilidades para se obter créditos para compra de bens de consumo duráveis.

¹³⁶ Jornal O Imparcial, 15 de agosto de 1967. p. 3.

tentativa de exprimir uma visão da realidade considerada ainda pré-industrial, pois “o Nordeste continuava sendo uma realidade aguda, capaz quase de falar por si, capaz de estremecer as consciências nacionais. Era o avesso do que se queria para o povo, para o país e para a humanidade”.¹³⁷ Nesta visão integracionista e redentorista, intenta-se a “recomposição efetiva da federação”. Para Costa e Silva, salvar o Nordeste seria o mesmo que “salvar o Brasil”. O novo plano econômico do Governo apresenta as imagens do capitalismo brasileiro na fase do desenvolvimento e expansão, apoiado sobre o tripé estado/grandes empresas nacionais/capital multinacional. Nesse sentido, têm por objetivo promover o desenvolvimento do país em consonância com o que foi denominado de “progresso humano e social”. Tais direcionamentos discursivos e racionalizadores buscavam forjar uma ideologia autoritária de incorporação do Nordeste às benesses para uma região atrasada que precisava ser integrada nas malhas da “recomposição efetiva da federação, à solidez do sistema republicano, ao desenvolvimento do Brasil”.

Em seu discurso, à SUDENE caberia o decisivo papel e a responsabilidade, enquanto órgão do Governo, pela criação de uma nova “mentalidade” que deveria promover o “progresso social da colonização do homem nordestino” incrustado numa região subdesenvolvida pelo primarismo tosco de sua população, “pela sua falta de racionalidade, pelo povo que em tudo acredita, que possui uma religiosidade arcaica, uma cultura popular rica, festiva, colorida, mas que serve apenas para evasão da miséria, para o alheamento da realidade que o cerca”.¹³⁸ Para se alcançar tais propósitos, as metas do plano de ação do governo dependeria da política de “manutenção do sistema de incentivos fiscais”. O novo plano diretor levava em consideração os projetos prioritários de créditos e o caráter concreto dos objetivos definidos no programa estratégico, conforme as coordenadas do Presidente e sua equipe de planejadores. A missão civilizadora de que se imbuíram os militares foi prontamente acolhida pelos tecnoburocratas, sem perder de vista a seara ideológica do projeto da Boa Esperança.

Tais objetivos são: primeiro, criar um processo de desenvolvimento auto-sustentável para a região; segundo, inseri-lo no consenso do desenvolvimento nacional, com a criação de um mercado interno integrado; e por fim, como

¹³⁷ ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. p. 280.

¹³⁸ ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. p. 268.

objetivo colocar o desenvolvimento a serviço do progresso social da colonização do homem nordestino, a vossa principal riqueza. (...) Recuperar perspectivas ao bem estar do homem do Piauí e Maranhão, e também o compromisso de continuar a obra encetada pelo grande Presidente Castelo Branco, fazendo prosseguir em ritmo intenso a construção da hidrelétrica de Boa Esperança, que insisto em anunciar como a de “Boa Certeza”.¹³⁹

De acordo com o planejamento da equipe técnica da SUDENE, e em conformidade com as diretrizes do plano diretor de promover o desenvolvimento do Nordeste, seguindo a divisão geopolítica da Região, os Estados do Maranhão e Piauí foram (re) classificados e inseridos numa subdivisão regional mais específica. Ambos passaram a compor a sub-região do chamado Nordeste Ocidental. Neste sentido, a construção da Hidroelétrica de Boa Esperança é tomada como prioridade, como um marco para recuperação econômica e social dos Estados do Maranhão e Piauí compreendidos como os dois mais pobres e atrasados do Nordeste e do Brasil. As questões vão mais além, e associado ao desenvolvimento industrial, a uma economia integrada, as medidas do novo plano diretor deveriam promover o “progresso social de colonização do homem nordestino”, sobretudo do Maranhão e Piauí os dois beneficiados diretamente pela “boa certeza” da Boa Esperança. A crença no planejamento, na capacidade técnica de instituir metas, se apresenta como de fundamental importância para as supostas ações modernizantes do governo.

Sob a coordenação da COHEBE (Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança), empresa subsidiária da ELETROBRAS, a construção da Barragem da Boa Esperança fora realizada em ritmo de trabalhos acelerados de 22 horas diárias. Amplamente divulgada pela imprensa de São Luís e de Teresina como obra redentora para os problemas energéticos do Maranhão e Piauí, a Boa Esperança representava e apresentava-se, conforme as palavras do Diretor-Presidente da COHEBE, o Coronel César Cals, como “a obra que será a ferramenta principal para libertar a região do Nordeste Ocidental do subdesenvolvimento”.¹⁴⁰ Com a construção da barragem, supostamente ocorreria à expansão do mercado interno regional integrado nas malhas nacionais da economia, criando as condições indispensáveis para o desenvolvimento

¹³⁹ Jornal O Imparcial, 15 de agosto de 1967. p. 3. Boa Esperança foi construída com recursos advindos de um conjunto de financiamento que uniram seus interesses através da USAID (Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo do EUA) e do Governo brasileiro através dos seguintes órgãos: SUDENE, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E DO INTERIOR, ELETROBRAS E O DNOCS, BNH E DNPUN. Além das operações financeiras com o Banco do Nordeste do Brasil, entre outros bancos nacionais e o Bank of London

¹⁴⁰ Coronel César Cals, Diretor- presidente da COHEBE, em entrevista ao Jornal O Imparcial em 21 de abril de 1968. p. 4.

dos Estados compreendidos e comprimidos e beneficiados pela energia da “Boa Esperança”: Maranhão, Piauí e Ceará. Para o Governo do Maranhão, especificamente, conforme as palavras de Haroldo Tavares, Secretário de viação e obras públicas do Governo de Sarney, Boa Esperança representava o rompimento do “Estado com as últimas correntes que ainda o vinham mantendo ligado ao subdesenvolvimento. Na verdade, Boa Esperança é sinônimo de mais indústria, novos empregos, mais mão-de-obra, menos atraso econômico”.¹⁴¹

É nessa atmosfera de euforia que, em meio aos mais variados anúncios e notícias estampados nas páginas do Jornal O Imparcial, do dia 12 de agosto de 1966 saltam aos olhos a seguinte manchete: “ENERGIA DE BOA ESPERANÇA SERÁ MAIS BARATA QUE A DE PAULO AFONSO”. O anúncio fora feito através de uma coletiva concedida aos órgãos da imprensa de São Luis pelo Coronel César Cals, que ocupava a função de Presidente da COHEBE e da CEMAR (Companhia Energética do Maranhão), respectivamente. Sabatinado pelos homens da imprensa a respeito dos preços da energia no Maranhão, respondera o Diretor Cals, conforme o Imparcial:

Respondendo a uma pergunta disse o Coronel que no segundo semestre de 69 a energia de Boa Esperança estará chegando a São Luís... Cerca de 60 cidades do Maranhão de início serão iluminadas pela barragem da Boa Esperança... Com relação aos preços da energia afirmou o Cel. César Cals que será mais barato com relação à que consumimos atualmente e, até mesmo, à gerada pela cachoeira de Paulo Afonso.¹⁴²

A atuação dos órgãos da imprensa durante todo o período que envolve a construção da hidroelétrica de Boa Esperança, a partir dos primeiros anos da década de 1960, pode ser entendida e incorporada aos esquemas interpretativos e explicativos desse acontecimento histórico para o Estado e, particularmente, para os agentes sociais diretamente envolvidos em tais eventos. Torna-se imprescindível não perder de vista os rastros das informações, assim como o papel desempenhado pela imprensa escrita, na medida em que esta se evidencia como um dos principais vetores de propaganda das idéias do progresso salvacionista para o Maranhão, Piauí e o Norte do Ceará. Foi através das páginas dos jornais, mas não só por elas, que esse olhar redentor da condição sócio-econômico da região do Nordeste Ocidental foi amplamente divulgado e utilizado como principal justificativa para a construção da Usina hidroelétrica no

¹⁴¹ Trecho da entrevista de Haroldo Tavares, secretário Viação e obras públicas do Governo de Sarney, em entrevista ao Jornal O Imparcial em 13 de fevereiro de 1970. p. 3.

¹⁴² O Imparcial, 12 de agosto de 1966. p. 04.

leito rio Parnaíba, conforme se lê na reportagem intitulada: **“a Usina de Boa Esperança significará a redenção da área mais pobre do Brasil”**:

A usina de Boa Esperança, em construção no Rio Parnaíba, entre os Estados do Piauí e Maranhão, que deverá começar a fornecer energia a partir de dezembro de 1969, representará para a região do Nordeste Brasileiro, tida como a região mais pobre do país, um marco decisivo para sua recuperação econômica e social. [...] A usina está incluída entre as obras de grande importância para o desenvolvimento do país, terá para o Piauí, grande parte do Maranhão e para zona Norte do Ceará a mesma significação de Paulo Afonso para o Nordeste em Geral.¹⁴³

O que se nota, é que para além da missão salvacionista da região mais pobre do Brasil, em que estavam inseridos os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão (os piorcerão!?), o projeto da “Boa Esperança” é propagandeado como “marco decisivo para recuperação econômica e social” do país. Nesta linha de argumentação, a preparação de uma estrutura de produção de energia iria atender os propósitos de diversificação e descentralização da produção industrial brasileira, cujo direcionamento rumo ao Nordeste Ocidental buscava absorver esta região como necessária ao avanço da produtividade e do consumo nacional planejado. A construção da Usina da Boa Esperança compõe o conjunto de medidas que ornava o cenário político, econômico e cultural de uma nova face e farsa do País, que tinha como pano de fundo o rápido crescimento econômico baseado no desenvolvimento industrial levado a cabo pelos militares. Com a emergência do golpe civil-militar de 1964, preparava-se a Nação por meio de sua combativa política de controle da inflação, dos salários, das questões trabalhistas em vista do restabelecimento da credibilidade lá fora. Outras medidas foram às negociações que buscavam chegar a um acordo “com os bancos comerciais e os fornecedores dos Estados Unidos e Europa para regularizar seus pagamentos em níveis realistas para o país”.¹⁴⁴ Feito a lição de casa, o Brasil se mostrava “seguro” para atrair grandes investimentos e escancaravam-se as portas da Nação para os vultosos investimentos do capital estrangeiro e multinacional. Dessa maneira pretendia os militares alavancar irreversivelmente a industrialização do país, e o progresso. O que se impõe neste cenário é a construção imagética do Brasil como grande potência cujos objetivos estavam direcionados em promover para as populações uma visão otimista do desenvolvimento, conforme se anunciavam nas páginas dos periódicos, tanto local quanto nacional. As construções discursivo-imagéticas do Brasil potência não decorrem

¹⁴³ Jornal O Imparcial, 19 de dezembro de 1964. p. 01.

¹⁴⁴ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 84.

dos grandes projetos técnicos e sofisticados da força de persuasão dos militares, mas é impulsionada mediante uma poderosa rede de representação forjada ao longo dos tempos e ancorada na idéia de “um gigante deitado eternamente em berço esplendido”, que “a um só tempo recuperou uma longa tradição de anseios e projeções sobre a grandeza brasileira e constituiu-se numa tática que buscava atrair à aliança de capitais nacionais, estatais e internacionais a presença legitimadora das camadas médias, sempre interessadas em ‘desenvolvimento e segurança’”.¹⁴⁵

O período em marcha foi compreendido e divulgado pela imprensa oficial como o do nacionalismo-desenvolvimentismo-industrial. O país crescia (e com ele a inflação), e os ventos do “admirável mundo novo” pareciam soprar por estas paragens do Nordeste Ocidental. Nas curvas tortuosas do rio Parnaíba desembocava a operação prototecnológica de construir a Usina da Boa Esperança nas entranhas do sertão do Maranhão e Piauí. A Boa Esperança estava incluída entre as obras de grande importância voltadas para a integração e expansão do país e era apresentada nas páginas dos noticiosos maranhense e piauiense, como símbolo de ruptura entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno, entre o subdesenvolvimento e desenvolvimento. Noutras palavras, anunciavam-se esse pomposo empreendimento hidroelétrico como tendo a mesma importância e “significação de Paulo Afonso para o Nordeste em geral”.

Criada em 1963, no governo de João Goulart, a Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança (COHEBE), nascera apresentando as características de uma empresa de geração de energia responsável por planejar, executar e coordenar o andamento de todo projeto de construção da Usina hidroelétrica, oficialmente batizada de Usina “Presidente Castelo Branco”.¹⁴⁶ Tal empresa se mostrava e se delineava com os traços de uma sociedade de economia mista. Os financiamentos e investimentos para tamanha empreitada advieram tanto do capital público quanto privado, saídos dos cofres das empresas nacionais e internacionais. A efetivação da COHEBE como empresa principal e encarregada pelos andamentos da construção da Boa Esperança, contou com inteiro apoio do governo federal, através da participação efetiva de diversos órgãos que tinham por responsabilidade a manutenção e monitoramento da aplicação dos recursos financeiros. Entre tais órgãos do governo contava-se com a participação da **SUDENE**,

¹⁴⁵ FICO, Carlo. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 86.

¹⁴⁶ Oficialmente assim foi batizada “Boa Esperança”, em homenagem ao Presidente Castelo Branco, já que era ele que estava no comando do país quando se iniciaram a obra propriamente dita.

DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), **ELETRORAS** (Centrais Elétricas Brasileiras S.A), Ministério das Minas e Energia e Ministério da Viação. Somava-se ainda neste conjunto a participação do governo do Estado do Maranhão, governo do Estado do Piauí, **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), **BNH** (Banco Nacional de Habitação), **BNB** (Banco do Nordeste do Brasil S.A) e outros setores de menor relevância, porém não menos importantes.

Após o lançamento das bases industriais levado a cabo pelo nacionalismo do gaúcho Getúlio Vargas, em duas temporadas que esteve à frente da Nação, passando pelo período bossanovista do “pé de valsa mineiro” Juscelino Kubitschek e sua estroboscópica promessa de realizar “50 anos de progresso em cinco de governo”, chegava-se, assim, ao regime de “ordem unida”, comandada pelos generais de quatro estrelas. Uma vez que os Generais-presidentes assumiram as rédeas da Nação, no campo econômico retomavam-se os rumos do desenvolvimento industrial por intermédio da internacionalização da economia e do impulso à iniciativa privada. Neste diapasão da banda militar, buscava-se cada vez mais afinar a política econômica do país em consonância com os tons das partituras financeiras oferecidas pelo capital estrangeiro dos grandes investidores. De acordo com Octávio Ianni:

A história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis dominantes. Os progressos da produção fabril colocam em confronto e em encadeamento a história nacional e a história universal. A história brasileira, mais uma vez, funde-se e ilumina-se na história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta. Neste sentido é que se pode reconstruir as etapas da formação do setor industrial, como núcleo dinâmico do desenvolvimentismo nacional. As fases de evolução desse setor não se constroem senão como modos específicos de relacionamento entre a economia brasileira e os sistemas econômicos externos, com os quais o Brasil se acha ligado em cada fase.¹⁴⁷

Desse modo, observa-se ainda que no bojo das reportagens noticiadas nas páginas dos jornais, a COHEBE pôde contar efetivamente com a participação do governo Norteamericano na construção da Boa Esperança, por intermédio da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O Tio Sam que entusiasticamente havia aplaudido e apoiado o golpe militar de 64, demonstrando-se aliado fiel do regime ditatorial, fazia anunciar, através do seu embaixador Lincoln Gordon, que para aquele ano reservara para o Brasil a vultosa quantia de US\$ 222 milhões de dólares. De acordo com as informações dos relatórios divulgados pela

¹⁴⁷ IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Civilização Brasileira, 1988. p. 30.

COHEBE, a participação da USAID aconteceu dentro da filosofia da aliança para o progresso e paz, pois tal agência estava compenetrada do seu papel desenvolvimentista na América Latina. Vale dizer que tais empréstimos argolavam ainda mais estes países que a cada dia via suas dívidas externas se alastrarem. No caso de Brasil, 30% da dívida eram frutos das políticas do setor energético. O projeto da Boa Esperança ainda contava com os empréstimos advindos de outros órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial (BM), voltados para investimentos em projetos de construção das bases de infra-estruturas que pudessem alavancar o desenvolvimento do país, tais como: rodovias, escolas e usinas hidrelétricas, além de outros. Como observa Skidmore:

... O grande salvador mesmo foi o governo dos Estados Unidos, especialmente a USAID, o principal instrumento daquele governo para a execução da Aliança para o Progresso. Em 1965 a USAID aplicou no Brasil US\$ 147 milhões, e de 1964 a 1967 o total foi de US\$ 488 milhões. O governo brasileiro recebeu com especial agrado essa ajuda por duas razões. Primeiro a USAID tinha flexibilidade para desembolsar dinheiro rapidamente. Segundo, grande parte do dinheiro vinha sob a forma de *program loans* (empréstimo-programa)... Estes empréstimos não eram destinados a projeto específicos, ao contrário dos “empréstimos-projetos” da própria USAID, do Banco Mundial e do BIRD.¹⁴⁸

No que diz respeito aos “empréstimos-projetos”, segundo as informações do relatório da diretoria da COHEBE, divulgado pela reportagem do Imparcial de 03 de maio de 1965, os valores dos empréstimos adquiridos junto ao governo Norte-Americano, por intermédio da USAID, foi de “US\$ 8.900.000.000, pagáveis num prazo de 25 anos, com seis anos de carência, a juros de 3,5% ao ano”.¹⁴⁹ Tais empréstimos, no entanto, eram concedidos mediante uma série de condições impostas ao governo brasileiro. No que diz respeito aos *program loans* (empréstimos-programa) a USAID cobrava do governo brasileiro o envio de relatórios semestrais, cujo conteúdo deveria conter um detalhamento do investimento das verbas nos programas, assim como informar o andamento e desempenho da situação macroeconômica do país. Já para os empréstimos-projetos, os relatórios teriam que informar o andamento e planejamento do projeto para qual fora destinado os empréstimos. Ao receber os relatórios a embaixada norte-americana tratava de examinar pormenorizadamente a *desempenho* da economia

¹⁴⁸ SKIDMORE, 1988:87.

¹⁴⁹ Jornal O Imparcial, 03 de maio de 1965. p. 3. Ainda conforme a informação do relatório da Companhia, em 1965 o capital social da empresa atingiu o montante de Cr\$ 10.960.010.000, sendo assim discriminada: SUDENE- 3.680.000; ELETROBRÁS- 3.680.000; DNOCS- 3.600.000. No ano de 1967, registra-se outro empréstimo da USAID no valor de 4.903.650,00 dólares.

do governo. Todo este monitoramento realizado pelo governo americano acabou por transformá-lo “em uma espécie de FMI unilateral, supervisionando todos os aspectos da política econômica brasileira”.¹⁵⁰

Ressalta-se, ainda, que dentre os vários financistas estrangeiros que colaboraram na construção da grande obra da Boa Esperança, a participação do Bank of London. Ainda conforme a reportagem do Jornal O Imparcial, numa viagem que se estendeu por trinta e cinco dias por vários países da Europa com intuito de captar recursos, o presidente da COHEBE, Coronel César Cals, desembarcou em Frankfurt, na Alemanha Ocidental, para negociar com autoridades do “KREDINSTALD” as condições de um pedido de financiamento no valor de 9 milhões de marcos, pleiteado, no Brasil, junto à embaixada da República Federal da Alemanha. Tal empréstimo, segundo as informações do departamento de divulgação da COHEBE, seria destinado para expansão das obras da rede elétrica da companhia, cuja finalidade era custear a construção da linha de transmissão de energia da Boa Esperança que ligaria o “Norte do Piauí ao Oeste do Ceará, através dos municípios de Piripiri-Sobral-Fortaleza”.¹⁵¹

No terreno da política econômica levada a cabo pelos militares, o país renegociava a dívida externa ao mesmo tempo em que contraía novos empréstimos, concedidos em conformidade as exigências do controle da inflação, imposta pelos credores internacionais. Na tentativa de conter a escalada inflacionária do país, a saída encontrada pelos militares foi arrochar os salários dos trabalhadores. O alinhamento político-econômico com os Estados Unidos foi selado por meio da renovação de novos empréstimos através da noticiosa aliança para o progresso. Paralelamente a isso, o país se beneficiava com o reescalonamento da dívida externa, com o aval do FMI e do BIRD. Estava aberto, portanto, o buraco negro do decadentismo e a Nação se equilibrava à beira do precipício. Os efeitos desastrosos desses empréstimos começaram a ser sentidos ainda no governo dos generais, e se revelaram intensamente com a explosão das taxas inflacionárias em patamares nunca antes visto, na década de oitenta, justamente no governo do Presidente Sarney, o herdeiro dos militares. Vale dizer que além da participação dos governos Americano e Alemão, como principais investidores estrangeiros, outros países compunham o quadro de investimento financeiro do capital internacional empregado no processo de construção da Boa Esperança. Dentre estes se

¹⁵⁰ SKIDMORE, 1988: 88.

¹⁵¹ Jornal O Imparcial, 19 de junho de 1969. p. 6.

destacam: França, Japão e Israel. Ao lado dos investidores, têm-se ainda a presença de organizações internacionais de cunho humanitário como ONU, FAO, cuja missão consistia em desenvolver programas sociais nas áreas atingidas pelas construções das barragens.

Diante desse quadro que se apresenta ao pesquisador interessado nesta questão, basta folhear e correr os olhos pelas páginas dos órgãos da imprensa de São Luis, para se desvendar uma vasta gama de alocações que versam em consonância com a maquinaria imagética e discursiva do governo do Estado, revelando as supostas benesses para o desenvolvimento da economia do Maranhão e que adviriam com construção da Boa Esperança. Somam-se a isso os discursos da intelectualidade maranhense que terminam por estar aprisionada à mesma rede imagética e enunciativa de uma visão salvacionista, modernizante e desenvolvimentista, e que reforçam as estruturas dessa miragem do futuro. Esse conjunto de imagens e textos discursivos reforça e acalenta a visibilidade dos benefícios que o Estado e sua população ganhariam com a implantação e subseqüentemente com funcionamento da hidroelétrica, principalmente no que diz respeito às vantagens econômicas que esta proporcionaria à capital do Estado e que, supostamente, aos poucos se espraíariam para todas as cidades do interior.

Pode-se argumentar que a imprensa divulgava em suas páginas uma visão redentorista da condição sócio-econômica, no intuito de querer forjar no imaginário social da população da capital e do interior do Estado, a consolidação desses discursos e imagens pautadas numa política dominante e autoritária ancorada nas idéias de industrialização, progresso e das grandes vantagens proporcionadas para o homem perdido no desértico nordeste ocidental. Não por acaso, em sua totalidade esses posicionamentos que saem em defesa da garantia de progresso e desenvolvimento, se mostravam revestidos e investidos de um posicionamento unilateralmente favorável à construção da Usina da Boa Esperança. Os propagadores desses benefícios são constituídos em sua grande maioria pelos técnicos da COHEBE, que também contava com o reforço de políticos, intelectuais e jornalistas que se arvoravam como legítimos porta-vozes eufóricos das inúmeras benesses que adviriam com a implantação e consolidação do projeto de produção e geração de energia elétrica no Estado. Nota-se, portanto, que imbuído do seu papel produtor de efeitos discursivos os jornais de São Luís tornam-se o principal instrumento de massificação das idéias que dão visibilidade

às imagens propagandistas do suposto desenvolvimento industrial como um “fator de redenção” para o Maranhão:

A Usina de Boa Esperança é considerada por piauienses e maranhenses como um fator de redenção para os dois Estados e se constitui uma velha aspiração regional. Será a primeira hidrelétrica de uma região onde a carência de energia impede qualquer desenvolvimento industrial. A capital do Piauí, por exemplo, há mais de vinte anos que não tem sequer iluminação pública satisfatória, havendo no Piauí e Maranhão numerosos municípios sem energia elétrica de qualquer natureza.¹⁵²

O próprio conteúdo da reportagem já é indicador de uma lógica que tende a orientar o olhar para uma posição unilateral dos discursos favoráveis à construção da barragem e se revela por intermédio das idéias de redenção econômica para “os dois Estados”. O tom salvacionista do enunciado se pretende legitimar ancorado na representação da “velha inspiração regional” e se arvora como porta-voz dos anseios de “piauienses e maranhenses”. A hidrelétrica de Boa Esperança surge como a possibilidade do suposto desenvolvimento industrial para uma região que padece com a “carência de energia”. Para além dos anseios redentores dos enunciados, revelam-se as imagens que evidenciam a face sombria dos “numerosos municípios”, tanto do Maranhão quanto do Piauí, em que suas populações sobreviviam atiradas na mais completa escuridão, “sem energia elétrica de qualquer natureza”.

O problema da falta de energia se revela ainda mais grave, quando esta se direciona rumo à situação não menos crítica da capital do Piauí, haja vista que em Teresina já se iam mais de vinte anos que não se tinha “sequer iluminação pública satisfatória”. Os benefícios são anunciados em meio aos contrastes das paisagens de misérias que assolam o Maranhão e Piauí. A moeda de barganha, neste jogo de negociações e convencimento, eram “as condições de subumanidade” em que padecia o homem na fronteira desses estados. Ao lado das benesses que adviriam com a eletricidade, as imagens de miséria tornam-se necessárias para se configurar um espaço em que se revelam nossas mazelas e, ao mesmo tempo, se pretende encontrar uma saída por meio das vantagens e benefícios oferecidos pela Boa Esperança. A década de 60 marca o período de grandes expectativas da modernização do país, sobretudo porque estas imagens são ampliadas e amplificadas por intermédio das propagandas (em geral encomendadas) que os meios de comunicação se encarregavam de praticar. O calidoscópio das imagens que se apresentam as radicais transformações das paisagens

¹⁵² Jornal O Imparcial, 08 de agosto de 1963. p. 02.

naturais, por intermédios das construções de estradas, de usinas e barragens foi propagandeado aos quatros ventos do país por meios de rádios, jornais, cinemas, televisão e revistas como O Cruzeiro, que ajudava forjar uma compreensão de um efetivo impacto na opinião pública. A visão que se pretendiam vender através dessas propagandas eram as imagens de conagração entre todas as classes em prol de um objetivo comum. Não se pode ignorar o conteúdo político por trás desse simulacro patrocinado pelos militares e sua trupe. Segundo Fico:

As idéias de “construção” e “transformação”, nesse contexto, estavam associadas à de ruína: segundo os militares, antes a situação de completa decadência moral e material que o país experimentara, caberia precisamente a eles inaugurar um novo tempo, reconstruindo, em bases transformadoras, o Brasil.¹⁵³

Numa reportagem realizada *in loco*, mediante as observações do cotidiano no canteiro de obras da hidrelétrica, o jornalista Murilo Maroquim, correspondente da revista O Cruzeiro, monta sua trama narrativa entrelaçando os fios entre elogios da grande obra e as desolações da região do sertão do Maranhão e Piauí. Na montagem textual dos enunciados e das imagens do grande empreendimento, escreve o enviado da revista que desde o surto industrial levado a cabo pelo plano de metas desencadeado por Juscelino Kubitschek, o país passou a “ficar faminto de energia”. O período do governo de JK tornou-se conhecido por alavancar a economia tendo como base de sua política a expansão da produção industrial. Eleito com a promessa de realizar “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, não se pode negar que entre os anos de 1956 a 1961, o país apresentou um significativo crescimento da economia. Para tanto foi preciso abrir as portas da Nação para o capital estrangeiro. Os índices de crescimento se faziam presente nas indústrias de aço (100%), nas indústrias de comunicação e elétricas (600%), nas indústrias mecânicas (125%). A taxa real de crescimento era de 7% ao ano, sendo que a renda *per capita* era de 4%.¹⁵⁴ No governo de Kubitschek assiste-se a intensificação do processo industrial lançado no governo de Getúlio Vargas. As ações institucionais do Plano de Metas para o desenvolvimento tinham como foco principal a industrialização acelerada, o aumento da capacidade energética e a expansão da malha rodoviária. Para o governo, estas políticas de metas seriam as únicas capazes de reverter o crônico problema do subdesenvolvimento nacional, sobretudo, do processo urgente de industrialização. Para que isso ocorresse, seria indispensável à expansão do setor

¹⁵³ FICO, Carlo. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 121.

¹⁵⁴ Todas essas informações foram obtidas em Skidmore: Brasil: de Getúlio a Castelo.

elétrico, cuja criação da Usina de FURNAS no centro-sul, data deste período. O setor será tomado como uma das prioridades do governo, cujo objetivo consistia em promover o crescimento da infra-estrutura da eletricidade brasileira e alavancar a economia rumo à industrialização.

No que diz respeito ao Nordeste brasileiro, dentre as várias medidas tomadas por JK, como já demonstramos anteriormente, destaca-se à criação da SUDENE. Este órgão fora forjado para substituir e suprir a ineficiência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), haja vista que em suas instâncias vicejava uma mentalidade marcada pelas práticas corruptas de desvios das verbas em favorecimento dos chefes políticos locais. Esta nova instituição será protagonista dos debates que tratavam da integração do país e da descentralização dos meios de produção concentrados no centro-sul. Seus projetos tinham por principal função promover o desenvolvimento da região através da coordenação dos programas de investimentos regional, com intuitos de solucionar os crônicos problemas sócio-econômicos do Nordeste do país. Por outro lado, verifica-se que inicialmente as políticas centralizadoras e intervencionistas da SUDENE encontraram um bloco de resistência formado pelos tradicionais políticos da região que temiam perder os privilégios e favorecimento dos costumeiros desvios das verbas federais em prol dos interesses pessoais. No que diz respeito, exclusivamente, ao setor energético do país fora criada a ELETROBRÁS, em 25 de abril de 1961, como órgão responsável pela execução da política nacional de energia elétrica. Esta instituição era controlada pelo Ministério da Minas e Energia, cuja sua função consistia em coordenar o setor energético nacional por intermédio da aplicação de investimentos. Dentre suas ações destaca-se a ampliação do potencial hidroelétrico e produção de energia da CHEFS no Nordeste, através do projeto Paulo Afonso II, obra concluída em 1963.

Desse modo, durante o governo dos militares assiste-se a continuidade das políticas voltadas para este setor, cujos investimentos são tidos como indispensáveis para a consolidação da infra-estrutura que permitiria o aceleramento da industrialização, sobretudo no Nordeste. Durante este período a SUDENE atuou como órgão do governo federal encarregado de captar recursos junto aos países estrangeiros, sobretudo os Estados Unidos, através da USAID, e que seriam direcionados para construção da hidroelétrica da Boa Esperança. De acordo com J. W. Foster Dulles, que escreveu a biografia do presidente Castelo Branco:

O Governo Federal atribuiu a SUDENE a responsabilidade de coordenar a ajuda externa, financeira e técnica, dirigida ao Nordeste. Tal providência é justificada pelo fato de os recursos provenientes de fontes externas, estrangeiras e internacionais, constituírem-se na verdade, elementos complementares ao esforço interno de desenvolvimento. Atualmente, é bastante elevado o número de entidades estrangeiras e internacionais que emprestam a sua colaboração à Região, quer através de assistência, em seus múltiplos aspectos. Por outro lado, a multiplicidade de órgãos solicitantes de colaboração internacional, sobreleva o vulto e a complexa natureza dessa atividade da SUDENE.¹⁵⁵

Como se vê, a SUDENE, enquanto uma autarquia federal será encarregada de negociar com os investidores estrangeiros “interessados” em colaborar para o desenvolvimento da Região Nordeste. Por outro lado, também se sobressai como coordenadora dos recursos adquiridos e órgão responsável por distribuir as verbas para as entidades encarregadas de implantar os mais variados projetos, como é o caso da COHEBE. No ano de 1965, a SUDENE repassou para Companhia a quantia de Cr\$ 5.500.000.000, isso sem contar os US\$ 8.900.000.000, provindo da USAID.

Seja como for, fazia-se urgente a ampliação e diversificação de “outras fontes abastecedoras” e consumidoras dos bens duráveis produzidos e provindos do “Sul Maravilha”. A construção da Boa Esperança está inserida neste conjunto de medidas que visavam não só promover o desenvolvimento do Nordeste Ocidental, mais incorporá-lo nas malhas expansiva da produção industrial. Desse modo, tornava-se imprescindível eliminar das entranhas do Nordeste Ocidental as pechas estereotipadas das imagens que revelam as condições miseráveis que assolavam o Maranhão e o Piauí, que de acordo com o enviado da revista o Cruzeiro, “talvez mais chocante espetáculo só existisse entre o ‘Fellah’ egípcio e os pobres indianos a morrerem diariamente de fome e de peste”.¹⁵⁶ As tetricas imagens da realidade sertaneja servem de tinta com que a imprensa pinta o quadro da miragem do futuro, pretendendo forjar no imaginário social do Estado a moldura da utopia. Noutra reportagem intitulada **“Boa Esperança”, a “Paulo Afonso” do Parnaíba**, escrita pelo todo poderoso magnata da Imprensa brasileira, Assis Chateaubriand, assim foi definida a grande obra hidroelétrica:

... Como aconteceu não em São Paulo Afonso, mas em “Furnas” e “Três Marias” terá de ser desapropriada a vasta zona inundável dentro da qual estão situadas duas cidades do Piauí e duas do Maranhão, e mais cinco povoados. É mister providenciar a construção de novas cidades que absorvam as populações respectivas, e que já está sendo feito com todos os requisitos da técnica, criando-se “urbs” modernas, que serão um marco de progresso nestes sertões longínquos... Para que prevê o amanhã e divisa as searas e as fabricas

¹⁵⁵ DULLES, J. W. Biografia do Presidente Castelo Branco. [s/d]. p. 31.

¹⁵⁶ O Imparcial, 12 de agosto de 1966. p. 03.

que a água e a eletricidade irão semear nestas paragens, até então abandonadas, tudo isto é música e todo esforço é epopéia a desafiar a pena dos prosadores e poetas que saibam estar a redenção do homem na utilização da máquina. Com Boa Esperança integra-se o Piauí no ritmo de desenvolvimento do Brasil em seu caminho para o futuro.¹⁵⁷

Não é à toa que analisando as notícias divulgadas pela imprensa de São Luís, percebe-se que raras são às vezes em que esses noticiosos voltam suas atenções para as transformações sociais que sofreriam os habitantes das cidades que ficariam submersas com o represamento das águas do rio Parnaíba. Diante da política modernizante, industrializante e nacionalista do Estado brasileiro, quando isso acontece é feito num único e tendencioso tom de otimismo e vantagens que a construção desta grande obra proporcionaria para as populações das cidades inundadas, em particular para pequena cidade de Nova Iorque. Os enunciados salvacionistas e modernizadores atribuídos pelas reportagens pouco levaram em conta os impactos sociais que este projeto causaria/causou na vida das populações ribeirinhas, já que o tempo novo se fazia anunciar por meio de certos valores e conquistas materiais que estavam para ser obtidos. Nenhum desses veículos de propaganda se perguntava sobre os sacrifícios dispensados a essas populações diante desse propagado processo de modernização. Do ponto de vista das análises que aqui nos interessa revelar, chama-se atenção para o fato de que o clima de otimismo desses jornais traduz uma visão ancorada nas lógicas dos planejadores cujas interpretações e representações apontam para as imagens de um país exuberante, rico e promissor, e por extensão do “Maranhão novo”.

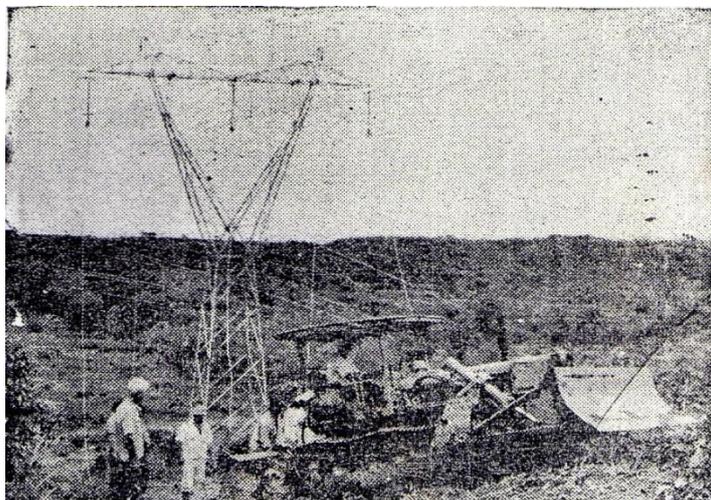
Por ora cabe destacar que as expressões imagético-pedagógicas expostas nas páginas da imprensa são-luisense tendem evidenciar uma perspectiva direcionadora do olhar prioritariamente focado rumo aos maiores centros urbanos do Piauí e do Maranhão, notadamente suas capitais: São Luís e Teresina. Centros de onde emanava toda maquinaria discursivo-imagético dos anúncios redentoristas da grande obra, conforme fica exposto nesse trecho da reportagem do Jornal Pequeno do dia 06 de agosto de 1966:

No dia 1º de dezembro do ano em curso será lançada a pedra fundamental da subestação da abaixadora de energia da usina de Boa Esperança, em São Luís do Maranhão. A referida subestação, ao que apuramos, será edificada nas matas do Sacavém.

Segundo contrato celebrado com o governo do Estado, a colocação dos postes para linha de transmissão da energia da Boa Esperança, começará a ser

¹⁵⁷ CHATEAUBRIAND, Assis. “Boa Esperança”, a “Paulo Afonso” do Parnaíba. Jornal O Imparcial, 06 de janeiro de 1968.

feito de São Luís para Teresina, e que mais dá garantia de que dentro em breve teremos energia abundante e barata para desenvolver as nossas indústrias e incrementar o comércio do Estado. A colocação do primeiro poste de transmissão de energia de Boa Esperança dar-se-á no dia 1º de janeiro de 1967.¹⁵⁸



Nas proximidades da sub-estação da COHEBE, no Sacavém, um trator “Fiat” estende as linhas de transmissão de Boa Esperança para a última torre ali colocada.

Conforme a imagem, esta torre simbolizava a última que cobria uma extensão de 618 quilômetros das linhas de transmissão entre Teresina e São Luís. Com instalação da rede elétrica de 1.200 torres ligando os dois Estados, noticiava a imprensa maranhense que Boa Esperança ia “se transformando na esperança de maranhenses e piauienses, que já vislumbrava em suas torres e em suas linhas de transmissão a certeza do desenvolvimento do progresso do Maranhão e Piauí em futuro bem próximo”.¹⁵⁹ Vale dizer que esta concepção direcionadora das prioridades dadas pela imprensa de São Luís ao projeto da Boa Esperança, contou como principal fonte de alimentação os textos produzidos e divulgados por técnicos e diretores da COHEBE, políticos, jornalista e intelectuais do Estado. Enquanto coordenadora geral do projeto e empresa fornecedora de energia, os diretores técnicos concentravam suas prioridades voltadas para a possibilidade de se criar um mercado consumidor, sobretudo nas maiores cidades dos Estados do Maranhão e Piauí. Daí porque se evidencia o caráter emergencial e preferencial “do contrato celebrado com o governo do Estado” em se construir a rede de distribuição de energia de São Luis para Teresina. Essa visão exclusivamente

¹⁵⁸ Jornal Pequeno, 06 de agosto de 1966, p.4.

¹⁵⁹ Jornal O Imparcial, 05 de março de 1969.

mercadológico/comercial assim foi explicitada num dos relatórios técnicos da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE), em que podemos lê:

A população do Piauí e Maranhão, totalizando cerca de 3.700.000 habitantes está quase que totalmente concentrada ao Norte do sítio do Projeto. A região sul registra uma densidade populacional extremamente baixa e a falta de conhecimento dos seus recursos naturais, torna impossível estimar as potencialidades de desenvolvimento e o eventual futuro mercado de energia. No estudo executado sobre os aspectos econômicos do Projeto de Boa Esperança só foram consideradas como zonas de influência, as regiões dos Estados do Piauí e Maranhão, situadas ao norte do sítio da barragem. Essa região compreende uma área de 200.000 km² e uma população total de 2.500.000 habitantes. Seu ponto mais distante fica a uma distância de 450 km de Boa Esperança o que permite a transmissão de energia da COHEBE em condições econômicas favoráveis.¹⁶⁰

De acordo com os estudos previamente realizados pela equipe técnica, foram avaliadas “as condições econômicas favoráveis” para a criação de um mercado consumidor das cidades localizadas ao norte do projeto e que apresentavam uma densidade populacional considerada para “a transmissão de energia da COHEBE em condições econômicas favoráveis”. Em contrapartida, as cidades localizadas ao sul da hidroelétrica e que apresentavam baixa densidade populacional, inicialmente estariam fora dos planejamentos técnicos da Companhia, já que o desconhecimento dos seus “recursos naturais” seria um dos fatores que inviabilizaria qualquer tipo de fornecimento de energia, sobretudo porque se tornava impossível prevê uma estimativa que pudesse apresentar sua “potencialidade de desenvolvimento”, como também a não possibilidade de existir um “eventual futuro mercado” consumidor.

Sendo assim, torna-se evidente que os discursos que giram em torno da construção da Usina seguem em duas direções: por um lado, enquanto instrumento político a obra adquire um caráter de homogeneização que procura atribuir legitimidade ao grupo no poder; por outro, se apresenta nos termos técnicos, demonstrando na prática que os planos e metas eram e foram outros. Seja como for, adverte-se que apenas uma parte dos Estados do Maranhão e Piauí, seria iluminada pelas luzes da Boa Esperança, clareando as trilhas do progresso. O que se apresenta através dos órgãos da imprensa e pelos documentos oficiais da companhia é que inicialmente, o projeto traria benefícios sociais gerais e sem restrições impostas pelas condições de desenvolvimento de um mercado consumidor. Entretanto, como se verifica na citação acima, aos poucos o projeto de produção de energia e redenção da região assume outras nuances, passando a

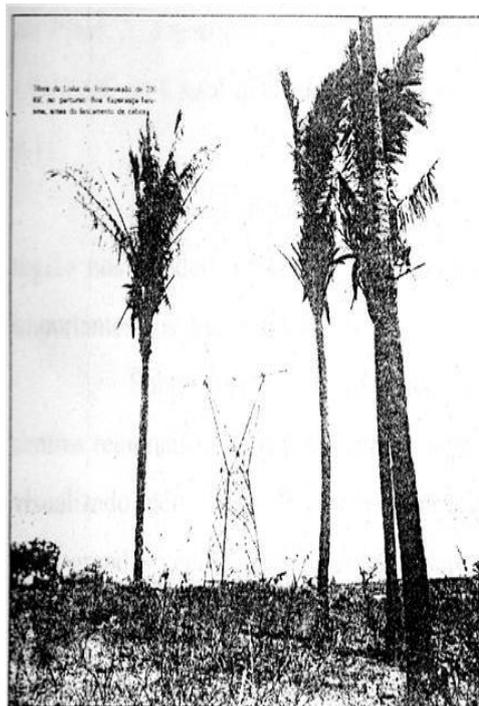
¹⁶⁰ Relatório de atividades no exercício do ano de 1968. Parte VI. p.2.

vigorar seu empreendimento voltado somente aos mercados prioritários, limitando-se, em atender as cidades dos Estados situadas ao norte do sítio da barragem.

Conquanto seja, poder-se-ia dizer que houve um silêncio dos meios de comunicação no que diz respeito às questões sociais das pequenas cidades e o “bem-estar” das populações destas. Vale ainda observar que mesmo após a inauguração da Usina, em meados da década de 1970, em meio à euforia inspirada na idéia do “milagre econômico”, do “ninguém segura este país”, do “pra frente Brasil, do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, inúmeros foram os pequenos municípios que ficaram apenas com a **esperança**, haja vista que para o fornecimento da **boa** energia faltavam-lhes condições para se desenvolver um mercado consumidor que atendesse os requisitos mercadológicos da Companhia. Os sonhos de uma centena de milhares de caboclos do Maranhão e Piauí de acordarem das “trevas” tornaram-se pesadelos nas fendas da escuridão das promessas de energia. Chama atenção que mesmo àquelas localidades diretamente atingidas pela construção da hidrelétrica, por décadas seguiram tendo como único feixe de luz no interior de suas casas, apenas a parca claridade proporcionada pelas chamas oscilantes das velas de carnaúba, ou mesmo as luzes das velhas lamparinas e lampiões alimentadas por querosene. Malgrado sua racionalidade econômica, o projeto da Boa Esperança revelava seu lado escuro e fantasmático do reverso da vitrine do progresso.

É nos rastros desses discursos voltados para divulgação do progresso, que nossa análise se infiltra procurando desvendar os meandros das políticas mercadológicas de distribuição de energia elétrica. Observando por este ponto de vista, os anúncios de “redenção sócio-econômico” do Maranhão se revelam na contramão das informações em que se alardeavam a marcha do progresso e do desenvolvimento para todo Estado, “rompendo” às mais distantes paragens do inóspito sertão, atravessando com suas torres metálicas as “puítas e babaçuais” e alimentando o sonho das bocas famintas dos caboclos que não podiam ver neste século (XX) senão a mata. Acontece que com a consolidação do projeto, somam-se a estas matas e as bocas famintas dos caboclos do sertão, as imagens de olhos arregalados e voltados para os filamentos, os isoladores e transformadores da Boa Esperança das “promessas de indústrias, promessas de trabalho, promessa de vida”.¹⁶¹

¹⁶¹ SARNEY, José. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. p. 54.



Trecho da linha de transmissão de 230 KV, no percurso Teresina /São Luís.

Por outro lado, as cidades localizadas na região ao norte da construção da Boa Esperança, região central do Piauí e Maranhão, vista como uma área precária e que seriam inicialmente abastecidas pelo fornecimento de energia, à época, tinham por conhecimento uma única e precária fonte de geração de eletricidade: as ultrapassadas usinas termelétricas. Nesse contexto, destacava-se a Usina do tirirical que mal iluminava a capital São Luís e outras poucas que existiam em algumas médias cidades do Estado.¹⁶² Os serviços prestados por tais Usinas ocorriam por meio de um complicado e dispendioso processo de funcionamento. Haja vista que as mesmas necessitavam de grande quantidade de óleo diesel para movimentar suas engrenagens que, além de um péssimo atendimento aos consumidores, onerava os custos para população, que pagava uma das mais altas taxas de consumo de energia do país.

Na outra ponta da realidade, a situação das pequenas cidades do interior do Maranhão se revelava ainda mais precária e a grande maioria da população sobrevivia atirada ao limbo e na mais completa penumbra, fruto da total ausência de qualquer fonte de geração e fornecimento de energia elétrica. Por vezes ocorria que por iniciativa dos chefes políticos locais, em algumas dessas pequenas cidades, valia-se a população do uso de motores movidos a base de óleo diesel, gerando e fornecendo energia por um

¹⁶² Cidades médias como Codó, Caxias, Bacabal, Carolina, Imperatriz para ficarmos apenas nestas, era iluminadas por energia produzidas por Usinas termoelétricas.

curto período de horas no decorrer da noite, como acontecia na “velha Nova Iorque”. Visto por essa perspectiva, à medida que se expandiam os serviços das redes de distribuição de energia pelo interior do Estado, em conformidade aos planos comerciais da companhia, desvendavam-se novas áreas que se mostravam na mais completa escuridão. Tal situação exigia esforços para novos desafios e, ao mesmo tempo, surgiam como a possibilidade de ampliação do mercado consumidor. Daí porque estas situações freqüentemente encontradas no interior do Maranhão se faziam incompatíveis com as idéias de desenvolvimento industrial tão necessário ao avanço da produção e do consumo.

Erguida em sua montanha de aço e concreto e com propósitos de promover o desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste Ocidental, o projeto da Usina da Boa Esperança traz embutido um conjunto de obras que adquirem os mais variados significados para as populações do Maranhão e Piauí. Aos nos determos com mais atenção nos conteúdos noticiados nas páginas da imprensa escrita de São Luís, nos deparamos com os diferentes propósitos e intenções que se baseavam numa estratégia direcionadora e prioritária voltada para as soluções dos problemas estruturais e imediatos que atingiam, sobretudo, a capital do Estado: São Luís.

No decorrer da década de 1960, São Luís passava por um processo de transformação e crescimento em que se procurava remodelar a estrutura arquitetônica da cidade, configurando outra fisionomia urbana. Foram abertas novas avenidas, conjuntos residências foram erguidos, pontes sobrepunham-se ao rio Anil ligando as partes da cidade. Novos bairros foram criados. Em 1968, por exemplo, fora construída a ponte do Caratatiua, com o objetivo de diminuir a distância a praia do Olho d’água. Foi por esta época, também, que teria desfecho o “Caso da ponte do São Francisco”, símbolo de corrupção dos vultosos recursos advindo do governo federal. A ponte em questão já havia sido oficialmente inaugurada pelo situacionismo estadual, sem ser ao menos construída. O caso da ponte fora amplamente utilizado em comícios por José Sarney quando da campanha para governador. O mesmo ainda servira de inspiração para o poema irônico do poeta José Chagas intitulado “Ponte de São Franci\$co”:

Talvez eu não entenda / (que entender é dos sábios) / a história ou lenda / da ponte, em vossos lábios. / Mas sei que quem governa / tem lá sua ciência, / e que a ponte é eterna / por não ter existência. / ... / Sei do vosso projeto / de fantasia exata: / construir de concreto / uma ponte abstrata /.../ Mas nem é bom que eu conte / ao quanto me arrisco, / se salto da ponte / de São Francisco. / Se salto? Se falo, / que a ponte é verbal / enchendo intervalo /

entre o vago e o irreal. / Pois que a ponte liga / governo e oposição / numa
linha de intriga / entre o que é nada e o que é não.¹⁶³

Inaugurada em 1970, no final do governo de Sarney como símbolo do moderno, a ponte significou para a sociedade ludovicense a ligação entre os dois lados da cidade, entendidos como o passado e o presente, o arcaico e o moderno, o novo e o velho com vista para o futuro capaz de “dotar São Luís dos instrumentos de progresso condizentes com sua recuperada função de capital do desenvolvimento do Estado”, segundo o colunista do jornal o Imparcial. No dia da inauguração o editorial do Jornal O Imparcial trouxe estampada em suas páginas uma manchete em que se diz que a primeira grande ponte que fora “construída realmente no abstrato”, capaz de ligar o passado ao futuro, deu-se com a vitória de Sarney ao governo do Estado. Através dos dispositivos de fazer renascer a crença, o otimismo, o conteúdo da notícia procura direcionar o olhar do leitor para construção da ponte como a esperança de “sua admirável gente”, que não perdera “a fé nas potencialidades da terra” em superar os obstáculos no tempo e espaço para erguer a “construção do Maranhão Novo”. Vale dizer que a ponte fora inaugurada em meio a campanha política de Sarney para o Senado Federal. Assim dizia a reportagem:

Quando Sarney desfraldou a bandeira de 1965 levando-a, vitoriosa, aos leões, estava construindo a primeira e grande ponte, capaz de ligar o passado ao futuro- a ponte da esperança. Foi através dessa ponte, construída realmente no abstrato, que o Maranhão se deu conta de sua capacidade de recuperação e teve coragem de empreender a jornada que lhe asseguraria, como vem assegurando, transpor rios e obstáculos: vencer distâncias no espaço e no tempo e iniciar a construção do Maranhão Novo, já hoje orgulho dos que não perderam a fé nas potencialidades da terra e de sua admirável gente.¹⁶⁴



Ponte do São Francisco inaugurada em 1970, pelo governador Sarney. Oficialmente a mesma fora batizada com o nome de “Governador Sarney”.

¹⁶³ Apud Costa, 2006: 206.

¹⁶⁴ Jornal O Imparcial, 14 de fevereiro de 1970. p. 01.

Também se verificam por esta época os registros de um considerado aumento da população, resultados da migração interna do interior para capital. Vale ressaltar que grande parte desse contingente populacional se constituía de pessoas que tiveram suas terras desapropriadas em função dos grandes projetos agropecuários ou da grilagem especulativa. Mas também pela ilusão de que na capital teriam melhores condições de vida. Mesmo diante de todas as transformações que passava a cidade, o fornecimento de energia para população ainda se revelava precário. Os bairros dos subúrbios sofriam com as constantes interrupções na geração de energia, e tinham horário marcado para se ficar as escuras. As costumeiras oscilações e queda de tensão era apenas um dos inúmeros problemas que se somavam a outros, tais como: queimas de eletrodomésticos; a má qualidade da iluminação pública; as cobranças das mais altas taxas pela empresa fornecedora compunham a lista de reclamações da sociedade ludovicense para com os péssimos serviços prestados pela Companhia Energética do Maranhão (CEMAR). Isso sem mencionarmos os constantes processos judiciais que entupiam os arquivos dos tribunais, fruto das ações promovidas pela população que reivindicava seus direitos por indenizações pelos danos causados em consequência das bruscas oscilações de corrente. A má qualidade dos serviços também eram alvos de constantes críticas por parte da imprensa.

O problema da má qualidade do fornecimento de energia na capital do Estado era uma questão que se arrastava por anos a fio. Ao assumir o cargo de Governador, José Sarney valendo-se de uma estratégia política, mas que se pretendia técnica entregou a Presidência da Companhia Energética do Maranhão ao então diretor-presidente da COHEBE: o major-engenheiro César Cals. A nova diretoria contava ainda com a presença de outros técnicos da Companhia, razão pela qual a mesma fora recebida pela população com entusiasmos. A solenidade de posse dessa equipe foi marcada por discursos que se faziam anunciar para uma distinta platéia, em que se encontravam presentes os secretários do Estado, deputados, empresariado, convidados e figuras representativas da sociedade local. Com a manchete intitulada: “COHEBE é herdeira da ‘herança maldita’”, assim narrou o colunista do matutino, jornal Pequeno, a comemorada e disputada cerimônia de posse da nova diretoria daquela instituição:

Depois da leitura da posse, tendo havido antes discurso do Dr. Artur Bastos que vinha dirigindo aquela companhia, os novos diretores da Cemar assinaram ao competente documento, ficando assim composta a nova diretoria: presidente César Cals, diretor técnico Hilton Airon da Silveira e Ebenezer Furtado Queiroz, diretor-administrativo. Essa equipe é a mesma

que dirigi a COHEBE, responsável pela construção da redentora hidrelétrica de Boa Esperança, companhia que agora é responsável pelo destino da Cemar. Na solenidade se fizeram ouvir, além do Dr. Bastos, o engenheiro César Cals e o Governador Sarney. O novo diretor da Cemar ao final de seu discurso disse que nosso desejo é fornecer energia melhor e mais barata para população de São Luís. A seguir fez uso da palavra o governador Sarney, o qual fez ligeiro relato da política que o governo de outrora usara para com a Cemar e ao mesmo tempo dizendo que agora vamos construir o novo Maranhão e que não haveria equipe melhor para tomar conta da Cemar. A certa altura do seu discurso disse o governador do Estado, dirigindo-se ao major Cals: no cargo que V. Excia. vai ocupar a delegação e confiança do governo é somente única, a de servir ao povo, o único privilegiado nesta administração.¹⁶⁵

Alguns trechos da matéria chamam atenção do leitor mais atento: passados pouco mais de dois meses que assumira o governo do Estado, a fala do governador pouco ou nada se diferenciava do tom que adotara ao longo de sua campanha eleitoral. Aproveitando-se da solenidade, Sarney segue em sua estratégia de palanque que consistia em atacar a política do governo anterior, atribuindo os males da Cemar e do péssimo fornecimento de energia à sociedade, para logo, em seguida, conclamar seu *slogan* de campanha: “agora vamos construir o novo Maranhão”. Por outro lado, a constituição desse corpo tecnocrático pode ser entendida através dos mesmos critérios e requisitos utilizados para compor o corpo burocrático do aparelho do Estado, ou seja: buscava-se legitimar a nova diretoria, através da opinião pública, da consagração dos agentes e pelo que se possa falar sobre eles, por isso que para Sarney: “não haveria equipe melhor para tomar conta da Cemar”.

Numa atitude de eterno candidato, o governador Sarney encerra seu discurso se dirigindo ao Coronel Cals: “no cargo que V. Excia. vai ocupar a delegação e confiança do governo é somente única, a de servir ao povo, o único privilegiado nesta administração”. Como se vê, por intermédio de uma estratégia de autolegitimação, pode-se visualizar que as imagens do texto pretendem orientar o olhar do leitor em direção a uma concepção de que ao Estado cabia outorgar a legislação social, intervindo e protegendo, dirigindo e coordenando a sociedade, pairando acima dos grupos sociais. Em atitude populista o povo é evocado como “privilegiado nesta administração”. A estratégia retórica que se evidencia nos enunciados de Sarney, apresenta o Estado como o “leviatã protetor”. A verborragia esforçava-se por eliminar do vocabulário a noção de “classe” e em seu lugar propagandeava-se a idéia de povo. O conjunto discursivo-imagético anunciado ao longo da cerimônia esforçava-se por constituir a noção do

¹⁶⁵ Jornal Pequeno, 09 de março de 1966. p. 03.

“novo Maranhão” que, com a colaboração de todos, se realizaria a aventura da “batalha do progresso”. Assim sendo, o governador coloca-se na condição de “tutor” do povo, que em seus discursos é tomado como “locus privilegiado” das instâncias política e legitimadora de suas ações. Como se percebe, o desenrolar do processo eufórico do propagado “Maranhão Novo”, demonstrava que o povo, aparece muito mais como uma estratégia de retóricas do que propriamente como agenciador da renovação política do Estado. As medidas liberais do novo governo adentram no terreno do maquiavelismo remodelando a suposta democracia sob as formas do populismo e do messianismo. Os efeitos retóricos pretendem forjar a idéia de encontro do Estado com o povo. No entanto, quatro décadas depois, passando em revista tais discurso, ao povo restou a esperança.

Todavia, passados dois anos desde que Sarney assumira o governo em meio a uma enxurrada de promessas ancoradas nos projetos de modernização e progresso para o Estado, o jornal Pequeno lançava suas críticas ao governador que se revelava incapaz de solucionar os problemas de fornecimento de energia de qualidade para capital que “vive em trevas”, sem que ao menos “a famigerada CEMAR” fornecesse nenhum tipo de explicação à população:

Agora, passam dois anos, e o povo começa a saber como vai o “Maranhão Novo”. A cidade vive em trevas, sem que a famigerada da CEMAR explique os motivos, e, apesar de haver sido inaugurado, este ano passado, a entrada em trabalho de dois motores na usina do Tirirical, os quais, segundo noticiou a imprensa, foram adquiridos em São Paulo, e haver as trombetas palacianas proclamadas que assim, tinha sido duplicado o potencial de energia de nossa cidade.¹⁶⁶

Conforme evidência na reportagem, passados dois anos da retórica construção do “Maranhão Novo” nada havia se modificado quanto à questão dos péssimos serviços prestado à população pela CEMAR, vivendo a “cidade em trevas”, principalmente “o povo” dos bairros periféricos que, supostamente, seria o único privilegiado por essa administração, e cotidianamente tinham horas marcadas com escuridão, apesar dos anúncios proclamados pelas “trombetas palacianas” de que o “potencial de energia” havia se duplicado.

Se na capital a imprensa se mostrava vigilante aos problemas enfrentados pela população quanto às questões de fornecimento de energia, por outro lado percebe-se que em meio aos direcionamentos das informações transmitidas quanto à construção da

¹⁶⁶ Jornal Pequeno, 12 de março de 1968. p. 03.

hidroelétrica, um determinado silêncio aos impactos que tal obra causou na vida das pessoas das cidades ribeirinhas. Não houve espaço para se registrar e divulgar os pontos de vista dos moradores, principalmente no que diz respeito à inundação das cidades e a transferência da mesma para outro espaço, que não foi apenas físico. Nesse contexto de euforia das imagens superadoras do atraso quem iria se importar com as águas cobrindo o passado, pobre e arcaico, das casas de camponeses? O que se vê são discursos otimistas e ufanosos em exaltação aos benefícios trazidos por essa grande construção. É neste tom otimista que o *Jornal do Dia* ressalta em suas páginas a visita realizada pelo governador José Sarney às obras da Barragem, supostamente para debater com técnicos da companhia e o prefeito da cidade de Nova Iorque os problemas quanto à mudança de local da mesma. Assim foi noticiada a visita do Governador José Sarney ao canteiro da grande obra:

O governador José Sarney esteve, ontem em Boa Esperança, atendendo a um convite da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, para debater e analisar os problemas relativos à mudança da cidade de Nova Iorque, para outro local, de vez que essa cidade será inundada pelas águas da grande barragem. (...) O governador do Maranhão chegou a Boa Esperança às 9:30 hs, sendo recebido pelo Major César Cals, presidente da COHEBE e demais técnicos da empresa, logo a seguir presidiu reunião com o prefeito de Nova Iorque e técnicos da COHEBE para exame da situação daquela cidade maranhense.¹⁶⁷

Desse modo, não é difícil perceber que os holofotes do matutino estavam posicionados para iluminar os passos do governador no canteiro de obras da hidroelétrica, mas do que propriamente querer lançar luzes e esclarecer o público leitor os tipos de problemas que seriam debatidos e examinados quanto à transposição da cidade Nova Iorque para outro local. Cabe ainda dizer que a suposta reunião fora realizada no próprio canteiro de obra, longe da presença da população, haja vista que Nova Iorque ficava numa distância de aproximadamente uns 100 km da barragem. Neste caso não seria abusivo dizer que a propaganda política do governo supunha um povo desprovido, ou com pouca, “vontade coletiva”. Visto por esse ângulo de observação, reforçamos nossa hipótese ao constatar a unilateralidade dos discursos ufanosos da imprensa de São Luís, que ao se referirem aos moradores das cidades e localidades atingidas pelo represamento das águas da barragem, os fazem através de um único tom otimista a fim de exaltá-los apenas como “os grandes beneficiados” pelo suposto desenvolvimento sócio-econômico proporcionado à região do inóspito sertão, com o advento da construção da hidrelétrica da Boa Esperança.

¹⁶⁷ *Jornal do Dia*, 11 de fevereiro de 1966. p. 3.

Em consonância com os textos técnicos da companhia, segundo os órgãos da imprensa, mesmo tendo suas cidades complementemente submersas pelas águas do lago artificial da Barragem, os moradores ainda assim lograriam grandes vantagens, haja vista que novas e modernas cidades seriam construídas em substituição às velhas, oferecendo, portanto, condições de uma nova vida para as pessoas diretamente atingidas pelo projeto, conforme podemos entrever no relatório de atividades da companhia divulgado pelo Jornal O Imparcial:

Reconstruídos em lugares apropriados e dentro de moderna técnica urbanística, todos novos centros populacionais, nesta altura, já abrigam os moradores das aglomerações urbanas e rurais provenientes dos antigos centros que terão que desaparecer. Na urbanização das cidades, foram levadas em conta, tradições e hábitos das populações a realocar.¹⁶⁸

Dois pontos da informação chamam-nos atenção: o primeiro é que as “velhas cidades” são entendidas enquanto “aglomerações urbanas e rurais”, portanto, “centros que terão que desaparecer”. No bojo do processo de transferência das populações para outras cidades, construídas “dentro de modernas técnicas urbanísticas”, outros signos são emitidos e se desvendam outras possibilidades de interpretações. Os projetos urbanísticos das novas cidades atuavam como uma prática de controle do espaço e do corpo. As populações das “aglomerações urbanas e rurais” passam a conviver e dividir os mesmos espaços, daí porque essas noções são utilizadas para se justificar os fins das modernas técnicas urbanísticas e suas características específicas que atuam na reorganização e distribuição dessas populações em novos espaços citadinos, no intuito de “constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado”.¹⁶⁹

O outro ponto da informação é que segundo advoga o engenheiro Cals ao construir as novas cidades, levou-se em conta “tradições e hábito das populações”. Estas questões serão debatidas no terceiro capítulo de forma mais contundente. Por hora, basta dizer que analisando os documentos internos da companhia, percebe-se que

¹⁶⁸ Jornal O Imparcial, 12 de março de 1969. p. 4. Ainda de acordo com o relatório da COHEBE, foram entregues as seguintes edificações que se destinavam aos serviços públicos em Nova Iorque: Prefeitura Municipal, garagem da prefeitura, coletoria, com ampliações que permitiam o abrigo das coletorias federal e estadual, além do IBGE e Cartório, delegacia e cadeia pública; mercado; matadouro. Ressalta-se que de todos os prédios entreguem pela COHEBE, apenas a Prefeitura desenvolve as funções para qual o mesmo foi destinado. Quanto à Delegacia, a maior parte do tempo fica fechada pela ausência de policiamento na cidade; O prédio do matadouro fora completamente depredado por ações dos vândalos; o cartório não funciona; o papel de coletoria é exercido pela prefeitura.

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 86.

as construções dos discursos se davam em duas direções. Externamente, procurava-se demonstrar seu lado humanitário por meios de anúncios que pretendiam aparentar respeito, levando “em conta tradições e hábitos da população local”. Internamente, falando para si, pode-se perceber que velhas tradições e hábitos “caducos” também eram alvo na alça de mira dos estetas do progresso modernizante. A “missão civilizatória” ficou a cargo do setor social da COHEBE, que:

Operando a execução do plano global, os técnicos do setor social como agentes de mudança cultural orientada. Atuaram ao nível das atitudes, dos hábitos, dos valores e tradições locais buscando introduzir entre as populações a apreciação e o reconhecimento por novos valores e atitudes. Foram criadas oportunidades que possibilitaram a identificação de novos papéis através das atividades que se organizaram para o atendimento às necessidades reconhecidas. O engajamento em grupos com interesses definidos possibilitou, através do exercício de responsabilidades em comum, a quebra de certos valores secundários e de tradições individualistas iniciando-se as populações nas formas de trabalho em cooperação.¹⁷⁰

Como se vê, o plano de intervenção foi traçado obedecendo aos “princípios doutrinários” da empresa, implantados de acordo a política de desenvolvimento anunciada pela Companhia. Para além das metas e perspectivas de uma empresa meramente produtora de energia elétrica, buscava-se ampliar e diversificar suas ações nas mais diversas áreas de atuação. Em consonância com o que foi chamado de “metas complementares ou acessórias”, pretendeu-se integrar outros planos do desenvolvimento, qual seja o de incorporar as populações nas políticas dos “projetos de auto-sustentabilidade”. Visando à iniciativa coletiva da população, a COHEBE passou a incentivar a instalação de serviços nunca antes existentes naquelas paragens do sertão, tais como: sorveteria, butiques e salão de beleza. Também foram incentivados à criação de cooperativas no intuito de promover à diversificação do mercado e a possibilidade de novos empregos para a população local. As estratégias de convencimento da população para o trabalho em grupo deu-se através da difusão do associativismo. Para além das intenções em promover a auto-sustentabilidade das comunidades, tratava-se de uma forma sutil de controle, “a fim de ser evitado o dispersamento da ação com toda ordem de conseqüências”.¹⁷¹ O princípio condutor dessas políticas de convencimento da população consistia num processo de comunicação baseado nos sistemas de relações sociais que repousava nos laços de parentescos e de vizinhança. Numa sociedade dita tradicional, para que tais idéias de transformações e mudanças da visão de mundo local

¹⁷⁰ Programação Multi setorial: resultados no período de 1965/1968. p. 22.

¹⁷¹ Programação Multi setorial: resultados no período de 1965/1968. p. 22.

pudessem obter sucesso, a companhia buscou encontrar enquanto suporte de suas ações, os grupos de famílias. Estes programas e projetos serviram como meios instrumentais de convencimento. Dentre os projetos oferecidos e dos produtos a serem produzidos por tais associações, buscou-se aproveitar o que dantes já era produzido em pequenas escalas familiares, tais como: confecção de chapéus de palha de carnaúba, artesanatos de bilros e tecelagem de redes, conforme se vê na foto abaixo:



Moradora em serviço de tecelagem de rede.

Pensando em garantir melhor aceitação de suas políticas no seio das comunidades, em parceria com a SUDENE e entidades estaduais (SUDEMA E CODESE) foi criado o setor social que tinham por objetivo fundamentar sua filosofia de trabalho voltada para a suposta “valorização do homem e reconhecimento da condição natural de agente participativo e interveniente no processo de desenvolvimento”.¹⁷² Ao que parece, tratava-se de mobilizar e organizar a população para participar de alguma coisa – o projeto de desenvolvimento nacional. Logicamente que este projeto de chamamento da população, não levava em conta nenhuma maneira democrática para participação da sociedade. O que se pretendia era criar um clima, uma atmosfera de aprovação, de aceitação e de satisfação com os rumos que iam sendo traçados pela companhia. Seja como for, o mais importante para imprensa não foram os resultados concretos dos projetos, as benesses que teriam essas populações, mais o “fato de que a

¹⁷² Programação Multi setorial: resultados no período de 1965/1968. p. 16.

atitude otimista do planejador revela a força da representação sobre um país exuberante e rico, para o qual uma correção de rota, uma organização rigorosa ou uma intervenção racional bastam para conduzi-lo ao seu inexorável encontro com o futuro”.¹⁷³ Nestes termos, ao setor social coube o papel de elaborar um conjunto de metas e objetivos através das programações de convencimento das populações. Imbuídos dos propósitos de desenvolver suas ações complementares em âmbito mais geral, pretendendo abranger as atividades específicas de outras programações a partir de uma ótica da solução de problemas propícios à integração das populações em seus projetos, de modo a promover e assegurar condições à suposta participação e intervenção comunitárias, apresentavam-se como indispensáveis à efetivação do processo de desenvolvimento da região.

Observando pelo avesso da filosofia de trabalho e as intenções de integrar a população no processo de desenvolvimento da região atingida pelas ações da Usina, pode-se dizer que mais do que integração social, tratava-se de estratégias em que se configurava afirmar noções de “docilidade”, capazes de colocar no mesmo espaço o “corpo analisável” e “corpo manipulável”, “dóceis e produtivos”. Analisando o processo de disciplinamento do corpo, Michel Foucault (1987) aponta para o momento em que a disciplina chega atingir as fórmulas mais eficientes de dominação. Segundo o autor, este momento histórico da disciplina marca o nascimento da “arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”, portanto “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.¹⁷⁴ Visto por este ângulo de análise, mais do que uma simples preocupação com a ordem imposta, na prática, revelava-se um ordenamento da vida cotidiana das populações tendo como ponto central desenvolver a operacionalização das táticas, das regras de controle social, transformar a população através da integração aos projetos, enquanto um fator de favorecimento das suas atividades.

Por outro lado, as maiores preocupações dos jornalistas, intelectuais, políticos do Estado estavam voltadas em saber se o projeto da Usina seria ou não concluído, qual o tempo de previsão para conclusão da obra, os beneficiamentos que traria para o Estado,

¹⁷³ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 84.

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 118, 119.

os detalhamentos dos planos e esquemas da obra, o ritmo de trabalho desenvolvido etc.. Tais questionamentos eram prontamente respondidos e elucidados através das constantes entrevistas concedidas pelos diretores e técnicos aos jornais da capital. Nesta direção, várias foram às visitas realizadas por autoridades dos poderes legislativos, tanto municipal como estadual, ao canteiro de obras da Usina da Boa Esperança, conforme anunciou o Jornal Pequeno, quando da visita de uma comissão de vereadores de São Luís que participou da solenidade que marcou o segundo desvio das águas do rio: “Com destino à barragem de Boa Esperança seguirão amanhã de São Luís, os vereadores: José Chagas, Alberto Miranda e Almir Marques, em missão oficial da câmara municipal”.¹⁷⁵



Desvio do Rio Parnaíba para escavação da fundação da barragem principal.

Guiando-nos pelas reportagens da imprensa escrita de São Luís, nos deparamos com os vestígios de vários outros veículos de propaganda utilizados no intuito de divulgar e propagar as idéias salvadoras da construção da hidroelétrica da Boa Esperança perante a sociedade ludovicense, e por extensão do Estado. Para além dos estúdios das emissoras de Rádio e TV, as salas dos cinemas de São Luís eram constantemente ocupadas pelos diretores. Lá se faziam exhibir os filmes-documentários gravados pela própria companhia em que se mostravam para a sociedade, empresários, políticos e imprensa, “as películas de maior interesse para os maranhenses”, ou seja, o andamento das obras da barragem, conforme podemos visualizar nesta nota de

¹⁷⁵ A solenidade do segundo desvio das águas do Rio Parnaíba contou com presença de várias autoridades, dentre elas a presença dos Ministros: Delfim Neto da Fazenda, Hélio Beltrão do Planejamento e Costa Cavalcanti de Minas e Energia. Além dos ministros esteve presente também o governador de São Paulo André Sodré, o presidente da ELETROBRÁS, Mário Bhering e John Cotrim presidente da hidrelétrica de Furnas, dentre outras autoridades convidadas pelo presidente da COHEBE César Cals Filho.

convocação do Jornal O Imparcial. Assim o jornal convocava a sociedade para assistir mais uma sessão da Boa Esperança, a ser exibida no cine Roxy: ¹⁷⁶

O Dr. César Cals, presidente da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (Coebe), manterá contato hoje com a imprensa, rádio e televisão de São Luís. Aquele ilustre titular, na oportunidade, fará exibição de um filme documentário sobre a obra da barragem de Boa Esperança no cine Roxy. Estarão presentes, devidamente convidados, autoridades, as classes industriais, comercial e bancária, além de famílias de nossa sociedade. Trata-se de uma película de maior interesse para os Maranhenses. ¹⁷⁷

Noutra reportagem do Jornal Pequeno do dia 14 de março de 1968, constatam-se mais uma dessas sessões cinematográficas. Contando na platéia com a presença de autoridades, jornalistas e grande número de pessoas, fora exibido nas dependências do Centro Caixerai mais um filme-documentário sobre as obras da Boa Esperança. As imagens mostravam a preparação do terreno onde seria construída a barragem, logo a seguir destacava-se a presença do ex-presidente Castelo Branco, quando da ocasião do primeiro desvio do canal do Rio Parnaíba ocorrido no ano de 1965. À época tal solenidade marcou o pontapé inicial, o primeiro grande passo para construção da hidroelétrica. Naquela oportunidade, os órgãos da imprensa que faziam oposição ao governo vigente no Maranhão, destacavam a presença, do, à época, deputado federal e candidato a governador José Sarney, como convidado de honra do presidente, para em nome das oposições maranhenses, acompanhá-lo durante a solenidade.

Segundo a reportagem, logo após as imagens do presidente Castelo Branco o que se via eram as “dezenas de maranhenses” que foram empregados naquela obra de grande vulto. Dentre outras coisas, também fora exibido uma reunião, em Recife, entre os Governadores do Nordeste e o Presidente Costa e Silva. Por ocasião da solenidade, segundo o matutino, aparece o Presidente anunciando que a “Boa Esperança já era uma Boa Certeza”. Na oportunidade, também, teria preconizado Costa e Silva que o esforço do governo federal consistia em promover todo apoio para concretização daquela obra que iria resolver o problema da economia dos Estados do Maranhão e Piauí e reverter às condições do subdesenvolvimento de uma das regiões considerada como a mais pobre da nação. ¹⁷⁸

¹⁷⁶ Vale dizer que dos cinemas existentes época, o cine Roxy é o único que ainda hoje mantém suas portas abertas. O que dantes era freqüentado pela elite da cidade, hoje acolhe um seletto público apreciador dos filmes pornô. De todos os outros, uns foram demolidos (cine Éden, por exemplo), e outros tiveram sua instalações ocupadas por lojas e Igrejas evangélicas, como é caso do Monte Castelo.

¹⁷⁷ Jornal O Imparcial, 21 de junho de 1969. p. 6.

¹⁷⁸ Jornal Pequeno, 14 de março de 1968. p. 4.



Reunião do Presidente e Governadores do Nordeste.

Como o próprio enunciado do jornal já indicava, nessas sessões cinematográficas, para além de um simples propósito em querer mostrar o andamento das obras da Boa Esperança, outros sentidos se desvendam por trás das telas dos cinemas. Tornava-se cada vez mais notório que havia por parte do governo dos militares, uma preocupação com a crescente impopularidade do regime ditatorial perante a opinião pública, sobretudo no que diz respeito aos seus métodos truculentos.¹⁷⁹ Nesta direção, não é à toa que diante do crescente descontentamento da sociedade civil, em 15 de janeiro de 1968, sob o decreto de nº 62.119, fora criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). O objetivo maior dessa agência consistia em fazer produzir um conjunto de medidas midiáticas e propagandísticas visando o enaltecimento das ações do regime militar. Por intermédio de uma estratégia retórica procurava-se desviar o foco das atenções da população para o que ocorria nos porões da ditadura, pretendendo com isso “dissimular o caráter ditatorial de sua intervenção na vida pública brasileira”.¹⁸⁰ Conforme as assertivas de Carlos Fico, mesmo tendo assumido esta estratégia, os criadores da AERP demonstravam certa consciência de que suas propagandas não seriam suficientemente capazes de atingir setores da sociedade que assumiam posições mais radicais, oposicionistas e intelectualizadas. No entanto, tratou o governo de

¹⁷⁹ Para informações mais detalhadas e aprofundadas ver: Carlo Fico. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997. Especificamente o capítulo 5: “a propaganda da ditadura”.

¹⁸⁰ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 90.

concentrar seu foco propagandístico voltado para o restante da sociedade, cujo alcance seria mais aceitável, senão, menos questionável:

Os temas “decorosos” sobre a família, o “caráter nacional” etc., portanto, eram a forma possível de fazer essa propaganda, que, se assumisse um viés estritamente político, de enaltecimento do regime, do governo ou dos governantes, certamente seria rejeitada, inclusive pelos setores não-letrados da sociedade, mas que, nem por isso, deixariam de perceber o grosseiro de tal pretensão.¹⁸¹

Não é à toa que as propagandas governamentais passam a investir em exibições de imagens em que se pretende dar visibilidade às suas ações revestida de uma suposta inocuidade. Seja como for, o governo procura criar uma atmosfera que simule um clima de paz, de concórdia, algo que soava um tanto quanto paradoxal vindo de um regime autoritário. A AERP contava com uma equipe formada por jornalistas, psicólogos, sociólogos. Estes profissionais eram encarregados de criar os temas e o enfoque que se pretendia divulgar. Após a elaboração dos mesmos contratavam-se agências de propaganda encarregada de produzir documentários, programas de TV e de rádios, assim como as matérias que seriam estampadas nas páginas dos jornais. Os conteúdos dessas propagandas geralmente estavam voltados para o enaltecimento do trabalho, a importância da educação, sem esquecer em exaltar o papel das forças armadas. A estratégia usada pelo staff da AERP foi o tom sutil das mensagens, os efeitos sonoros em consonância com as imagens, além da construção de frase retiradas do vocabulário popular. Nas palavras de Skidmore:

O tema central da AERP era a emergência do Brasil como uma sociedade dinâmica original, tendo como pano de fundo o rápido crescimento econômico, então de 10 por cento ao ano. O órgão acrescentava a sua própria mensagem sobre a unidade nacional do Brasil, suas novas metas, sua marcha disciplinada para companhia das nações desenvolvidas.¹⁸²

No Maranhão, especificamente, as mensagens divulgadas através desse aparato propagandístico pareciam surtir o efeito desejado pelo governo, sobretudo devido ao clima de euforia, de esperança de desenvolvimento sócio-econômico proporcionado por este grande projeto que foi a construção da Usina hidroelétrica de Boa Esperança e tantos outros, que de certo modo, serviram para arrefecer o descontentamento da sociedade para com a política levada a cabo pelos militares. Soma-se a isso a própria

¹⁸¹ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 95.

¹⁸² SKIDMORE, 1988: 223.

rede propagandística do governo local, cujo mesmo tornara-se um canteiro de obras com verbas advindas do governo federal.

Entretanto, em meio à euforia modernizante suscitada pelo projeto de Boa Esperança, viveu-se o momento de intranqüilidade e incerteza, provocado pela ameaça de paralisação da “grande obra salvadora”. Numa reprodução do “Diário da Manhã” de Recife, do dia 15 de janeiro de 1968, o Jornal Pequeno do dia 21 de janeiro do ano corrente, trouxe ao conhecimento do público maranhense a seguinte nota, assim intitulada: **“Perigo de paralisação sonda Boa Esperança”**. Nesta dizia que o engenheiro César Cals havia declarado numa entrevista coletiva concedida à imprensa do Piauí, “haver perigo de paralisação nas obras da hidroelétrica de Boa Esperança, caso o governo não libere 50 milhões para conclusão dos serviços”. Mais adiante o engenheiro Cals passou a mensagem que era de interesse do Presidente Costa e Silva inaugurar naquele mesmo ano a Usina, vilas e as novas cidades que seriam construídas nas “proximidades do lago artificial, para onde serão transferidos os municípios a serem inundados pela barragem”. Na oportunidade, falou ainda o presidente da COHEBE da necessidade que se tinha de formar um só bloco monolítico, de defesa dos interesses do Nordeste Ocidental “para atuar sensibilizando os ministros da fazenda (Delfim Neto) e do planejamento (Hélio Beltrão) em favor da liberação da verba”.¹⁸³

Noutra reportagem, do mesmo Jornal Pequeno, os ecos do engenheiro Cals faziam-se ressoar nos corredores do planalto central do país. Falando da tribuna do planalto o deputado federal Milton Brandão (Arena) saiu em defesa da liberação das verbas necessárias para conclusão da primeira fase da Boa Esperança, pois caso contrário, segundo o deputado, “todo aquele empreendimento ficará paralisado em trinta dias”. O deputado Brandão investe contra a política de desenvolvimento da SUDENE na região Nordeste, afirmando que esta se “constitui apenas um mito. Não existe interesse daquele órgão para conclusão das obras da barragem da Boa Esperança”.¹⁸⁴ Como se vê nestas duas reportagens, ocorria certo desencontro entre os órgãos do governo federal, quanto ao que diz respeito à liberação das verbas que dariam continuidade ao andamento da Boa Esperança no Nordeste Ocidental, já que o Ministério da Fazenda, do Planejamento e SUDENE, eram os principais acionistas

¹⁸³ Jornal Pequeno, 21 de janeiro de 1968. p. 6.

¹⁸⁴ Jornal Pequeno, 04 de maio de 1968. p. 4.

financeiro de tal obra. Tal ameaça é fruto do dissenso entre o ministro da fazenda Delfim Neto e do Interior Albuquerque Lima que se posicionara contra a política de distribuição de verbas elaborada pela equipe econômica do governo. De acordo com o programa estratégico de desenvolvimento, o ministro da fazenda fizera aprovar a emenda constitucional que reduziu a arrecadação de imposto em todo país de 20 por cento para 12 por cento e, conseqüentemente, o repasse de verbas para Estados e Municípios. Essa nova política iria atingir as pretensões da SUDENE. Diante da contenda ministerial, tanto Albuquerque Lima quanto o general Euler Bentes Monteiro (diretor da SUDENE), deixaram o governo em protesto aos cortes dos recursos federais para instituição. Tais demissões foram motivadas pelas estratégias de Delfim, pois este tinha as vistas voltadas para a instituição “cujo orçamento queria controlar ainda mais”.¹⁸⁵ Por outro lado, diante da iminente ameaça de paralisação da obra da Boa Esperança, dá-se uma grande movimentação dos mais diversos setores que saem em defesa do andamento e término da barragem. O bloco de mobilização inicia-se pelas redes de jornais dos diários associados do Maranhão, Piauí e Pernambuco, o mesmo acontece no Planalto, cujos políticos dos Estados diretamente beneficiados pela construção da barragem pressionaram os ministros da fazenda e do planejamento para liberar a verba a fim de evitar o “colapso total”.

Como era de interesse do Presidente Costa e Silva inaugurar tais obras ainda em seu governo, tal impasse só fora resolvido no início do ano de 1969 quando o mesmo “telegrafou” aos ministros solicitando a liberação da verba, segundo informara o jornal O Imparcial de 22 de fevereiro de 1969: “o chefe do governo telegrafou aos ministros Hélio Beltrão e Delfim Neto solicitando a liberação dos recursos orçamentários destinados à COHEBE, para que a grande obra não sofresse atraso, como estava ameaçada”.¹⁸⁶ Mesmo com a determinação em liberar as verbas, e o ritmo acelerado de 22 horas de labuta dos operários, o Presidente Costa e Silva não sobreviveu para realizar tal feito, como era de seu interesse. Como já dissemos à cima, a inauguração da Boa Esperança dá-se em meio à euforia do “milagre econômico brasileiro” que supostamente teria ocorrido no período em que esteve no poder o Presidente-General Garrastazu Médice. Vale ainda dizer que numa estratégia de marketing político do Governador Sarney e do próprio Presidente Médice, fora inaugurada no mesmo dia da

¹⁸⁵ Cf. Skidmore: 1988: 181-189.

¹⁸⁶ Jornal O Imparcial, 22 de fevereiro de 1969. p. 5.

Barragem a BR: 135, mais um símbolo do progresso e do desenvolvimento do “Maranhão Novo”. Assim a solenidade fora anunciada pelo Jornal O Imparcial do dia 7 de abril de 1970: “Inauguração hoje da BR 135 e da Hidroelétrica de Boa Esperança”. Neste caso, acreditamos que não seria demasiado cansativo seguirmos os passos do Presidente através da reportagem.

Duas grandes obras, do mais alto significado, para a redenção do Maranhão e Piauí, marcando, por certo, uma etapa decisiva no desenvolvimento dos dois estados, serão inauguradas, hoje, pelo presidente da república, General Emílio Garrastazu Médici, que descera às primeiras hora de hoje, na capital piauiense, acompanhado dos ministros de estado e outras altas autoridades do país.

O chefe da nação, que viajara no Aero presidencial chegará em Teresina às 8:45, deslocando-se, em seguida, para a cidade maranhense de Timon.

INAUGURAÇÃO DA SÃO LUÍS-TERESINA

Naquela cidade maranhense, em presença dos auxiliares, dos governadores do Maranhão, e do Piauí, e do Ceará, respectivamente, José Sarney, Hevídio Nunes e Plácido Castelo, O Presidente Garrastazu Médice presidirá a solenidade de inauguração da BR-135, rodovia São Luís-Teresina.

Às 10:00 hs, o chefe da nação tomará, novamente, o Aero presidencial, acompanhado de sua comitiva dirigindo-se para o aeroporto de Guadalupe.

INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA TURBINA

Logo após descer no aeroporto de Guadalupe, o Presidente seguirá para os canteiros de obras da hidroelétrica de Boa Esperança, a fim de acionar a chave que colocará em funcionamento, para operação comercial, o primeiro gerador da casa de força “Presidente Castelo Branco”.¹⁸⁷

Os anos setenta marcam uma nova fase do país sob a inspiração do milagre econômico. Os canais de comunicação, através da imprensa escrita, da televisão e do Rádio divulgavam entusiasticamente mensagens de euforia e confiança, sobretudo as idéias de construção e transformação da nação: “em tempo de construir” (1971), “Você constrói o Brasil” (1972), “País que se transforma e constrói” (1973) “Este é um país que vai pra frente” (1976), “O Brasil é feito por nós” (1977), “O Brasil que os brasileiros estão construindo” (1978), além dos: “ninguém segura este país”, “pra frente, Brasil”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Os acordes nacionalistas faziam-se soar através das canções que buscavam estimular o brasileiro como: “eu te amo meu Brasil/ eu te amo/ meu coração/ é verde/amarelo/branco/azul/anil” ao invés dos vermelhos que escorriam nos porões do DOPS. Nos gramados do México: Gerson, Tostão, Jairzinho e Pelé

¹⁸⁷ Jornal O Imparcial, 07 de abril de 1970. p. 3.

comandavam a Seleção brasileira rumo ao tri, e com a vitória na Copa do Mundo forjavam-se a idéia de um “Brasil grande”, poderoso.

No terreno da economia vivia-se a fase de aceleração do desenvolvimento. O capital estrangeiro encontrou as portas abertas. O setor estatal se fortaleceu, controlando os setores chaves da economia do país (Petrobrás, Siderbrás e Companhia do Vale do Rio Doce). Visando a integração Nacional, criou-se a Transamazônica oferecendo terras para colonos de outras regiões. Pontes, estradas, estádios de futebol, viadutos, shopping Center, hidroelétricas, remodelavam a fisionomia do país do milagre. Mais nem tudo era só festa, a imprensa vivia amordaçada. O Legislativo era convocado conforme os interesses dos militares em fazer aprovar suas leis autoritárias. Parte da esquerda optou por pegar em armas e promovia seqüestros de diplomata e embaixadores estrangeiros, e também assaltos a bancos. De sua parte, através da sua maquinaria repressiva o governo reagia com prisões, torturas e assassinatos. Neste sentido, analisando os meandros internos das agências de propaganda do governo militar, afirma Carlos Fico:

Os propagandistas do regime militar tiveram que conviver com uma situação contraditória: por um lado, precisavam afirmar valores “positivos”, “moralizantes”, “verdadeiros” no sentido de que seriam eticamente superiores; por outro, tinham que conviver com o regime autoritário, com censura, as perseguições políticas etc. Em função disso, desenvolveram uma “estratégia retórica” que consistia em afirmar precisamente o inverso do que se tinha.¹⁸⁸

Seja como for, na dor e na glória, na guerra e na paz, na alegria e na tristeza, na euforia e no desanimo, nas preces e no milagre, foi nesse clima que a Boa Esperança brotou em meio ao sertão para iluminar o Maranhão. Em meio ao oba, oba, as críticas também se faziam ouvir. Numa irônica reportagem o colunista do Jornal Imparcial, do dia 03 de maio de 1970, após a inauguração da Hidroelétrica da Boa Esperança declarou que: “o Piauí, ficou com a **Boa**; o Maranhão, com a **Esperança**”.

¹⁸⁸ FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 95.

CAPÍTULO III

O REVERSO DO PROGRESSO: NOVA IORQUE E A CONSTRUÇÃO DA BOA ESPERANÇA

III.1 “Nova Iorque rumo ao 3º milênio”: um projeto moderno do espaço urbano

Sobre a cidade de Nova Iorque, poderíamos falar sobre seus mais variados aspectos: dizer de suas praças, ruas, casas, prédios públicos..., mas, também de suas tradições, mitos, crenças, festas, lendas, comemorações, ilusões e decepções... Poderíamos falar dos impactos causados na vida dos moradores, em decorrência de dois episódios de destruição e reconstrução da cidade em consequência das inundações do Rio Parnaíba e que constituem fatos marcantes e dolorosos vívidos na memória da cidade. Nenhum desses aspectos é relevante se não forem percebidos como elementos que se inter-relacionam e constituem as teias de significados econômicos, políticos, sociais, culturais em um todo simbólico que se deixa capturar por meio das mais diversas maneiras e práticas sociais de fabricação do espaço citadino, cotidianamente elaboradas e inventadas por seus moradores. Como diz Michel de Certeau, a cidade, “... à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra”.¹⁸⁹

Neste capítulo, nos deteremos com mais acuidade aos signos emitidos pelas memórias dos nossos interlocutores, no intuito de capturar um pouco da história da cidade, criada e recriada num labirinto de representações, significações e interpretações elaboradas aos longos dos anos. Nossa investigação está assentada na oralidade, de onde pretendemos seguir os tortuosos percursos da memória. Partindo das análises dos diversos fragmentos de lembranças, esperamos encontrar os pontos de vista que de um ângulo apropriado nos permitam visualizar e interpretar os filetes de imagens/signos emitido pelos rememoradores da cidade. Os movimentos de idas e vindas da memória nos proporcionam visualizar e interpretar os traços, os atalhos, os desvios que compõem os contornos do mapa simbólico cotidianamente redesenhado pelas lembranças dos

¹⁸⁹ CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. 1, artes de fazer. Petrópolis- RJ: Vozes, 2007. p. 173.

moradores, mediante as práticas de inscrições dos lugares no espaço da cidade. De acordo com Certeau: “os relatos... atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços”.¹⁹⁰

Adotando essa perspectiva de análise, optamos pelo estudo da memória como recurso para construirmos nossa narrativa, entendendo que nossos interesses e objetivos estarão voltados para as situações vividas pelos moradores de Nova Iorque, perante as transformações provocadas pela construção da Hidroelétrica da Boa Esperança. Por intermédio do recurso da memória pode-se desvendar e descortinar situações que ficaram veladas no calor dos acontecimentos tais como: discriminações, conflitos, disputas, relações de poder entre indivíduos e grupos sociais que aconteceram no interior da cidade. O que pretendemos acompanhar aqui são os desdobramentos desse processo de modelação de um novo espaço, à medida que as mudanças históricas expungiram o espaço dantes existente.

Metodologicamente, acreditamos que este recurso nos permita não apenas estabelecer contato com a dimensão subjetiva do vivido, como também proporciona acompanharmos as teias de significações que entrelaçam os fios e os nós das vidas dos sujeitos. São os enredos e significados dos acontecimentos que utilizaremos para compor os diferentes quadros das interpretações elaboradas neste contexto: a dos moradores, dos órgãos institucionais de um lado, e a capacidade do autor em compreender e re-significar essas falas idiossincráticas do outro. Desse modo e de acordo com Clifford Geertz, as descrições dos testemunhos fornecidos pelos moradores de Nova Iorque devem “ser encaradas em termos das interpretações às quais pessoas de uma denominação particular submetem sua experiência, uma vez que isso é o que elas professam como descrições”.¹⁹¹ Ainda segundo o autor, as primeiras interpretações acerca da vida do “nativo” são operadas por eles mesmos, já que por definição, eles falam da sua própria cultura. Nesse sentido, as outras interpretações produzidas em textos antropológicos ou históricos são “na verdade, de segunda e terceira ordem”.¹⁹² Assim sendo, o estudo da memória proporciona a compreensão dos sentimentos experimentados, pois a rememoração do acontecimento vivido traz à superfície

¹⁹⁰ CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. 1, artes de fazer. Petrópolis- RJ: Vozes, 2007. p. 199.

¹⁹¹ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 25.

¹⁹² Idem, p. 25.

momentos marcados pela alegria e pela tristeza, pelo ódio e pelo amor, pelo conformismo e pela revolta.

Através dos relatos e de suas interpretações, intentamos dar inteligibilidade as mais diversas situações vivenciadas pelos moradores no curso de suas histórias. É por intermédio desse emaranhado de lembranças individuais e coletivas e das estruturas imaginárias e físicas, que se formam o espaço da cidade, tornando possível apreendermos suas particularidades e complexidades. Como ressalta Antonio Montenegro, através dos depoimentos é que se pode “analisar que elementos simbólicos são construídos pela população, e se apresentam, muitas vezes, como o avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente...”¹⁹³ Dessa maneira, os traços contidos nas fachadas de suas casas, o colorido dos seus jardins, o desenho de suas ruas curvas ou retas não dizem nada por si só. De acordo Ítalo Calvino, em sua descrição de Zaíra, uma cidade não pode ser descrita levando-se em conta somente suas estruturas materiais que lhe dão forma, pois ela “... não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”.¹⁹⁴ Dessa forma considera-se que é na vivência e na evidência do cotidiano dos seus habitantes que os espaços físicos e simbólicos da cidade são revestidos de significados, pois “os olhos não vêem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas”.¹⁹⁵

É na senda destas práticas cotidianamente reinventada pelos moradores, nas frestas e justaposições de imagens e significados dos acontecimentos, que se desenvolve nossa narrativa. Ao tomarmos a memória como referência para representação e interpretação do passado, a análise proustiana é uma possibilidade que se revela num terreno bastante fecundo para o debate. Do ponto de vista de Marcel Proust, os movimentos de ir e vir da memória devem ser compreendidos como um mecanismo voltado para a aprendizagem, isso se entendermos que a “... *Recherche* é voltada para o futuro e não para o passado”.¹⁹⁶ Ainda conforme Proust, a compreensão do passado por si só em nada é revelador, nada vale e, “... por mais importante que seja o seu papel, a

¹⁹³ MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo:Contexto, 2007. p. 13.

¹⁹⁴ CALVINO. Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 14.

¹⁹⁵ CALVINO. Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 17.

¹⁹⁶ DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 4.

memória só intervém como o meio de um aprendizado que a ultrapassa tanto por seus objetivos quanto por seus princípios”.¹⁹⁷

Verifica-se então que para Proust que o movimento das imagens que a memória reflete, ocorrem em duas direções: por um lado, ela surge como forma de ensinamento que é resultante da emissão de signos; por outro, o processo de aprendizado é um exercício de interpretação voltado para decifração dos sinais contidos nos seres, nas coisas, nos objetos, que emitem signos a serem interpretados. De acordo com a análise de Gilles Deleuze sobre Proust e os signos, o processo de aprendizagem está essencialmente interligado aos signos, pois estes são “... objeto de um aprendizado temporal, não de um saber abstrato”. Dito de outra maneira: “aprender é, de início, considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados”.¹⁹⁸ Todavia, os lugares redescobertos no mais recôndito espaço da nossa memória têm sua eficácia validada no momento exato em que ela atua. O movimento de restauração operado pela memória, ainda que seja provisoriamente parcial ou seletivo, tende, por efeito, substituir uma descontinuidade temporal, por uma descontinuidade espacial.

Para Georges Poulet, o movimento de deslocamento de uma descontinuidade temporal para uma radical descontinuidade espacial, aponta para a fragmentação do universo proustiano, pois a causa desses efeitos se encontra no “caráter intermitente da memória”. Segundo Poulet, é possível dizer que ao longo da obra de Proust: “onde há heterogeneidade, há inevitavelmente descontinuidade, ou então, o que é o mesmo, que a descontinuidade primeira, fonte de todas as outras, é a descontinuidades das essências”.¹⁹⁹ Seja como for, desse embricamento descontínuo entre tempo e espaço no pensamento proustiano, pode-se asseverar que sua obra se apresenta recheada das mais variadas lacunas cuja função da mesma é impedir que as partes se juntem formando uma seqüência homogênea. Ou seja, o mundo que se revela em Proust, sobressai-se os elementos/signos onde se afirmam o qualitativo e o heterogêneo, pois “a partir do

¹⁹⁷ Idem, p. 4.

¹⁹⁸ DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 4.

¹⁹⁹ Para uma discussão mais aprofundada das noções de descontinuidade do espaço na obra de Proust, sugerimos a leitura do trabalho de Georges Poulet: O espaço Proustiano. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

momento em que uma coisa se manifesta em sua qualidade própria, em sua ‘essência’, revela-se diferente de todas as outras (e de suas essências)”.²⁰⁰ Conforme Proust:

É certo que tais mudanças, nós as sofremos insensivelmente; mas entre a lembrança surgida inopinadamente e nosso estado atual, assim como entre duas reminiscências de datas, lugares e horas diversas, a distancia é tal que, ainda deixando de lado a originalidade específica, bastaria para tornar impossível qualquer comparação. Sim, se, graças ao esquecimento, não pôde estabelecer nenhum laço, tecer malha alguma entre si e o momento presente, se ficou em seu lugar, em seu tempo, se conservou sua distância, seu isolamento no côncavo de um vale ou no cimo de uma montanha, a recordação faz-nos respirar um ar novo, precisamente por ser um ar outrora respirado, o ar mais puro que os poetas tentaram em vão fazer reinar no Paraíso, e que não determinaria essa sensação profunda de renovação se já não houvesse sido respirado, pois os verdadeiros paraísos são os que perdemos.²⁰¹

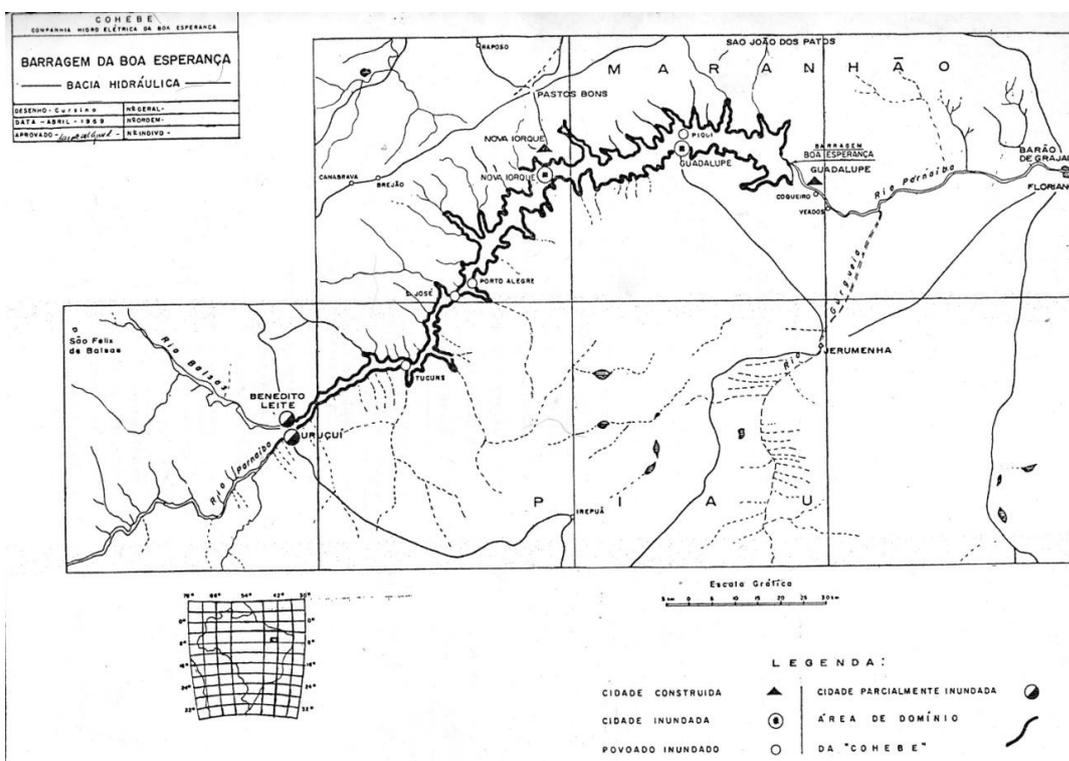
Dessa maneira entendemos que Proust nos dá a chave para compreendermos porque a chamada velha cidade de Nova Iorque é tão saudosamente lembrada e tão romanticamente relatada. É de fato para os moradores seu paraíso perdido. Após apresentarmos nossas principais categorias analíticas, passamos de agora em diante a descrever a cidade e a vida dos habitantes na Nova Iorque de hoje. Há que se esclarecer que não temos a pretensão de realizar uma análise cujo conteúdo crítico, prime por em questão a veracidade da interpretação dos acontecimentos sob o ponto de vista dos nossos interlocutores. Desse modo, ao nos determos nas memórias dos moradores de Nova Iorque, pretendemos, sim, contribuir para o alargamento do discurso, considerando estes como nossos interlocutores e não meramente como um objeto de estudo que pede uma análise fria e distante das infinitas possibilidades que se desvendam pelos labirintos das lembranças. Neste sentido, nossa análise se aproxima da proposta geertzana da interpretação das culturas, quando este afirma que “bem no fundo da base factual, a rocha dura, se é que existe uma, de todo o empreendimento, nós já estamos explicando e, o pior, explicando explicações. Piscadelas de piscadelas de piscadelas...”, portanto.

²⁰⁰ POULET, Georges. O espaço Proustiano. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992. p. 42.

²⁰¹ PROUST, Marcel. O tempo redescoberto. Trad. de Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Globo, 2004. p.152.

A Nova-Nova-Nova Iorque e seus traços modernos

No universo local a cidade também é cognominada pelos moradores como “cidade nova” ou “Nova Iorque da Barragem”. Distanto aproximadamente 600 km da capital São Luís, a construção da nova cidade ocorreu entre os anos 1966 a 1968. A Nova-Nova-Nova Iorque fora projetada para substituir à sua homônima e antiga sede que no rabo do cometa progressista da passagem dos governos dos militares ficaria submersa pelas águas da represa da Hidroelétrica da Boa Esperança. A operação prototecnológica desenvolvida ao longo da construção da barragem nas curvas do Rio Parnaíba, resultou na formação de um lago artificial, que segundo os cálculos dos engenheiros da COHEBE, inundaria uma área de aproximadamente 430 km², tendo 200 km de extensão entre as fronteiras do Piauí e Maranhão, na região do Alto Parnaíba. Com uma largura média de 10 km, as águas do grande lago provocaram a submersão total da velha Nova Iorque no Maranhão e da velha Guadalupe no Piauí, além das parcialmente inundadas Uruçuí (PI) e Benedito Leite (MA) e, vários povoados, tanto de um lado quanto do outro, conforme podemos visualizar no mapa da bacia hidráulica da mesma.



Mapa da bacia hidráulica da barragem da Boa Esperança.

Mais do que uma simples operação de mudança do espaço físico da cidade, que implicou no remanejamento de toda população para um novo espaço citadino planejado em conformidade aos discursos de desenvolvimento e progresso, a submersão da velha cidade deixou na memória dos moradores marcas indeléveis. Nesse contexto, ressalta-se que o cenário nacional era fortemente marcado pela atuação dos militares no poder, que tinham como pano de fundo de suas políticas, além da truculência, o miraculoso plano de desenvolvimento do país. É em meio a este clima de euforia, de progresso, de modernização que vicejava no País e por extensão no Estado do Maranhão, que a Nova-Nova-Nova Iorque foi erguida. A edificação da nova cidade estava inserida em uma filosofia política das ações dos governos federal e estadual (Maranhão e Piauí), cujo principal objetivo consistia em promover o chamado desenvolvimento da região do Nordeste Ocidental.

Para além da Boa Esperança, as transformações direcionavam-se para aberturas de estradas e rodovias, para substituição das produções primárias (artesanais) pelas industriais voltadas para exportação. Para tanto, criou-se uma rede discursiva anunciada pelos “mensageiros do Progresso” através de uma pomposa narrativa que visava ressaltar a grandeza do Brasil no intuito de promover e forjar um cenário de desenvolvimento, quer dizer, de modernização. Quatro décadas se passaram desde que estes ventos modernizantes, industrializantes e racionalizantes produziram um furacão de novidades varrendo o alto sertão do Maranhão, deixando para trás as marcas de sua construção progressista, que ainda hoje é possível se entrever através dos traços de um virtual e visual otimismo que se faz presente numa placa carcomida pelo tempo e pela ferrugem e exposta logo na entrada da cidade:



Tal anúncio, às vistas dos que chegam pela primeira vez à cidade, parece tratar de um alto grau de otimismo cultuado pelos seus atuais 4.892 habitantes. Não tarda para que o passeante perceba que tal eufemismo não passava de mais uma estratégia política e propagandista dos governos federal e estadual à época em que a cidade fora entregue aos moradores como símbolo do progresso e do desenvolvimento. Na outra ponta da realidade, basta-nos poucos minutos de prosa com os moradores para se perceber que mais do que um anunciado rumar em direção ao terceiro milênio e toda carga simbólica ostentada em placas, que a cidade e seus habitantes vivem em estado de suspensão no tempo e no espaço. De qualquer modo, ao se tentar reconstituir a paisagem da atual Nova Iorque mediante a visão dos velhos moradores, a cidade que emerge é a cidade pobre, estagnada, isolada, adjetivos com o qual nossos interlocutores definem a nova urbe. A desilusão que brota do depoimento do Seu Pedro é esclarecedora:

Ainda hoje, tem gente como eu e outros que viram isso e na atual situação a gente fica sem saber o que dizer. Eles prometeram mundos e fundos, que era um céu aberto, não sei mais o quê, isso e aquilo. Moço, isso foi uma verdadeira lastima que não deu em nada. O lugar é pobre e não tem nada. Aqui o que tem é só essas quitandinhas véia pra vender um pacote de café, um quilo de açúcar... Não tem uma loja, não tem um socorro de nada. Nós ficamos aqui sem ter saída, porque até onde tem transporte fica a 18 km.²⁰²

O depoimento do Seu Chico reforça esta visão de (des) esperança:

Esta cidade é assim, parada, porque nós somos fim de linha. Ta faltando muita coisa aqui, precisa ser mais cuidada. Logo os governos não ajudam

²⁰² Senhor Pedro, 80 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 20/02/2005.

muito, não procuram Nova Iorque porque diz que aqui tem poucos eleitores.²⁰³

Para além de um suposto otimismo ou de uma bravata política propagandeada pelos governantes ou mesmo da desilusão dos nossos interlocutores, em se chegando à Nova-Nova-Nova Iorque, não é difícil reparar em seus traços arquitetônicos cuidadosamente elaborados. Sob o olhar atento dos moradores, percorre-se por largas ruas, notam-se as fachadas de suas casas padronizadas e chega-se há uma grande praça central. Por um momento de vacilo, o transeunte é assaltado pela sensação de está caminhando por um conjunto habitacional, já que se trata da única cidade do Estado do Maranhão que tem seu espaço físico totalmente planejado. Mesmo com as transformações ocorridas na configuração original do projeto, sobretudo no que diz respeito à ampliação das residências, torna-se possível observar que seu espaço fora geometricamente esquadrihado em conformidade ao que à época fora considerado pelos técnicos da Boa Esperança – arquitetos, engenheiros e urbanistas - como a mais moderna técnica urbanística.

Do ponto de vista dos planejadores, esta política visava proporcionar aos habitantes à elevação do nível de qualidade de vida, já que a estes estava sendo oferecida a oportunidade de morarem numa cidade modernizada: com luz, água, saneamento básico, hospital, escolas, etc. A idéia essencial dos planejadores consistia em oferecer a oportunidade e a necessidade de se formar um ambiente social em consonância com os “valores civilizados” que se diferenciava dos padrões da velha cidade. Visto por esta perspectiva, a partir dos diversos significados exposto pelo ponto de vista técnico, não restam dúvidas que houve um grande salto no que diz respeito às transformações no aspecto físico da cidade; que indubitavelmente ocorreu um considerável aumento da perspectiva de vida dos moradores, se considerarmos que nada disso existia na velha Nova Iorque submersa. Ainda de acordo com as informações divulgadas pelo relatório de programa multi setorial da COHEBE, antes da construção da nova cidade “a esperança de vida na região do agreste maranhense, ao nascer, para toda população abrangida girava em torno de 37 a 40 anos de idade para ambos os sexos”.²⁰⁴ Nascido e criado no “agreste maranhense”, em seu livro de memórias, “O pilão da madrugada”, Neiva Moreira corrobora com esta visão: “Vocês podem imaginar o que era aquilo por ali. Dificilmente, conseguia-se sobreviver à malária, às doenças

²⁰³ Seu Chico Leite, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03/04/2008.

²⁰⁴ Relatório do Programa multi setorial. Recife: COHEBE, 1965/1968. p. 04.

intestinais, à tuberculose. Mamãe fez muitas promessas para que eu chegasse aos 25 anos”.²⁰⁵ Nota-se que na visão de Neiva Moreira a expectativa de vida dos moradores estava aquém da divulgada pelos técnicos da Companhia.

Não há dúvidas que estas transformações acerca dos aspectos físicos da cidade, proporcionaram melhores condições de vidas para os habitantes. Não obstante, do ponto de vista das interpretações dos nossos interlocutores, as melhorias matérias não significam que a nova cidade seja melhor do que velha submersa, conservando nas memórias imagens de um passado que se esvaiu das vistas e que vem à superfície pelos movimentos de idas e vindas das lembranças. As condições de vida na cidade de outrora contrastam com o viver da Nova Iorque de hoje, tomada como parâmetro por nossos interlocutores. Os moradores guardam na memória imagens da velha cidade que por meio de um determinado recorte temporal e espacial são justapostos no espaço da nova urbe. Nos movimentos de ir e vir das lembranças do passado é o presente que traça os caminhos das recordações que definem o percurso de vida enredado por cada uma dessas pessoas, ou seja, o início da vida adulta, do casamento, da vida profissional, da chegada dos filhos, enfim, momentos de escolha. Analisando os meandros da “memória coletiva”, Maurice Halbwachs, parte do princípio de que a memória, por um lado, se ancora nos acontecimentos vividos no passado e, por outro, este se conserva no interior do grupo. Em conformidade à análise do autor, podemos ressaltar que as lembranças dos moradores trazem à tona detalhes dos acontecimentos e da visão de mundo de outrora lançados na superfície do presente ao mesmo tempo em que são atualizados, pois:

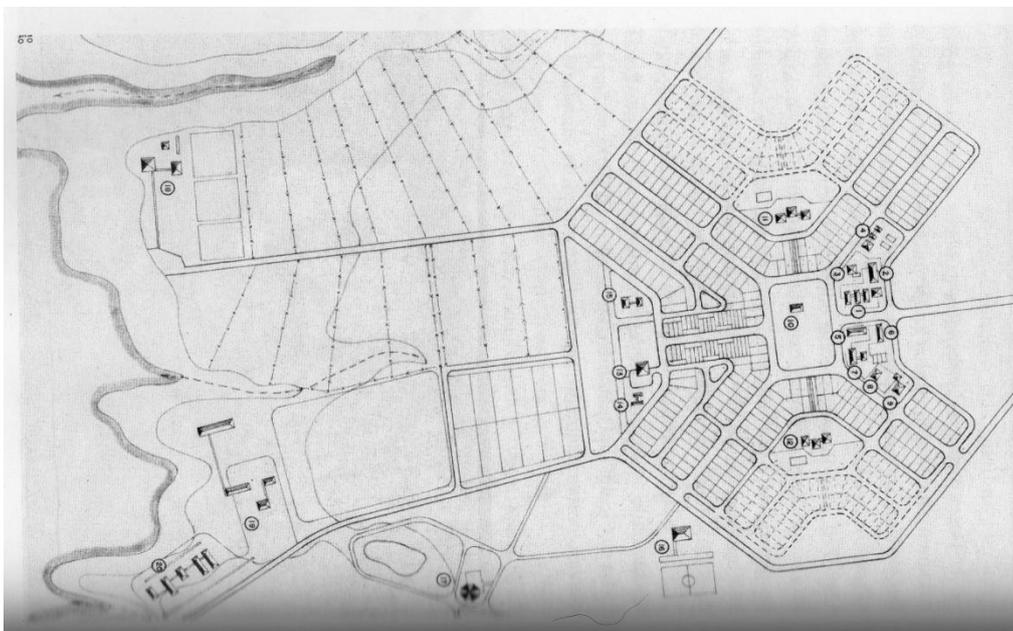
Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável. É claro, novos fatos excepcionais também têm lugar nesse contexto espacial, mas porque em sua devida ocasião o grupo tomou consciência com maior intensidade do que era há muito tempo e até este momento, e os laços que o prendiam ao lugar lhe apareceram com mais nitidez no momento em que se romperiam.²⁰⁶

No intuito de entendermos o deslocamento e as mudanças na vida dos nossos interlocutores, provocados pela construção da nova urbe, nos deteremos em decodificar os significados dos signos contidos e emitidos por cada traço da planta original do

²⁰⁵ MOREIRA, Neiva. O pilão da madrugada. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro mundo, 1989. p. 18.

²⁰⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Rio de Janeiro: Centauro, 2006. p. 160.

projeto. No primeiro instante tem-se a sensação de estarmos diante de um grande tabuleiro de xadrez, milimetricamente dividido. Se observarmos atentamente os detalhes do mesmo, se percebe que urbanisticamente o espaço físico da nova cidade fora igualmente distribuído em 526 lotes residenciais. No que diz respeito à divisão espacial da cidade em lotes, por hora basta-nos lhes asseverar que provocou grande descontentamento para uma parcela da população, notadamente os grandes proprietários de terras. Em contrapartida, para os moradores mais pobres significou a possibilidade e a felicidade de conseguirem realizar o sonho da casa própria e escapar das ameaças de despejo. Desse modo, percebe-se que por parte dos arquitetos houve a preocupação de planejar as metragens, cujos traçados das ruas, a conformidade e distribuição das casas se assemelham ao formato de um grande X, conforme podemos observar na planta original do projeto.



Planta original da cidade de Nova Iorque

Ao refletirmos sobre o aspecto físico do planejamento urbano, percebe-se que pela dimensão do projeto e da quantidade de itens que compõe este plano, houve a intenção e à preocupação dos planejadores em promover o surgimento de uma nova cidade que apresentasse características mais amplas e modernas do que a existente anteriormente. Esta proposta de reconstruir o espaço urbano adequando-o as necessidades de uma cidade dita moderna, coaduna-se aos modelos urbanísticos racionalistas. Esta exatidão no cumprimento das determinações dos espaços reflete o esforço de um trabalho de composição previamente planejado e, que presume uma adequação dos futuros

habitantes a essa organização racional e urbanística. De acordo com Frederico de Holanda, arquiteto que esteve diretamente envolvido no projeto de construção da nova cidade, o planejamento arquitetônico e urbanístico fora realizado de maneira que a mesma ficasse dividida em duas partes, ou seja, ficando uma parte a leste e a outra a oeste da grande praça central. Nas palavras do arquiteto:

O partido utilizou a idéia tradicional da praça central da igreja. Sobre as ruas de contorno da praça incidiam quatro artérias radiais a 135° e duas a 90° (uma destas últimas era a entrada Norte da cidade; a outra demandava a Praça do Mercado; adiante, a margem do lago ao Sul.) Rompeu-se com a ortogonalidade antiga quase absoluta. Criaram-se ângulos de 135° que contrastam com os de 90° e potencializam estímulos perceptivos. As seis radiais que demandam a Praça da Igreja fazem-na mais perceptível a partir de maior número de pontos mais distantes do centro. Relativamente ao todo urbano, sua presença é mais enfática que na cidade anterior.²⁰⁷



Foto aérea da atual cidade de Nova Iorque.

Observando a foto acima e seguindo os traços do planejamento arquitetônico que definem o contorno do tecido urbano da nova cidade, nota-se que ocorre uma justaposição de traçados no interior do projeto urbanístico da mesma. Noutras palavras, têm-se no centro do desenho projetado em formato de um X maior, à existência de um

²⁰⁷ HOLANDA, Frederico de. Urbanidade, o resgate. Nova Iorque, MA. In. Arquitetura & urbanidade. São Paulo: Próeditores, 2003. p. 108.

X menor. No primeiro momento, aparentemente, tal detalhe passa despercebido, causando a impressão do todo de uma desprezível organização do espaço público de uma cidade dita moderna. No entanto, para além dos traços do projeto, visto por um ângulo de investigação realizada *in loco* pudemos observar que a distribuição das casas atende ao padrão sócio-econômico das famílias. Logo, pode-se dizer que o X menor denota um espaço simbólico de distinção social e econômica, na medida em que este abriga as residências das famílias de maior poder aquisitivo. Quanto mais perto se encontra as residências da grande praça central, maior é a representação do *status quo* social, haja vista que são nestes perímetros que estão localizadas as casas das tradicionais famílias de Nova Iorque.

Neste sentido, acreditamos que uma sucinta descrição da divisão do espaço físico e social da atual cidade se faz necessário na medida em que este se constitui por meio das práticas cotidianas de convivência, que por sua vez, está relacionada com as mais diversas formas de apropriação e uso do espaço público. Dessa forma propomos ao leitor um rápido “passeio” pelas imediações da grande Praça da Matriz. Nossa caminhada se inicia pela parte central da grande praça. Dos quatro cantos da mesma, pode-se ter uma total dimensão de todas as principais artérias da cidade. Trata-se de ruas largas e planas e como diz o arquiteto, a cidade torna-se “mais perceptível a partir de maior número de pontos mais distantes do centro”. Nessa perspectiva, podemos ainda dizer que se encontrava embutido na maquinaria dos princípios diretores do projeto arquitetônico a preocupação de proporcionar aos moradores maiores pontos de observação, o que denota o princípio de vigilância da moralidade social. Aproximando nossa reflexão das análises do processo histórico que envolve os mecanismos disciplinares dos corpos, analisado por Michel Foucault, estes pontos de observação apontam na direção dos dispositivos do poder embutidos nos traços arquitetônicos e que se desenvolveram em torno dessa exigência de um “tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição dos seus instrumentos e de modo de intervenção...”²⁰⁸

Em conformidade às análises foucaultianas, assevera-se que o esquema panóptico de vigilância desenvolvido por Bentham em fins do Século XVIII, e aplicado aos

²⁰⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 170.

sistemas carcerários da França deste período, vai além das dimensões de uma “instituição particular, bem fechada em si mesma”. Ou seja, este princípio vigilante munido de todas as suas características e propriedades se proliferam por intermédio dos focos de controle disseminados pelas redes de comportamento da sociedade, de modo a oferecer todas as dimensões e possibilidades de “visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado”.²⁰⁹ Não se trata aqui de uma transposição conceitual de uma racionalidade universalizante, mas de perceber um tipo de poder específico analisado por Foucault como “panóptico”. Ou seja, os mecanismos de poder voltados para produção de “corpos dóceis” baseados numa racionalização que tinha por princípio a produtividade, a separação, a classificação, mas, sobretudo, a domesticação e a sujeição. São dispositivos coercitivos que promovem a inocuidade dos corpos mediante uma ordem vigilante permanente que tem, por exemplo, o sistema carcerário.²¹⁰

No miolo central da praça fica localizado o espaço de convivência social e de lazer da cidade. Nesse ambiente estão concentrados cinco bares, dois bares-restaurantes, uma sorveteria, uma lanchonete, uma padaria e atualmente uma lan house. É neste espaço de relações e convivências que durante a noite, ao saírem da escola, os jovens da cidade costumam promover seus encontros, seja para atualizar as conversas, seja para paquerarem ou simplesmente para quebrar a monotonia.



Centro de convivência de Nova Iorque

²⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 221

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1987.

Para além da divisão do espaço físico, simbolicamente, cada lado deste pequeno universo de convivência significa uma complexa rede de relações sociais contida em seu interior. À esquerda da foto, estão localizados os dois bares-restaurantes e a lanchonete, estabelecimentos comerciais que são freqüentados pelas pessoas de maior poder econômico. No entanto, ressalta-se que mais do que uma ordem econômica dos freqüentadores desses ambientes, a moeda cultural e política também representa um grande valor neste mercado de relações. À direita, ficam outros três bares, que além de menores, são freqüentados pelas pessoas menos abastadas da cidade; a sorveteria e a *lan house*, se constituem no espaço mais democrático neste universo, cujo abismo social e simbólico torna-se quase intransponível. Obviamente que não estamos com isso querendo construir uma muralha de concreto que impeça o encontro entre as pessoas, no entanto, advertimos que romper esta fronteira significa ir além do espaço físico.

Observando por estes ângulos, analisar as práticas de ocupação desses espaços denota uma investigação mais atenta da composição do tecido social. Ou seja, é mediante os entrelaçamentos das dinâmicas das relações que se constituem as redes de distinção econômica e simbólica, estabelecendo as regras das práticas de convivência no espaço público da pequena cidade. Os produtos que são oferecidos e consumidos neste ambiente revelam-se determinantes para as normas do jogo de relacionamento entre as pessoas, cujo espaço é socialmente demarcado pelos signos que são emitidos. Signos este que estão atrelados sobremaneira aos valores econômicos que vão compondo e fixando nestas redes de relações os lugares que cada grupo socialmente e distintamente “pode” freqüentar e ocupar. Segundo as análises de Certeau, estas práticas de apropriação ao uso do espaço urbano pelos consumidores se revelam como produtoras da cidade e ao mesmo tempo está articulada numa rede de relações que “é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”.²¹¹

Neste universo, o espaço e as distâncias estão carregados de conteúdos simbólicos. O ambiente de convivência cria uma distância que não deve ser entendida por metros. Algumas pessoas se recusavam a nos acompanhar até a lanchonete, por exemplo. De início levamos um tempo para repararmos o motivo que levavam estas

²¹¹ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 39.

peças não aceitem o convite. Só quando perguntamos a um morador porque este se recusava acompanhar-nos foi que pudemos perceber a natureza de sua resposta: “lá só tem gente metida à besta”, isto é, não pertencia àquele espaço, e a distância simbólica é bastante significativa nesse contexto. Não pense que estamos exagerando ou que tal atitude se constitui num ato isolado: segundo fomos informados pela proprietária da lanchonete (Dodó), muitos dos moradores não frequentam seu estabelecimento por “vergonha”, mas, também, por razões econômicas. Nota-se que a “vergonha” aqui pode ser entendida pelos sinais distintivos que o espaço demanda: este pode ser encontrado numa simples peça de roupa. Mais uma vez nos revela Dodó numa conversa informal: “as pessoas que vem aqui, são aquelas que vivem melhor, que se vestem bem. Nas férias vem aquele pessoal que estuda fora”. Como se percebe, nesse espaço de relações e convivência existem outras marcas de distinção social. Ou seja, todo espaço é um produto socialmente construído, no caso de Nova Iorque e especificamente nesse ambiente, isto assume uma dimensão que radicalmente estabelece os elementos simbólicos de distinção e “segregação social”.

Continuemos com nosso passeio. Ao Norte da grande fica o prédio da Prefeitura Municipal. Principal centro administrativo da cidade, o prédio ainda aglutina em suas dependências todas as Secretarias Municipais. Chama atenção, ainda, para o fato de que neste, também, funciona a sede do poder legislativo do município. Nesta disposição dos prédios dos poderes constitucionais local, presumi-se que o embeijamento político ultrapassa a ordem da disposição física. Sem pretendermos ser generalista, no universo político das pequenas cidades do interior do Maranhão, raríssimas são aquelas em que os prefeitos não contam com o apoio incondicional da maioria dos vereadores, sendo a oposição quase virtual. Em conformidade com as regras do jogo de dominação política local, o poder legislativo cumpre com sua “funcionalidade mediante uma ordem defunta, cuja simulação preserva um equilíbrio ‘dialético’ do conjunto”.²¹² A problemática vai mais além, e em cidade de pequeno porte como é caso de Nova Iorque, é prática comum os prefeitos não morarem nas mesmas, vindo a esta somente em períodos de pagamento dos salários dos funcionários, isso sem contar às vezes que atrasam. Sendo assim, raro também são às vezes que os vereadores se reúnem numa sessão para deliberar alguma medida que atenda os anseios da coletividade. A esse respeito comenta Seu Leão:

²¹² BAUDRILLARD, Jean. A troca simbólica e a morte. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 76.

A política de Nova Iorque, eu vou lhe explicar. Aqui é uma política baixa e só ajeita quem é do partido dele (do Prefeito), quem não é do partido, é o caos, é o caos. Este prefeito que entrou, vai fazer quatro anos em dezembro, ele nunca fez uma barra de sabão dentro de Nova Iorque. Aliás, ele nem mora aqui e vive pra São Luís, porque botou os filhos pra estudar pra lá... Vereador aqui num existe, a maioria apóia essa safadeza. Difícil é ter uma sessão na câmara. Logo a Câmara fica dentro da prefeitura, então você já viu. Como é que a cidade vai pra adiante? Não vai!²¹³



Prédio da Prefeitura Municipal de Nova Iorque

Seguindo em linha reta, à Oeste da praça fica a Escola Municipal Senador Neiva, uma das duas existentes em Nova Iorque. O nome que a mesma ostenta é em homenagem há um dos membros da tradicional família local, que em épocas passadas exercia o domínio político. Deste lado também está localizada Igreja Católica. O templo é devotado a Santo Antônio, que também é o padroeiro da cidade. Ao longo dos depoimentos dos nossos interlocutores um fato foi-nos chamando atenção. Mesmo em se tratando de uma sociedade cuja maioria se diz católica, onde os desígnios da religião ainda se revelam orientadores da vida das pessoas, o modelo arquitetônico da nova Igreja, sucinta forte motivos de descontentamento entre os moradores, sobretudo os mais velhos. O que para os arquitetos era visto como os traços de uma estética moderna,

²¹³ Seu Leão, 88 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 04/04/2008. Durante a realização do nosso trabalho de campo, nas três vezes em que estivemos na cidade, ao procurarmos o prefeito éramos sempre informados que se encontrava viajando para São Luís. Obviamente que as respostas vinham sempre acompanhadas das explicações de que o mesmo tinha viajado a trabalho. Todavia, ressalta-se ainda, que por coincidência ou não com o dia do pagamento municipal, em uma destas viagens ficamos sabendo o que o mesmo encontrava-se na cidade, no entanto, não foi possível agendarmos uma entrevista.

arrojada, na interpretação dos nossos interlocutores o novo templo religioso se revela feio, esquisito, “uma marmota cheia de pau”.

Assim narra Dona Maria Alice este descontentamento estético:

Na cidade velha tinha uma igreja muito bonita, com uma torre grande. Era lindo ouvir os badalos dos sinos. Essa aí foi os engenheiros que fizeram. O povo nem gostaram porque é cheia de pau, cheia de coisa. A última coisa que eles fizeram nesta cidade foi esta Igreja e ainda fizeram desse jeito. Ela dar as aparências de um ganso.²¹⁴

O depoimento do Seu Pedro também é bastante revelador desse descontentamento com a nova estética da Igreja católica:

Quando a cidade encheu, a última a cair foi a Igreja, a torre que era muito alta. Era uma Igreja linda, grande, muito bonita mesmo. Quando tava enchendo olhei pra torre e disse: isso aqui vai acabar. Aí quando mudou pra essa cidade, eles fizeram uma marmota que só tem pau, tiraram uma planta de uma Igreja que eles acharam não sei aonde, no inferno da pedra.²¹⁵



Igreja de Santo Antonio da Nova cidade.

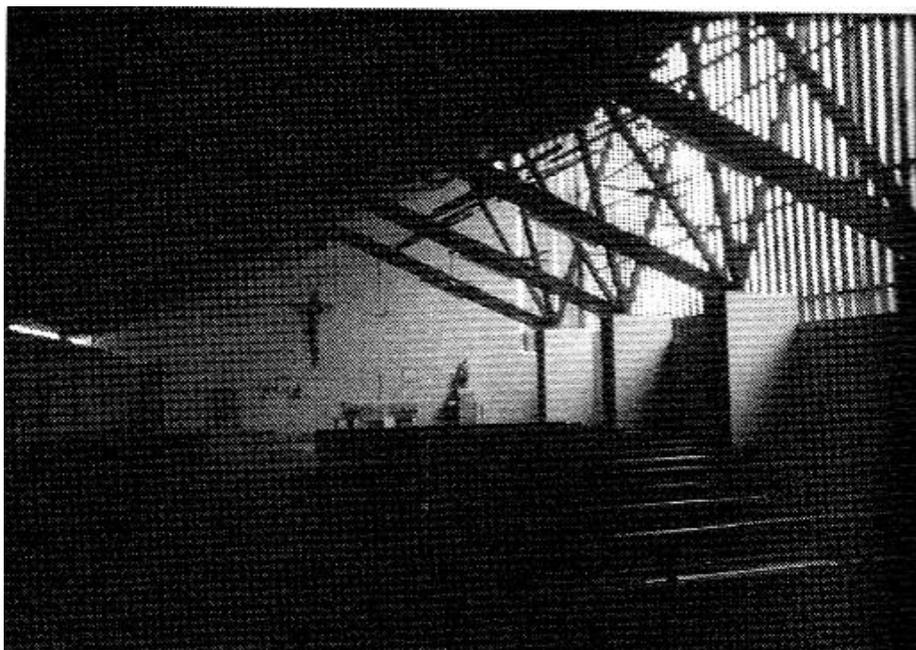
Mesmo não aceitando a nova e “moderna estética arquitetônica” do templo religioso, não significa dizer que a fé e a devoção dos moradores ao Santo padroeiro da cidade foram abaladas, muito menos que os fiéis tenham deixado de freqüentar as

²¹⁴ Dona Maria Alice, 82 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 04/04/2008.

²¹⁵ Senhor Pedro, 80 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 20/02/2005.

missas. Ressalta-se, ainda, que em Nova Iorque, além da Igreja católica, em perímetro mais afastado da praça existem outros templos religiosos pertencentes às igrejas protestante, pentecostais e neo-pentecostais: uma Igreja Batista, uma da Assembléia de Deus e uma da Universal do Reino de Deus. Ao indagarmos uma das nossas interlocutoras se na “cidade velha” existiam igrejas protestantes, e se com a presença dessas na “nova cidade” e o descontentamento com a estética do novo templo, o número de fiéis católico havia diminuído, Dona Mariquinha nos responde:

Lá (na cidade velha) era católico, tinha o povo crente mais era muito pouco, não tinha igreja. Agora aqui tem: a católica, a Assembléia de Deus, a Batista e a Universal. Mais os crentes aqui não derrubam católicos não. Porque quem confia nele (Deus) não cai. Esse problema de imagem, isso não vale nada, você pode até ter imagem, as imagens não faz mal a ninguém, apenas estão representando os santos, né? Eu também num gosto desse modelo da Igreja que eles fizeram... Sou do tempo que Igreja tinha aquela torre grande, com aquele sino grande que quando batia toda cidade ouvia. Agora, num é porque eu acho que a Igreja é feia, esquisita, cheia de pau por dentro que vou deixar de acreditar nas coisas de Deus...²¹⁶



Interior da Igreja

Vamos prosseguir com nosso passeio em direção à outra metade da cidade: o lado leste. Aí se concentra um espaço de lazer para população que é a única quadra poliesportiva de Nova Iorque. Um pouco mais adiante, encontra-se a única Escola Estadual:

²¹⁶ Dona Mariquinha, 93 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/02/2005.

Unidade Integrada Amália Neiva, onde funciona o ensino médio. O nome da mesma é em homenagem à primeira professora de Nova Iorque. Conforme as informações dos nossos interlocutores, em outras épocas os filhos das famílias mais pobres eram obrigados a interromper seus estudos por não existir escola do antigo segundo grau que atendesse os mesmos: “Estudava era em Teresina ou Floriano. Nesse tempo só quem podia estudar em Floriano e Teresina era quem podia. Os outros, ficavam só num primariozinho e ficava naquilo mesmo. Por essas épocas, o sujeito aprendia só o suficiente pra conhecer algumas palavras”.²¹⁷

Deixando o leste da Praça pela artéria Sul, chega-se ao balneário da cidade. Antes de atingir às margens do lago, o visitante ainda passa pelo único hospital de Nova Iorque, com capacidade para oito (08) leitos. Um pouco mais adiante, do lado oposto do hospital, fica o mercado municipal. Após uma caminhada de quase dois quilômetros, finalmente nos deparamos com a Praia do Caju,²¹⁸ denominação atribuída pelos moradores ao balneário. O espaço serve ainda como atrativo turístico e de lazer da região. Localizado às margens do grande lago da Boa Esperança, aos finais de semanas os moradores costumam vivenciar seus raros momentos de lazer, principalmente os mais jovens que aproveitam estes instantes para paquerar, tomar umas cervejinhas ou mesmo banhar. Em determinada época do ano, mais especificamente no período conhecido por “b-r-o-brós”, torna-se possível verificar a presença de algumas caravanas advindas das cidades vizinhas. Na gíria local, tal denominação significa os meses mais quentes do ano: setembro, outubro, novembro e dezembro, quando os termômetros facilmente atingem os 40°C. No que diz respeito à infra-estrutura da praia, além dos bares, no total de quatro, têm-se uma pousada e quatro chalés. Neste espaço, também se verifica parte das ruínas do matadouro, que à época do planejamento da cidade, em consonância às noções de salubridade fora projetado para ficar nos arrabaldes da mesma. Outro exemplo dessas preocupações com a salubridade é o caso do cemitério, que antes ficava quase no centro da cidade velha, e hoje está localizado na distância de 1 km, às margens da rodovia que dar acesso ao centro da nova cidade.

²¹⁷ Seu Chico Leite, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03/04/2008.

²¹⁸ De acordo com informações obtidas no sítio WWW.portaltransparencia.gov.br, no ano de 2004, fora destinado uma verba pelo Ministério do Turismo no valor de 721.000 reais, para o melhoramento da infra-estrutura e urbanização da Praia, no intuito de criar um pólo turístico da região. Em tempo constatou-se que até o período desta pesquisa, as obras de melhorias da infra-estrutura e urbanização encontravam-se paradas.



Praia do caju. Ponto turístico e de lazer de Nova Iorque

De acordo com o relatório Multi setorial da COHEBE, o projeto arquitetônico da Nova-Nova-Nova Iorque estava voltado para difusão de “elementos de uma cultura moderna” em conformidade à racionalidade urbanística. Noutras palavras, esta nova disposição física é entendida pelos planejadores como um espaço propício para a divulgação de novos valores. Do ponto de vista técnico, a cidade e suas novas regras sociais imprimem uma leitura do universo dos moradores na medida em que lhes impõem uma visão de mundo entendida como “civilizada”. As imagens da velha cidade aparecem como sinônimo de atraso, de modos rudes, supersticiosos. Assim essas diretrizes visam impor um modelo de convivência construído a partir de múltiplas coerções, específicas de cada sociedade e que surgem quase sempre associadas a uma concepção de uma ordem de poder inscrita sobre o corpo do outro.

O aproveitamento dessas novas circunstâncias indicava que o planejamento físico deveria ser concebido como incentivo à modernização.

Segundo esta diretriz, coube em momento oportuno ao desenvolvimento, introduzir ali elementos de uma cultura moderna, de modo a influenciar favoravelmente uma mudança na escala de valores das populações – seus hábitos, atitudes, tradições e modo de viver na cidade.²¹⁹

Ainda em conformidade à planta original do projeto de urbanização, os planejamentos de arquitetos e engenheiros, cada perna do X corresponderia às

²¹⁹ Relatório do programa multi setorial, Recife: COHEBE, 1965/1968. p. 39.

determinações racionalistas dos espaços, de modo que a mesma ficasse dividida em duas metades e cujas casas fossem distribuídas em suas respectivas quadras (1, 2, 3, 4). Há que se esclarecer, no entanto, que tal modelo arquitetônico e urbanístico tomou por referência os milhares de conjuntos habitacionais construídos no decorrer dos governos dos militares. Como já foi dito anteriormente, o planejamento físico da “nova cidade” deveria ser concebido como um incentivo à modernização, transformação dos hábitos e modo de viver da população. Mais do que isso, esta nova disposição do espaço visava promover a eliminação da “rígida estratificação de classe social” existente na velha Nova Iorque, de modo que ricos e pobres pudessem constituir “novas vizinhanças... Relações sociais mais amplas e menos discriminadas”.²²⁰

Na tentativa de romper com os laços da velha ordem urbanística denotando a posição social de cada família, as contradições e paradoxos se fazem presente no próprio plano diretor do projeto de urbanização. Ainda que em relação aos traços arquitetônicos da velha cidade tenha ocorrido uma significativa transformação na estrutura da “rígida estratificação de classe social” dantes existente, pode-se dizer que o próprio projeto do espaço físico tratou de preservar os elementos de distinção tão cultuados anteriormente. Os padrões das casas entregues as famílias mais ricas, em tudo se diferencia das famílias mais pobres. De qualquer forma, assevera-se que tais propósitos não obtiveram os resultados almejados, que eram de promover relações sociais menos discriminadas. A suposta distribuição aleatória das casas obrigando pessoas de distintas condições socioeconômicas coabitarem no mesmo espaço, favoreceu a emergência dos conflitos, ainda que latentes. Um dos elementos que desencadeou e ainda desencadeia este velado conflito, se dá justamente pela realocação das pessoas pobres que antes habitavam na zona rural. Mais do que isso: a questão principal que serviu como motivação para o descontentamento das pessoas de posse foi o fato destes moradores ganharem uma casa em padrões semelhantes às que eles receberam. A esse respeito Seu Marcondes narra: “... Lá tinha muita gente pobre. Gente que tinha uma casinha de palha, só coberta de palha por cima e vinha aqui olhar a casa que ela ia ganhar ficava maravilhada. Agora, quem tinha as coisas, aí não gostava pelo apego as coisas ou suas raízes e ou pelo apego material simplesmente”.²²¹ Na visão de mundo do Seu Marcondes as pessoas sem posse são apresentadas como desprovidas de

²²⁰ Relatório do programa multi setorial, Recife: COHEBE, 1965/1968. p. 28.

²²¹ Seu Marcondes, 64 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 08/05/2006.

“raízes”. Ser pobre é um fator que os qualificam como desapegados as suas origens e tradições. Melhor, pessoas sem esses qualificativos. Para o depoente, ao contrário das pessoas de posse, os pobres nada sentiram com a inundação da cidade velha, como se nada estivessem a perder, pois ficavam “maravilhados” com as casas que iriam “ganhar”.

Seja como for, através do fragmento de lembrança do nosso interlocutor, pode-se depreender a dimensão do conflito. De um lado, tem-se a visibilidade dos pobres que ficaram “maravilhados” com a construção da nova cidade diante da possibilidade de ganharem uma casa própria e deixarem a condição de agregado e a submissão aos fazendeiros donos das terras; do outro lado, encontravam-se os ricos, que além de perderem seus bens materiais, se vêem diante do incômodo de dividirem o mesmo espaço citadino com pessoas que dantes nada tinham e viviam sob sua tutela. Nesse sentido, na lembrança de muito dos nossos interlocutores, a construção da nova cidade foi melhor “pros pobres” que ganharam uma casa de alvenaria. Os fatores materiais surgem como elementos que servem para mensurar os sentimentos de perdas e ganhos, de apegos e desapegos, de sentimentos das tradições. Do ponto de vista das pessoas que na velha cidade ocupavam uma posição economicamente diferenciada, que tinham posses, habitarem na nova cidade é como se fosse um retrocesso social, já que estas teriam que comungar lado a lado do mesmo espaço com pessoas, cuja estrutura social dantes vigente tornava-se esta relação de vizinhança impossível. Daí porque na interpretação desses habitantes para “os pobres foi melhor”. Quanto a este aspecto é o Seu Chico Leite que nos conta:

Os que não sentiram mesmo com esta mudança foram os que não tinha nada, esses não sentiram muito não. Não tinha uma casa, tinha era casa de palha e vieram para uma casa boa. Não tinha um lote, as terras que eles plantavam tinha que pagar, arrendar. Tinha os que arrendavam e tinha os que não pagavam. Moravam no mato, quando não nos arredores da cidade. Todos que vieram pra cá ganharam um lote para trabalhar e com uma casa boa: com água, luz, esgoto, madeira serrada e tudo. Casa de alvenaria e lá era com uma casinha de palha. Então, pros pobres foi melhor.²²²

O depoimento do Seu Leão também segue nesta direção:

Se não estou enganado, me parece que eles construíram setecentos e tantas casas. Agora, só quem ganhou com isso foi o povo pobre, porque não tinha uma casa pra morar. Só tinha era aquele **chiqueiro de palha** e ganhou uma casa nova. Agora, quem tinha casa, não. Eles deram... Se tinha uma casinha velha de palha, dava uma casa de telha, de tudo. Pra cá veio muita gente que morava no mato, que nem tinha casa. Aqui ganhou casa boa. Nessa cidade

²²² Seu Chico, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03/04/2008.

misturou todo mundo... Aquela vizinhança que tinha antes não tem mais, foi cada um pra um lado. ²²³

A partir dos depoimentos dos nossos interlocutores as questões são direcionadas para um ponto em comum: ou seja, com o processo de construção da nova cidade de Nova Iorque, somente os pobres saíram ganhando. Dessa forma, os conflitos ultrapassam as questões materiais e se duplicam no campo do social. Mas do que o fato dos pobres terem ganhado uma casa de alvenaria, o incomodo se revela por terem ricos que habitar na nova cidade tendo por vizinhos os pobres que antes só tinham um “**chiqueiro de palha**”. A questão vai mais além: a disposição do espaço físico e social da nova cidade que acolhe a presença dos pobres no seu interior, rompe com uma ordem rigidamente estabelecida na velha cidade e expressa o descontentamento das famílias e dos grupos dominantes, que antes os mantinham sob um regime de submissão. Pierre Bourdieu, analisando os conflitos sobre “O espaço dos pontos de vista” da aproximação das diferentes “pessoas que tudo separa” e que são obrigados a coabitarem em um conjunto habitacional, “seja na ignorância ou na incompreensão mútua”, mediante as mais antagônicas visões de mundo, afirma que:

Para compreender o que se passa em lugares que, como os “conjuntos habitacionais” ou os “grandes conjuntos”, e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social. ²²⁴

Nesse sentido, não restam dúvidas que o planejamento do espaço físico e social da nova cidade provocara transformações no que diz respeito às estruturas da “rígida estratificação de classe social” mantida por meio das relações de vizinhança estanques na antiga Nova Iorque. Por outro lado, mesmo não havendo uma completa e menos discriminada relação entre os novos vizinhos, conforme objetivava os planejadores, a

²²³ Seu Leão, 88 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 04/04/2008. Na zona urbana da velha cidade existiam 236 residências. Dentre estas, 7 eram totalmente de alvenaria, 33 de adobe e taipa com coberturas de palha, 31 totalmente de adobe, 81 inteiramente construídas de palha e 84 com paredes confeccionadas de adobe e alvenaria. 122 casas cobertas com telhas e 114 com palhas. 119 tinham o piso totalmente de chão batido, 37 com chão batido e ladrinhos e 80 com ladrinhos fabricados na própria região. Na cidade a COHEBE entregou 327 unidades residenciais.

²²⁴ PIERRE, Bourdieu. O espaço dos pontos de vista. In. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 11.

distribuição das casas novas realizada de maneira supostamente “aleatória” exigiu dos moradores um novo processo de socialização. O fator que inicialmente influenciou para latência do conflito que dificultava a constituição de novos laços de vizinhanças, como já indicamos, foi à realocação dos moradores que antes habitavam na zona rural, para a sede do município.²²⁵ Numa sociedade cujo espaço de cada grupo era rigidamente demarcado, transpor esta fronteira está além da racionalidade urbanística. O novo projeto urbano e a disposição do espaço por quadra, também provocou significativa modificação no modo de ver e vivenciar a cidade. Ou seja, a identificação das ruas, antes feitas por seus respectivos nomes, foi um dos fatores de transformação já que agora elas são classificadas por números e quadras. Ainda hoje é possível se verificar que alguns moradores encontram dificuldades quanto à localização oficial das ruas. Por outro lado, o mapa da cidade é reinventado mediante uma lógica própria e que atende as referências locais. Desse modo, os espaços passam a ser identificados pelas redes de relações constituídas: rua onde mora fulano de tal, perto da casa de sicrano, o comércio de beltrano, pois “o espaço é um lugar praticado”. Para além das determinações geometricamente definida pelos urbanistas a rua passa a ser “transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito”.²²⁶ Inicialmente, outro fator de estranhamento e dificuldade para os moradores era o de se localizarem e identificarem suas próprias residências. Nessa perspectiva, o depoimento do Seu Pedro é modelar:

Tinha neguinho que não acertava nem com a casa. Ele chagava e entrava na minha, entrava na casa do outro, todo perdido sabe? Principalmente aqueles que vieram do mato e num tinha casa. [...] Moço foi uma verdadeira calamidade! A gente não sabia o que fazia, a gente não sabia trabalhar, num sabia se movimentar em nada, a gente não sabia nem pra onde ia [...] Por quase quatro meses, todos os dias a gente ia pra praça e ficavam todos zanzando de um lado para o outro. Não tinha nada pra fazer, não sabia fazer nada, ficamos feito fantasmas fazendo assombração [...] A morte de Nova Iorque foi essa represa.

Nessa mesma direção, o depoimento de Dona Maria do Carmo, por sua vez, conta fragmentos de suas memórias a respeito desta falta de perspectivas, do estranhamento diante do novo que deixou as pessoas “sem rumo” e das implicações da divisão da cidade por lote:

²²⁵ Os moradores dos pequenos povoados de São José e Porto Seguro foram realocados na sede da nova cidade de Nova Iorque.

²²⁶ CERTEAU, Michel. A invenção do Cotidiano – 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 202.

Eu digo sem rumo assim: lá (na cidade velha) a gente sabia o que ia fazer e aqui muitos não sabiam o que ia fazer. Tudo novo, cidade nova, o povo tudo diferente, os matos era lote de fulano, lote de sicrano. Eu digo assim por que lá não tinha esse negócio, aí aqui era lote de fulano. Quando amanhecia o dia, ninguém sabia o que fazer, ficava aquele monte de gente na praça tudo perdido, sem rumo.²²⁷

Através dos fragmentos de memórias dos nossos interlocutores, percebe-se que a transferência das pessoas para nova cidade provocou profundas transformações no cotidiano da população. A noção de espaço tornou-se confusa e se diluiu na nova configuração esquadrihada do urbano. Para os moradores, localizar-se na Nova-Nova-Nova Iorque, identificar os traços que o levaria a própria casa, entre tantas iguais, tornava-se a labuta do dia-a-dia. No novo espaço citadino, todos os sinais de identificação foram apagados, não lhes restaram nada além das lembranças da velha cidade, do velho reboco da parede a desmanchar-se pelo tempo. Diante dos traços do desenho da nova urbe, nada parecia lhes pertencer, tudo lhe era estranho. Até mesmo a casa em que entrava, não tinha certeza de ser a sua. Entrava na casa de um e de outro. A impessoalidade da nova cidade contida nos desenhos iguais das ruas, na uniformidade dos modelos das casas que pouco ou quase nada se distinguia umas das outras, deixam os moradores desorientados. Por cada espaço, por todos os lados, por todas as ruas, surgem às imagens de pessoas “zanzando” de um lado para outro, pois “não tinha nada pra fazer, não sabia fazer nada”. A sensação de vazio, de desorientação são as marcas diante da nova cidade.

Perante o choque da realidade, num misto de dor e alegria, de tristezas e felicidades, de perdas e ganhos, do novo sem o velho, os moradores “não sabia o que fazia... não sabia trabalhar... não sabia se movimentar em nada... não sabia nem pra onde ia”. Adaptar-se à nova vida é mais do que uma questão de tempo demarcado pelo calendário, afinal foram quase quatro meses para retomar a rotina. Assimilar novos valores, reinventar outros hábitos compatíveis aos modos de se viver em outro modelo urbanístico deixam marcas das feridas que nunca cicatrizam. Para nossos interlocutores, rememorar as transformações e as mudanças causadas no curso de suas vidas é como esgravatar uma chaga aberta que deixa sangrar as dores da lembrança dos tempos de outrora. Como diz Henry Rousso: “a história da memória tem sido quase sempre uma história das feridas abertas”.²²⁸ Neste caso específico, os ganhos materiais não se

²²⁷ Dona Maria do Carmo, 75 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 12/05/2006.

²²⁸ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 95.

revelam suficientemente duradouros para apagar as marcas da tristeza, da dor, do desespero de quem viu uma parte da vida se esvai por água abaixo diante da promessa da **Boa Esperança**.

Nesse universo de transformações e novidades creio que desnecessário seria dizer que para a maioria dos moradores, em determinados aspectos, sobretudo ao receberem uma casa, estas mudanças significaram ganhos nunca antes imaginados. Refiro-me principalmente àqueles que viviam na incerteza das constantes ameaças de serem atirados no “olho da rua”, de ter que deixar as terras dos grandes proprietários. Por outro lado, mesmo para estes a submersão da velha cidade significou momentos de dores e tristezas para sempre gravado na memória. Nosso mergulho na memória é uma tentativa de trazer a superfície toda uma subjetividade e sua carga de significados que vão além das interpretações dos significados dos fatos objetivos. É nesta trama de significados que as diferentes interpretações adquirem as feições de uma colcha de retalhos construída pelas lembranças dos diferentes atores sociais. A sensação de chegar à cidade era a de transitar pelo desconhecido, de perder suas habilidades, de habitar no vazio, de serem arrastados por um turbilhão de novidades de um frenético vagar pelas ruas: “feito fantasmas fazendo assombração”. Estes são os sentimentos e as sensações que afloram nas interpretações das lembranças dos nossos interlocutores, diante dos impactos das mudanças. Nesse emaranhado de ruas nunca antes percorridas e da completa falta de perspectiva, todos os caminhos acabavam na grande praça central, tornando-se o ponto de encontro entre os moradores, pois “por quase quatro meses, todos os dias a gente ia pra praça”. Mais do que novas oportunidades e possibilidades de refazerem a vida num novo espaço citadino dito moderno, “a modernidade se revela como sua fatalidade”.²²⁹ Do ponto de vista dos nossos interlocutores, os símbolos do moderno professados pelos técnicos da Boa Esperança, se revelam por intermédio das imagens que significam os contornos de uma “verdadeira calamidade”, pois “a morte de Nova Iorque foi essa represa”.

No que diz respeito ao que era anunciado pelos técnicos, um dos objetivos do planejamento racional da cidade seria o de promover significativas mudanças na estrutura de classe social, no entanto esta fora praticamente inalterada. Como já mencionamos, os traços do projeto original da nova cidade mantiveram os modelos de

²²⁹ BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 93.

distinção social. Senão em sua totalidade e na mesma rigidez dantes existente, ficam evidentes nas construções, distribuições e localizações das casas, em que se demonstra nas mesmas disponibilidades e semelhanças aos padrões sócio-econômicos e simbólicos disposto anteriormente na “cidade velha”. Sendo assim, o que era apresentado pela companhia não passava de estratégias retóricas de convencimento dos moradores em aceitarem as mudanças previstas. Os modelos e padrões de construção das residências atenderam a três tipos de classificação distinta. As casas que foram destinadas às famílias de maior poder aquisitivo e político, são classificadas como de tipo A. Estas não apenas são maiores, com quatro (4) quartos, mas também conta com o privilégio de ficarem localizadas em torno da grande praça da cidade, emitindo assim os sinais de distinção social e econômica como já assinalamos. As consideradas intermediárias, entendidas como casas mistas AB, eram de três (3) quartos e estavam destinadas em atender ao público, que no universo local, podemos classificar de classe média; e finalmente as casas de tipo C, com dois (2) ou um (1) quarto, pertencentes à grande maioria dos desprovidos de posse e que ficaram localizadas nas margens da cidade, distante da praça central:

Diz que era assim: o tipo A era grande, a casa grande, tinha delas que tinha quatro quartos. AB é da minha, é mista, e as C era aquelas que... era boa, mas era pequena, dois quatinhos. Era separado. Era casa de rico, dos mais ou menos e dos pobres. Outra coisa: aqui não é rua, é por quadra, lá era rua. Têm quadra um, dois, três e quatro. Tem os tipos das casas, porque casa A são as maiores, a B é mais ou menos e as C são as menores. Mais era tudo com aparelho (sanitário), limpinhas, com porta, chave e tudo.²³⁰

A diferença não se faz notar apenas no tamanho, na localização. As chamadas “casa de rico” foram arquitetadas e edificadas por diferente construtora. Estas eram no total de 12 e foram erguidas pela Soares Leônidas..., o restante ficou a cargo da Pereira de Carvalho. Desse modo, mais do que uma simples contratação de duas empreiteiras voltadas para os atendimentos e privilégios diferenciados, chama atenção o fato de estas doze unidades serem construídas em padrões que denotavam melhor acabamento, localização privilegiada, números de cômodos maiores e protegida por muros. Estes sinais distintivos baseados nas construções das casas por diferentes empresas, aparentemente podem parecer insignificantes, no entanto, no universo local da Nova-Nova-Nova Iorque, está carregado de significados e que podem ser visualizados no depoimento do Seu Leão:

²³⁰ D. Mariquinha, 92 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/05/2006.

A Maroquinha, esta minha senhora, a casa dela era daqui lá (comparando o tamanho da casa), mas só que eu não quis. Aí ela brigou com elas (as assistentes sociais), porque a gente não ia receber uma casinha sendo que a nossa era grande e ficava no centro da cidade. Aí elas deram essa aqui. Aqui só tem doze casas dessas, só doze. Agora, as outras são da COHEBE, essa aqui foi a Soares Leônidas que fez. Elas são maior e melhor planejada. São doze dessa: a do Bernadino, a do Ribamar, do Firmino Leite, do Antônio Neto, do Enoque, do Evaldo, do Zé Lopes, do João Luís, do Rafael, do Joana Freire, eram só doze casas, agora essas outras eram todas da COHEBE, do povo mais pobre.²³¹

Como podemos entrever, as doze casas citadas pelo nosso interlocutor adquirem seu valor simbólico por terem sido construídas exclusivamente por outra empresa, denotando assim um sinal de diferenciação em comparação ao restante. Mais do que isso: nosso interlocutor não só enfatiza a diferentes empresas, como também cita as pessoas que representam uma posição de maior prestígio na cidade e que receberam suas casas em padrões privilegiados, reforçando simbolicamente os sinais de distinção social. De acordo com as informações dos moradores, a companhia advogava que os critérios adotados para distribuição das novas residências, supostamente levaria em consideração o número de moradores existente em cada família, independentemente da posição social. Na prática o que se percebe é o contrário do que era anunciado. A pretensa aleatoriedade da distribuição das residências seguiu os critérios e padrões sócio-econômicos que atenderam as classes sociais dominantes. Mesmo em se mantendo os privilégios dos mais ricos, pode-se dizer que ocorreram mudanças na estrutura de vizinhanças dantes existente na velha cidade. Na reconfiguração do novo espaço urbano, para a maioria dos habitantes ocorreu significativa modificação nas relações de vizinhança. Conforme nos conta Seu Pedro:

Com essa mudança, houve uma transformação das pessoas do local da cidade que era muito bom, tudo junto. Mas, o pessoal não é mais aquele povo... tem um acolá, láááááá... quando dar saudade eu vou lá. Agora, o filho de uma égua nunca vem aqui, de jeito nenhum. Tem um outro, irmão dele, o Cícero, que mora do outro lado da cidade, que nós tava com mais de dois anos que não se via, morando na mesma cidade... E moramos não sei quantos anos juntos, ia pra festa junto, bebia cachaça junto. Agora fica um pra lá e o outro pra cá. Eu também não vou na casa daquele felá-da-puta.²³²

Vendo as coisas por esse ponto de vista, os traços arquitetônicos destas construções são bastante reveladores, pois denota um princípio que organiza a estrutura local e adquire a conotação de um sinal distintivo, provocando modificações nas redes de sociabilidades dantes existentes. Seja como for, os espaços físicos e sociais da Nova-

²³¹ Seu Leão, 88 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 04/04/2008.

²³² Seu Pedro, 80 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 20/02/2005.

Nova-Nova Iorque seguiram os traçados que procuravam atender os rígidos critérios de planejamento urbanísticos em conformidade com divisão de áreas pré-estabelecidas pela cartografia da cidade e pelas as diretrizes dos planejadores. Não levar em conta as relações de vizinhança existentes anteriormente ao realocar a população na nova urbe, também denota uma preocupação normativa do corpo social. Como diz Certeau, “... o espaço geométrico dos urbanistas e dos arquitetos parece valer como o ‘sentido próprio’ construído pelos gramáticos e pelos lingüísticos visando dispor de um nível normal e normativo ao qual se podem referir os desvios e variações do ‘figurado’”.²³³

Os princípios normativos do projeto vão além do modelo de urbanidade previamente estabelecido. Arelado a este conjunto de normas, se encontravam as preocupações higiênicas em conformidade com os patamares compatíveis com os modos de comportamentos de uma cidade dita moderna. Para os técnicos da COHEBE, este modelo de organização social baseava-se em critérios médicos que seguiam os padrões de higienização desenvolvidos nas grandes cidades, visando com isso proteger a população das doenças, além dos propósitos de promover as regras do bem-viver, orientando o comportamento das pessoas na vida social. A orientação no que diz respeito a estes novos valores e hábitos higiênicos eram divulgados através de palestras, treinamentos e semanas de Educação Sanitária, promovidos pelo setor social em consonância com a equipe de Saúde Pública da Companhia:

A programação dessas semanas foi discutida e executada juntamente com o setor social, que cooperou com a equipe de Saúde Pública na motivação e mobilização das comunidades. Os assuntos englobaram os pontos básicos para a Saúde do indivíduo, isto é: Saneamento ambiental, Higiene (pessoal e habitacional), Alimentação, Imunização e os aspectos sociais que influem na saúde individual e coletiva.

Neste mesmo período, foram promovidos outros tipos de treinamentos para elementos locais. Todos planejados e programados de acordo com as necessidades identificadas em cada localidade, tendo sido a Equipe de Saúde Pública mobilizada para a execução, cujos objetivos eram o de preparar a comunidade, fornecendo esclarecimentos sanitários e técnicos para executarem suas atividades dentro de padrões de eficiência que beneficiassem às populações em geral.²³⁴

²³³ CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. 1, artes de fazer. Petrópolis- RJ: Vozes, 2007. p. 180.

²³⁴ Relatório da Programação Multi Setorial COHEBE: Recife, 1965/1968. p. 62.

Para além da ordem de uma racionalidade urbanística que visava orientar e organizar as condições de vida social da nova cidade, tal política pedagógica escamoteava uma sutil, eficiente e econômica forma de controle da população. Essa perspectiva racionalista de noções higiênicas serve como força motriz para se construir a base de apoio que procurava dar legitimidade e justificar a constituição do projeto de urbanização e a ordenação da sociedade mediante o controle da administração municipal. Parafraseando Michel Foucault (1979), neste novo e pequeno universo que surge em meio aos seus traços modernos da urbanização, estão embutidos e camuflados as noções de controle da sociedade sobre o indivíduo, pois mais do que o corpo físico e individual é o corpo social e coletivo que passa ser alvo de constante vigilância:

O controle da sociedade sobre o indivíduo não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.

Seguindo as análises foucaultianas, o “nascimento da medicina social”, indica o momento em que esta noção de higiene e controle do corpo social surge em consonância com as estratégias médicas relacionadas aos fenômenos da urbanização e da necessidade de unificação do poder na cidade. Para Foucault, foi a partir deste momento que surgiu a medicina urbana atrelada “... a necessidade... de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado”.²³⁵ Guardadas as devidas proporções entre as transformações urbanas desencadeadas na Paris do século XIX e as ocorridas em Nova Iorque do Maranhão da segunda metade do século XX, o que importa assinalar são os mecanismos de controle do corpo social embutidos no conjunto de noções higiênicas de ambos os casos.

Visto por esse ângulo de observação e seguindo esta perspectiva, os moradores se depararam com o desafio de reconstruir suas vidas de acordo com os novos padrões de sociabilidade que demandavam a adoção de novos costumes sociais públicos e privados. Para tanto, a política de orientação desses novos hábitos e costumes que visavam despertar novos modos de comportamento da população era exercida sob a vigilância dos técnicos da Companhia, causando estranhamentos e conflitos entre estes e os moradores. De acordo com as informações dos nossos interlocutores, ao chegarem à

²³⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 86.

Nova-Nova-Nova Iorque, estes funcionários passaram atuar de maneira mais ostensiva, seja no sentido de orientar os moradores quanto à administração dos recursos indenizatórios ou mesmo de vigiar se estes cumpririam com as determinações exigidas de acordo com o plano diretor do projeto da nova urbe:

Quando eles entregaram essa cidade, acho que ela nem tava pronta ainda. Tinha mato por tudo quanto era lado. Era tudo aberto, os quintal tudo misturado porque num tinha divisão. Nós sabia até onde ficava o nosso, mas era tudo aberto. De modo que o vizinho olhava tudo que acontecia aqui. As moça da COHEBE dizia que num podia cerca de talo que aquilo ia deixar tudo feio... Que nós num podia ter criação, que num podia criar porco, galinha que aquilo ali era uma cidade... Que num podia ter criação. Mais nós criava assim mesmo, porque nós tava acostumado, né!. Eu não digo nem criar um porco, porque esse deixa um cheiro horrível, mais galinha!?! Moço isso aqui foi um fuzuê por conta disso. Onde já se viu num criar galinha no terreiro! Tudo que queria fazer essa moça dizia que num podia porque isso era coisa da cidade velha, que nessa aqui era pra ser diferente. Também os vizinhos às vezes num queria que criasse, que tava errado. Mas com pouco, todo mundo foi criando.²³⁶

As questões elencadas no depoimento de Dona Teresa não se tratam apenas de lembranças individuais. A força da recordação também está ligada à parte da memória coletiva, revelando que o conflito se estabelece quando diante das orientações dos técnicos da companhia, os moradores deveriam deixar para trás antigos valores transmitidos e repassados através da cultura popular ao longo dos anos e que, de agora em diante, seriam incompatíveis com o modo de vida de uma cidade anunciada como moderna. À população cabia assimilar novos costumes, novos padrões que se adequariam aos comportamentos exigidos para se viver na nova cidade.

O que hoje se percebe, no entanto, é que a resistência dos moradores em transformarem seus “velhos valores”, antigos hábitos, ainda se faz presente. Não é difícil encontrar vários animais desfilando pelas ruas da cidade: porcos, cavalos, vacas, bois, que aos finais da tarde costumam ir à praça central fazer seu piquenique diário. Além das galinhas criadas em quase todos os quintais, pois como diz Dona Teresa: “onde já se viu num criar galinha no terreiro”? Mas do que resistências em aceitarem os padrões impostos, as atitudes dos moradores aparecem como práticas cotidianas de reinventar os costumes, pois como diz Certeau: “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”.²³⁷

²³⁶ Entrevista realizada em Nova Iorque com Dona Teresa, 70 anos, em 25/02/2005.

²³⁷ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 38.

A estratégia pedagógica adotada pelos técnicos da COHEBE vai além das preocupações meramente higiênica, moral e social. Associado a estas noções se acreditava que com a construção da “nova cidade”, também se provocaria mudanças na estrutura política existente na “velha Nova Iorque”. Desse modo, as ações promovidas pelo setor social da companhia, se voltavam para a conscientização política da população e soavam como a possibilidade de descentralização e desmonte de um sistema de dominação, cujo poder exercido se concentrava nas mãos dos grandes proprietários de terras, ou seja, os velhos “coronéis políticos”. Estes homens eram donos da quase totalidade das terras do município, e mantinham uma grande parcela da população sob seu julgo. Dessa maneira, sua autoridade era exercida por meio das relações de dependência paternalista, considerando que grande parte do contingente populacional da “velha Nova Iorque” morava na zona rural, principalmente na condição de agregado.²³⁸ Nessa conjuntura política, como se não bastasse toda sorte de exploração que estes agregados eram submetidos, ainda eram obrigados atenderem à convocação do patrão para os mais variados serviços como demonstração de lealdade, sob a pena de ser expulso da terra caso não atendessem os chamados. Outra faceta que se apresenta nesta relação, era que os coronéis tradicionalmente se valiam dos agregados como instrumento de justiça privada. Na ausência do Estado com seu aparato policial, estes homens não só representavam as leis, como as criavam. Segundo Seu Cícero Cerola, se vivia “era no cabresto. Todo agregado teu era obrigado a ir... ou eles mandavam dar uma pisa e botava para fora da terra e ainda era no cipó. Na época, nesse tempo era duro”.²³⁹

Desse modo, o domínio dos grandes proprietários de terras se estendia para outras esferas de influências, sobretudo no terreno da política. No contexto urbano, esta influência se solidificava de acordo com a definição de uma categoria social: os políticos cuja sua origem remetia aos vínculos permanentes com a sociedade rural. Estes grandes proprietários de terras estendiam seus poderes através dos elos que estabeleciam com os pequenos proprietários agrícolas, comerciantes e servidores públicos, ao mesmo tempo em que os mantinham em sua dependência. Conforme nossos interlocutores assim desenrolavam as regras do jogo político na velha cidade:

²³⁸ Segundo os dados da evolução demográfica do município, durante os anos de 1960, a população rural era quatro vezes maior do que a população urbana: 3468 para 769 respectivamente.

²³⁹ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

A política lá na cidade velha era combinada, do candidato até o pequeno eleitor. E tudo que era determinado pelo político o eleitor fazia. Fazia aquela reunião e dizia: vamos fazer isso, vamos eleger fulano e ele vai fazer a mesma coisa que vocês. Tudo era combinado, não era como hoje... Não tinha política. Era só um partido, era só um lado. Só quem mandava era os Neivas.²⁴⁰

Isso num era causo dos coronéis querer humilhar as pessoas. Aí muita gente diz que no tempo chamava até voto de cabresto, eu conheci esse voto de cabresto. O certo era assim, ainda hoje é: se você é agregado meu ou se eu sou sua, na eleição você é candidato e se eu moro na sua propriedade, ta na minha mão que eu não posso votar pra outra pessoa, porque então estou me demitindo das suas terras.²⁴¹

Antonsse tomava a roça do eleitor, que a maior parte era agregado. Se não votasse para o candidato dele apanhava mermo, o eleitor apanhava. Porque se você era candidato, eu era eleitor e eu lhe dizia que ia lhe acompanhar, se você me desse um terno, um sapato ou aquilo outro e você pegava e dava. Pois se descoberto que eu votei pro outro, ia pra pêia. Apanhava mermo e os que não apanhava corria.²⁴²

Nesse sentido, a intervenção dos técnicos da COHEBE através dos programas sociais consistia na formação de cooperativas visando promover a “consciência crítica” no seio da sociedade local. Os objetivos desses programas tinham por finalidades esclarecerem à população da necessidade de mudanças quanto ao exercício do poder político. Para tanto, estimulavam-se a formação de grupos organizados no intuito de provocarem influências nas decisões do governo municipal, sobretudo no que dizia respeito aos interesses da coletividade. De acordo com o próprio relatório de programa multi setorial, em Nova Iorque, o esforço dos técnicos em incrementar a racionalidade e a consciência crítica da realidade política não surtiu os efeitos satisfatórios. Os resultados dessas ações acabaram por se revelar num grande fracasso:

Em ralação à área urbana de Nova Iorque, devido à combinação de vários fatores (com um tempo de atuação dos técnicos mais reduzido relativamente à Guadalupe), o nível de consciência crítica e responsabilidade comunitária permaneceu baixo. Apenas 11% da população se atribuiu a responsabilidade de participação na solução dos problemas locais e 89% ainda consideravam que ao governo municipal cabia resolvê-los diretamente. Isto decorreu em grande parte do fato de que em Nova Iorque a interpretação do planejamento físico se restringiu muito ao atendimento de necessidades individuais sem enfatizar o trabalho com grupos em função do processo de conscientização. Numa fase próxima à transferência da população foram reorientadas as atividades dos técnicos sendo que os efeitos advindos disso não puderam ser constatados devido ao curto espaço de tempo.²⁴³

Dessa forma, no que diz respeito à independência social da maioria da população que vivia na zona rural e na condição de agregado, sob as constantes ameaças de serem

²⁴⁰ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 05/04/2008.

²⁴¹ Dona Francisquinha, 73 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 24/02/2005.

²⁴² Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

²⁴³ Relatório do programa multi setorial. Recife: COHEBE, 1965/68. p. 29.

expulsas das terras mediante uma boa pisa, não restam dúvidas que as ações da COHEBE obtiveram resultados satisfatórios. Por outro lado, quanto ao desmonte da antiga estrutura de poder político local, este permaneceu concentrado nas mãos das famílias tradicionais, que conservou as mesmas relações de dependência dos mais pobres, que ganharam uma casa, mas a situação econômica em nada alterou. Na nova cidade de Nova Iorque, as relações de força são mediadas por intermédio de outros mecanismos de dominação. Embora se tenha desmontado as práticas do mandonismo ancoradas nas ameaças de expulsão, nas surras, estratégias que davam sustentação e legitimidade nas relações de poder no âmbito local, mantiveram-se as relações de trocas sustentadas pela dependência dos mais pobres. Dito doutra forma, o processo político posterior a construção da nova cidade, muito conservou das características da estrutura de mando, dentre elas, o mecanismo de utilização clientelista da prefeitura como vínculo de relação e dominação com a sociedade local. O poder se estabelece e se mantém nas relações de trocas de favores pessoais, estratégias em que o poder político local se revela como um eficiente instrumento de mando, dependência e dominação social. Conforme nos narra Seu Pedro,

Agora nesta cidade, tem um prefeito que já foi prefeito não sei quantas mil vezes que é um cara muito bom, muito popular, muito caridoso. Ele é tão bom que não presta. Vou lhe explicar por que. Por que se o sujeito ta com fome vai lá e diz: João Luís, lá em casa não tem nada pra comer. Aí ele diz: pega esse vale em quitanda tal. Aí ele leva um alarme de coisa e toda semana ele não vai trabaíá, vai é beber cachaça na rua. Outro diz: ai João Luís, me acode pelo amor de Deus, que eu comprei uns move no Paraíba e a prestação chegou e eu não tenho um tostão. Aí pega o carnê e paga, o sujeito não vai trabaíá para pagar aquela prestação. Compouco chega outro: ai João Luís, meu menino ta lá em casa e o médico disse que ele ta com desinteria e passou este remédio. Vai na farmácia e pega. Outro diz: João Luís, lá em casa o bujão de gás acabou, hoje ninguém num come. Vai no Abrão buscar o bujão de gás. Tudo dele é desse jeito, dando tudo. Aí ele presta. Pra mim, a ruindade dele é de dá tudo pro povo.²⁴⁴

O exemplo do micro-poder político existente em Nova Iorque, narrado por nosso interlocutor, aponta na direção macro de uma importante questão existente na grande maioria das pequenas cidades do interior do país, especificamente no Maranhão. O depoimento do Seu Pedro deixa entrever os traços de um quadro de domínio político montado nas prefeituras e exercido por um grupo minoritário, mediante suas práticas de favores e de relações pessoais, clientelística e paternalista, por que não populista. Nesse sentido, não seria nenhum absurdo dizer que o problema que parece residir nas questões que atravancam o “gigante deitado eternamente em berço esplêndido” não está nestes ou

²⁴⁴ Senhor Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

naqueles homens sentados em gabinetes ainda mais esplêndidos do Planalto Central, vai mais além. A questão basilar parece se localizar principalmente nos governos municipais. No caso específico de Nova Iorque, o poder político esteve por muitos anos concentrado nas mãos do grupo de aliados comandado pelos Neivas, tradicional família de políticos do Estado, da região e da cidade. Conforme revela Neiva Moreira em seu livro de memórias: “os amigos chamavam nossa região de ‘Zona Neiva’ e os adversários de ‘Feudo Neiva’”.²⁴⁵

Na atual Nova Iorque, com o desmonte da “Zona ou do Feudo Neiva”, o poder político passou a concentra-se nas mãos de um novo “Senhor”: o supracitado ex-prefeito João Luís. De acordo com as informações dos nossos interlocutores, há pouco mais de duas décadas, este se alterna entre um mandato e outro à frente da Prefeitura.²⁴⁶ Ainda segundo as informações reveladas pelas bocas miúdas, João Luís iniciou-se na carreira política pelos meios mais comuns neste universo de dominação. Ou seja, a dinâmica do processo consiste em primeiro se aliar com os grupos que mantêm as rédeas do poder, para só então desferir a cartada final, que é alijar os velhos dominadores. Desse modo as disputas política pelo poder acontecem na esfera intra-oligárquica, já que a “organização da dominação regional, a oligarquia sempre defendeu posições de centralização política, nunca se deixando levar por noções de descentralização de cunho municipalista”.²⁴⁷ Soma-se ainda neste jogo de dominação e “renovação do poder”, o descontentamento popular. De acordo com nossos interlocutores foi seguindo esta lógica do jogo político local, que o ex-prefeito João Luís e atual chefe político da cidade, contou com o apoio dos Neivas em sua trajetória política. Hoje, combatem em diferentes trincheiras. Como diz Seu Chico Leite, “mudou-se os anéis, mas os dedos são os mesmos”.²⁴⁸ As estratégias de dominação da estrutura política da cidade consistem nas prestações de pequenos favores a alguns moradores, sobretudo os mais pobres, pela autoridade máxima do município: o prefeito.

Esses pequenos atendimentos individuais, como um “bujão de gás”, o pagamento de uma prestação atrasada, um remédio para cura de “uma desinteria” e outros de caráter pessoal, no universo local adquire outra conotação e significado. Mas do que um

²⁴⁵ MOREIRA, Neiva: O pilão da Madrugada. Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro mundo, 1989. p. 16.

²⁴⁶ A título de exemplificação ressalta-se que o atual prefeito da cidade, Carlos Gustavo Ribeiro Guimarães, 23 anos, eleito nas últimas eleições, é filho do atual “chefe político” da cidade: João Luís.

²⁴⁷ REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. São Luís: [s/n], 2007. p. 210.

²⁴⁸ Seu Chico, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03/04/2008.

ato de “bondade”, de solidariedade, esses pequenos favores fazem parte de um conjunto de estratégia típica do paternalismo político tido como indispensável dentro do jogo da representação do poder local. Nesse cenário, a imagem do bom político está associada à prestação destes atendimentos individuais, relegando ao segundo plano o bem questões de interesse da coletividade. Como toda dádiva exige retribuição é no momento das eleições que se cobra o retorno. É através do voto que a dívida é sanada por seus devedores, conforme nos revela dona Francisquinha:

João Luís é o melhor prefeito do mundo. De fato ele é um prefeito muito bom, mas não é nada bom que você vai se viciar na minha casa e eu na sua. O povo daqui acha ele bom por isso. O povo gosta do João Luís por unanimidade. É ruim porque você é empregado e se você quer ir pro trabalho você vai, se não quiser não vai, não dar importância. Você vai quando bem quer, quando tem vontade, isso pra mim não é boa administração. Outra: vicia as pessoas. João Luís me dá um quilo de açúcar, vai tirar na quitanda de fulano. Me dá um bujão de gás, vai na quitanda de beltrano. Fazer isso pra mim não é modo de administração. Por outro lado, quando que é na hora da eleição essas pessoas tem por obrigação votar nele ou no candidato dele. E assim a coisa vai passando. Eu prefiro que me arrume um emprego, pois assim posso comprar o que preciso, ao invés de ficar pedindo e não ter a liberdade pra escolher.²⁴⁹

Seja como for, quarenta anos se passaram desde que a nova cidade fora entregue aos moradores e ao poder municipal. De lá para cá pouco ao quase nada se modificara na estrutura da cidade que foi entregue pela COHEBE. Exceto as fachadas de algumas residências, já que os moradores de melhores condições econômicas expandiram suas casas. A cidade que fora construída sob a égide do progresso, do desenvolvimento e que ostenta em placas seu destino rumo ao terceiro milênio, parece viver à espera da **Boa Esperança**. Assim como a maioria das pequenas cidades brasileiras, sobretudo do Nordeste e especificamente do Estado do Maranhão, a população torna-se refém de quem exerce o Poder Municipal, devido a mais completa falta de perspectivas, o que favorece uma completa dependência das prefeituras e dos prefeitos para se conseguir pão do dia-a-dia. De acordo com as informações dos nossos interlocutores, à época da realização da pesquisa de campo, o prefeito (Manuel Carvalho, do PFL, aliado do ex-João Luís), mantinha na prefeitura cerca de cem funcionários, cujo salário pago era de setenta reais. Particularmente, no caso de Nova Iorque, não se verifica meios produtivos que possam oferecer demanda de emprego para população, e romper com essa ordem de relação em que as pessoas tornam-se refém de uma extrema dependência do Prefeito, é

²⁴⁹ Dona Francisquinha, 73 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 24/02/2005.

ficar na rua da amargura. A parca economia da cidade é movimentada por pequenos comércios que atendem as necessidades básicas do cotidiano da sociedade.

Diante da mais completa falta de perspectivas, da impossibilidade de uma mobilidade ocupacional, a população jovem se aventura em caravanas destinadas a trabalharem no corte da cana em cidade do interior paulista. Para aquele que não podem deixar a cidade em busca de trabalho resta manter o sustento de suas famílias através da pequena produção de alimentos que advém da agricultura de subsistência; outros, ainda, vivem da pesca artesanal, igualmente de subsistência. A falta de uma mobilidade ocupacional na cidade, também tem seus efeitos na zona rural, levando os moradores das pequenas localidades migrarem para sede do município. Uma vez na cidade, esta população migrante se instala na periferia morando em casa de construção de taipa e cobertas de palha. De acordo com o depoimento do Seu Chico Leite, nos últimos dez anos a cidade apresentou um significativo crescimento populacional: “cresceu mais, já veio muita gente do interior pra cá. Cresceu muito mais, quatro vezes mais, isso de uns dez anos para cá foi que cresceu”.²⁵⁰

A presença desse novo contingente populacional na periferia a cidade apresentar sérios problemas, comprometendo com isso sua infra-estrutura e provocando a desestabilização da composição da paisagem da cidade planejada, ordenada. Diante do crescente problema da falta de moradia, segundo informações dos nossos interlocutores, no início do ano 2000, o Ministério das Cidades em convênio com a gerência de urbanismo da Caixa Econômica Federal do Maranhão e a Prefeitura de Nova Iorque, deu início à construção de um pequeno conjunto habitacional em que se ergueria no total de 60 casas, no intuito de alocar este contingente populacional que habitava na periferia da cidade em moradias e condições subumanas. Entretanto, até o término desta pesquisa, pudemos constatar que as obras encontravam totalmente paralisadas, deixando as casas inacabadas, abandonadas e outras que não passaram dos alicerces.

²⁵⁰ Seu Chico Leite, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 03/04/2008. Durante a pesquisa de campo, por várias vezes procuramos a prefeitura em busca dos dados estatísticos em que se pudesse nos oferecer uma noção do fluxo migratório do campo para cidade. Entretanto, durante todas estas visitas nossa solicitação fora negada sob as mais variadas justificativas, dentre elas que a própria prefeitura não tinha esse levantamento.



Casa ocupada na Favelinha de Nova Iorque

Cansados de esperar por uma definição da prefeitura, a população aos poucos foi ocupando estas casas e improvisando condições para habitá-las. Sem a mínima infraestrutura, como água, esgoto, energia etc., os próprios ocupantes tomaram a iniciativa de providenciar as mínimas condições de moradia, como a energia elétrica que chega às casas por meio de ligações clandestinas (o conhecido gato), improvisando portas, janelas, de forma que pudessem se instalar nestas casas conforme nos esclarece o Seu João:

Faz pra mais de três anos que essas casas ta desse jeito... A obra com tudo parado. Eu não sei dizer ao senhor o que eles fizeram com o dinheiro que veio pra construir esse conjunto e melhorar a vida das pessoas... Cansados de esperar por uma definição, foi então que nos resolvemos invadir... Mesmo com essa situação, toda essa dificuldade, sem água, sem luz... Aí tem casa que mal tinha as paredes... Nós vamos arrumando aos poucos, uma coisa aqui outra aculá, na rua é que nós num pode ficar.²⁵¹

O relato do nosso interlocutor é indicador do descaso do poder municipal para com a problemática que se apresenta. Mais do que a ausência das ações públicas e políticas da prefeitura em solucionar os problemas vivenciados pelos moradores, interessa-nos aqui apreender os significados que são atribuídos aos ocupantes deste espaço incrustado na cidade: o estigma de favelados. Em conversas informais, por várias vezes ouvimos esta designação, cuja representação mais comum atribuído ao inacabado conjunto é a de a “Portelinha”. A construção dessa representação ganha força

²⁵¹ Seu João Rosa, 60 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2008.

no seio da sociedade local e passa adquirir outras conotações neste universo. Os modos de viver e habitar neste espaço periférico são enquadrados no imaginário social mediante os parâmetros da ilegalidade, da bagunça e da insegurança. Não obstante, a representação de favelado calcificada nas grandes metrópoles do país, em Nova Iorque, parece incorporar suas designações conforme a atribuição de uma carga simbólica de preconceito e discriminação que esta comporta. Desde que os moradores decidiram ocupar tal espaço, os problemas que por hora se apresentam na cidade, como pequenos furtos, algumas confusões, passaram a ser atribuídos aos moradores deste conjunto. É como se de uma hora para outra a cidade tivesse encontrado sua banda podre. A representação contida no depoimento de uma das moradoras da cidade é esclarecedora:

Nova Iorque já não é como era. Aqui ta aparecendo algumas coisas que antes não existiam, como esse negócio de droga, de maconha, de furto... Nova Iorque sempre foi uma cidade pacata e ainda é, mas a gente agora não pode deixar nada no terreiro que é capaz de não encontrar. Isso ficou assim depois que esse povo invadiu as casas do conjunto que a prefeitura tava construindo... Algumas pessoas chamam de favelinha... Não digo que são eles, mas essas coisas começaram acontecer depois disso. Antes a gente tinha uma vida tranqüila... Nova Iorque ta começando a ficar violenta. Vez por outra agora tem uma confusão, uma briga... O pessoal costuma dizer que é o povo da favelinha. Aqui dormia de porta aberta, hoje ninguém arisca mais.²⁵²

Seja como for, perante esta nova paisagem da cidade, constrói-se uma lógica em que os moradores desse conjunto aparecem como os depositários de tudo que é inaceitável na moralidade local. São os responsáveis por tudo que acontece e que rompe a ordem da normalidade. A cidade que era “pacata”, onde as pessoas dormiam com as portas abertas e as coisas no terreiro agora se percebem diante da obrigação de se trancarem. Criam-se imagens do lugar que são associadas à criminalidade e passa atribuir aos moradores toda carga de discriminação social, tais como: maconheiros, bagunceiros, preguiçosos, cachaceiros etc. Nesse pequeno universo que é Nova Iorque, o estigma de favelado é carregado no corpo como uma tatuagem, uma condenação simbólica. Pelas ruas, os moradores desse espaço são facilmente identificados e apontados, como se pertencessem a outro lugar que não fosse própria cidade. Nonato, um dos moradores da chamada “Portelinha”, narra esta situação de discriminação:

²⁵² Este depoimento é fruto de uma conversa informal, embora tenha sido gravado, não divulgaremos o nome da pessoa, pois a mesma não autorizou sua divulgação. Entretanto, como não citaremos nomes, portanto, acreditamos que não estamos violando nenhum princípio ético que tanto devemos considerar quando trabalhamos com este tipo de fonte de pesquisa. Importante, também é frisar que fomos autorizados a gravar e fazer uso da mesma, sendo negada apenas a divulgação do nome da depoente, portanto.

Depois que nós viemos morar aqui, que ocupamos essas casas, as pessoas acham que nós somos um bando de favelado. Que aqui só mora maconheiro, ladrão, preguiçoso, cachaceiro. Antes de nós ocupar essas casas, nós morava numa casa de taipa, de chão batido e coberta de palha e num tinha esse negócio de favelado. Eles diz que aqui é a Portelinha devido a Portelinha que tinha naquela novela que passava na Globo... Agora tudo que num presta eles diz que ta aqui, porque aqui é a Potelinha de Nova Iorque.²⁵³



Favelinha de Nova Iorque, designação emprestada pelos moradores.

A designação do local como Portelinha é atribuída pelos moradores da cidade como um espaço de refúgio dos comportamentos desviantes dos valores de moralidade até então vigente. Neste espaço periférico da cidade, todos que por lá habitam aparecem virtualmente revestidos pelos sinais de condutas que põem em risco e ameaçam a ordem social. A verve discursiva dos moradores é produtora de imagens que ganham dimensões mais amplas do que a realidade e cujos indivíduos são enquadrados numa perspectiva que prenunciam através de suas práticas a ruptura com o pacto social da cidade. A construção discursivo-imagética da Portelinha associa todos os moradores dentro da lógica de um campo de visão social em que aparecem como “ladrões”, “cachaceiros”, “preguiçosos” e “maconheiros”, mediante a incorporação de padrões que tem por referência os meios de comunicações midiáticos. Num mundo onde as

²⁵³ Raimundo Nonato, 25 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2008. A novela referida pelo entrevistado trata-se de Duas Caras, cujo personagem Juvenal Antenas, interpretado por Antônio Fagundes, se dizia o dono da favelinha.

fronteiras se esgarçaram diante do jogo de imagens, em que a televisão cada vez mais se faz necessário como instrumento de referência que permeiam o imaginário social da cidade, criam-se valores de preconceitos e discriminações. A comparação do conjunto com as imagens de uma novela de repercussão nacional, em que se abordava um grande problema social vivenciado nas grandes cidades do país, no caso o Rio de Janeiro, tenta forjar a idéia de um espaço periférico constituído pelo descontrole, cuja criminalidade é banalizada como sendo uma prática das camadas mais pobres da cidade. Neste sentido, a televisão não só favorece a comparação, mas, impõem novos valores, determina novos hábitos, e, sobretudo padroniza uma visão de mundo cujos aspectos forjam as imagens que extrapolam a lógica da realidade local, impulsionando com isso, o que Jean Baudrillard preconizou como “A ilusão Vital”:

Nesta luz, a própria realidade torna-se problemática. Como um criado obsequioso, ela obedece a qualquer hipótese, verificando todas sucessivamente, mesmo quando elas contradizem umas às outras. A realidade não liga para o conhecimento que estamos destilando de nossa observação e da análise de seu comportamento. Indiferente a toda verdade, a realidade torna-se uma espécie de esfinge, enigmática em sua hiperconformidade, simulando a si própria como virtualidade ou espetáculo de realidade. A realidade torna-se hiper-realidade – paroxismo e paródia ao mesmo tempo. Ela aceita todo tipo de interpretação porque ela não faz mais sentido, porque ela não quer ser interpretada. Mas esta ininteligibilidade não é mística nem romântica: ela é irônica. Ironia é o último signo que vem do âmago secreto do objeto, a alegoria moderna da reversibilidade de todas as coisas.²⁵⁴

Ainda no que diz respeito às verbas destinadas pelo Governo Federal para as melhorias habitacionais em Nova Iorque, Maria Diva, lavradora e presidente da organização “política-comunitária” do Comitê da Cidadania de Nova Iorque, numa entrevista concedida ao jornalista Carlos Castelo Branco, da revista Caros amigos, esclarece:

O ministério das Cidades liberou 154.500 reais para melhoria habitacional. No caso de Nova Iorque, trocar o telhado de 65 casas que são cobertas com palhas de coco babaçu por telha de cerâmica. Quase dois anos depois da celebração do convênio só foram beneficiadas 25 residências, utilizando apenas 50.000 reais. Isso, em ano de eleição.²⁵⁵

Sendo assim, diante do que já foi exposto, de acordo com os dados estatísticos do censo que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) referente ao ano de 2006, do total de 5.507 municípios brasileiro, a Nova-Nova-Nova Iorque ocupa a posição de 5.058 no *ranking* de pobreza. Nesse sentido, a divulgação desses dados associado com a pesquisa realizada *in loco* ganha força e produz um efeito de constatação da realidade,

²⁵⁴ BAUDRILLARD, Jean. A ilusão vital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 83-84.

²⁵⁵ BRANCO, Carlos Castelo. Caros amigos. Ano IX Nº 107, 2006. p. 29.

indicando que se tomarmos por referência os números apresentados pelo IDH estes apontam para uma interpretação que significa dizer que na paisagem da cidade, a grande maioria da população sobrevive em condições que são consideradas pelos órgãos oficiais como abaixo da linha da pobreza, ou seja, na condição de miseráveis. A cidade que fora construída sob o signo do desenvolvimento, da promessa de industrialização, da “zona mais próspera do Norte-Nordeste” se revela no reverso do progresso.

III.2 “As moças da COHEBE”: encontros e desencontros no processo de mudança

Para além das problemáticas do espaço planejado da nova cidade de Nova Iorque, de suas localizações estáveis compatível com uma ordem urbanística racionalista, no vai e vem das memórias dos nossos interlocutores as lembranças trazem à superfície do presente as recorrentes imagens das chamadas “moças da COHEBE”. No imaginário social da cidade, ganham relevo os trabalhos de preparação dos moradores realizados por estas profissionais diretamente responsáveis pelas execuções das políticas e das ações programadas pelo setor social da Boa Esperança. Na linha de frente da promoção dessas mudanças, encontravam-se as assistentes sociais. Dentre suas funções, destacava-se a importância das estratégias de convencimentos utilizadas nas programações de atividades sociais visando envolver os moradores. Este trabalho de orientação fora desenvolvido corpo a corpo com a população. O desempenho dessas atividades, no entanto, se revela de fundamental importância diante das iminentes mudanças que se operariam nas vidas das populações. Diríamos mais: em certa medida, as assistentes sociais conseguiram neutralizar os efeitos iniciais das dificuldades enfrentadas para execução do projeto. Estas ações tinham por objetivo reverter às primeiras reações e as resistências demonstradas pelos moradores em aceitarem os argumentos de desenvolvimento e progresso propagados pela COHEBE.

Importante frisar que em sua maioria, estas profissionais foram recrutadas preferencialmente na região Nordeste, provenientes dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão. Em diferentes etapas do projeto de construção da hidroelétrica da Boa Esperança, estiveram envolvidas nos programas, ao todo, dezesseis (16) assistentes sociais, além de cinco (5) estagiárias de Serviço

Para tanto fora criado o órgão responsável por definir o papel e as funções destas profissionais que estavam diretamente subordinadas à diretoria Executiva da Companhia. Este departamento recebeu a denominação de Coordenadoria de Programas de Transferência de Populações (CPTP). De acordo com o relatório Multi Setorial da COHEBE, dentre outras finalidades e atribuições deste novo órgão constava as seguintes orientações:

- a) Orientar de forma integrada e compatibilizar a formulação e a execução das programações setoriais e projetos especiais que se referissem, direta e indiretamente, à transferência das populações;
- b) Coordenar globalmente o cumprimento das programações setoriais e projetos aprovados, inclusive através de assistências técnicas às unidades executivas das áreas de operações;
- c) Avaliar e controlar centralizadamente o desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos programas e projetos em execução.²⁵⁶

Neste sentido, pode-se dizer que a nível local a atuação destas profissionais consistia em coordenar o comando das atividades e das unidades de execução da programação habitacional, educacional, econômica e social. Estes programas de caráter integrador e controlador tinham por objetivos atingirem as populações, cuja intenção consistia em promover e assegurar condições à participação e intervenção comunitárias. Na ótica da empresa, essas ações apresentavam-se como indispensáveis ao que era entendido como à efetivação do processo de desenvolvimento da região. No plano geral das programações, visava-se o “desenvolvimento das comunidades” atingidas pela construção da grande obra. Trocando em miúdos, a principal preocupação do setor social consistia em estabelecer contato direto com os moradores no intuito de transmitir-lhes a filosofia de ação favorável ao desenvolvimento como um processo global. Desta relação entre técnicos e moradores, se desvendam outros significados embutidos nos objetivos destas ações. Mediante uma definição prévia dos planejamentos dos trabalhos que seriam desenvolvidos junto à população, estes técnicos procuravam envolver os novaiorquinos nas discussões, de forma que estes se sentissem colaboradores do projeto maior, que seria a construção da hidroelétrica. Sendo assim, as estratégias operacionais tinham por finalidade atingir dois objetivos indispensáveis para o bom andamento da

²⁵⁶ Relatório multi setorial. Recife: COHEBE, 1965/1968. P. 19

grande obra. Primeiro que na linha de frente das ações montadas pelas assistentes sociais, tinha por finalidade em abrandar as reações dos moradores visando neutralizar qualquer forma de resistência que pudesse interferir no andamento do projeto. Segundo, na frente oposta, atuava um batalhão de operários, máquinas e engenheiros que num regime de 22 horas diárias de trabalho se esforçavam por fazer cumprir com os prazos do projeto. Dessa forma, poder-se-ia dizer que no curso dos acontecimentos, enquanto a obra era tocada em frente em ritmo acelerado, às assistentes sociais coube o papel de conter o povo e mantê-los afastados das discussões gerais que envolvia a construção da Boa Esperança.

Os principais objetivos que se procuravam alcançar com estas atividades programadas pelo setor social da Companhia estavam direcionados para os trabalhos de convencimento e preparação dos moradores para as mudanças prestes a se operarem em suas vidas com o advento e a inevitabilidade da submersão da “cidade velha”. Mais do que tentar convencer os habitantes quanto às transformações previstas, as chamadas “moças da COHEBE”, também atuavam como as principais porta-vozes da filosofia de ação da companhia. O envolvimento dessas profissionais com as populações locais aconteceu num momento chave para vida dos moradores do município de Nova Iorque, ou seja, o desaparecimento da cidade com a formação do grande lago artificial. Nas lembranças dos nossos interlocutores além de serem identificadas como as “moças da COHEBE”, estas ainda passaram a ser chamadas de “as mensageiras de novidades”.

Estas moças mensageiras se esforçavam em fazer divulgar aos quatro ventos, nos “matos” e cidades, as promessas de desenvolvimento, de progresso, de modernização do rincão do Maranhão. O moderno, nesse contexto, deve ser entendido para além das muralhas de aço e concreto represando as águas do velho monge. Cobia-lhes, sobretudo, atuarem no nível das atitudes, dos hábitos, dos valores, da tradição dessas populações. De certa maneira, os conteúdos dessas ações eram empregados e divulgados como mecanismos favoráveis e que possibilitassem introduzir no seio da sociedade local a apreciação e o reconhecimento do que era entendido como novos valores e atitudes modernas. Dessa maneira, do ponto de vista da COHEBE, a função das assistentes sociais estava voltada principalmente para agirem como “agentes de mudança cultural orientada”.²⁵⁷ As ações das políticas dessas mudanças estavam condicionadas e

²⁵⁷ Relatório de programa multi setorial. Recife: COHECE, 1965/68. p. 22.

direcionadas para os valores tradicionais dos moradores, vistos com “incivilizados”, “grosseiros”, “bárbaros”. Assim procedendo, o que lhes serviam de fundamento era a existência de um discurso que tinha por suporte um modelo de organização racional da cidade. Neste ambiente tudo estava orientado para organização dos espaços entendidos como “selvagens e desregrados”. Neste sentido, era “a cidade, nas dimensões desse discurso, surgindo plenamente com sua promessa civilizadora”.²⁵⁸

De casa em casa, por meio de palestras e reuniões comunitárias realizadas na cidade e na zona rural, as “agentes de mudança cultural” surgem como legítimas portadoras dos anúncios das boas novas. Nesta direção as transformações apontavam para a constituição de uma nova ordem, de novos valores que rompem com os laços tradicionais ancorados em velhos hábitos e costumes. Do ponto de vista dos moradores, a presença das assistentes sociais na cidade, em si, já se constituía como a própria novidade. Como que do nada, de uma hora para outra, de repente estes sentem seu cotidiano ser invadido por um grupo de mulheres, que fazendo soar os ecos do progresso, lhes anunciarão que sua cidade desaparecerá das vistas. As novidades dão o tom do compasso da catástrofe para os moradores. A Boa Esperança, que lhes oferecia uma nova oportunidade de melhorar suas condições de vidas, era a mesma que faria desaparecer outra. Nas memórias dos moradores, mas do que a velha cidade e todo seu espaço físico prestes a desaparecer, as transformações se revelam maior e se faz sentir por dentro, no dilaceramento dos sentimentos de apego às marcas de boa parte da vida que estava condenada a sumir nas turvas águas da Boa Esperança. Em contrapartida, como estratégia dos argumentos de convencimento dos moradores, diziam as “mensageiras de novidades” que uma nova cidade seria construída e que nesta, “a vida seria melhor, que tudo em quanto era uma coisa, era bom. Que a cidade era higiênica, tudo era melhor do que lá (na Velha cidade), que tinha esgoto, que tinha aparelho sanitário, que tinha não sei mais o quê... a COHEBE era só contando essas vantagens, perguntando se a gente conhecia”.²⁵⁹

Perante esta visão de progresso, para os habitantes de Nova Iorque a cidade velha é apresentada e representada como o espaço repositório da memória, das marcas do tempo, dos momentos de dor e alegria, de felicidades e tristezas, dos ganhos e perdas,

²⁵⁸ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carline & Caniato; EdUFMT, 2006. p. 139.

²⁵⁹ Dona Mariquinha, 93 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/02/2005.

de sentimentos e apegos; a lembrança torna-se a testemunha ocular da luta pela sobrevivência, das manchas de cada gota de suor e lágrimas que deslizaram por seus rostos, dos calos das mãos que assentou tijolo por tijolo, das trilhas e dos caminhos que levavam a roça, da cama onde nasceu e onde morreram os seus, do rio onde banharam, dos compassos das festas em que dançaram, da rua onde moraram, dos becos em que namoraram, em fim, daquela vida que levaram. Como diz Ecléa Bosi, a função social da lembrança consiste em deslocar as reflexões através de um movimento de dobra que incidem sobre a quintessência do vivido. Neste momento, segundo autora,

Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora... O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.²⁶⁰

Mesmo diante de todos os esclarecimentos prestados pelos técnicos quanto às mudanças que provocaria a construção da usina, das promessas e benefícios que esta proporcionaria ao estado e por extensão à região e principalmente nas vidas dos moradores, havia aquelas pessoas em que a primeira reação diante do que era anunciado foi a de não acreditar que as águas do rio fossem capazes de cobrir a cidade. Mais do que isso: num universo em que as relações entre homem e natureza determinavam o curso da vida, na mentalidade local, o homem seria incapaz de intervir naquilo que era considerado como “a obra de Deus”. Dona Francisquinha era uma dessas moradoras que, naquele momento, compartilhava e se agarrava com esses sentimentos e assim nos narra seus lamentos: “não, eu não acreditava. Aí tinha muita gente que dizia que vinha, mas eu não acreditava. Não acreditava que o homem fosse capaz de botar a água dentro da cidade, de cobrir a torre da igreja. Que ele pudesse destruir o que Deus deixou. Que ele pudesse acabar com o rio.”²⁶¹ Esta primeira reação de não acreditar na submersão da cidade pelas águas do rio Parnaíba, também é compartilhada por outros moradores. A força da religiosidade popular se revela de fundamental importância para desacreditar no grande empreendimento. Seu Cícero Cerola, dessa forma expressa seus sentimentos: “não, eu não acreditava. Eu acreditei quando eu olhei à água no patamar da igreja, da igreja velha. Aí eu disse: agora sei que se o homem quiser botar ela lá em Pastos Bons,

²⁶⁰ BOSI Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994. p.81.

²⁶¹ Dona Francisquinha, 73 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 24/04/2005.

ele bota. Aí foi quando eu acreditei que ele é capaz de acabar com uma obra de Deus, que era o rio Parnaíba”.²⁶²

Dona Maria do Carmo era mais uma dentre outras tantas que também comungava deste sentimento de descrédito da capacidade dos homens diante de Deus:

Demorei em acreditar. Eu morava bem pertinho, xis com a casa das moças. O Dr. engenheiro me dizia assim: olha dona Maria do Carmo, a água vai cobrir aquela torre. Eu digo: aonde que vai cobrir, nunca que a água vai cobrir a torre da Igreja, eu não acredito Dr. O que Deus construiu o homem não destrói. Mais eu pensando que a água só crescia..., aí ele ria e quando nós vimos aí eu acreditei. Eu dizia que não cobria não, aonde que vai cobrir a torre da igreja, mas cobriu a torre da Igreja, aí começou.²⁶³

Como se percebe, nos depoimentos acima a igreja serve como ponto de referência para os moradores não acreditarem na submersão da cidade. Na visão de mundo dos nossos interlocutores, mais do que duvidar que as águas não cobrissem a torre da igreja, incompreensível e improvável era que o homem fosse capaz de alterar o curso do rio, de modificar a natureza entendida como obra divina. Diferentemente dos outros depoentes, Seu Leão não recorre à fé em Deus como resistência para não acreditar que a cidade ficasse submersa, no entanto expressa seu descrédito à tecnologia:

Eu não acreditava mesmo. Minha senhora dizendo que a cidade iria ficar debaixo d' água, mais eu não acreditava. Eu só fui sair quando a água já tava dentro da minha casa. Eu tinha uma pick-up e tirei meus trens todinho na correria. Eles diziam que era pro povo sair que a água ia tomar tudo. Mas o povo inventava que a água ia voltar... tudo esse povo inventava.

Seja como for, o que podemos depreender dos depoimentos dos nossos interlocutores, é que sua visão de mundo estava ancorada e naturalizada pelos dogmas da religião católica. Dessa forma estes moradores encontram no “sagrado” os mecanismos e estratégias de resistências para não acreditar que a cidade ficasse “debaixo d'água”. Mediante uma prática discursiva, os moradores põem em confronto a atuação racionalizante dos técnicos e a fé, haja vista que a imagem de Deus é evocada como o verdadeiro criador da terra, por isso o descrédito nas ações dos homens que jamais conseguiriam destruir sua obra. Para nossos interlocutores, a certeza de que o homem era capaz veio pelas águas submergindo a cidade, cobrindo a torre da igreja, símbolo maior “do poder de Deus”. Como diz Halbwachs:

²⁶² Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

²⁶³ Dona Maria do Carmo, 75 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 12/05/2006.

A igreja não é somente o lugar em que se reúnem os fiéis e o recinto em cujo interior as influências dos meios profanos não penetram... Como encontram por toda parte as imagens de Deus, dos apóstolos, dos santos e num ambiente de luzes, ornamentos e vestes eclesíásticas, eles imaginam assim e nesse contexto os seres sagrados e o paraíso, e transpõem para esse tipo de paisagem as verdades transcendentais do dogma... Porque Deus é onipresente, não há região que não possa participar do mesmo caráter sagrado de locais privilegiados em que ele se manifestou, e basta que os fiéis queiram coletivamente ali comemorar tal aspecto de sua pessoa ou aquele de suas ações, para que essas lembranças se apeguem a esse lugar e possamos reencontrá-las.²⁶⁴

Perante as dúvidas, incertezas e resistências dos moradores em acreditarem nesta empreitada, através das realizações de reuniões nas comunidades, o trabalho das assistentes sociais consistia em interpretar os principais objetivos dos projetos e dos programas que seriam implantados e desenvolvidos. Na pauta de discussão tratava-se de prestar esclarecimentos dos assuntos mais delicados e de maiores relevâncias para população local. Dentre os pontos de debate principais constavam às questões que diziam respeito à submersão da velha cidade, a construção e transferência da população para a cidade nova, os critérios de distribuição das casas que os mesmo receberiam, às obrigações e os direitos de cada morador, os esclarecimentos de natureza legal das indenizações, os arrendamentos das terras as margens da represa, os critérios de permuta de bens imóveis etc.

Em linhas gerais, na execução dos programas coube a estas funcionárias iniciar os primeiros contatos com os moradores, visando com isso, estabelecer um relacionamento humano. Os objetivos do trabalho de convencimento da população realizados pelas assistentes sociais e demais técnicos vão além e se desdobram não apenas em orientar os moradores quanto à transferência para nova cidade e as novidades oferecidas por esta. No âmago dessa avalanche modernizadora estava inserida uma lógica de parâmetros culturais visando dissolver as referências históricas, sociais, culturais construídas ao longo da vida e dos anos. Configura-se dessa maneira um conjunto de imagens de uma cidade que surge sobrepondo-se às meras aglomerações incrustadas no meio do mato, pouco vigorosas, instáveis, garantindo a certeza de que ali se constituiria uma sociedade organizada e voltada para o futuro. Os projetos de mudanças e melhoramento do espaço urbano, assim como os padrões estéticos deste, procuravam forjar os sinais de progresso, de desenvolvimento. Associado a este conjunto de ações, o alvo principal era provocar transformações na esfera dos costumes, dos hábitos. Dona Maria do Carmo

²⁶⁴ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. pgs. 184,185,186.

lembra-se desse momento em que se proclamava aos moradores esquecerem seu passado, deixar para trás uma vida tomada como pregressa:

Elas diziam que era muito amor, que ia começar uma nova vida. Aí a gente dizia que naquela idade não dava para começar a vida aqui. Aí elas explicavam que não, a vida era a mesma, que ia receber casa assim, assim, você vai receber uma casa boa, bonita, aí começava num sabe!? Uns entendia logo, outros não entendia. Elas diziam: você vai receber uma casa boa, você tem uma casa dessa, vai receber uma casa boa. Lá vocês vão ter meio de vida, a vida lá é outra, diziam assim: a vida lá é outra. Lá tudo vai ser bom, do mesmo jeito vocês vão viver lá, vão acostumar. Elas diziam que nós tinha que ter uma nova maneira pra viver na cidade nova, que a vida aqui era passada, pra ficar pra trás. Que lá nós ia começar uma nova vida, que ia ser muito melhor. A conversa delas era essa.²⁶⁵

Como se vê, as estratégias discursivas utilizadas por estes técnicos para convencer os moradores eram as promessas de uma vida melhor numa cidade dita moderna, mesmo que para isso fosse preciso esquecer todos seus valores culturais e históricos construídos ao longo dos anos, deixar para trás todo seu passado. Baseando-se numa realidade marcada pela extrema pobreza em que vivia a grande maioria da população, a moeda de barganha utilizada nesta negociação do jogo de convencimento era a garantia de que estes receberiam uma casa melhor: de alvenaria, com banheiro, luz elétrica, água encanada. Os discursos das assistentes sociais cumpriam com as determinações da COHEBE e alinhavam-se com os macros objetivos da grande obra da Boa Esperança que aparece nesse contexto, como a principal propulsora do desenvolvimento e do progresso da região agreste do Maranhão. Para os promotores dessa malha discursiva, a região do Nordeste Ocidental, mais especificamente os sertões do Maranhão e Piauí, surge embrenhada no subdesenvolvimento de um cenário marcado pela presença de um povo ignorante, de hábitos caducos e rudes que em tudo se apega, pela falta de racionalidade, de uma religiosidade delirante, enfim, de uma população que produz e reproduz sua própria miséria.

Essas “moças” surgem no cotidiano das pessoas como as portadoras dos anúncios da modernização, que chegava aos confins dos sertões carregados de promessas de democratização, da representatividade do mundo urbano-industrial, da civilidade. Em seu reverso do progresso, a construção da nova cidade significou ironicamente a experiência mais traumática e desagregadora vivenciada por aquela geração de moradores. A modernidade surge como uma avalanche e de roldão vai varrendo tudo que encontra pela frente. Quando os moradores através do movimento de ir e vir da

²⁶⁵ Dona Maria do Carmo, 75 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 12/05/2006.

lembrança, refazem suas vidas, refazem também os espaços onde nasceram ou viveram por muito tempo, pois

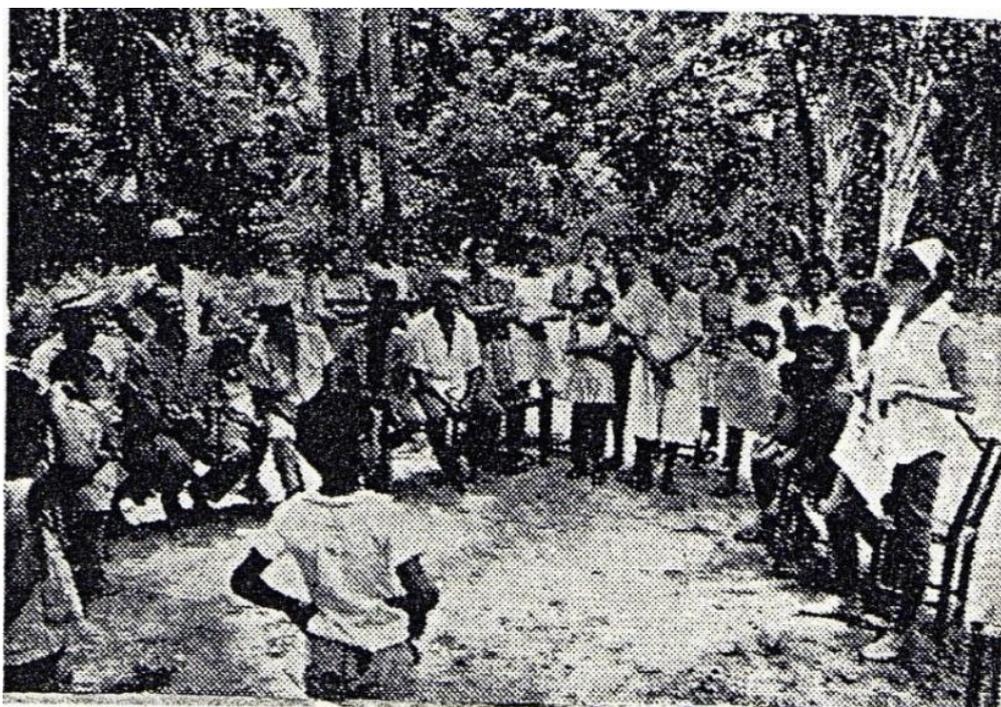
O lugar recebe a marca do grupo e vive-versa. Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar, em si mesmo, tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade.²⁶⁶

Com a transformação do espaço de vivência desses moradores, as assistentes sociais procuravam desenvolver atividades orientadas, no intuito de promover à motivação das pessoas para tal evento e engendrar um princípio de organização comunitária. Nesses encontros e desencontros com a população, supostamente cabiam “as moças da COHEBE” desempenhar o papel de agentes de ligação bi-lateral entre a companhia e a população cuja intenção seria de encontrar às melhores estratégias para a implantação e o planejamento dos projetos desenvolvidos nas comunidades. Os reconhecimentos dos reais obstáculos às práticas dessas atividades técnicas obrigaram as assistentes sociais a realizarem uma pesquisa do universo vocabular da sociedade local afim de que suas ações obtivessem resultados mais eficientes no processo de comunicação. Entretanto, no curso das ações o projeto se revela unilateralmente como imposição da Companhia e não como negociação. A suposta ligação bi-lateral resumia-se apenas na incorporação e aceitação dos moradores nos programas do grande projeto. Por outro lado, na memória dos nossos interlocutores, as mudanças provocadas em suas vidas são observadas nas transformações processadas no campo dos costumes e dos espaços e que são apreendidas por um olhar que não consegue mais reconhecer a cidade como sua, causando com isso estranhamento e insegurança. De qualquer modo, a divulgação da nova paisagem urbana, a modernização dos meios de comunicação, as transformações provocadas por esses processos nos costumes e nos hábitos afetaram as relações tradicionais, os tipos de comportamento dos moradores de Nova Iorque.

O espaço onde se anunciavam esses discursos modernizantes eram as reuniões de grupos realizadas com a população, seja na cidade ou na zona rural. Estas profissionais lançavam mão de uma metodologia de trabalho no qual se destacava os recursos técnicos de debate e informação com propósitos de facilitar a compreensão do que estava sendo exposto. Através de “cartazes, boletins informativos ou volantes de discos, flanelógrafos, álbuns seriados, quadros de giz, filmes, gráficos, mapas, revistas e outras

²⁶⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. P. 160.

publicações”,²⁶⁷ objetivavam convencer a população. Nesse sentido, todas e quaisquer atividades eram desenvolvidas mediante a utilização destes recursos tomados como as técnicas mais adequadas para expor os assuntos a serem tratados. Associado a isso, a preocupação desses técnicos era o emprego de uma linguagem que fosse mais adequada e compatível com o nível de compreensão das comunidades, sobretudo na zona rural cuja grande maioria jamais havia posto os pés numa sala de aula cujo índice de “analfabetos” era da ordem de 60% da população.²⁶⁸ Todavia, desafio maior foi superar os obstáculos que diziam respeito à ordem do psicológico e do cultural. A repercussão negativa que a Boa Esperança provocaria em suas vidas, o desaparecimento das comunidades e todo o legado histórico, social e cultural herdado dos seus antepassados, reforçava a não compreensão dos acontecimentos.



Reunião com uma comunidade rural

Através desta fotografia, podemos perceber um desses momentos em que a assistente social comanda uma das reuniões com os moradores de uma comunidade rural. Nesse caso, a fotografia permite-nos recuperar determinado aspecto desse passado e desse momento. Ela expõe fragmentos que despertam a curiosidade e nos induz a catar os reflexos que passam despercebidos pelas imagens. Através da fotografia somos impulsionados a querer encontrar as coisas que não foram captadas pelas lentes, as

²⁶⁷ Relatório da Programação Multi Setorial COHEBE: Recife, 1965/1968. p. 23.

²⁶⁸ Segundo os dados do censo demográfico de 1965, os números de analfabetos no Maranhão apresentavam a taxa de 78,2%.

vozes silenciosas ou silenciadas que não chegam aos ouvidos, mas gritam pelas retinas. De qualquer maneira, a fotografia está intimamente ligada com a memória, ela nos arremessa para um tempo e um espaço remoto que é atualizado na vertigem do presente, um reencontro com o passado “congelado” que ganham movimentos com o balanço da lembrança. Como diz Susan Sontag: “...parte do interesse intrínseco que despertam as fotografias e uma importante fonte do seu valor estético, está precisamente nas transformações que o tempo nelas opera e no modo como escapam das intenções dos que a produzem. Dando-lhes tempo suficiente, muitas fotografias efetivamente adquirem uma aura”.²⁶⁹

A imagem mostra a paisagem do local. Em volta dos moradores só existe a mata, o que implica dizer que se tratava de pessoas que levavam uma vida simples. Desse modo, é que podemos atribuir um papel de destaque a estas “moças da COHEBE”, que aparecem no bojo desse processo como instrumento de civilidade. Para isso serviam os recursos visuais como meio de produção de uma visão que despertasse os interesses dos habitantes incorporando todo esforço civilizatório divulgado. Pela imagem pode-se interpretar este momento como mais importante para suas vidas. A julgar pelos trajés que estão vestidos, pois provavelmente estas roupas eram usadas em ocasiões especiais. Imbuída do seu papel de agente de mudança, de pé (à direita da foto), em pose ativa diante do semicírculo, em típicos trajés das moças da cidade, calça comprida, blusa regata, tênis e um lençinho na cabeça, têm-se a imagem de uma das assistentes sociais que se destaca entre todos.

Como se vê, todos os olhares estão direcionados para mesma. Percebe-se que todos estão atentos ao que era exposto por esta profissional. Portando um cartaz, provavelmente se exibia o modelo das casas que estas pessoas deveriam receber na cidade, a funcionária da companhia explicava para a comunidade o processo de transferência deste para outro espaço. Especula-se que certamente esta moça procurava convencê-los da necessidade de adotarem novos hábitos compatíveis com os significados de um estilo de vida de uma cidade dita moderna. Neste sentido, as assistentes sociais procuravam fazer uso de um utilitarismo técnico que visava atribuir validade às formas de reprodução cultural como um instrumento propagador dos fatores de mudança social. Também podemos interpretar e capturar nas expressões estampadas

²⁶⁹ Susan Sontag. Apud BARROS, Valdenira. Instantâneos do tempo: fotografia e memória na viagem de trem. Dissertação de Mestrado: Campinas, 2004. p. 38.

nos rostos das pessoas, a curiosidade, as preocupações, dúvidas e incertezas perante as mudanças que se anunciavam. Os olhares reflexivos demonstram as incertezas perante as transformações, sobretudo pelo incômodo e dificuldades de mudar para outro espaço desconhecido. O ponto de convergência desse sistema de relação social entre os funcionários da COHEBE e os moradores, estava condicionado pela iminente inundação das áreas, assim como o desalojamento e realocamento dessas populações.

Do ponto de vista oficial, de acordo com o relatório de programação multi setorial, a utilização deste aparato técnico e didático de convencimento se revelou de fundamental importância para se estabelecer um sistema de comunicação eficaz com a população, garantindo assim o emprego das ações sem maiores dificuldades de aceitação:

A estratégia adotada pelo setor social revelou-se, portanto, bastante eficaz, especialmente no meio rural onde, de outra forma, não teria sido possível vencer as grandes distâncias para alcançarem, esses técnicos, o estabelecimento de um mecanismo de comunicação permanente com as populações. Além das relações diretas que procuravam manter, pois apoiaram-se os técnicos nos agentes naturais de comunicação, detentores de status definido e com influência local.²⁷⁰

Da perspectiva da companhia, a atuação das assistentes sociais vai além das simples tarefas em promover atividades que motivassem e estimulasse o envolvimento das comunidades nos projetos de mudanças. Visavam sobremaneira criar um vínculo de comunicação e convivência que facilitasse sua aceitação nas comunidades, cujo intuito seria prepará-las para as transformações que se avizinhava. Para tanto, associando a todo aparato tecnológico, também lançavam mão das estratégias de comunicação e dos mecanismos que buscavam envolver diretamente nos programas as pessoas que tinham influência no seio da população local, sobretudo da zona rural. Foi mediante essas estratégias de cooptação dos agentes de comunicação local, que as ações das atividades ganharam força e credibilidade, e assim os propósitos de convencimento dos moradores eram desempenhados de acordo com sua participação direta nos projetos.

Na zona urbana, essas estratégias de cooptação dos agentes de comunicação local parecem surtir pouco efeito. Para maioria da população da cidade, todo este aparato didático e sua parafernália técnica de recursos áudio-visual, ao invés de esclarecer os propósitos e a funcionalidade das reuniões, serviam para confundir ainda mais a compreensão das propostas. Segundo dona Teresa,

²⁷⁰ Relatório da Programação Multi Setorial COHEBE: Recife, 1965/1968. p. 23.

Nós ficava naquela reunião com aquelas moça da COHEBE falando. Pra muito da gente fazia era uma confusão danada na nossa cabeça. Primeiro que nós mal sabia ler. Eu mesma tive que trabalhar desde menina na roça e por isso, meu estudo é pouquinho. Então, como que era que eu ia saber o que elas falavam? Falava umas coisas que até hoje eu nunca entendi direito. Moço era tanta da coisa que nem dava tempo da gente pensar. Nós ficava era meio atordoada com tudo que tava acontecendo. Eu só entendia que elas dizia que ia mudar tudo, que a cidade velha ia ficar debaixo d'água e que nós ia ganhar uma casa nova na cidade nova. Que nossa vida ia melhorar. Todo aquele negócio que elas usava, uns cartaz, uns álbum de retrato, eu nem sei mais o quê, pra gente era como se fosse novidade.²⁷¹

Ao perscrutarmos essas memórias que versam sobre o papel desempenhado pelas assistentes sociais, engenheiros, advogados nessas reuniões, têm-se os mais variados pontos de vista quanto aos acontecimentos: sejam eles dos moradores ou dos órgãos oficiais. Do ponto de vista dos moradores, destaca-se a importância da presença e atuação das assistentes sociais ao longo do processo de construção da Usina da Boa Esperança. Todavia, na interpretação das pessoas que eram proprietários de grandes faixas de terras às margens do rio, fica evidente o descontentamento com a política imposta pela COHEBE, sobretudo no que diz respeito aos valores das indenizações pagas pelas terras submersas. Quanto a esta questão, Seu Benedito Noletto nos esclarece que os valores das indenizações dos bens imóveis e das terras que ficariam submersas, foram impostos pela companhia, o que aumenta ainda mais a revolta dos proprietários de terras:

As negociações eram feitas a critérios deles. Por exemplo, teve gente que não quis casa e recebeu dinheiro e os terrenos alagados também foram indenizados. Agora, se você não recebia que era dono da terra, achava que era pouco, achava que não devia receber, eles deixavam no banco, deixava no seu nome e pronto. Eles desapropriaram não foi só o lugar que a água foi não, desapropriaram muita área. Eu mesmo perdi umas terras que tinha no beijo do rio. Mas, o pior é que era coisa que não valia à pena para quem era dono de terra, a indenização foi pouca. Tem muita gente que ficou tão revoltado que nunca foi buscar o dinheiro, porque era uma mixaria.²⁷²

Como se percebe no depoimento do nosso interlocutor, os valores pagos pelas terras desapropriadas não correspondiam aos valores pedidos pelos proprietários, uma “mixaria”, portanto. Neste sentido, pode-se dizer que mais do que negociação, o que houve foi uma imposição dos valores indenizatórios. Os preços pagos pela Companhia, na visão dos proprietários, não eram compatíveis com o tamanho das áreas desapropriadas, sendo suas terras desvalorizadas. Do ponto de vista da COHEBE, ao fixarem os valores das indenizações, visavam com estas medidas evitar um mercado de

²⁷¹ Dona Teresa, 65 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 04/04/2008.

²⁷² Seu Benedito Noletto, 81 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/04/2005.

especulação. Para tanto as negociações eram feitas mediante as orientações do departamento jurídico da Companhia encarregado de redigir os termos dos contratos, das indenizações e desapropriações quando amigáveis ou através dos processos judiciais expropriatórios. Os volumes físicos desses trabalhos representaram: do lado do Piauí, 183 glebas rurais, 32 terrenos urbanos e 117 casas urbanas, totalizando 21.762 hectares. Do lado do Maranhão foram: 311 glebas rurais e 55 casas urbanas totalizando 26. 251 hectares. No triênio que compreende os anos de 1964/66, foram desapropriados 23% da área do reservatório. Já no ano de 1967, o percentual foi de 75%, demonstrando com isso a intensa atuação do departamento jurídico da Companhia. Ou seja, somente no ano de 1967, a área expropriada pela COHEBE foi de 43.013 hectares.²⁷³

Na outra ponta dos acontecimentos, a população via como um fator positivo a presença das assistentes sociais e os trabalhos de preparação e transferência da população para nova cidade. Entretanto, ressalta-se que os apoios emprestados por estes moradores aos projetos eram motivados, sobretudo, por interesses pessoais e pela possibilidade de melhorarem suas condições de vida. Trata-se das pessoas que na velha cidade, na sua maioria, viviam na condição de agregados nas terras dos grandes fazendeiros ou aquelas que mesmo morando na cidade não tinham casas em condições digna de moradia. Não podemos perder de vista que o fato de receberem uma casa nova na nova cidade, saírem da condição de submissão aos patrões, não apagaram os traumas guardados na memória de quem viu a cidade velha e toda uma parte da vida desaparecer nos fundos da águas da Boa Esperança. Num misto de felicidade e tristeza, assim narra Dona Teresa:

Pra mim, por um lado, mudar pra essa cidade foi bom. Logo eu ganhei uma casa de alvenaria. Por que lá na cidade veia, eu morava nas terra dos outros, morava de agregada... A melhora que eu tive foi que eu recebi essa casa, que eu posso sair tranqüila sem medo de fogo... Lá eu morava numa casa de palha. Outra coisa que acho boa: na cidade velha, pra gente resolver um problema era dureza e aqui ficou mais fácil, as coisas mudaram mais. Sobre os transporte, aumentou mais, a sabedoria do pessoal, o povo já ta mais elevado... De primeiro, pra botar um filho pra estudar, eu mesma fiz até a 5ª série. A gente era obrigada a tirar para Floriano pra fazer o segundo grau. Hoje não, aqui já tem segundo grau, a pessoa já faz uma universidade, se tornou melhor. Sobre os estudos a cidade melhorou, tem mais facilidade... Há não ser isso, eu achava lá muito bom... Basta dizer que só aqueles transporte que era muito bonito pra nós, que vinha aquelas lanchas, os motor, vinha aquela lancha cheia de bananas, de frutas que era vendida em Floriano. Nesse

²⁷³ Todas essas informações podem ser encontradas no Relatório da diretoria da COHEBE referente ao exercício do ano de 1967, divulgado pelo Jornal O Imparcial do dia 21 de abril de 1968.

tempo não tinha a barragem não, tudo era mais fácil pra gente, eu achava mais do que aqui nessa cidade. A barragem foi uma tristeza muito grande.²⁷⁴

Nesta configuração social, as mudanças provocadas pela construção de uma nova paisagem da cidade são marcadas pelo contraste na vida dos moradores. Observa-se no depoimento a acima, que antes, a vida era marcada pelos sobressaltos, pela insegurança e a incerteza de que ao sair de sua casa esta poderia ser consumida pelo fogo. Na nova cidade as coisas se tornaram mais fáceis, abriram-se campos de possibilidades dantes privado àqueles desprovidos de posses. A rememoração do passado aponta para a configuração de um recomeço a partir de um novo tempo, cuja narrativa se direciona para as imagens que refletem o estado de privação. Nesta multiplicidade de vozes que emanam das lembranças dos nossos interlocutores, se desvendam as mais diversificadas opiniões à cerca dos acontecimentos que envolvem a submersão da cidade velha e a transferência da população para a cidade nova. Desse modo, podemos capturar por intermédio da memória os momentos conflitantes que envolvem este contexto, e que nos oferece com riqueza de detalhes os encontros e desencontros neste cenário de mudanças. O campo conflituoso da memória individual e coletiva permite-nos apreendermos os distintos significados das interpretações atribuídas no calor dos acontecimentos e que marcaram uma experiência coletiva compartilhada pelos moradores de Nova Iorque em seus determinados aspectos e trajetória social.

Percorrendo por estes diferentes itinerários de vidas, tomando por base os relatos de lembranças produzidos em nosso trabalho de campo, entendemos que estes constituem em suas particularidades e complexidades as trajetórias socialmente compartilhadas por diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. Sendo assim, em nossa narrativa, intentamos reconstituí as imagens dos impactos traumatizantes provocados pelo processo de mudanças ocasionado pela construção da hidroelétrica da Boa Esperança e que ainda se fazem presente e encontra morada na memória dos moradores de Nova Iorque, sejam elas de caráter individual ou coletivo. Para dona Deusa, assim são lembrados os momentos traumatizantes da inundação da “velha cidade”:

Foi uma tristeza muito grande. Aquilo ali... Trouxeram logo. Eu quando fui ver já tava tomado, já tava a água chegando na Igreja. Eu já tava aqui quando a água começou a tomar lá, já tinha trazido nós para cá. Aí depois eu fui lá. Agora todos os dias as pessoas estavam lá. Era muito triste, era uma coisa. O pessoal queria levar tudo da cidade, até as pedrinhas, essa pedra é a

²⁷⁴ Dona Teresa, 65 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 04/04/2008.

lembrança do tempo da pintadinha. Porque lá tinha um porto que chamava pintadinha, o povo chorava até por causa de pedras. Foi muita tristeza. O pior momento, que foi traumatizante para todos nós, foi quando toda aquela água foi cobrindo a Igreja. Aí que a dor foi grande, ver a cidade desaparecer.²⁷⁵



Inundação da Igreja

Conforme nos sugere Maurice Halbwachs, olhando por este ângulo de observação dos acontecimentos, poder-se-á dizer que toda memória individual está inserida numa memória coletiva, expressando uma dada reconstrução do passado socialmente compartilhado. Para Halbwachs, cada momento da memória individual trata-se de um ponto de vista inserido na esfera da memória coletiva. Nesse aspecto, para que a memória se localize neste labirinto de informação, não basta encontrar a ponta do fio de Ariadne. É necessário mais do que isso: é preciso desfiar as tramas do tear das lembranças, pois ela é o ponto de convergência de muitos caminhos que nos conduzem às várias camadas da memória do nosso passado. Para que a lembrança do grupo sobreviva, é preciso mais do que os testemunhos dos outros sobre os acontecimentos vividos. Torna-se necessário que esta encontre sua base de apoio num sistema de retroalimentação das lembranças uma nas outras, enquanto durar a memória do grupo. À medida que reconstrói e revive o passado, o depoimento de nossa interlocutora é marcado pelo encontro que compartilha com os outros os momentos de

²⁷⁵ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/04/2008.

tristeza, de dor, do desejo de guardar um pedaço da cidade, mesmo que seja uma simples “pedra” do “porto da pintadinha”. Dessa maneira as lembranças adquirem o status de testemunha da memória coletiva, e revela uma realidade social vivida por todos. Visto por esta perspectiva, de acordo com a análise de Halbwachs, a memória da pessoa está amarrada à memória do grupo. Dessa forma, para que se opere este entrelaçamento entre a memória individual e coletiva que nos possibilite trazer à superfície presente aspectos do passado:

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.²⁷⁶

Sendo assim, nas memórias de nossos interlocutores encontramos os subsídios para se reconstituir determinados aspectos das várias reuniões realizadas pelas assistentes sociais e engenheiros com a população. Nas frestas das memórias individuais e coletivas torna-se possível recompormos os quadros destes cenários: quais as reações, as dúvidas, as incertezas, o descrédito, as vantagens, os conflitos entre os que eram contra ou a favor, os ganhos e as perdas, enfim, as diferentes posturas das pessoas e dos grupos diante da eminente submersão da cidade velha. Numa dessas imagens relatadas por uma das nossas interlocutoras, pode-se entrever alguns aspectos das primeiras reuniões, a julgar pelo clima de incertezas, de desconfianças, de medo, de angústia, de curiosidades, da sensação de impotência e da importância que se destaca para o trabalho das assistentes sociais. Segundo dona Deusa:

O trabalho delas aqui era só assim, como se diz: botando na cabeça das pessoas, fazendo com que as pessoas aceitassem aquilo sem revolta, sem nada e contando toda condição. Era procurando acalmar o povo, a paz entre a comunidade e tudo. Ficavam ali dizendo, faziam aquelas reuniões, contava como era, sempre dizendo a verdade. Elas não contava de todo, porque o povo ficava curioso e perguntava: e isso Dona Olga? Mas ela sempre procurando botar o pessoal numa certeza. Porque o povo ficaram tudo achando que só era por um determinado tempo que nós íamos ficar nessas casas. Que depois eles tomavam, eram deles, não iam dar escritura. E ela o tempo todo dizendo: não é gente, não metam isso na cabeça, nós não vamos ficar com a casa de vocês. A COHEBE vai passar escritura para todas as pessoas, para cada nome do proprietário. Mas o povo era revoltado, achavam que elas estavam eram enrolando. O trabalho delas era um trabalho muito importante, toda vida procurando unir, procurando contar a história certa, pro povo deixar daquilo que era besteira. Coitadinhos, tudo pobre, analfabetos, e eram poucos que sabiam ao menos falar, tudo ficaram doido com tanto carro, tanta gente. Aí quando contavam a verdade diziam: é mentira delas, aquilo é

²⁷⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. p. 39.

história, vamos é ficar tudo sem nossa casinha... Essas moças eram assim, como umas mensageiras da novidade... Tudo era novidade pro povo.²⁷⁷

O trabalho desempenhado nestas reuniões vai além das meras preocupações em preparar a população para mudar de cidade. Consistia principalmente em fazer com que essas pessoas aceitassem sem revolta todas as mudanças que eram anunciadas. Acalmar os ânimos dos mais desconfiados era o desafio maior enfrentados pelas assistentes sociais. A tarefa de serenar as reações dos moradores, promoverem a paz na comunidade se dilui nas lembranças de nossa interlocutora, restando à revolta, o medo, a insegurança e as incertezas: “porque o povo era tudo revoltado, achavam que elas estavam era enrolando”. O medo de perderem suas casas desperta nos moradores para além dos sentimentos de desconfiança e de incertezas, o descrédito dos argumentos das assistentes sociais. Mais do que o medo de ficar sem suas casas, a preocupação maior que perpassa o sentimento dos moradores é o da angustia, da inquietação de não receber outra casa em troca da que ficaria submersa.

Por outro lado, todas as promessas divulgadas pelas assistentes sociais, no entendimento dos moradores seriam apenas por um tempo, depois a companhia tomaria tudo de volta. Dessa maneira, o empenho e o esforço das “moças da COHEBE” em esclarecer a “verdade”, consistiam nas garantias de que as casas seriam “dadas” mediante a escritura lavrada em cartório e em nome dos seus respectivos proprietários. Neste clima de insegurança todas as estratégias discursivas tornam-se sem efeito, e de conciliadoras, negociadoras, “mensageiras das novidades”, as assistentes sociais passam a serem vistas como umas “mentirosas”, umas contadoras de história, diante da angustia dos moradores. O descrédito dos argumentos é fruto da revolta do povo, que para nossa interlocutora está condicionado e justificado pelo fato dos moradores serem pobres e analfabetos. Motivos estes que já seriam suficientes para não entenderem a “história certa”, pois estes “coitadinhos” sequer “sabiam ao menos falar”. Outro fator que provavelmente tenha contribuído para o sentimento de desconfiança e a não compreensão do que era dito, foi à repentina presença de “tanto carro, tanta gente” na cidade alterando a rotina pacata e nostálgica da cidade e causando perturbação no cotidiano dos moradores.

Ao reviverem esses momentos, para muitos dos nossos entrevistados, não se trata apenas de lembranças individuais; os acontecimentos exposto pelas forças das

²⁷⁷ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/04/2008.

recordações também compõem parte da memória coletiva, porque se encontram conservadas no grupo. Neste clima de mudanças, o que podemos visualizar são as sensações conflitivas que se estabeleceu no seio da sociedade local. As narrativas descritas pelos moradores dão os contornos das matizes e nuances destas reuniões expondo as mais variadas posições de descontentamento, de atritos que eram mantidas em silêncio pelo da maioria “não saber falar” neste ambiente. Não é difícil imaginar que diante dos técnicos estes se mantinham calados, mas, entre seus pares os conflitos vinham à tona, revelando as mais variadas interpretações dos acontecimentos.

Compreende-se assim que este silêncio, provavelmente, está condicionado ao constrangimento e a vergonha de se posicionarem diante de pessoas em que a própria condição de saber constituído, já seria suficiente para inibir que os moradores falassem, conforme nos narra Dona Jesus Neiva:

Tiveram aqui umas reuniões, reunião só com a gente servindo de bobos. Reunião com as pessoas da COHEBE na prefeitura da cidade... Como é que você bota um médico, um advogado, um agrônomo e não sei mais o que pra discutir conosco que somos leigos. O que nós podemos dizer diante deles? Nós diante deles somos leigos, somos leigos.²⁷⁸

Tomando este fragmento por referência em nossa interpretação, têm-se as imagens destas relações de saber e poder que se apresentavam no interior destas reuniões. De um lado, um corpo técnico formado por profissionais que representam o saber das instituições cujos discursos estão inseridos na ordem das leis, que fixam a “eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”;²⁷⁹ de outro, encontra-se um público composto por pessoas simples, cuja em sua grande maioria são de analfabetos e semi-analfabetos, o que denota a própria condição do ritual no lugar de ouvintes. Como diz Foucault: “os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”.²⁸⁰

Seja como for, um fator que parece ter grande peso na memória da nossa interlocutora é a forma que encontra para afirmar sua condição cultural diante à cultura do outro letrado. Os moradores relacionam seus silêncios com sua condição de leigo ou até mesmo de analfabetos, sendo meros figurantes nestes debates, “servindo de bobos”

²⁷⁸ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

²⁷⁹ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 39.

²⁸⁰ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 39.

perante o que era exposto. Trata-se ainda de memórias que até então não podiam ser relatadas. Esse depoimento, por exemplo, foi concedido mediante um misto de constrangimento e desabafo, já que nossa interlocutora pertence a uma das tradicionais famílias da cidade. Mais do que isso: admitir ser uma leiga e não está preparada para enfrentar o debate com os funcionários da COHEBE, seria o mesmo que se igualar com o restante da população, já que ela se diferenciava neste universo local, por ter estudado nas melhores escolas de São Luís, assim como sua posição política na cidade, pois a mesma fora prefeita. Neste sentido, de acordo com Michael Pollak, “existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’”.²⁸¹

Seguindo os fios condutores das lembranças dos nossos interlocutores, outras problemáticas se apresentam nos oferecendo subsídios para compormos o clima de tensão que marcava estas reuniões. O ponto culminante dessas tensões se deu no momento de decidir para onde a cidade seria transferida. No jogo das negociações, a participação da população foi decisiva na escolha do local que determinou onde seria construída a nova cidade. No projeto inicial apresentado pelos engenheiros da companhia, a mesma estava projetada para ficar às margens da BR. 230 que liga o Sul do Estado do Maranhão ao Estado do Piauí. O local escolhido foi o povoado chamado de Orozimo, distante aproximadamente 70 km da velha Nova Iorque. Entretanto, ao ser apresentado o projeto para a apreciação da população, houve discordâncias entre os moradores. De um lado, ficaram aqueles que se posicionaram a favor dos discursos de desenvolvimento apresentado pelos engenheiros; do outro, marcaram posição o grupo de pessoas que se recusavam a “sair do beijo d’ água”.

A cidade ficou dividida entre os que apoiavam o projeto inicial e seus contrários. Os que eram a favor se alinhavam aos argumentos técnicos dos engenheiros: ou seja, ficando às margens da BR, a cidade encontraria melhores condições para crescer e se desenvolver. Na outra ponta do debate, os argumentos contrários se sustentavam pelos apegos e afetos de que às margens do lago estariam próximos aos locais das lembranças, de suas raízes e tradições. Dentre os favoráveis à transferência da cidade para o Orozimo, encontramos dona Jesus Neiva que em seu depoimento justifica o atraso, o isolamento e o não desenvolvimento da cidade pelo fato da mesma ter sido construída onde hoje se encontra:

²⁸¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, 1989. p.08.

Porque eu penso assim: se nós tivéssemos ido para o Orozimo, hoje nós não estaríamos na situação que estamos. A cidade tinha se desenvolvido. Porque quando Pedro foi Governador disse: minha irmã o quê que eu posso fazer por Nova Iorque? De modo que só vai lá quem tem negócio, por que só tem uma estrada... Se nós tivéssemos ficado no Orozimo, tenho certeza que tinha aumentado. Tinha certeza que Pedro tinha botado banco lá, tenho certeza que ele tinha feito todo melhoramento lá porque era a terra dele e ele nasceu foi em Nova Iorque.²⁸²

Seu Cícero Cerola também compartilha com esta visão:

Porque se essa cidade tivesse mudado pra donde fizeram o orçamento dela, seria melhor do que para cá. Porque eles marcaram para botar no Orozimo, aí os proprietários disseram que não. Aqui até o cemitério é em riba dumas pedras que dá trabalho para cavar sepultura. Isso aqui é fim de linha, só vem aqui quem quer alguma coisa, quem tem interesse em algo.²⁸³

Como se vê, para nossos interlocutores, o “atraso”, o “isolamento” e o não desenvolvimento da cidade se deve à escolha do local. Mesmo tendo um dos filhos da terra como governador do Estado, o fato de ficar a 18 km da BR foi determinante para a falta de investimento. Ainda conforme o depoimento de Dona Jesus Neiva, os fatores que determinaram o local de construção da nova cidade deu-se muito mais por uma questão política do que propriamente por uma decisão coletiva dos moradores. Segundo esta, a construção da cidade no Orozimo dependia de uma negociação que envolvia os prefeitos dos municípios vizinhos: Pastos Bons e Paraibano. As negociações fracassaram, pois na hora de fazer a divisão das fronteiras entre os municípios, o prefeito de Paraibano havia exigido pagamento como indenização pela parte que seria anexado à Nova-Nova-Nova Iorque, o que não foi aceito pelos diretores da COHEBE.

Não aceitava por isso: porque eles não quiseram indenizar Paraibano, porque os outros dois, Pastos Bons e a gente deu certo. Deu certo porque trocamos tantos hectares por tantos hectares. Mas nós não tínhamos a parte do Orozimo e eles não aceitaram. O Orozimo pertencia a Paraibano, não sei lhe dizer se logo aqueles primeiros quilômetros, mais a maior parte sim.²⁸⁴

Na outra ponta das negociações, à frente do grupo que rejeitava a escolha do local planejado pelos engenheiros, encontravam-se o prefeito, os proprietários de terras e a grande maioria dos moradores. A justificativa do grupo contrário consistia que além de

²⁸² Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005. O Pedro citado por nossa interlocutora trata-se de Pedro Neiva de Santana, que foi Governador do Maranhão entre os anos de 1971-1975. Foi secretário de saúde no Governo de José Sarney; o mesmo ainda foi reitor e professor da Universidade Federal do Maranhão. No que diz respeito a uma agência bancária, até o ano de 2007, Nova Iorque tinha um posto da Caixa Econômica Federal. Segundo a moradora responsável pelo posto, o mesmo foi fechado por não oferecer segurança e nesta região do Estado os assaltos a bancos são freqüentes.

²⁸³ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

²⁸⁴ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

terem que recomeçar tudo, o local escolhido não oferecia condições de vida propícias. Para os proprietários de terras, estes ficariam distantes das suas propriedades. Para a maioria dos moradores, faltaria terra para as necessidades mínimas do cotidiano: como plantar uma roça ou simplesmente necessidade de “tirar um cabo de vassoura no mato”.

Certamente que uns dos fatores decisivos e que contribuía para esta resistência, era a possibilidade de ficar próximo ao local da velha cidade, o que denota uma espécie de vigília, um sentimento de apego ao que desapareceria das vistas para se fixar nas lembranças. Ademais, permanecer próximo à velha cidade era também permanecer em terras já conhecidas, o que em certa medida teriam o espaço por referência. Mesmo sendo contrário à transferência da cidade para Orozimo, para Seu Pedro, caso a cidade tivesse ficado às margens da BR encontraria mais oportunidade para crescer, pois se isso tivesse ocorrido “já era uma cidade”. Entretanto, em sua interpretação, ficando às margens BR não viria apenas o desenvolvimento, mas o medo e a insegurança, pois lá seria rota por “onde só passa marginal” e que acabaria levando para cidade “tudo que é gente que não presta”. Desse modo, nosso interlocutor se justifica dizendo que ficar isolado tem suas vantagens. Onde hoje está à cidade se exerce uma vigilância mais eficiente sobre os estranhos que por ventura ou aventura chegam à cidade. Assim expressa seu ponto de vista:

Nesse tempo, era o Bernardino que era prefeito. Aí ele deu contra. Convocou uma reunião com a população que ele era o prefeito, que queria o pessoal de Nova Iorque na prefeitura que ele queria entrar num acordo com a gente, aí foi todo mundo. Aí o Bernardino falou: o que vocês acham de nós mudar pro Orozimo? Aí todo mundo: péssimo! Ninguém num quer sair do beijo d' água pra ir pra lá. Porque lá não vai ter terra pra nós tirar um cabo de vassoura. Aqui ainda ficou terra do velho Santana, do Joana Freire, do Fausto, de modo que o sujeito ainda vai na mata e tira o pau do jeito que quer, lá não tinha... Aí foi, se fosse no Orozimo já era cidade. Mas, o que adianta ter uma cidade e o sujeito não ter patrimônio, não ter nada, que não vai evoluir em nada. Ficar no beijo da central (a BR), onde só passa marginal, tudo que é gente que não presta. Nós tando aqui isolado já aparece gente ruim. Mais na hora que chega um estranho, vixe tem estranho aqui, quem é? Dar logo fé.

Conforme Dona Jesus Neiva, diante da queda de braço entre os moradores as assistentes sociais passaram a pressionar por uma decisão sob ameaça de colocar todos os habitantes na cidade de Pastos Bons: “ou vocês ficam neste local que estamos escolhendo, ou então vamos botar vocês todos em Pastos Bons”.²⁸⁵ Decidido o local da nova cidade, por volta de 1966, a mesma foi tomada por um batalhão de operários e máquinas que fariam o desmatamento da área escolhida como local de construção da

²⁸⁵ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

nova urbe. Ainda de acordo com as informações de Dona Jesus Neiva, o terreno escolhido para construção da cidade fora doado por sua família: “esse terreno foi doado pelo meu marido para fazer a cidade. Porque meu pai tinha doado a cidade velha e ele achou que devia fazer a mesma coisa que o sogro, então doou. Foi pro Recife para fazer a doação, essa parte da COHEBE era tudo lá”. Esta doação também teve repercussão na imprensa de São Luís e foi noticiada como um ato político imbuído do “espírito desenvolvimentista regional” do Deputado Euvaldo Neiva, que segundo a reportagem, “estava prestando uma homenagem... ao povo de Maranhão”:

O Deputado Euvaldo Neiva vem doar à Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança uma área de sua propriedade, para na mesma ser construída a cidade de Nova Iorque, já que a antiga será destruída pelas águas do rio Parnaíba, logo seja concluída a grande represa. Justificando seu gesto disse o deputado Euvaldo Neiva que estava prestando uma homenagem ao Coronel César Cals, e em particular, ao povo de Maranhão. Agradecendo, disse o engenheiro César Cals, presidente da COHEBE, que as lideranças maranhenses estão integrada ao espírito desenvolvimentista regional e que a COHEBE é grata ao patrimônio do deputado Euvaldo Neiva.²⁸⁶

Para além de um gesto de preocupação com o desenvolvimento regional, tal atitude comporta outras interpretações e significados. Na representação local, o gesto de doação do terreno significa a manutenção do domínio de uma família, tanto no aspecto político quanto econômico, já que assim como o sogro havia doado o terreno para construção da velha cidade, o ato do genro forja a idéia de continuidade no jogo das relações de poder local. Por outro lado, daí se pode depreender a dimensão da grande concentração de terras em poder de poucas famílias, que no universo de Nova Iorque, aparece como mecanismo indispensável para sustentação da ordem de privilégios e de um sistema de dominação em que as relações pessoais são indispensáveis para conservação dos laços de subordinação. Como já aludimos no capítulo anterior, essas características encontram suas bases nas redes de favores hierarquicamente constituídas pelos coronéis políticos.

Em ritmo acelerado de trabalho, bastou iniciar o desmatamento da área e as construções das casas para surgirem novos conflitos e descontentamentos entre os moradores e os técnicos da Companhia. Os motivos, desta feita, foram provocados pelo pouco aproveitamento da mão-de-obra local. Dentre os entrevistados, com exceção do Seu Pedro, e Dona Maria do Carmo não encontramos outro morador que tenha

²⁸⁶ Jornal o Imparcial de 24 de abril de 1968.

trabalhado nas empreiteiras encarregadas de construir a nova cidade.²⁸⁷ Neste sentido, de acordo com os nossos interlocutores a principal justificativa encontrada pelas empresas para este pouquíssimo aproveitamento dos moradores no canteiro de obras, foi que na velha cidade não se tinha mão-de-obra qualificada, já que a maioria das pessoas pouco ou nada entendia de construção civil. Sendo assim, a grande maioria dos operários que trabalhavam na construção da nova cidade eram provenientes de outros estados. Segundo Dona Maria do Carmo:

Vinham da Bahia, eles vieram da Bahia, esses eu conheci da Soares Leônidas. Agora, da Pereira de Carvalho, eu não sei dizer da onde eram. Agora da Soares eu sabia porque teve lá comigo, conversavam enquanto comiam. Até que esse Orlando disse: dona Maria do Carmo, quando eu vim para cá, não sabia nem que existia Nova Iorque, pensei que era só nos Estados Unidos... Eles moravam em Feira de Santana. Tinha gente de Nova Iorque, mais era muito pouco vista do tamanho do trabalho.²⁸⁸

Na lista do Seu Chico Leite, os números dos estados de onde provinham estes operários se ampliam: “os empregados eram quase tudo de fora: da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará. Os daqui também trabalhavam, mais eram poucos, a maioria era de fora”.²⁸⁹ Outra possível explicação para este pouco aproveitamento, provavelmente seja o fato dessas construtoras possuírem suas sedes nos estados de Pernambuco e Bahia, como era caso da Pereira de Carvalho e da Soares Leônidas respectivamente. Dessa forma, estas empresas certamente já contavam em seu *staff* com os operários dos seus estados de origem. Com a construção da barragem ocorreu um acentuado fluxo migratório para área da mesma, sobretudo pela oferta de trabalho. De acordo com o relatório multi setorial, parte dessa população que ocorreu àquela área provinha do centro-sul do país. Estas pessoas representavam a mão-de-obra especializada trazidas pelas empresas construtoras. Como já frisamos o efetivo complementar dessa mão-de-obra, procedeu dos estados do Maranhão e Piauí, o que provocou um remanejamento espacial de habitantes para área de influência próxima da barragem.

O fluxo migratório para região foi além da oferta de trabalho criando problemas de grandes proporções. Diante desse novo fenômeno surgiram aglomerações espontâneas, desordenadas e dispersas em torno da construção da Boa Esperança. As

²⁸⁷ De acordo com as informações dos nossos depoentes, Seu Pedro trabalhava de agrimensor medindo a vazante do rio com os engenheiros; Já dona Maria do Carmo trabalhou de cozinheira dos operários.

²⁸⁸ Dona Maria do Carmo, 75 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 12/05/2006.

²⁸⁹ Seu Chico Leite, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03/04/2008.

péssimas condições desses aglomerados, destituídos dos mínimos recursos de infraestrutura e de serviços sociais básicos que atendesse as necessidades primárias dessas populações, na visão dos técnicos da companhia, passaram a se constituir numa ameaça de doenças em massa e que poderia inclusive comprometer à produtividade da mão-de-obra. Dentre estes aglomerados destacavam-se, devido sua proporção, os de Coqueiros no Piauí e Riacho dos Macacos no Maranhão. Para além das pessoas que migravam em busca de emprego, também ocorreu para esta região alguns comerciantes atraídos pelo aumento das atividades comerciais e serviços os mais diversos. Nas proximidades da grande obra registrou-se o surgimento de estabelecimentos comerciais em franca concorrência com a praça existente na cidade de Floriano no Piauí, a maior da região. De acordo com o relatório da COHEBE, “em fins de 64/princípio de 1965, afluíu à área cerca de 900 pessoas como contingente inicial que cresceu numa taxa de 17% ao mês”.²⁹⁰

Seja como for, enquanto se construía a nova cidade, as “moças da COHEBE, seguiam atuando junto à população através dos seus programas cuja intenção era de prepará-los para as mudanças. De casa em casa as assistentes sociais desenvolveram um trabalho de cadastramento dos moradores objetivando fazer um levantamento total das famílias que seriam transferidas e que receberiam casas através do sistema de permuta. Nesse contexto, torna-se importante frisar que conforme os critérios adotados pela companhia para a distribuição das novas residências se consideravam apenas o grupo da família nuclear, ou seja, pais e filhos. Este critério, por sua vez, determinava a quantidade de cômodos que cada casa deveria conter. Todavia, este conceito de família nuclear confrontava-se com os considerados pelos moradores. Sobretudo para as famílias da zona rural, cujo conceito de família era mais extenso. Na zona rural, os filhos, principalmente os homens, eram tidos como força indispensável na produção da lavoura. Ao se casarem, normalmente, estes apenas acrescentavam mais um cômodo à casa dos pais. Ressalta-se ainda que este critério não levava em conta como membro da família até mesmo os parentes idosos, não tendo este direito a um cômodo só para ele nas casas que seriam entregues.

O depoimento de dona Deusa é revelador desse conflito:

A distribuição era feita assim: por exemplo, eles perguntavam: quantos moram com você? Tenho dois filhos morando, mas ele só tá passando uma

²⁹⁰ Relatório de programação multi setorial. Recife: COHEBE, 1965/1968. p. 9.

temporada, aí aquele não tinha quarto. Aí como nós tinha duas filhas, foi um quarto, aí tinha o do casal, então dois quartos. Eu recebi uma casa de três porque tinha um tio do Pedro que morava com a gente. Aí eles (outros moradores) diziam: por que a casa deles tem três quartos se eles só têm duas filhas? Então é quarto deles e das filhas. Aí as assistentes sociais disseram: quem acha certo que Seu Cazuzo durma com Seu Pedro e Dona Deusa ou com as filhas deles, com quem vocês acham certo Seu Cazuzo dormir? Aí ficaram parados olhando. Era porque eles achavam que a gente era protegido porque o Pedro trabalhava com eles, mais não era, todo mundo tinha direito.²⁹¹

O caso em questão se constitui numa exceção entre os moradores. Embora nossa interlocutora procura demonstrar que era um direito do agregado da família receber um cômodo na casa, esta visão fugia aos critérios adotados pela companhia. Sendo assim, pode-se dizer que a concessão teve a influência do marido pelo fato do mesmo trabalhar na COHEBE. É o próprio Seu Pedro que nos conta:

A quantidade de gente era o tamanho da casa. Eu, duas filhas e a mulher eram dois cômodos. Agora, eu tinha um tio meu que morava comigo. Aí elas não queriam me dá uma casa com três quarto. Aí eu trabalhava na barragem, conhecia todo moleque, eu digo: é muito interessante, eu vou saber lá do Dr., Normam, que era superintendente, mandou vocês aqui, aí meu tio vai dormir com minhas filhas ou vai dormir comigo e minha mulher? Eu tô explicando pra vocês e vou saber do Dr. Normam se é assim. Não rapaz, não precisa tu ir lá não, nós vamos te dar uma casa de três quartos.²⁹²

Como se vê, os critérios que avaliavam e determinavam o tamanho e a distribuição das casas foram motivos de descontentamentos e de conflitos não só entre os moradores e as assistentes sociais, assim como entre os próprios. Nos dois depoimentos apresentados acima embora se trate de um casal, revelam diferentes desfechos. Para dona Deusa o impasse que determinou o tamanho da casa que recebera tratava-se de uma questão de direito, mesmo diante da suspeita de que sua família era protegida; já Seu Pedro, nos mostra que o desfecho do impasse e do conflito deu-se mediante sua relação de influência perante o superintendente, pois o mesmo trabalhava na companhia e mantinha certa intimidade com os engenheiros da grande obra da Boa Esperança.

Ainda no que diz respeito às distribuições das casas na nova cidade, outro problema se apresenta: o dos agregados que moravam nas fazendas. De acordo com os critérios da companhia, só teria direito de permuta quem possuíssem títulos de proprietários das suas residências. Neste caso, como estes moravam de favor, a orientação das assistentes sociais era que os mesmos negociassem com os patrões para

²⁹¹ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/04/2008.

²⁹² Senhor Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

autorizarem dizer que a casa em que moravam lhes pertencia. Que solicitasse ao patrão a construção de um rancho. No entanto, dessa autorização nascia outra negociação. Segundo informações dos nossos interlocutores, alguns proprietários estabeleceram com seus moradores um pacto sustentado pela palavra, já que neste universo e por esta época esta era motivo de honra. Este trato consistia do seguinte acordo: como a escritura da casa ficaria no nome do agregado, este deveria entregar a mesma para o patrão, ficando firmado o pacto de que quando o suposto proprietário morresse a casa seria sua e não da família. Por outro lado, também ocorreram casos em que os proprietários não autorizavam e as pessoas acabavam ficando sem receber casa na nova cidade. Essa interpretação encontra fundamento nas lembranças dos nossos interlocutores, sendo que a narrativa de Dona Deusa é exemplar neste sentido:

A maioria era gente pobre que não tinha casa. Aqueles que não tinham casa viviam na casa dos ricos, elas eram boas. Dona Olga dizia, mas nunca esclarecia: faça um ranchinho, uma casinha. Aí a mulher dizia: eu não posso, não tenho terra, morro no terreno de seu fulano de tal. Ela dizia: peça pra ele pra você fazer seu ranchinho. Aí aqueles espertos diziam: quem tiver uma casinha, nem que seja humildizinha, ganha uma casa... Aí os homens diziam que a casa era dele, porque vivia a custa dele. Quando por morte sua, a casa passa ser minha. Teve muita gente assim, deles ricos que deu para os empregados, mas foi lá pegar a escritura porque ela passou a morar numa casa melhor, até então foi isso. Agora, quando morreu, não passou para os filhos, era do patrão. Aqui tinha esse tipo de coisa. Aí, quando terminou que foi fazer a escritura era no nome daquela pessoa que tava morando... Mas aí eles já tinham passado a língua neles, eles botavam tudo no nome, mais quando morria passava pro patrão. Aqui tem gente que tem quatro, cinco casas, o filho tem farmácia, era dessas pessoas que moravam no terreno deles, fizeram tudo no nome dela, mais quando morreu passou pro filho do patrão, pois foi feito o negócio assim.²⁹³

Diante dos critérios de distribuição das casas, as questões foram se desdobrando e as assistentes sociais se depararam com mais um problema: o que fazer com as pessoas que não tinha direito a receber casas na nova cidade? A solução para essa problemática veio através da negociação com os próprios moradores. Por intermédio de um pacto firmado com aqueles que receberiam casas novas, todo material de suas casas, prédios públicos a serem demolidos seriam doados para quem não foi atendido pelo programa. Para tanto, a COHEBE criou o Programa de Ajuda Mútua (PAM), cuja mão-de-obra para essas construções sairia da própria comunidade. Nesse aspecto, têm-se noção dos filetes de imagens desse processo de construção da nova cidade. A mesma acontece em duas direções, como se fossem duas cidades a serem construídas separadamente. Por um lado, enquanto os operários das empresas erguiam as casas dos moradores que seriam

²⁹³ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/04/2008.

beneficiados, utilizando todo tipo de material novo e dentro dos padrões racionalistas de urbanização, por outro, em regime de mutirão a própria população, valendo-se das sobras dos materiais velhos, doados e retirados das casas que ficariam submersas, erguiam suas próprias residências. Entretanto, vale dizer que sob a vigilância e orientação dos técnicos da própria companhia. Creio que desnecessário seria dizer que a grande maioria destes moradores atendidos pelo PAM foram àqueles que não se enquadravam nos critérios determinado pela COHEBE. Os espaços oferecidos a estes moradores foram os lotes localizados às margens do projeto urbanísticos moderno. Mais uma vez é dona Deusa que nos esclarece esta situação:

Eram as pessoas que moravam com parentes, com seus pais, porque tinha muitos filhos que moravam com os pais, principalmente no interior. Antes de tudo, tinham as pessoas que não tinham de jeito nenhum como receber casa. Então, estas pessoas que não tinham de maneira nenhuma como receber casa, eu que recebi minha casa, tinha que dá o material da minha casa velha para aqueles que não recebeu. Aí eles tiravam a telha, a madeira, o que pudesse tirar daquela casa e botava num ponto. Aí a COHEBE ia lá buscar e procurava um lote, um lugar e botavam eles para construir sua casa. Porque tinha gente que não teve oportunidade de receber casa, porque não tinha casa, não tinha como fazer, não tinha pra onde correr. Aí todo material dessas casas que caiu, foi tirado antes das águas chegarem. E assim foi que estas pessoas tiveram suas casas, pois se não fosse não teriam, ficaria na rua.²⁹⁴

Nas palavras dos nossos interlocutores, todo este processo de mudança do espaço físico da cidade “foi uma revolução”. Como já frisamos, a cidade se viu dividida diante das expectativas e das promessas de desenvolvimento e de progresso, causando as mais diversas reações entre os moradores: “uns se revoltavam pra um rumo, outros se alegravam pra outro”. Dentre os que se revoltaram estavam os considerados ricos, os donos das terras que viam neste processo uma desvantagem, sobretudo porque atingiria seu poder em relação à grande maioria dos moradores. Já os que se alegravam estavam representados justamente pelas pessoas que anos a fio de sua vida viveram na condição de agregados e sob a batuta de um regime de submissão orquestrado pelos grandes proprietários de terras. Nesse sentido, a construção da nova cidade não só diminuiria o poder de mando dos proprietários, como os colocavam numa posição de quase igualdade social, sendo este um dos principais motivos de suas revoltas. Assim lembra Dona Maria do Carmo:

Moço, isso foi uma revolução! O pessoal que tinha dinheiro, que tinha recurso, que tinha terra, que tinha gado, não sei quantas mil casas na cidade velha, tudo ficaram revoltados. E a parte do pobre, que não tinha casa, que não tinha onde trabalhar, que era tudo agregado daquele pessoal rico ficaram

²⁹⁴ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/04/2008.

mais animados. Mais foi uma revolução dentro da cidade. Uns se revoltavam pro um lado, outros se alegravam pra outro. Agora, quem mais sentiu, quem mais foi contra, foi o pessoal que tinha condição. Vixe, eles ficavam com raiva até da casa que os pobres recebiam, porque o povo recebia igual à deles.²⁹⁵

Para além das insatisfações dos pobres receberem uma casa de alvenaria e em condições semelhantes às suas, os proprietários vão mais além. Valendo-se dos “boatos” como estratégias procuravam criar um bloco de resistência aos trabalhos realizados pelas assistentes sociais. Tanto na zona rural quanto urbana, estes artifícios visavam dificultar as relações entre estas funcionárias e os moradores. Tais “boatos” espalhavam notícias que iam em direção contrária do que era anunciado pela companhia, atribuindo um aspecto negativo aos programas desenvolvidos pelas “agentes técnicas”. Inicialmente os efeitos dessa estratégia provocaram reações de “desconfiança, insegurança, pessimismo ou indiferença” por parte das populações. Do ponto de vista da companhia, os proprietários rurais pressionavam os trabalhadores com objetivo de “mantê-los subordinados à antiga estrutura de produção”, ao mesmo tempo em que visavam evitar que a população incorporasse as novas atitudes motivadas pelos “agentes técnicos”:

Ocorrendo com muita frequência a divulgação de “boatos” na área, modificavam-se negativamente as novas atitudes dos habitantes locais motivadas anteriormente pelos agentes técnicos. Passavam a revelar desconfiança, insegurança e pessimismo ou indiferença. Entre os principais personagens responsáveis pela difusão de certos “boatos” destacavam-se os proprietários rurais que recorriam a estes artifícios para fazer pressão moral sobre os trabalhadores rurais a fim de mantê-los subordinados à antiga estrutura de produção.²⁹⁶

As atitudes dos proprietários rurais em querer sabotar as ações dos programas e promover m clima de incertezas, desconfianças foram umas das poucas formas de protestos ao projeto de construção da hidroelétrica. Num universo marcado pela estreita vigilância do regime militar, os protestos não ultrapassam as raias dos “boatos”. Como diz Seu Chico: “os protestos eram só do coração”. Contudo, vale ressaltar que estes “boatos” não se constituem num ato isolado dos proprietários de Nova Iorque. Os mesmos aconteceram no município de Guadalupe, cujas suas sedes foram as duas mais atingidas pela construção da Boa Esperança. Todavia, diferentemente de Guadalupe no Piauí, em Nova Iorque os trabalhos da companhia também encontraram resistência por parte do prefeito. De acordo com relatório da COHEBE, o prefeito manteve-se ausente

²⁹⁵ Dona Maria do Carmo, 75 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 12/05/2006.

²⁹⁶ Programa multi setorial. Recife: COHEBE, 1965/68. p. 27.

de quaisquer responsabilidades quanto aos projetos, não esboçando nenhum tipo de iniciativa por parte do governo municipal e atribuindo todas as responsabilidades à companhia. Seja como for, tanto a construção da represa quanto das novas cidades seguiram a passos largos, indiferentes a todos e quaisquer “boatos” ventilados pelos proprietários ou a resistência do prefeito. Concluída as obras de infra-estrutura da nova cidade era chagado o momento da mudança. A rigor, pode-se dizer que a transferência da população acontecia na medida em que se iam aprontando os lotes das casas, fato este que aumentava ainda mais o descontentamento e a desconfiança dos moradores. De acordo com as informações dos nossos interlocutores, assim que os operários aprontavam um lote de casas, as assistentes sociais levavam as pessoas para escolherem onde queriam ficar morando. No entanto, as ruas eram determinadas por estas:

Era por etapa. Era assim: ia alagando e ia mudando aquelas pessoas. Aprontava dez casas e pegava dez de lá que tava próxima da água e trazia para cá. Trabalhava noite e dia, aprontava mais dez e trazia mais dez que tava com a água chegando na porta. A cidade não inundou de uma só vez, foi inundando devagar. Eles trabalhavam noite e dia pra tirar todo mundo, aí quando fecharam as comportas, já tinha tirado todo mundo.²⁹⁷

A transferência da população aconteceu quando a nova cidade ainda se encontrava inacabada. Ao contrário do que era anunciado pela companhia como uma cidade moderna que ofereceria condições das pessoas melhorarem suas vidas, nas lembranças dos moradores, o projeto urbanístico da mesma ficou pela metade. A Nova-Nova-Nova Iorque que lhes fora entregue aos moradores se revela em pior estado do que a velha cidade, considerada pelos arquitetos como um modelo vernacular, típico das cidades antigas e sem planejamento. De acordo com nossos interlocutores, a cidade que foi entregue para a população se apresentava sem calçamento, sem energia elétrica e sem abastecimento de água potável, ou seja, apenas com as casas prontas e sem o cumprimento de nenhuma das promessas que lhes eram oferecidas:

Assim que nós mudamos pra cá isso era só mato, as ruas era só piçarra porque num tinha calçamento, uma poeira dos infernos. A água era horrível ninguém podia tomar de salobra que era... Muita gente ia buscar no rio. Quando era de noite, todo mundo no escuro só com uma lamparazinha, não tinha luz elétrica. O mufumbo (um tipo de mato) bem aí, tapando tudo, isso tudo era mufumbo. Quando dava seis horas da tarde, você só escutava o caburé e o bacurau cantar (tipos de aves de rapina). Não entregaram com energia. Entregaram sem energia, só com os postes de madeira enfiado. Passou muito tempo sem energia. Depois que resolveu botar, a energia veio

²⁹⁷ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/04/2008.

de Pastos Bons. Pra mim era pior que na cidade velha, lá tinha umas ruas calçada e aqui nem isso tinha.²⁹⁸

Seu Leão também confirma que

Essa cidade só não tá do mesmo jeito que eles entregaram, porque aqui teve o Euvaldo Neiva, que na época foi prefeito e calçou ela todinha. A COHEBE entregou sem calçamento. Ele também fez este clube que também não tinha. A cidade era cheia de mato rapaz, só com o tempo é que foi se ajeitando. Entregaram também sem energia. Veja só, a cidade velha foi destruída justamente por conta da barragem que era pra gerar energia.²⁹⁹



Arruamento da cidade nova de Nova Iorque

Noutro depoimento, através dos fragmentos de memórias do Seu Pedro, este sistema adotado pela COHEBE, para transferência da população, teria deixado a cidade dividida. Na medida em que se aprontavam um lote de casas e as águas se aproximavam das casas da velha cidade os moradores eram transferidos, de modo que enquanto a metade da população já estava na nova cidade, outra metade ainda permanecia na velha, aumento ainda mais o clima de insegurança e incertezas das pessoas:

A cidade ficou dividida, com uns morando aqui e outros morando lá. Porque umas casas já estavam debaixo d' água e outras ainda estava boa e a firma ainda não tinha terminado e enquanto não terminasse não podia trazer o restante, ficou um bocado de gente lá e outros aqui. Os carros da COHEBE ficavam de lá pra cá trazendo água, trazendo isso, trazendo aquilo e era

²⁹⁸ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

²⁹⁹ Seu Leão, 88 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 04/04/2008.

dividido. Com isso tinha neguinho que achava que não ia ganhar casa. Tudo era motivo do povo desconfiar.³⁰⁰

Outra situação que provocou reclamações e descontentamento dos moradores, diz respeito à falta de privacidade que as novas residências não ofereciam. Acostumados ao padrão arquitetônico da velha cidade, cujas casas eram construídas parede com parede à do vizinho, com quintais murados ou cercados com talos, os modelos das novas casas causava estranhamento e reclamações. Os conflitos se intensificam quando a orientação dos funcionários da COHEBE, dizia que a divisão das mesmas só poderia ser feita mediante a construção de muros, exigência incompatível com a realidade econômica da maioria dos moradores. Seu Cícero Cerola narra os aspectos deste conflito:

Quando nós recebemos estas casas num tinha muro, as casas eram tudo aberta. Essa casa aqui e a outra bem ali, de modo que o vizinho sabia de tudo que se fazia aqui. Sem contar que era um vizinho que você não conhecia. Outra coisa: num podia cercar de talo que as moça logo vinha e dizia que não podia que era feio, que era pra fazer muro. Agora, cumá que os pobre ia arrumar dinheiro pra fazer muro? Num tinha dinheiro nem pra comer, imagina pra fazer muro. Sem contar que tudo isso aqui era só mato.³⁰¹



Modelo de casa construída pela COHEBE

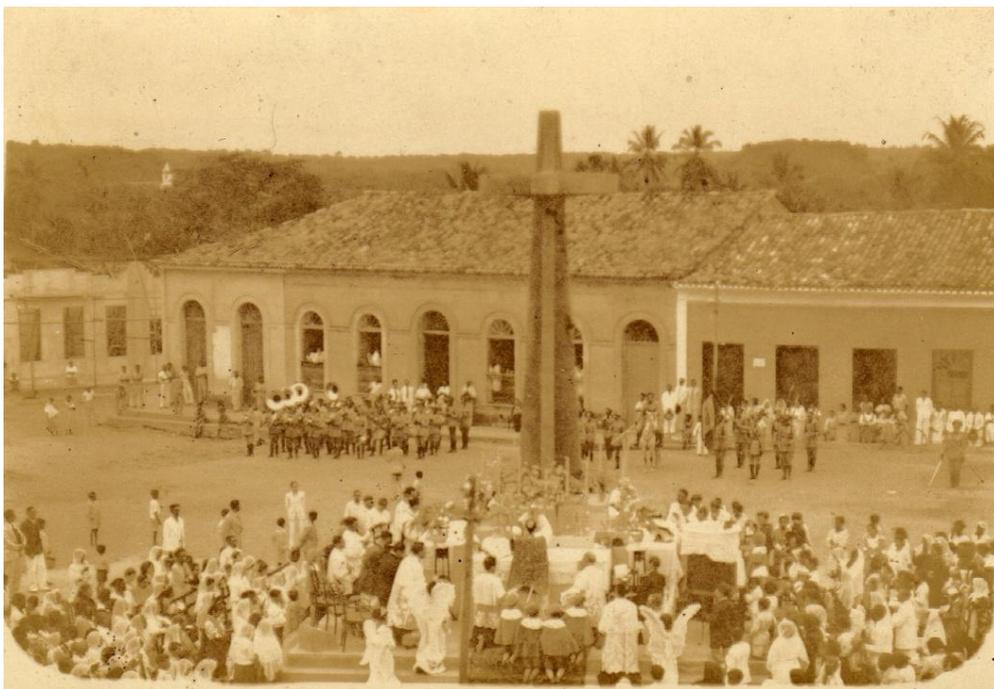
Em meio a todas as transformações ocorridas nas vidas dos moradores, o ponto nevrálgico desse processo foi à procissão da mudança. Simbolicamente este é o momento mais significativo para os moradores de Nova Iorque. Transferir a imagem de Santo Antônio para nova cidade representa para os nova-iorquinos o ponto culminante

³⁰⁰ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

³⁰¹ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

da despedida da velha Nova Iorque. Nas lembranças dos nossos interlocutores, a procissão de Santo Antônio aconteceu como um instante de catarse para os moradores, o ponto catalisador de todos os sentimentos e emoções. Ricos e pobres, brancos e negros, velhos e jovens, adultos e crianças, por um momento deixaram de lado os problemas, suspenderam suas diferenças e uniram-se numa corrente de força para um último sinal de adeus à velha cidade. Sentimentos de dores, tristezas, inconformismo cultuados nas memórias da população e que o tempo não conseguiu apagar.

Com as águas se aproximando das ruas em que ficava a Igreja era chegada à hora de transferir a imagem de Santo Antônio para nova cidade. Às 18:00 hs do dia 17 de novembro de 1968, a multidão se reuniu no pátio da Igreja para assistir a Missa de despedida da velha Nova Iorque, celebrada pelos padres João Correia Tavares e Jesus Moura Soares.



Missa campal que marcou os momentos de despedida da cidade velha

Este ato de fé e devoção pelo padroeiro foi marcado pelas expressões de fortes sentimentalismos e saudades para sempre guardado nas lembranças dos moradores. Após a missa, reuniram-se as imagens de Santo Antonio às imagens do Coração de Jesus, Nossa Senhora e São José. Uma vez que juntaram as imagens deu-se início à procissão. O cortejo seguiu pelas ruas da cidade que ainda não haviam sido totalmente tomadas pelas águas da Boa Esperança numa espécie de marcha fúnebre de despedida.

Por um percurso de cinco quilômetros até a chegada na nova cidade, à população entre cantos e lágrimas acompanhou em procissão de transferência da imagem do padroeiro. Para os moradores esse acontecimento significa o marco da mudança, assim narrado pelo Seu Pedro:

A hora mais sofrida foi quando foi pra trazer o santo. Quando foi pra vim o santo foi uma procissão, procissão de Santo Antônio. Aí todo mundo disse: vamos fazer a procissão que ta tomando a Igreja, a água já ta em tal lugar da paróquia, vamos trazer o santo. A água já tava batendo na escada, bem de junto a porta. Aí saiu aquele mundaréu de gente pelas ruas, uns cantavam outros choravam. Aí juntou tudo quanto era gente, e vieram trazendo o santo cantando até aqui, era uns cinco quilômetros.³⁰²

Ainda de acordo com as informações dos nossos interlocutores, durante todo percurso da procissão, a multidão seguia cantando o hino de despedida da velha cidade:

A eterna despedida.

Adeus Nova Iorque/Torrão velho amigo/ Sempre estou contigo/ Na glória e na dor/ Mais hoje forçado/ Tristonho eu confesso/ De ti me despeço/ Oh! Meu grande amor./ Em nosso desterro/ Que felicidade/Bendigo a saudade/ Que sinto de ti/ Dos dias felizes/ Das horas fagueiras/ Das tuas palmeiras/ Que ficam aqui./ Levando comigo/ A eterna saudade/Da nossa amizade/ Que não se desfaz/ Ficando ali perto/ Serei teu vizinho/ Morrerei sozinho/ E não te vejo mais./ Recordarei sempre/ As belas paisagens/ Bonitas imagens/ Aqui do sertão/ E embora distante/ Do meu braço amado/ Ficará contigo/O meu coração/ Da nossa casinha/ Que prazer nos dava/ Aonde é que estava/ Deus nosso senhor/ E a linda igreja/ Do meu Santo Antônio/ Levarei tristonho/ Junto a minha dor./ Adeus minha terra/ De boa esperança/ Onde a sã vingança/ Não se revelou/ Meus grandes amigos/ Daqui desterrados/ Comigo isolado/ Desejam-me bem/ Por isso eu imploro/ A virgem Maria/ Trazer alegrias/ A inimigos também/ Adeus Parnaíba/ De margem sublime/ Já não me redimes/ Na sede ou calor/ Olhai pra nós todos/ No triste caminho/ Que lá me restou/ Oh! Velha cidade/ Minha doce amiga/ Que ainda mitiga/ Sofrimento meus/ Aceita estes versos/ Que humilde te faço/ E eu vou passo a passo/ Dizendo-te adeus.³⁰³

³⁰² Senhor Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

³⁰³ Letra de Addoral Caminha Reis, ex-morador de Nova Iorque.



Procissão de despedida.

Dentre todos os acontecimentos provocados pela submersão da cidade velha de Nova Iorque, quiçá nenhum tenha sido mais impactante e traumatizante para os moradores do que a inundação do velho cemitério. Difícil seria mensurar em palavras os sentimentos de quem daquele momento em diante deveria que se conformar com a idéia que não mais teria ao seu alcance os símbolos que resguardavam a memória dos seus antepassados. Ao perder das vistas as sepulturas onde estavam depositados os restos mortais dos seus entes queridos, as referências físicas do legado histórico da cidade, representa para os moradores o momento de maior angustia, dor, tristeza, um sofrimento que assim como uma tatuagem, para sempre ficaria gravado na pele. Seu Pedro assim narra este momento de sofregid o para os moradores:

A  gua vinha por todos os becos... Aí nós ficamos. Vamos ver todo mundo no cemitério rezar pra lá e as sepulturas enchendo de  gua. Uns choravam pra lá e outros se maldiziam aquele negócio inteiro. Uma calamidade! Mais o pior mesmo foi o cemitério, rap , aquilo ali foi assim: era como se os parente tivesse morrido de novo. Morreu duas vezes e dessa vez era pior porque nem sepultura tinha mais, nem pra se acender uma vela.³⁰⁴

Diante da atmosfera que envolvia estes acontecimentos, quiçá por respeito aos seus antepassados ou por supersti o ou ainda por obediência aos cânones da religiosidade em que no imaginário popular os mortos são sagrados, nenhum dos

³⁰⁴ Senhor Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

moradores ousou transferir os restos mortais dos seus para o cemitério da nova cidade. Todavia, houve uma exceção. Num gesto de ousadia, talvez de destemor, ou por puro ato de devoção, o ex-prefeito da cidade Antonio Carlos, mandou exumar e remover os restos mortais de Mariquinha Fonfon e sepultar no cemitério da nova cidade. Consta do imaginário da religiosidade popular de Nova Iorque, que Fonfon realizava os pedidos de promessas das pessoas. Seja como for, a história dessa personagem é cheia de lacunas. De uma forma ou de outra sua representação como milagreira permeia o imaginário social da cidade. Não se sabe ao certo quem foi Mariquinha Fonfon: de onde veio, qual a família pertencia, se era rica ou pobre. Todavia, na memória da cidade todos revelam que quando se entenderam no mundo já encontraram essa história, já ouviam dos seus pais.

Duas versões contadas pelos moradores apontam para suas supostas origens. Para uns, ela pertencia a uma família rica da cidade. Passou toda sua juventude a cuidar dos familiares e não se casou. Já se aproximando da velhice, foi acometida por uma grave doença, à época, desconhecida pelos parentes. Dessa forma a moléstia foi se desenvolvendo e aos poucos foi corroendo parte do seu rosto. Envergonhados ou por temor em contrair a mesma, na calada noite os familiares a expulsaram de casa, escondendo-a nos arrabaldes da cidade, onde permaneceu até o dia de sua morte. Quem cantou esta versão foi Seu Benedito Noleto:

Fonfon era uma velha que teve lá na cidade velha. Por sinal, o cadáver, os restos dela foi tirado da sepultura de lá e ta ali. O povo se endeusaram por essa Mariquinha Fonfon e é promessa em cima das outras e ainda hoje fazem promessa. Ela era uma mulher moça velha... Então, essa mulher deu um ferimento no nariz, e naquela época não sabia que era câncer e comeu parte do rosto dela. Dizem que a família expulsou ela de casa e ela foi se esconder fora da cidade. O povo fazia promessa, promessa, promessa e dizia que era válida, era atendido. Agora, teve um prefeito e ele não sei porque fez uma promessa de trazer o cadáver de lá e mandou abrir e tirar os ossos, botaram numa caixa e trouxeram para sepultar ali. Nessas alturas, com mentiras e verdade que eu não sei que não assistir, o tirador do cadáver sentiu um perfume maravilhoso, a história deles né. Quando encontraram os ossos e a cabeça o perfume exalou de dentro do túmulo.³⁰⁵

Para outros, a origem de Mariquinha Fonfon remete aos cabarés. Segundo esta versão, teria sido ela “uma mulher da vida”.³⁰⁶ Após anos sob o comando dos cabarés da cidade, descobriu-se que ela havia sido afetada por uma doença. Diante da gravidade da mesma, optou por se trancafiar num quarto, ficando isolada neste até o dia de sua morte.

³⁰⁵ Seu Benedito Noleto, 81 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/04/2005.

³⁰⁶ Na linguagem local este termo significa Prostituta.

Reza no imaginário popular que ao ser encontrado, pelas outras mulheres do cabaré, seu corpo já estava em estado avançado de putrefação. Foram estas mesmas mulheres que enrolando seu cadáver numa rede, trataram de enterrá-la. Esta versão foi contada por Dona Maria do Carmo que diz ter ouvido de sua mãe:

Mamãe era quem me falava essa história da Mariquinha Fonfon. Diz que era mulher da vida. Aí diz que apareceu uma doença e ela se trancou. Aí, quando encontraram ela, já foi morta. E quem enterrou ela foi as mulher. Pegaram, botaram numa rede e levaram. É essa Mariquinha que o pessoal se apega com ela e vira milagre. Tudo que as pessoas pede pra ela, recebe. Ela foi à única que não ficou debaixo d'água, porque o ex-prefeito mandou arrancar e trouxe pra cá.³⁰⁷

Invenções à parte, mentiras ou verdade, credices ou sandices, mito ou fato, lenda ou não, essa é uma história que passa de boca em boca dos moradores, permeando o imaginário social da cidade. O que se sabe ao certo, é que Mariquinha Fonfon foi à única que teve seus restos mortais removidos da cidade velha e trazidos para a nova cidade. Ou seja, essas histórias parecem encontrar no imaginário social da cidade sua força de inscrição no espaço e no tempo e vivem à espera de serem ouvidas. Como diz Certeau: “os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo”.³⁰⁸

³⁰⁷ Dona Maria do Carmo, 75 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 12/05/2006.

³⁰⁸ CERTEAU, Michel. A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 189.



Túmulo de Mariquinha Fonfon

Invenção à parte, mentiras ou verdades, crendices ou sandices, mito ou fato, lenda ou não, seja como for, essa é uma história que passa de boca em boca dos moradores permeando o imaginário social da cidade e encontra ressonância nas vozes dos mais velhos aos mais jovens. O que se sabe ao certo, é que Mariquinha Fonfon foi à única que teve seus restos mortais removidos da cidade velha e trazidos para a nova cidade. Entre todas as pessoas que entrevistamos e outras que conversamos informalmente, afirmam conhecer alguém na cidade que fora atendido em suas preces feitas à Fonfon. Na ótica que aqui interessa revelar, cabe chamar atenção a força da representação que essas histórias encontram no imaginário popular. No entanto, nas interpretações dos moradores as origens de Mariquinha Fonfon que permeia o imaginário da cidade são marcadas pelas imagens antagônicas. As tramas narrativas de sua trajetória de vida são entrelaçadas e simbolicamente expostas pelos olhares dos moradores atravessados pelas contradições entre casta x puta, entre a vida familiar x a vida mundana, entre a moça requintada x a cafetina dona de bordeis etc. Independente das representações populares, o fato é que essas histórias parecem encontrar no imaginário social da cidade sua força de inscrição no espaço e no tempo e vivem à espera de serem ouvidas. Como diz Certeau: “os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali

antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo”.³⁰⁹

³⁰⁹ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p.189.

CAPÍTULO IV

VELHA NOVA IORQUE: CIDADE DA MEMÓRIA, ESPAÇO DA SAUDADE

IV.1 A velha cidade e seu legado histórico

Corria o ano de 1764, quando chegaram nestas “plagas” os primeiros bandeirantes. Procedentes dos Estados de Pernambuco e Bahia, estes iniciaram o processo de aglomerações pelos sertões maranhenses. Após cruzarem as águas do Rio Parnaíba, os aventureiros fundaram o povoado que cognominaram de Pastos Bons, distante 24 km das margens do mesmo. Perante uma região que se apresentavam por suas “superabundantes nascentes de água corrente e perene”, da protuberante paisagem natural, esses desbravadores decidiram que aquele espaço seria o lugar onde montariam sua base de apoio, para logo em seguida, iniciar o movimento que culminaria com o processo de ocupação do Sul do Maranhão. As exuberantes condições dos campos naturais teria sido um dos fatores preponderante para a motivação que determinou o avanço desta frente de vaqueiros, que ali viram as condições indispensáveis para o desenvolvimento da pecuária extensiva e itinerante. De acordo com as assertivas de Carlota Carvalho, pretendendo fazer a história desse começo, mediante uma descrição dos aspectos histórico e geográfico da região, registram-se as imagens que tanto teria encantado estes desbravadores nos Sertões:

Transpondo o Parnaíba para situar fazendas de criação de gados, os ocupantes, extasiados, vendo o esplendor e a exuberância da plaga, nominaram-na os pastos bons. Sobretudo, encantava-os a beleza dos campos, a suavidade do clima, a superabundância de nascentes da água corrente e perenes, e a grande quantidade de frutas naturais do país, saborosas como o bacuri, nutritivas como o pequi e a bacaba.³¹⁰

Ressalta-se que antes de chegarem por estas paragens, este “bando” de vaqueiros haviam se deparado com a existência de uma grande fazenda de criação de gado denominada de Sussuapara, localizada às margens esquerda do Parnaíba. De acordo

³¹⁰ CARVALHO, Carlota. O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Imperatriz – MA: Ética, 2000. p. 67. Para se obter informações mais aprofundadas a respeito dos movimentos de ocupação do sul do Maranhão por vaqueiros provindos dos estados de Pernambuco e Bahia, veja também o livro de Maria do Socorro Coelho Cabral: Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

com as informações encontradas na enciclopédia dos Municípios brasileiros, reza que esta fazenda tinha por proprietário o português Domingos do Espírito Santo e Silva. Segundo consta, teria sido este um dos supostos líderes, desde 1839, da revolta dos balaios, na região.³¹¹ Motivo este que seria mais do que suficiente para que o Português se tornasse inimigo do Império Brasileiro. Por outro lado, o mesmo já era procurado pelas autoridades da coroa portuguesa, que a esta altura já havia decretado sua morte e estabelecido uma recompensa para quem o capturasse vivo ou morto. A fazenda Sussuapara servia ainda ao seu proprietário como um estratégico ponto de refúgio, oferecendo ao mesmo um ótimo esconderijo no chamado morro do Urubu.

Numa certa noite, de um determinado dia, carecendo de informações sobre o paradeiro dos seus perseguidores e necessitando de abastecer o esconderijo com gêneros alimentícios, ao chegar à sua casa, Domingos do Espírito Santo fora surpreendido pela presença das tropas do Rei, que se encontrava à sua espera sob o comando do Major Clementino de Sousa Martins, filho do Barão de Oeiras, comarca pertencente à província do Piauí e que lhe deu voz de prisão. Capturado, Domingos fora amarrado num dos mourões do curral da fazenda e exposto como um troféu. Diante do iminente risco de morte do seu esposo, Dona Josefa, teria oferecido ao desafeto dois patações de prata no valor de 960 réis cada um. Foi o preço pago pela soltura do marido. O Major Clementino, por sua vez, fingiu aceitar a proposta da esposa desesperada.

De posse do pagamento acordado, mudou de idéia. Por sua ordem, o prisioneiro fora conduzido para o Porto das Almas, que ficava a 90 km de distância da fazenda, do outro lado do rio. De lá Domingos fora levado para outro local, conhecido como Barra do Rancho. Lá chegando, o então Major Clementino desferiu a sentença de morte. Num julgamento sumário, ordenou aos seus homens que o prisioneiro fosse sangrado até a morte, diante da presença do filho que não abandonou o pai em seu martírio. Anos depois, Dona Josefa teria mandado exumar o cadáver do marido e enterrar seus restos mortais na Igreja de São Bento, localizada no Município de Pastos Bons. Reza ainda no documento e na “paisagem imaginária” da região, a história da “gruta dos defuntos”. Conforme se diz, nesta foram enterrados mais de cem (100) corpos dos “balaaios”, que

³¹¹ IBGE. Nova Iorque. In. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Vol. XV/Maranhão- Piauí. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. pp. 238-241. A Balaiada foi uma revolta de fundo social. De acordo com a historiografia oficial ocorreu no Maranhão entre os anos de 1838 a 1841, quando o “herói” patrono do Exército Duque de Caxias promoveu o extermínio de muitos dos integrantes desse movimento em meio a uma verdadeira carnificina dos revoltados.

junto com seu líder foram capturados na fazenda Sussuapara. Levados para essa gruta, sob as ordens do Major Clementino, que logo após aprisioná-los determinou que fossem executados a sangue frio.³¹²

Embora este assunto escape aos nossos propósitos, acreditamos que a título de exemplificação desses acontecimentos sucedidos em plena revolta da Balaiada, seja importante fazer uso de um fragmento da tese de doutoramento de Flávio José Soares. Conforme o autor, o ainda Coronel Lima Silva, depois Duque de Caxias e futuro patrono do Exército brasileiro, recebeu carta branca do governo imperial para estrangular a revolta, e conseqüentemente seus integrantes. Diferente de todas as outras revoltas que neste período pipocaram país afora, a Balaiada fora a única a receber tratamento diferenciado. Na lógica dos homens do Império, tratava-se de uma rebelião criminosa. Encontrava-se aí o álibi perfeito que justificaria e legitimaria todos os tipos de atrocidades cometidas pelo governo imperial contra os balaios. “Onze mil bandidos”, entre negros, caboclos, sertanejos, portugueses, “gente bárbara, feroz, sanguinária, no conceito e preconceito dos homens que eram ou se diziam de Estado”,³¹³ clamaram por “proteção” diante da “violência esquizofrênica” dos civilizados, seus algozes. Assim afirma Soares:

Com efeito, é no “ódio racial” que se concentra uma das dimensões mais importante da violência da Balaiada com relação a movimentos provinciais paralelos como a Farroupilha ou a Sabinada. Raivosidade que não era apenas de um grupo em relação ao outro, mas dos grupos entre si, embora uns estivessem em condição de “superiores” e outros de “Inferiores”... A principal justificativa para o seu combate era a de que se tratava de um movimento nascido na **criminalidade**, juízo recusado pelos chefes balaios... Nessa conjuntura, decisiva para os destinos do Estado imperial, a Balaiada fora a única revolta a ser combatida com o argumento de tratar-se de um movimento de “onze mil bandidos”... O império, através de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, impôs a paz no Maranhão com base na justificativa de que a Balaiada, de modo algum um movimento político, não passava de ação de bandidos. Embora parte dos chefes clamasse a proteção do Império e da lei, a revolta foi definida como contrária à constituição imperial.³¹⁴

³¹² Não encontramos dados que nos permitissem acompanhar esse percurso e nenhuma outra documentação sobre estes acontecimentos. Portanto, nossa narrativa se ancora nas informações encontradas na enciclopédia dos municípios brasileiros. Todavia, pudemos constatar, através da memória dos nossos interlocutores, fragmentos dispersos que versam sobre estes acontecimentos.

³¹³ ABRANCHES, Dunshee de. *A Esfinge do Grajaú*. São Luís: Alumar, 1993. p. 153.

³¹⁴ Para uma discussão mais aprofundada e desconcertante, ver: SOARES, Flávio José Silva. Tese de doutoramento apresentada no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco em 2008. p. 319 - 333. (grifos do autor). Ainda segundo Soares, “... não consta que a Sabinada (1837/38), a Farroupilha (1835-45) ou as revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo (1842), nenhuma dessas rebeliões merecessem tal avaliação”.

Pois bem. Qual seria o *link*, Nova Iorque e Balaiada? Quiçá nenhum. Talvez muitos! Tal debate escapa à nossa compreensão e competência. Por hora seria suficiente dizer, que tais fragmentos que pululam nessa narrativa histórica apontam, delimitam e fazem ressonar os ecos da origem da cidade de Nova Iorque como sendo a fazenda Sussuapara. Através das narrativas dos moradores, nossos ouvidos captam tais ecos que nos permitem recompor determinados aspectos desse passado. Filho de uma das moradoras mais velhas da cidade de Nova Iorque, e neto de um dos fundadores da mesma, Seu Marcondes conta-nos parte desses fragmentos ouvidos aos longos dos anos e transmitidos através da oralidade. Com os sons do presente, é re-atualizada e ritualizada através das diferentes gerações que lançam novos feixes de luzes sobre as histórias dos primeiros tempos. Os acontecimentos que direcionam as imagens para a representação narrativa dos tempos iniciais da cidade de Nova Iorque, assim são expostos no relato do nosso interlocutor:

Minha mãe me contava (ainda deve contar, pois a mesma estar viva com seus 94 anos) as histórias da origem de Nova Iorque, que ela ouvia do pai dela, pois sou neto de um dos fundadores da cidade: João Henrique Ferreira, que também era português. Então, o primeiro morador que veio aqui pro município de Nova Iorque, que na época era município de Pastos Bons, foi Domingos do Espírito Santo. Foi o primeiro morador, ele morava na fazenda Sussuapara, aqui pertinho dessa cidade de Nova Iorque. Aí começou a história de Nova Iorque, vem daí. Como é que vão prender um cara português e matar? Tem que ter um motivo né, aí se a gente achasse esse motivo seria o início de tudo. Diz ainda que ele era do movimento da Balaiada. Ele foi preso e foi morto pelo filho do Governador de Piauí, aí começou toda história de Nova Iorque.³¹⁵

Com esse relato, nosso interlocutor, abre um leque de imagens. Primeiro a da figura materna assumindo uma dimensão fundamental. Se a família é o eixo em que as lembranças se orientam, a mãe surge como a ponte que ligar o passado ao presente tornando-se o membro proeminente da mesma. Através dos relatos de memória de sua mãe, Seu Marcondes revive os primórdios da cidade que, por sua vez, já é uma (re) interpretação de sua matriarca dos episódios que lhes foram transmitidos por quem viveu os primeiros tempos desta. As imagens do passado chegam até os dias atuais, sendo repassadas de geração para geração como experiência e remetem aos primeiros

³¹⁵ Seu Marcondes, 64 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 08/05/2006.

habitantes da região, caso do seu avô, assumindo com isso o espaço que delimita a identidade do grupo familiar. O ambiente familiar é o filtro por onde se processam todos os acontecimentos. Por intermédio dos adultos chegam ao universo da criança os enredos do nosso passado através de um processo de retroalimentação perpétua. Classicamente, para alguns, a família tem a função de colar os cacos que se despedaçaram. Dar o nó nas pontas soltas da malha doméstica da memória. Colando um pedaço aqui, outro ali, o todo nunca se reconstitui, sempre restando nem que seja uma lasquinha que identifica a falha. Nesta exposição de histórias, o retrato do avô adquire importância como um quadro exposto na galeria dos fundadores da cidade. Das várias camadas de lembranças que vamos acumulando ao longo da vida, muitas delas carregamos e contamos como se fossem nossas. Como diz Ecléia Bosi:

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual.³¹⁶

Visto por este ângulo de observação, por vezes incorporamos em nossa seara da vida aspectos do passado, que nos arremessa a um tempo muito anterior ao nosso nascimento, mas que foi tantas vezes repetido no círculo familiar. Com efeito, ficamos sabendo das vidas e dos feitos dos nossos antepassados, mesmo daqueles que não conhecemos, mas, também, esses passam há nos pertencer no momento em que são lembrados. Nesse propósito a família surge como um relicário em que estão depositadas nossas lembranças. Carregamos na pele as experiências transmitidas aos longos dos anos pelos mais velhos de uma geração à outra, pois “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escrita, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”.³¹⁷ Do campo de imagens que se desvenda, o que aqui nos interessa não é encontrar os rastros das provas que legitime a veracidade dos fatos narrados. Mas, sim, observar e interpretar como se desfiam as pontas dos novelos narrativos que compõem os enredos das histórias da cidade. Importa é assinalar como os acontecimentos ganham forma e se apresentam elaborados, de que maneira que

³¹⁶ BOSI Ecléia. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994. p. 423.

³¹⁷ BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994 – (obras escolhidas v. 1). p. 198.

perduraram até os dias atuais, desvendando um terreno fecundo de possibilidades e de partida para outras tantas narrativas.

Por outro lado, a maneira como Seu Marcondes encontra para narrar às origens da cidade, nos permite aproximá-lo do sentido que Walter Benjamin chama de Narração. Ou seja, para Benjamin, a arte de narrar diz respeito à faculdade do homem de intercambiar experiências. Das características do narrador, ressalta Benjamin: tem um senso prático e sua origem está no povo; é um homem simples, mas que sabe dá conselhos porque tem sabedoria; sua atividade é quase sempre o trabalho artesanal; a utilidade da narrativa consiste sempre em encontrar uma “moral da história”, podendo ser apropriada e interpretada das mais diversas maneiras; é da experiência que retira as histórias que conta; começam suas histórias a partir das circunstâncias que foram informados; imprime sua marca à experiência do ouvinte; dessa forma, os tediosos trabalhos artesanais favoreciam a arte de narrar. Segundo Benjamin, o narrador tem ainda por característica o fato de mergulhar a experiência narrada em sua própria vida, para depois retirá-la e “assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.³¹⁸

A maneira como os moradores de Nova Iorque contam suas lembranças dos primeiros tempos da cidade se assemelham com este narrador benjaminiano. São narrativas baseadas na oralidade e ancoradas nas experiências vividas individual e coletivamente por eles próprios ou retiradas das vivências dos outros. Os fatos e sentimentos os aproximam, no entanto, a maneira como contam e conjugam os elementos das experiências vivenciadas se diferenciam, são únicos. Ao definir os dois tipos clássicos de narradores, “o viajante e o sedentário”, do ponto de vista da análise benjaminiana, abre-se uma possibilidade de encontro. Se considerarmos este segundo tipo de narrador, poder-se-ia dizer que os aspectos da memória exposta pelo nosso interlocutor, muito se aproxima desta definição. Trata-se de um homem que nunca deixou seu país, seu Estado, sua cidade, mas que produz com a lente da sua “experiência” não somente as imagens do passado, das origens da cidade, mas, também, a própria origem da família, o relicário de suas histórias e tradições, pois “também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país

³¹⁸ BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994 – (obras escolhidas v. 1). p. 205.

e que conhece suas histórias e tradições.³¹⁹ Neste cenário, nosso “narrador” mergulha sua experiência narrada em sua própria vida, no ambiente doméstico de quem a viveu.

Nesse sentido, ao se traçar o perfil da cidade, em seus tempos iniciais, assevera-se que após a prisão e o assassinato de Domingos do Espírito Santo, a fazenda Sussuapara acabou e seu porto de embarque passou a chamar porto da Marimba. No universo da região afro-brasileira, Marimba significa um instrumento musical de origem africana, uma espécie de birimbau primitivo, que era usado nas antigas rodas de capoeiras e em alguns rituais religiosos. Se considerarmos a origem do nome do porto isso pode sugerir a presença de um grande contingente populacional negro na região. No caso de Nova Iorque, podemos constatar essa presença através da fala do Seu Benedito Noletto: “A cidade tinha mais preto do que branco. Ave Maria, o povo da África veio morar aqui, eu nunca vir tanto negro. Tinha rua só de negro”.³²⁰

Todavia, foi neste mesmo porto, nesse mesmo cenário marcado por derramamento de sangue, que por volta do ano de 1871, designada pelo governo imperial brasileiro, desembarcou a comissão encarregada de proceder com a limpeza do rio Parnaíba, desobstruindo-o das cachoeiras existentes que impedia a navegabilidade e o desenvolvimento do comércio do alto sertão. À frente desta comissão, encontrava-se o engenheiro nova-iorquino Eduard Burnet. Dona Jesus Neiva, narra aspectos dessa grandiosa empreitada que fora incumbida esta comissão. Esta história está impregnada no imaginário social de Nova Iorque como marco fundador da mesma:

Eles vieram aqui foi justamente para acabar com uma pedra muito grande, que se chamava pedra grande. Essa pedra atrapalhava as viagens marítimas, não dava para passar barco, nem lanchas, não dava para passar nada. Ela pegava da margem do rio, do lado do Maranhão até uma parte do Piauí. Tinham medo porque tudo em baixo era só pedra, pavor de embarcação. Eles vieram fazer este serviço, quebrar esta pedra. Aí foi ele (Burnet) que botou o nome de Nova Iorque, que era Vila Nova.³²¹

Uma vez que cumprira com sua missão, naquele mesmo ano, o *ianque* decidiu-se por se estabelecer na região e mandou construir a primeira casa coberta com telhas do local, símbolo do progresso naquelas paragens. Homem de visão, Burnet tratou simultaneamente de mandar construir uma grande casa de negócios, com objetivos de

³¹⁹ BENJAMIM, Walter. O narrador. In. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994 – (obras escolhidas – 1). p. 197-198.

³²⁰ Seu Benedito Noletto, 81 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/04/2005.

³²¹ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

atrair os sertanejos da região do alto Parnaíba, tornando-se com isso o primeiro grande comerciante da cidade.

Em meados do ano de 1886, a pequena aglomeração é elevada a categoria de Vila por intermédio da lei provincial nº 1382, de 11 de março, passando então a se chamar Vila Nova. Simultaneamente esta fora desmembrada do distrito de Pastos Bons.³²² Aproveitando-se do movimento do porto da Marimba, que depois fora rebatizado de Pintadinha, a Vila tornou-se o principal corredor de escoamento das mercadorias, o mais importante entreposto comercial da região. Expandindo-se cada vez mais, por volta do ano de 1911, a Vila se constituiu como sede administrativa do distrito. Oito anos depois, através da lei estadual nº 833, de 20 de março de 1919, a mesma fora promovida à categoria de município. Nesta escalada, registra-se a colaboração dos primeiros moradores do local, os brasileiros, Bernardino do Espírito Santo e Silva, Justino Neiva de Sousa e o português João Henriques Ferreira os desbravadores e fundadores da cidade. Juntos com o engenheiro norte-americano Eduard Burnet tomaram a decisão de modificar o topônimo de Vila Nova para Nova Iorque, em homenagem à sua terra natal. Já na década de trinta, por força da aprovação de um decreto lei de nº 913, de 30 de agosto de 1935, Nova Iorque passou a responder simultaneamente por suas funções administrativas e por Benedito Leite, ficando dessa forma constituído por dois distritos, até meados dos anos sessenta quando novamente Benedito Leite voltou à categoria de município. Entretanto, somente no ano de 1938, é que Nova Iorque foi definitivamente elevado à categoria de cidade pelo decreto lei de nº 45, de 29 de março do mesmo ano.

Seja como for, a cidade que parecia caminhar em largos passos rumo ao desenvolvimento, sofreria seu primeiro grande abalo. A primeira cidade projetada pelo engenheiro *ianque* às margens do rio Parnaíba, desapareceria da vista arrastada pelas águas do mesmo. Sucede que pelos idos dos anos de 1926, os moradores da primeira Nova Iorque sofreriam seu primeiro grande golpe destruidor. Por ocasião das fortes chuvas que despencaram sobre a cidade, quando “choveu quatro dias, dia e noite sem parar”, os habitantes foram apanhados de surpresa pelo transbordamento do Rio. Em meio à tempestade a cidade fora invadida pelas águas e os moradores experimentaram as primeiras dores trágicas de quem viu tudo ser tragado pelas indomadas correntezas

³²² As datas que usaremos daqui em diante, consta do histórico da cidade e são encontrados no IBGE através do sítio WWW.ibge.gov.br. Aqui também encontramos parte da história do começo da cidade, e que guarda semelhanças com o livro do autor desconhecido.

do Rio Parnaíba. Na ocasião, todas as residências, prédios públicos e casas comerciais foram destruídos pelas forças das águas: “essa enchente é que foi grande, foi que acabou a cidade toda, toda, todinha. Choveu quatro dias, dia e noite sem parar”.³²³ Era a mais completa ruína do esforço de homens e mulheres que por anos a fio lutaram para erguer uma Nova Iorque nas entranhas do sertão do Maranhão.

Dadas as condições de proximidades das margens do rio, da várzea de carnaubeira que existia no local, da anfractuosidade do rio, qualquer precipitação atmosférica mais intensa resultava em enchentes que punha em risco as cidades e povoados situados ao longo das margens do Parnaíba. No entanto, mesmo diante do iminente perigo, ninguém suspeitava que um dia a cidade pudesse ficar totalmente submersa. O desespero galopava sobre as águas do rio que diariamente só aumentava. Perante todas as desgraças que se abateram sobre suas vidas, as autoridades da cidade enviaram pedidos de socorros para os governantes federais e estaduais. Por sua vez, as autoridades públicas de ambas as partes dos governos, taparam os ouvidos para não assuntarem os lamentos mudo do sertão que virou mar. Ignorados, os flagelados foram abandonados a todo tipo de sorte, como se a catástrofe houvesse ocorrida em outra parte do mundo ou em outro remoto tempo, já que parecia se tratar de pessoas nunca antes vistas, estranhas e distantes.

Apresentando pequenas variações sobre os acontecimentos da enchente de 1926, as marcas das destruições foram recordadas por Dona Jesus Neiva, que à época era apenas uma criança:

Eu era pequena mais me lembro muito bem. A inundação não veio do rio, ela veio foi por parte da terra, porque era tipo assim: uma várzea de carnaúba muito bonita com muito pé de carnaubeira. Era uma vista linda e tinha um riacho, que se chamava riacho do Teixeira (riacho do meio). Um riacho muito potente e quando tinha chuva forte ele transbordava também. Então a inundação não veio pelo rio porque era muito alto. Embora eles tinham cortado a pedra, que lá tinha uma pedra muito grande, que aliás se chamava pedra grande. Ainda assim ficou uma parte de difícil acesso. Então a inundação veio, aí nós mudamos para esse local que se tornou Nova Iorque, que nós chamamos de cidade velha. Eu me lembro que se mudou pra lá, foi uma coisa muito rápida, mamãe se apavorou. Papai tinha um amigo que tinha uma casa muito grande, era só ele e a mulher e a gente se alojou lá. Aí à noite, isso eu me lembro que era menina, a gente só ouvia era parede caindo. Aí o pessoal foi se passando pra lá e lá se formou, todo mundo foi fazendo seus casebrezinhos. Depois é que foram fazendo suas casas. A terra era de papai, que deu pro povo e pra igreja. Os governos não ajudaram em nada.³²⁴

³²³ Dona Mariquinha, 94 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/02/2005.

³²⁴ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

Na memória de Dona Mariquinha, embora fosse um pouco mais velha do que Dona Jesus, mas também uma menina, a lembrança desse episódio se diferencia. Para esta, as águas que destruíram a cidade são conseqüências do transbordamento do rio e não do riacho, como narra Dona Jesus. Dessa maneira, assim são narradas às imagens dessa enchente por Dona Mariquinha:

Situação doída, pois a água vinha, vinha... Quando ela vinha de novo, ficava na frente lá de casa. Meu pai dizia: menina, eu vou mudar porque essa água ta vindo rápida demais. Ele tinha bote, canoa e passou a noite todinha mudando o povo, e quando foi de manhã, a água já cobria por cima a cidade, dentro da cidade. Foi rápida a enchente. Era como água de riacho rebolando tudo, não ficou nem uma casa, só restou duas casas que ficava no alto... Foi em março de 1926. Durante três dias, cinco dias, oito dias a água ficou parada. Acabou com Nova Iorque. Depois começou baixar o rio e depois dessa enchente ficou o lago. Uma coisa horrível. A gente não voltou mais pra lá não. Aí começaram a construir as casas. Aí construíram de novo a cidade, tudo. Cada um dos moradores que construíram suas casas, num teve ajuda de nada de governo.³²⁵

Como se vê, os depoimentos refazem por intermédio das lembranças as imagens da enchente que assolou a cidade e que toma por referência a própria vida. Esses quadros da enchente expostos pelas memórias das nossas interlocutoras suscitam, no período de 1926, um conjunto de circunstâncias de calamidade que estavam sujeitos às populações que habitavam nas proximidades das margens do rio. Nota-se também que neste invólucro os descasos dos governantes são lembrados por nossas depoentes. Nesse ínterim, abandonados à própria sorte, salvo raríssima exceção, toda população cuidou de construir seus “casebrezinhos” onde ficaram provisoriamente morando até que a Nova-Nova Iorque fosse reconstruída. A partir dos depoimentos das nossas interlocutoras, abre-se uma brecha para outra interpretação dos fatos. No episódio desta catástrofe, as memórias se revelam conflitantes. As pequenas variações dos acontecimentos se fazem notar em conformidade ao que Alessandro Portelli classificou como “a memória dividida”. Embora a enchente aponte para pontos em comum da memória coletiva, cada indivíduo particularmente, ao longo dos tempos, através de suas reminiscências extraem diferentes aspectos dos acontecimentos organizando-os de “forma idiossincrática”. Nestes termos, segundo o autor, não se pode perder de vista que a constituição da memória ou o ato de “lembrar são sempre individuais”. Ou seja, quem lembra são as pessoas e não os grupos. Tal perspectiva de análise confronta-se com a definição da “memória coletiva” propagada por Maurice Halbwachs, pois para este autor, a memória

³²⁵ Dona Mariquinha, 94 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/02/2005.

individual não existe se não estiver relacionada com a memória do grupo que fazemos partes. Nesse sentido, para Portelli,

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira... Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, medida por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles.³²⁶

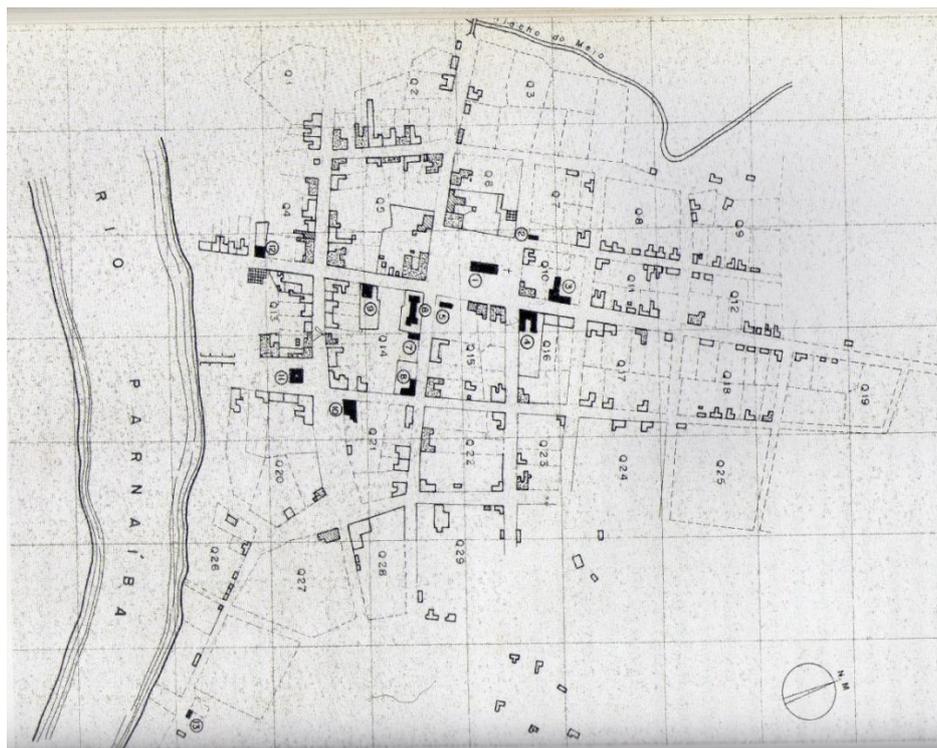
Conquanto seja, neste cenário de destruição, desolamento e abandono, destacam-se o importante papel desempenhado pelo prefeito Manuel José de Santana, mais conhecido por Coronel Santana, um dos fundadores da cidade que se esvaiu água abaixo. Próspero fazendeiro, sertanejo de poucas letras, registra-se sua atuação, tratando de amenizar o sofrimento que infestava o município. Dentro de suas possibilidades procurou incentivar a população, doando suas terras para que tudo recomeçasse novamente. Diante da tragédia a vida não podia parar. O comércio voltou a funcionar ao relento, tendo por proteção apenas as copas das frondosas árvores. Imbuídos num sentimento de comunhão, como se pertencessem a uma única família, através de ajuda mútua, numa prova de cooperação e superação do homem do sertão tão íntimo das adversidades naturais, aos poucos a cidade fora retomando sua rotina.

Mas do que isso: a superação vem acompanhada de uma espécie de revolta muda contra os descasos dos governantes que se mantiveram alheios aos clamores dos sertanejos. Durante dia e noite, de sol a sol, a população se lançava na empreitada de erguer a Nova-Nova Iorque. É importante não perder de vistas que se valeram dos próprios recursos, pois a pobre prefeitura que recolhia a minguada quantia de sete (7) contos de reis de impostos, anualmente, nada podia fazer. Talvez o mais incrível disso tudo, foi que neste mesmo ano, um pouco mais acima do local antes escolhido por Edward Burnet, a cidade fora totalmente reconstruída, igualzinha à dantes existente, com suas treze ruas e três praças.³²⁷ A empreitada dos moradores em reconstruir a

³²⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 127-128.

³²⁷ São estas as ruas: João Henrique Ferreira, Justino Neiva, Bernardino do Espírito Santo (homenagem aos fundadores da cidade), Magalhães de Almeida, Coêlho Neto, Sete de Setembro, Dom Pedro II,

cidade, ultrapassa os planos arquitetônicos. Para além da estrutura física, também se esforçaram por se manter os mesmos blocos de vizinhanças antes constituídos. Ou seja, nesta nova disposição da cidade, virtualmente nada mudara. As pessoas continuaram morando na mesma rua, tendo por vizinhos os mesmos de antes. No entanto, além disso, também se reproduziram as mesmas estruturas de valores morais, sociais e culturais, preconceitos, visão de mundo, hábitos, poder de mando, violência física e simbólica. A cidade retomava sua rotina cotidiana do mundo do trabalho, em que tudo separa.



Planta da velha cidade de Nova Iorque.

Era uma prova não só de superação, mas da capacidade de reprodução do que havia desaparecido das vistas. Em conformidade ao projeto da planta original desenhada pelo engenheiro *ianque*, tratava-se de uma cópia da cidade reconstruída noutra espaço. Com o passar dos anos, a Nova-Nova Iorque fora consolidando suas formas, seus estilos de vida. Antes de novamente desaparecer nas águas da Boa Esperança, a sede do município contava com o total de duzentos (200) prédios entre residenciais e comerciais, um (01) mercado público, uma (01) cadeia pública, dois (01) clubes, um da elite (Casino nova-iorquino) um dos artesãos (União Artística Operário de Nova Iorque) e uma (01) Escola de ensino fundamental. Em termos estéticos, visualmente a cidade se

Benjamim Constant, José Bonifácio, Rua Nova, Rua do Lírio, Rua da Mangueira e Rua da Taipoca. As praças são: Praça da Bandeira, Praça do Mercado e Praça Coronel José Leão.

mantivera igual. Algumas casas permaneceram cobertas com palhas de babaçu, enquanto outras, as das famílias mais abastadas eram cobertas com telhas. Nos arrabaldes da cidade, principalmente, estavam estampados os modelos típicos da região. Sua rústica estética era composta com casas de paredes de taipa (barro) com teto de palha, ou, ainda, com aquelas completamente de palhas. Nos relatos de memória dos moradores não raros eram os incêndios. Em poucos minutos estas casas eram totalmente consumidas pelas labaredas de fogos. Nesses casos restavam apenas às dores e lágrimas de quem tudo pedia, misturadas às cinzas escuras dos escombros. Seu Chico Cerola narra:

Lá na cidade velha, quando queimava, era um monte de casa, porque nessa época lá as paredes era tudo de palha. Às vezes essa parede bem aqui era o quarto, digamos, quando pegava fogo... Qualquer faísca, soltação de foguete era perigoso. Porque se incendiasse uma casa, aí queimava era muita mesmo. Feliz era aquele que tirava alguma coisa a tempo, outros não dava pra tirar.³²⁸

Já Dona Teresa rememora os tempos marcados pela insegurança, pelo medo de sair de casa e ao retornar encontrar somente um monte cinza, como testemunho dos rastros deixados pelas labaredas incandescentes. Desse micro universo, ela apreende as lembranças que desvendam a dor de perder o pouco ou quase nada que tinham esses moradores. Ao mesmo tempo, também se revela as disparidades sociais que davam os contornos das paisagens da cidade, pontuadas pela miséria de muitos e o muito de poucos:

Minha casa era de palha, na rua do coquinho. Era de palha em cima e em baixo, tapada de palha. Quando era de noite, eu criava sete gato, de noite só escutava os gatos mexendo, matando cobra... A gente nem podia sair tranqüila de casa, com medo de fogo. Eu ia pro rio lavar roupa, mas ficava aquela preocupação da casa pegar fogo... Aquilo era um sofrimento dos mais horrível que tinha, você ver as casas queimando.³²⁹

Certamente essas imagens, somadas às dos episódios da enchente de 1926 deixaram marcas inesquecíveis no imaginário da cidade, sendo até os dias atuais rememorada em rodas de conversas, seja dos mais jovens ou dos mais velhos. Através da memória os moradores (re) atualizam e retroalimentam as histórias passadas por meio de uma circularidade cultural que se sedimentam nas lembranças. Talvez mais impactante do que esses momentos, tenha sido a submersão desta cidade nas águas barrentas da Boa Esperança.

³²⁸ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

³²⁹ Dona Teresa, 65 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 04/04/2008.

Por outro lado, pode-se dizer que esta enchente representa o momento de maior integração entre os moradores de Nova Iorque diante do esforço de reconstruir a mesma. No entanto, uma vez que a nova cidade fora totalmente reconstruída, o comércio voltou a prosperar rendendo com isso um considerado aumento da receita nos cofres da prefeitura, que duplicou sua arrecadação, pulando de sete para quinze (15) contos de réis anualmente. Com as obras de recuperação do Porto da Pintadinha, a movimentação de barcos, lanchas e vapores fora restabelecida. Movimentação esta que proporcionou uma significativa melhora na circulação das mercadorias de exportação compradas pelos comerciantes das cidades vizinhas e que eram embarcadas e desembarcadas no porto da pintadinha. Os comerciantes locais também se valiam desses momentos para expandirem seus negócios. Em suas lembranças da velha cidade, Dona Jesus Neiva destaca a importância desse porto para o comércio da cidade e da região:

Era um porto assim: de embarque e desembarque. Porque aqui por perto não tinha nada. De Mirador, Paraibano, São João dos Patos, Colinas, dessa região pra cá, tudo era em Nova Iorque. Pastos Bons não tinha e aqui era que ficava o porto de embarque desse pessoal, toda produção vinha para cá, tinha um movimento grande. Vinha nos lombos dos burros. Papai tinha usina de arroz, de algodão e tudo era levado de balsa, era a melhor coisa do mundo que tinha para viajar, não tinha barulho porque não tinha motor. Quem mandava na velocidade era a correnteza do rio. Agora, tinha o mestre e o contramestre que era quem desviava de uma pedra, de um pau, de uma coisa e para aportar porque a gente não viajava a noite. Então, tudo era no Porto de Nova Iorque, da cidade velha.³³⁰

³³⁰ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.



Rampa do Porto da Pintadinha em Nova Iorque Velha.

A partir do momento em que tudo voltou a funcionar, a cidade fora entrando nos eixos da normalidade, tanto econômica quanto social. Passada a tempestade e as dificuldades, (re) estabeleceram-se novamente sua rígida estratificação social. Desfez-se o pacto de comunhão e cada grupo devidamente e socialmente esquadrihado voltou a ocupar seus espaços de convivência. Desnecessário seria dizer que politicamente se manteve a mesma estrutura. Por anos a fio a cidade viveu sob a égide do domínio da família Neiva. Na região a representação da cidade ganhou um epíteto, conforme a citação anterior de Neiva Moreira: “Zona ou Feudo dos Neivas”, isso em conformidade a visão dos aliados ou dos adversários respectivamente. Assim sendo, creio que importante seria seguirmos os quadros desse domínio político e familiar. Após todas as turbulências que aconteceram em fins dos anos vinte e início dos trinta no cenário político brasileiro, foi eleito para prefeito da cidade o Sr. José Lopes Milhomem. Com a implantação da ditadura estado-novista, este fora substituído pelo Sr. Justo Neiva que, por sua vez, assumira as rédeas da prefeitura na condição de interventor, permanecendo à frente desta durante todo o governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Já na década de quarenta, com a promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946, fora eleito mais uma vez prefeito de Nova Iorque o Sr. Manoel José de

Santana. Ao fim do seu mandato, nas eleições de 1950, este passou o cargo de prefeito para o Sr. Bernardino Rêgo Filho. De sua parte, deixou a prefeitura em mãos da Sra. Maria de Jesus Santana Neiva (1954). Quatro anos depois, novamente fora substituída pelo seu antecessor: o Sr. Bernardino Rêgo Filho. Por volta da segunda metade dos anos sessenta, chegou à prefeitura de Nova Iorque o Sr. Almérico Torres. Há que se ressaltar, que dentre todos os prefeitos eleitos até então, fora o único que não tinha raízes nesta árvore genealógica e política que marcou a trajetória de mando dos Neivas. No entanto, há que se esclarecer que mesmo não pertencendo à família Neiva, o Sr. Almérico era aliado desta, por isso pôde contar com o apoio incondicional dos seus correligionários durante sua candidatura. Conforme Seu Pedro: “não tinha quase política. Era só um partido, era só um lado. Só quem mandava era os Neivas”.³³¹ De qualquer maneira, foi no decorrer do governo do Sr. Almérico que mais uma vez o destino da cidade cruzava-se com as águas do rio Parnaíba. Foi no seu governo que desembarcou nas curvas do rio a proto-operação tecnológica que resultaria na mais completa e definitiva destruição da cidade velha, ou melhor, do velho modelo arquitetônico planejado pelo norte-americano Eduard Burnet. Era o progresso chegando a toque de caixas. Com a construção da Barragem da Hidroelétrica da Boa Esperança, o preço pago pelo progresso, pelo desenvolvimento, pela modernização foi o desaparecimento da cidade, que daquele momento em diante, passou a existir nos labirintos das memórias dos moradores.

Embora o domínio da família Neiva fosse incontestado, a oposição vinha de fora. A rigor pode-se dizer que se tratava de uma disputa familiar pelo mandonismo na região. Os opositores da família Neiva contavam com o apoio do grupo familiar advindo de Pastos Bons: os Teixeiras. Não obstante, estes conflitos encontravam apoio no governo estadual, principalmente através do aparato policial que era empregado como instrumento em favor de uma ordem privada comandada pelo grupo aliado ao governador. Neste caso, como os Neivas quase sempre se encontravam na oposição, os Teixeiras se valiam do aparato policial numa tentativa de demover os rivais do poder. No meio desse fogo cruzado a população era submetida às arbitrariedades do poder de mando tanto de um lado quanto do outro. De um lado, a grande maioria se via obrigada a apoiar o mandonismo local sob a ameaça de serem expulsas das terras; de outro sofriam a pressão da polícia ou mesmo dos capangas. É importante frisar que estes momentos de terror tornavam-se mais frequentes e intenso quando das campanhas

³³¹ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

eleitorais. Estas eleições comumente eram marcadas pelas intensas confusões e pelas constantes surras dos eleitores do lado opositor: “o governo mesmo mandava era bater no adversário, surrar o adversário”.³³²

Na lembrança dos moradores consta o episódio do tempo em que a polícia ocupou a cidade a mando dos Teixeiras. Segundo as informações, as pessoas eram agredidas, presas e ameaçadas de morte. As ameaças se estendiam aos chefes políticos. Dona Jesus Neiva conta um desses momentos em que a polícia ocupou a cidade e ela sofreu pressão dos policiais mediante o “terrorismo” psicológico realizado a mando dos adversários políticos:

Bem a polícia em Nova Iorque foi o seguinte: era polícia. Então aqui tava, aqui tinha os chefes políticos, ou melhor, os chefes era os Teixeiras de Pastos Bons. Tinha Seu Temístocles, deputado essa coisa toda, tinha Seu Teopliste, mas o cabeça mesmo era o Dr. Temístocles. Foi tão escabroso que uns amigos de papai que moravam em Uruçuí, por aí, mandou uma pessoa para saber se papai tava precisando de alguma coisa. Mamãe já tinha morrido, papai vivo e eu na prefeitura. Então eles botaram soldado aqui dentro e quem depois das 18 horas entrasse lá em casa ia preso. O Eivaldo se pisasse era morto, porque tava pra para fazenda... aí foi um movimento grande, tinha um tal de Boca Rica, que era metido a mais valente deles... disseram que ia prender o Eivaldo. Eu disse: vou dizer uma coisa: Eivaldo chaga aqui morto, mas preso ele não chega. Mais matar um ele mata, porque o primeiro tiro vai ser dele, pois quando ele vê os soldados se aproximando ele dá logo um tiro porque ele sabe que vão prender ele... aí eles passaram a noite todinha trilhando na porta da minha casa que eu só escutava no calçamento... de manhã quando amanheceu o dia tava lá. Um mundo de tinta vermelha como se fosse sangue derramado, como se tivesse matado o Eivaldo. E passava a noite todinha, eu não sabia porque, cavando bem na frente da minha casa. Cavando como se tivesse matado o Eivaldo e tinha enterrado ele. Terrorismo!

Importante ressaltar no depoimento acima é como a polícia se revela na maior expressão da forma ambígua do Estado. Ou seja, uma instituição pública que, ao mesmo tempo estava a serviços dos grupos privados. Nesta ambigüidade racionalista do Estado brasileiro, o público é malandramente/criminosamente permeado pelo privado. Neste universo a violência, simbólica ou física, exercida tanto por um grupo quanto por outro é o principal instrumento de manutenção de uma lógica do poder ancorada na ordem privada/patriarcal e pública/patrimonialística, cujo objetivo consiste em controlar a sociedade. Seja como for, eis aí o legado político, social, econômico, cultural e histórico herdado pelos novos e velhos moradores da Nova-Nova-Nova Iorque.

³³² Seu Chico Leite, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03 de abril de 2008.

IV. 2 As “formigas de fogo”: imagens dos “revoltosos” em Nova Iorque

No conjunto das representações contidas e produzidas pelas memórias dos moradores de Nova Iorque, emergem as histórias da cidade velha e trazem à tona imagens que expressam as experiências que ressoam no presente e que se inscrevem nos quadros do passado contornados pelas tintas das lembranças dos primeiros tempos. Diante da escassez de documentos ou mesmo a inexistência de registros escritos que abarcam este período da nossa investigação, adotamos uma perspectiva de análise em que se procura apreender os símbolos emitidos através dos fragmentos de lembranças dos nossos interlocutores. Por intermédio dessas narrativas, pode-se desvendar um universo de temporalidades múltiplas, mescladas por cenas do passado e do presente, que permeiam a história da cidade. A trama dos acontecimentos e suas lembranças revelam-se prenes de significados simbólicos de tal forma que nos permite interpretar as mais diversas perspectivas e visões de mundo exposta pelos narradores. Noutras palavras, valendo-nos dessa estratégia de análise objetivamos imprimir uma leitura das particularidades dos pontos de vista de cada habitante, da maneira como estes constroem e transformam os acontecimentos que marcaram suas vidas e a dos seus antepassados. À medida que vamos analisando os quadros das lembranças vem à tona a seletividade dos eventos que são elencados para representarem à formação de uma memória em que estão expostas as narrativas históricas desse universo local, num esforço voltado para simbolizar os traços iniciais da cidade e que são transmitidos de uma geração à outra.

No conjunto das experiências vivenciadas e lembradas pelos moradores da velha Nova Iorque, na década de vinte, ganham relevo nessa tessitura a passagem da Coluna Prestes pela cidade. Na memória dos moradores, as lembranças desse fato histórico estão associadas com a grande cheia de 1926, pois foi logo após a presença dos “revolucionários” na cidade que esta aconteceu: “a enchente foi logo depois da passagem dos **revoltosos**”.³³³ O uso genérico da expressão “revoltosos” é uma categoria utilizada pelos moradores para designar e identificar os integrantes da Coluna. O termo “revoltosos” foi uma categoria forjada pelo governo, cujo objetivo era de criar no imaginário social do país uma imagem negativa no intuito de enfraquecer o movimento

³³³ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

perante a opinião pública em prol da hegemonia do poder governista. De acordo com as assertivas de Bourdieu, a construção de uma categoria consiste de uma tentativa de se constituir o “real”, já que as categorias representam o “princípio coletivo de construção da realidade coletiva”. Ou seja, para o autor, os elementos socialmente construídos são constitutivos dos nossos hábitos, cuja estrutura mental é inculcada por meio dos mecanismos de socialização, fundamentada numa visão de mundo social que evoca uma determinada realidade, pois “quando se trata de mundo social, as palavras criam coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o senso comum, a *doxa* aceita por todos como dadas”.³³⁴ Dessa maneira, a representação simbólica, daqueles que ouviram ou participaram diretamente desse acontecimento compõem inúmeras imagens dos revoltosos em Nova Iorque e assumem as mais diversas nuances. Para uns as imagens desse movimento é marcada pelo medo, pela insegurança, pela destruição, pelo terror que carrega a insígnia da morte; já para outros, a grande marcha despertava na imaginação as representações do heroísmo, da justiça, da bondade, dos “cavaleiros da esperança”.

Nesse sentido, o que nos interessa não é a veracidade dos fatos, muito menos estabelecer um questionamento crítico das representações e da realidade pautada na lógica binômica de verdade/mentira, mas sim apreender os significados daquilo que é fabricado por esta prática discursiva que funda e faz perceber outra possibilidade de dizer estes acontecimentos. Noutras palavras, é por intermédio da valorização dessas histórias narradas por quem vivenciou diretamente ou indiretamente estes momentos, que podemos elaborar uma construção dos passos dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que nos permite engendrar a operação de outra interpretação, ou seja, outra escrita da história dos movimentos de ocupação das cidades pelos chamados “revoltosos”, e que rompe com os pontos de vista de uma historiografia oficial e oficiosa, na medida em que coloca em evidência o trabalho desempenhado pelas memórias de tantos anônimos, e que se contrapõem à memória oficial e dominante, no caso a memória nacional. Como diz Michel Pollak:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio

³³⁴BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 127.

sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.³³⁵

De acordo com Lourenço Moreira Lima, capitão e secretário da Coluna, o longo do percurso transcorrido pelas “forças revolucionárias”, no estado de Maranhão, foi marcado por comovedoras cenas de receptividade, cujas populações das fazendas, das pequenas localidades que se encontravam na rota por onde passou a grande marcha, entusiasticamente aplaudiam o “desfile da coluna” e desferiam “palavras de encorajamento” ao movimento. Ainda segundo a descrição do Capitão-secretário, nas cidades e vilas por onde passaram às tropas dos “revoltosos”, os chamados “cavaleiros da esperança” foram recebidos mediante um sentimento de amizade:

O povo maranhense nos recebeu com as maiores e as mais sinceras manifestações de simpatia. As cidades e as vilas acolheram-nos como amigos, confiando na correção das nossas tropas e reforçando-as com a incorporação de inúmeros voluntários. À nossa passagem pelas fazendas e moradas de pequenos proprietários, as famílias acorriam às estradas para ver desfilar a coluna, dirigindo-nos aplausos e palavras de encorajamento, numa alacridade tranqüila, apenas interrompida pelas comovedoras cenas de carinho com que cercavam as padiolas, obrigando-as a parar para levarem um pouco de leite ou de café aos feridos e doentes, cheias de bondade e de afeto por aqueles desconhecidos vindos das terras mais longínquas, arrastados por um grande sonho de liberdade e cujas feridas atestavam a bravura das suas almas e os martírios por que haviam passados.³³⁶

De acordo o autor, mais do que as calorosas receptividades provindas, sobretudo das camadas mais pobres, o movimento também contou com o apoio de dois chefes políticos da região do alto sertão do Parnaíba. Nas proximidades da Vila de Mirador juntou-se à Coluna uma tropa irregular, comandada pelo fazendeiro Manuel Bernardino, com cerca de 200 homens e outra sob o comando de Euclides Neiva com pouco mais de 50 homens. Ao entrar no Maranhão a Coluna contava com um efetivo de 900 homens aproximadamente. Tal descrição ajuda-nos a relativizar a visão oficial a respeito da marcha da Coluna Prestes, cujos membros são normalmente apresentados como “desordeiros”, “contraventores”, “saqueadores”, “desertores”, enfim, um bando de “revoltosos” que em sua caminhada espalhavam um rastro de medo e terror pelas localidades por onde passavam. Por outro lado, é importante não desconsiderar que se trata de um depoimento permeado por um olhar de quem vivenciou/participou ativamente dessa frente de combate às políticas dos governos constituídos. Nesse

³³⁵ POLLAK Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, nº, 3, 1989, p. 3.

³³⁶ LIMA, Lourenço Moreira. Apud Moreira Neiva. O pilão da madrugada. Um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989. p. 22.

sentido, poder-se-ia dizer que o mesmo é perpassado por uma carga simbólica e “ideológica” que procura minimizar a negatividade das imagens da passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão.

Seja como for, não estamos afirmando que não ocorreram manifestações de apoio ou mesmo as supracitadas receptividades que expressavam um grande sentimento de “comovedoras cenas de carinhos” das populações para com os componentes da Coluna. Do mesmo modo, não se pode negar que a presença desses homens nas cidades, também despertou nas populações os sentimentos de medo, de insegurança, de assombro. O certo é que este espaço tornou-se propício para que os boatos da chegada dos “revoltosos” nas cidades se espaliassem feito rastilho de pólvora, o que por muitas vezes provocavam a fuga da população: principalmente dos grandes proprietários de terras, de políticos, mas, também das pessoas mais pobres. É necessário frisar, no entanto, que neste micro universo dos sertões maranhenses a violência era exercida e vista como algo naturalizado, cujos grandes proprietários de terras (os coronéis) estabeleciam e ditavam as leis locais, subjugando às suas ordens uma grande parcela da população. Visto a partir dessa perspectiva essa população resignada e subjugada aos desmandos dos coronéis locais, via a presença dos “revoltosos” como suspensão temporária da coerção, ainda que por um curto espaço de tempo. Era a oportunidade que estes tinham de ver seus “algozes”, mesmo que momentaneamente, serem desprovidos do seu poder, de sentirem-se amedrontados, ameaçados. Assim sendo, é bem provável que tais manifestações de carinhos narrados pelo Capitão Lourenço, tenham ocorrido, principalmente as que advinham das pessoas mais pobres que, neste contexto, se viam aliviadas com os mandos e desmandos dos coronéis.

Com raízes fincadas no Tenentismo, movimento que provocou profundas rachaduras na hierarquia e na disciplina que vicejava no seio das forças armadas, a marcha da Coluna Prestes tinha o caráter de um movimento político-militar ocorrido entre os anos de 1925-1927. O movimento tenentista foi motivado pelas insatisfações com as condições do Exército brasileiro e com as políticas do governo, expressando a crise das estruturas políticas da velha república e seus tradicionais métodos de manipulação do poder. Teriam sido estes os principais fatores para eclosão dos levantes militares. Dentre os movimentos de contestação militar que pipocaram neste período, destaca-se: os 18 do forte, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes. A coluna constituía-se de quatro destacamentos, cujos comandantes foram: Cordeiro de Farias, João

Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra. A grande marcha que atravessou o país iniciou-se no Rio Grande do Sul sob o comando de Luís Carlos Preste. Percorrendo cerca de 25 mil quilômetros de Sul a Norte, os chamados “cavaleiros da esperança” lutavam por reformas políticas e sociais combatendo as medidas tomadas pelo então Presidente Arthur Bernardes (1922-1926). Autodenominando-se revolucionários, os integrantes da coluna lutavam pelo fim de uma ordem opressora visando promover o bem-estar das populações menos favorecidas, mas, também, seus objetivos consistiam na retomada das lutas anteriores mediante o grande ideal de salvar a pátria. Após partirem do Rio Grande do Sul, percorrer por vários estados, a Coluna Prestes chega ao Maranhão, por volta do mês de novembro de 1925. Os primeiros a chegarem ao território maranhense foi o destacamento comandado por Siqueira Campos, no qual também se encontrava Juarez Távora, e que ocupou a Vila de Passagem Franca, às margens do Rio Parnaíba. Esse destacamento fora incumbido de realizar a missão de interromper o sistema de comunicação entre os municípios de Nova Iorque e Barão do Grajaú com a capital do Piauí (Teresina), onde se concentrava a base do quartel do exército das forças “legalistas”.



Mapa do roteiro da Coluna Prestes no Maranhão e Piauí.

Sendo assim, foi sob o comando do Coronel Djalma Dutra que o pelotão de cavalaria da Coluna adentrou na cidade de Nova Iorque, com o objetivo de impedir que reforços das tropas “legalistas” chegassem à Urucuí (PI) e Benedito Leite (MA), onde se encontrava sitiada as tropas do governo. Após travar intensa batalha com as tropas da Coluna, os governistas bateram em retirada desordenada pelo rio Parnaíba. Em seu livro de memória, Neiva Moreira conta o desfecho dessa batalha mediante as narrativas ouvidas dos antigos moradores de Nova Iorque. Mas, também, expressa fragmentos de memória de sua infância, de quando a “garotada” em suas brincadeiras simulava o cenário de uma “guerrilha”, tendo por inspiração os acontecimentos suscitados pela passagem da Coluna na região do alto sertão:

O Parnaíba teve muito a ver com a Coluna Prestes. Creio que uma das maiores operações desse movimento foi no Urucuí, na margem piauiense do Parnaíba, um pouco acima de Nova Iorque. O rio ficou agitadíssimo. Os barcos – o Antonio Freire, o Parnaíba, o Santa Cruz e outros velhos “gaiolas” – subiam, incessantemente, puxando barcas cheias de soldados e armamentos... O comando da expedição, com mais de 5 mil soldados, estava a cargo de um oficial piauiense...: o Coronel Jacob Gaioso e Almendra... Os mais velhos da região contavam que houve mais tiro que pipoca em panela quente. Gaioso fugiu com sua tropa, descendo o rio em tudo quanto era barco disponível... Depois dessa vitória, a fama da Coluna cresceu. Os revolucionários viraram mito e passaram a alimentar a temática do cotidiano e o cancionero popular. Com a derrota do exército, Prestes desceu o rio no encalço dos “legalistas” e ocupou Floriano e Barão de Grajaú... Para garotada da região, tudo isso era novidade. Era terrível! Vivíamos, permanentemente, organizando “guerrilhas”, à moda da Coluna. Tenho muitas recordações dessa época. E também muitas saudades.³³⁷

Nota-se, através do depoimento de Neiva Moreira, que para além do medo, da morte, da fuga, da insegurança, dos conflitos, a passagem da Coluna Prestes pelos sertões maranhenses é revestida pelos ares idílicos que serviam como inspiração, provocando na imaginação das crianças as imagens do heroísmo, da novidade que permanentemente era desdobrada e simulada por intermédio de brincadeiras juvenis em que se buscava representar os cenários dos perigos e aventuras que remontam o espaço desses enredos do passado. Mais do que isso: com a vitória sobre as tropas governistas, as imagens dos “revoltosos” ganharam força perante a opinião pública, servindo de fonte inspiradora para as histórias contadas nos “cancioneiro popular” tão presente na região. Trata-se de lembranças que atualizam os aspectos de uma época, de um tempo que passou, mas, que ainda hoje, cada morador se apropria desses acontecimentos como uma prática cotidiana de definição da memória que se expressa por intermédio das mais

³³⁷ Moreira Neiva. O pilão da madrugada. Um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989. p. 20-21.

diversas formas narrativas. As pessoas que vivenciaram ou ouviram contar esses episódio de perigos, surgem para (re)atualizá-los com os fios narrativos que desenham as tramas dessa urdidura do passado. Neiva Moreira não só destaca a passagem dos “revoltosos” colada à sua vivência, como a encaminha para o campo da experiência permeada pelas marcas da saudade: “tenho muitas recordações dessa época. E também muitas saudades”.

Por intermédio dessas narrativas, pode-se desvendar um universo de temporalidades múltiplas mescladas por cenas do passado e do presente, que permeiam a história da cidade. A trama dos acontecimentos e suas lembranças revelam-se prenes de significados simbólicos de tal forma que nos permite interpretar as mais diversas perspectivas e visões de mundo exposta pelos narradores. À medida que vamos analisando os quadros das lembranças vem à tona a seletividade dos eventos que são elencados para representarem à formação de uma memória em que estão expostas as narrativas históricas desse universo local, num esforço voltado para simbolizar os traços iniciais da cidade e que são transmitidos de uma geração à outra. Ou seja, na reconstrução de suas memórias, são as saudades que vem à tona no presente. Quanto a esta concepção da saudade do passado e que invade o presente diz Roberto Da Matta:

Sendo, pois, a saudade categoria social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção específica de tempo. Entretanto, mais do que ser uma forma de estabelecer sulcos externos ou descontínuos que nos envolvem, como fazem os ponteiros do relógio ou as folhas de um calendário, a saudade fala por dentro. Da temporalidade como experiência vivida e reversível que cristaliza uma dada qualidade. Assim, pela saudade, podemos invocar e dialogar com pedaços do tempo, e fazendo trazer os tempos especiais e desejados de volta.³³⁸

Ao analisar a saudade como uma “categoria social”, Da Matta aproxima esta da categoria da memória, na medida em que a mesma fala de uma concepção de tempo interno e de uma temporalidade como vivida e reversível. Neste sentido, pode-se dizer que é através da especificidade do tempo da memória e de sua reversibilidade que podemos pinçar os fragmentos do vivido. Todavia, o que marca o contraste entre a saudade e a memória, é que a primeira nos possibilitar trazer de volta apenas o tempo desejado. Por outro lado, pode-se dizer que ocorre um embeijamento entre lembrança e saudade. Assim sendo, poder-se-ia asseverar que é através das multifaces da memória que emergem as saudades. Ou seja, as saudades que sentem os velhos moradores de

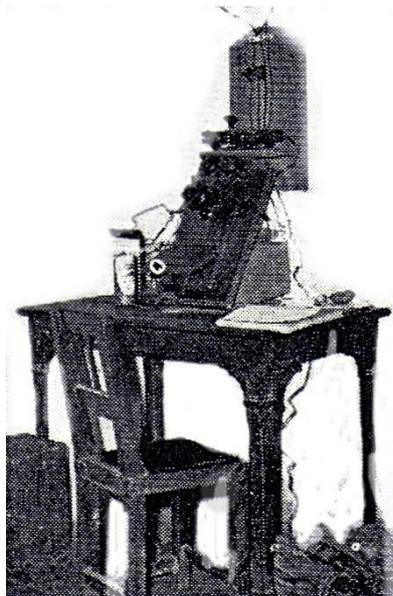
³³⁸ DA MATTA, Roberto. *Antropologia da saudade*. Folha de São Paulo, Caderno Mais. São Paulo, 28/6. PP. 4-5.

Nova Iorque ao lembrar o passado através das lentes do presente. Como diz Durval Muniz de Albuquerque Jr:

A saudade é um sentimento pessoal de quem se percebe perdendo pedaços queridos de seu ser, dos territórios que construiu para si. A saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais, toda uma classe que perdeu historicamente a sua posição, que viu os símbolos de seu poder esculpidos no espaço serem tragados pelas forças tectônicas da história.³³⁹

É neste confronto com as forças tectônicas da história que emergem as referências das memórias da cidade quando da passagem dos “revoltosos”. Com o fim da batalha de Uruçuí, Luís Carlos Prestes e seus comandados desceram o rio em perseguição às tropas governistas, para logo depois ocupar as cidades de Floriano (PI) e Barão do Grajaú (MA). Enquanto isso, o destacamento de cavalaria comandada pelo Coronel Djalma Dutra permaneceu na cidade de Nova Iorque. Na ocasião, ao ficarem sabendo dos rumores que os “revoltosos” se aproximavam da cidade, todos os fazendeiros, grandes comerciantes, políticos e demais autoridades trataram de fugir. Conforme as informações dos nossos interlocutores, dos considerados homens ricos ou de posse da velha cidade, permaneceram na mesma apenas os comerciantes e políticos José Lopes Milhomem, José Italiano de Araújo, Mariano da Silva e seus respectivos familiares. Alguns populares apavorados com as notícias, também procuraram se refugiar no morro do Urubu, tradicional esconderijo que ficava nas proximidades da cidade. Nas lembranças de alguns moradores não contemporâneos a esses acontecimentos, mas que teriam ouvido essas histórias dos seus pais consta que ao chegarem à cidade, os integrantes da Coluna teriam incendiado os arquivos do 2º cartório, o prédio da Coletoria Estadual, a Prefeitura Municipal. Como parte de suas estratégias de guerrilha também quebraram o aparelho do telégrafo, no intuito de evitar qualquer tipo de comunicação entre as tropas fiéis ao governo.

³³⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. p. 65.



Aparelho de Telégrafo da cidade velha

Para o Seu Marcondes, no entanto, este acontecimento teria sido o principal fator responsável pelo desaparecimento dos registros escritos da história de Nova Iorque:

Isso aqui foi o seguinte: Nova Iorque... A história de Nova Iorque desapareceu foi no tempo dos revoltosos que queimaram tudo que tinha, era no cartório. A história de Nova Iorque toda mesma era em cartório e desapareceu. Nova Iorque ficou sem história. Sem história assim, contada em livros essas coisas. Gente que tinha, por exemplo, muito dos antigos que morreu, pois o povo mais antigo já morreu quase todo e sabia desde o início a história de Nova Iorque, então ficamos sem história né.³⁴⁰

Como se vê, na releitura dos episódios evocados pela memória do nosso interlocutor, produz-se as imagens em que se atribuem aos “revoltosos” o desaparecimento da história “escrita” dos períodos iniciais da cidade, já que esta fora consumida pelo fogo ateadado por estes, incinerando todos os documentos do cartório, portanto, deixando a velha cidade de Nova Iorque “sem História”. Durante o trabalho de campo, percebemos que o ressentimento de Seu Marcondes é permeado pelo seu desejo que o mesmo tem de escrever a história da cidade. Segundo nosso entrevistado, um dos obstáculos que se apresenta para tal empreitada é justamente a falta de documentos escritos sobre a origem da cidade, pois os mesmos foram queimados pelos “revoltosos”, e na sua interpretação, toda “história de Nova Iorque era em cartório”. Mais do que isso: pode-se também entrever na fala do nosso depoente os signos da violência com que se procura desenhar a passagem dos homens da Coluna Prestes pela cidade. Como se não bastasse à queima do arquivo do cartório, soma-se a esse conjunto de fatores a morte da

³⁴⁰ Seu Marcondes, 64 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 08/05/2006.

maioria dos antigos moradores, tidos como as únicas testemunhas oculares dos primeiros tempos da mesma: “então ficamos sem história”. Entretanto, tal visão pode ser relativizada mediante outros aspectos. Se considerarmos os relatos do nosso interlocutor de que a cidade ficou sem história, talvez tão determinante para que se perdessem todos os documentos que atestavam a história da velha Nova Iorque, tenha sido a enchente ocorrida no ano de 1926, logo após a passagem da Coluna Prestes. No entanto, a questão vai mais além. Ao longo da pesquisa constatamos que nem mesmo os documentos dos tempos mais recentes são encontrados. Quiçá, tão influente neste fator, também, seja a falta de preocupação dos governantes locais em conservar os documentos que versam sobre os tempos de ontem e de hoje. Desse modo, do ponto de vista do nosso interlocutor, a história da cidade só tem validade se comprovada mediante as escrituras dos documentos, mesmo tendo ao seu lado uma testemunha ocular do tempo da passagem dos “revoltosos”, no caso sua mãe. Em se tratando do nosso depoente que é leigo nas questões teóricas isso é plenamente compreensível, porém sua concepção de história coaduna-se com a visão dos mais tradicionalistas historiadores que se apegam aos documentos como única fonte confiável.

Em seu depoimento Seu Marcondes nos oferece um ponto chave para o debate de uma problemática tão em voga no ambiente acadêmico, que é a relação entre história e memória. A nosso ver, embora ambas partam de um ponto em comum de observação do passado, entre história e memória há similitude e idiossincrasia e em certos aspectos seguem por caminhos diferentes e não se confundem. Grosso modo, a memória também é interpretada assim como o documento escrito, expressando características do social que foi vivido, ao passo que a história traduz para a escrita uma visão dos acontecimentos que é fruto da interpretação do autor. Nesse sentido, pode-se dizer que a memória esta interligada à experiência vivenciada, que por sua vez está ancorada nos grupos sociais que passou por diferentes experiências mantendo aspectos em comum do coletivo, mesmo que sujeitas a modificações ou permanências. A história, por sua vez, estabelece critérios que prima por um distanciamento, sendo sua preocupação constante a produção de uma crítica a ser apresentada. Assim sendo, mesmo percorrendo caminhos opostos, poder-se-á dizer que uma se alimenta da outra, pois nesta relação conflituosa a história encontra subsídios na memória, que por sua vez, se constitui numa

rica fonte de investigação dos fatos permitindo a interpretação do passado.³⁴¹ É neste sentido, portanto, que por intermédio das análises dos diversos fragmentos de memória, nossa empreitada consiste em realizar uma leitura mediante as interpretações dos moradores, numa tentativa de apreendermos os significados desses relatos transmitidos aos longos dos anos de pais para filhos, ligando os fios da experiência narrativa aos acontecimentos, pois como afirma Montenegro: “assim podemos descobrir práticas que vão sendo recriadas, reinventadas, nos interstícios de um tempo em que o sonho e a utopia, enquanto projeção de diferentes futuros, parecem ter perdido sua força”.³⁴²

Ao reconstruírem as imagens da cidade os moradores refazem principalmente os momentos de sobressaltos, das tensões vivenciadas pela população. De acordo nossas informações, o pelotão de cavalaria da Coluna Prestes permaneceu na cidade durante uma semana. Neste ínterim, lojas, comércios, farmácias foram “saqueadas”, os gados foram mortos. Roupas, remédios, gêneros alimentícios, carnes, foram distribuídos para a população pobre, o que denota não só uma preocupação de promover o bem-estar dos moradores, mas, também, toda postura ideológica que perpassa os ideais socialistas dos revolucionários. Dona Mariquinha, filha de um dos comerciantes que ficaram na cidade, e que à época tinha dez anos de idade, nos conta as histórias dos dias em que os “revoltosos” permaneceram na cidade, reordenando imagens de um tempo vivido:

Quando os revoltosos chegaram na cidade de Nova Iorque Velha, os ricos da cidade fugiram, se esconderam tudo no mato. Meu pai não saiu, era um homem de muita coragem. Logo ele tinha uma família grande, eram 14 irmãos. Aí ele ficou. Só saiu o povo rico, os pobres não, ficaram. Então, todo mundo pensava que eles vinham acabando com tudo. Mas eles não deram em ninguém, não surraram ninguém, não mataram ninguém, os revoltosos não. Só uma coisa que eles faziam de ruim: chagavam numa farmácia, meu pai tinha farmácia, dava os remédios tudo pra pobreza. Ninguém podia dizer nada, era muito homem, eram muitos. Todos eles de lenço vermelho amarrado no pescoço e os cavalos grandes, bonitos, tudo a cavalo. Chegavam, e se fosse passando uma vaca gorda na rua, eles atiravam e matava. Tiravam dois quarto pra eles comer e o resto dava pra pobreza. Era só isso que eles fizeram de ruim.³⁴³

Dessa maneira, Dona Mariquinha procura situar as histórias dos “revoltosos” em consonância à experiência de sua vivência, compondo a atuação dos componentes da Coluna na cidade. De início, o primeiro impacto provocado na imaginação dos

³⁴¹ Para uma discussão mais detalhada sobre esta questão, ver: Pierre Nora: Entre memória e história: a problemática dos lugares. In. Projeto História, n. 10. São Paulo: PUC, 1993. p. 7-24.

³⁴² MONTENEGRO, Antonio Torres. Padres e artesãos: narradores itinerantes. História Oral, nº 4 São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, jun, 2001, p. 53.

³⁴³ Dona Mariquinha, 94 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/02/2005.

moradores foi de que os mesmo vinham destruindo tudo que encontrava pela frente, o que denota que já havia uma imagem formada pelos órgãos oficiais e transmitida para população pelos “ricos” da cidade, que logo que receberam as notícias da aproximação da “frente revolucionária” fugiram, ficando para trás apenas os “pobres”. No entanto, ao chegarem à cidade, nenhum morador foi submetido a atos de violência por parte dos “revoltosos”, pois estes não “surraram e nem mataram” ninguém. Todavia, para Dona Mariquinha, o único ato de ruindade praticado pelos homens da Coluna, consistia em que eles chegavam às farmácias e promovia a distribuição dos medicamentos para a “pobreza”. Ou, ainda, que atiravam nas “vacas gordas” que iam passando pelas ruas, matava, tirava o que fosse necessário para alimentar os integrantes da tropa e distribuía o restante da carne para a “pobreza”.

O que certamente consistia em um ato revolucionário para os “revoltosos”, ao distribuírem remédios, comidas e roupas, bens pertencentes aos considerados ricos para a população pobre, tais atitudes são vistas como incorretas, pois “era só isso que eles fizeram de ruim”. Nesse ponto de vista, pesa no depoimento da nossa interlocutora o fato de que sua própria família fora “vítima” dessa postura ideológica, pois seu pai era proprietário de uma farmácia. Por outro lado, pode-se imaginar que a Coluna Prestes utilizava dessa estratégia de distribuição de alimentos, roupas e remédios como forma de conquistar a simpatia dos moradores, cujo próprio termo “revoltoso” empresta uma conotação pejorativa ao movimento. Essa atitude, no entanto, foi à maneira encontrada para se reverter as imagens de “desordeiros”, propaladas no imaginário social da época pelos veículos de comunicação dos órgãos oficiais. Assim sendo, poder-se-á, ainda, asseverar que fazendo uso dessa estratégia e de todo aparato ideológico, provavelmente os membros da Coluna Prestes esperavam atrair mais adeptos para o movimento. A esse respeito, Dona Mariquinha nos revela que seu pai teria sido convidado para seguir a grande marcha. Porém, como se tratava de chefe de família, com uma grande quantidade de filhos pequenos para criar, teria o mesmo assim recusado tal proposta: “é uma pena, mais eu não posso acompanhar vocês porque tenho uma família grande, 14 filhos, meus filhos quase tudo de menor, eu posso morrer e eles ficarem sozinhos, peçam o que vocês quiserem”.³⁴⁴

³⁴⁴ Dona Mariquinha, 94 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 05/02/2005.

Nesta atmosfera que envolve os acontecimentos provocados pela passagem dos “revoltosos” na cidade de Nova Iorque velha, as imagens se pulverizam pelas lembranças dos moradores seja daqueles que vivenciaram ou que ouviram as histórias desse momento, abrindo com isso um leque de possibilidade e de interpretação dos acontecimentos. Nas lembranças do Seu Cícero Cerola, que nasceu um ano após a passagem da Coluna pela cidade (1927), as notícias lhes foram transmitidas por seu pai. Segundo ele, o próprio termo “revoltoso” se constituía numa categoria confusa para os moradores, pois “ninguém sabia decifrar”. Na narrativa de Seu Cícero, a intensa movimentação das “tropas revolucionárias” aparece como o principal motivo que dificultava o entendimento dos significados da Coluna, pois “se aqui passava uma turma de revoltosos, pelo Piauí passava outra, por dentro de Pastos Bons passava outra”. Dessa maneira pode-se pensar que esta divisão por destacamentos percorrendo caminhos diversos, consistia como parte de uma estratégia de guerrilha que visava confundir sua localização pelas tropas do exército governista. Na reinterpretação do nosso interlocutor, as imagens dos “revoltosos” se assemelham com as das “formigas de fogo” que “por todo lado que pisava vinha”, portanto, por esse motivo era que se “chamava revoltosos”.

Ao recorrer a esta metáfora, Seu Cícero imprime a narrativa um caráter dramático das experiências vivenciadas pelos moradores da região do alto Parnaíba, diante das incertezas, sensações de insegurança com a presença dos “revoltosos” pelas redondezas, que feitos “formigas de fogo”, a qualquer momento poderiam surgir nas cidades e povoados pelos mais variados caminhos. Na reinterpretação das lembranças herdadas de seu pai, os componentes da Coluna não “mexiam com a pobreza”, pelo contrário, estes, ao chegarem numa fazenda “daqueles que chamava de homem rico”, atiravam numa rés de gado e “mandava a população pobre apanhar carne para comer”. Na cidade, por sua vez, entravam nas lojas “pegavam as peças de mercadorias” e jogava para os moradores. Neste micro universo o perigo e a violência encontravam-se por todas as partes, sejam elas praticadas pelos “revoltosos”, sejam elas impostas pelas tropas fiéis ao governo. Dessa forma, ao rememorar os fatos acontecidos, nas lembranças do Seu Cícero os atos de violência vieram depois, no “resguardo” da passagem das “forças revolucionárias” pela cidade: “o resguardo foi depois que veio o Sargento Gaioso, tomando coisa e

prendendo gente, foi muita gente para cadeia, até apanharam deles”.³⁴⁵ Como se vê, a violência que era esperada por parte dos “revoltosos”, é exercida pelos ditos “legalistas”. Na inversão da ordem, ao chegarem à cidade a polícia do governo subjogava a população mediante as mais diversas práticas de violência, que iam desde as agressões morais, espancamentos e até a prisão. Desencadeava-se, dessa forma, uma verdadeira caçada no intuito de recuperar os bens que havia sido distribuídos pelos “revoltosos” à população pobre. Os moradores, em meio a esse fogo cruzado, na lógica dos militares do governo eram enquadrados como “criminosos”, sobretudo pelo fato de se encontrarem com os pertences dos proprietários dos grandes comércios “saqueados”.

No conjunto dos relatos aqui analisados, observam-se os diferentes aspectos narrativos a respeito deste episódio. Ao contar suas memórias, atravessadas pelos acontecimentos dramáticos, vivenciados num contexto que rompe com a visão de um lugar pacato na beira do rio, os moradores apresentam elementos que constroem as diferentes partes da urdidura desse passado. No que diz respeito à fuga dos ricos da cidade, é Dona Jesus Neiva, filha do Coronel Santana, um dos homens mais ricos da região e de maior prestígio político na velha cidade de Nova Iorque, que nos conta como sua família se refugiou no estado do Piauí, assim que ficou sabendo da aproximação dos componentes da Coluna Prestes. À época com cinco anos de idade, narra dona Jesus que seu pai era incumbido de prestar todo apoio às tropas enviadas pelo comando do 25º batalhão de Caçadores, com sede em Teresina: “do comando passaram um telegrama para ele, dizendo que qualquer coisa que os soldados precisassem aqui era para papai fornecer”. Entretanto, diante do desespero de sua mãe que temia pela vida dos filhos e do marido, o Coronel achou mais prudente se refugiar nas terras piauienses, encontrando abrigo numa fazenda de propriedade de sua irmã e que ficava na Serra do Saco: “não sei como que a história chegou e mamãe se apavorou e disse: vamos fugir, não podemos ficar aqui”.

Os relatos tingidos pelos episódios arrolam os “revoltosos” nas descrições de dona Jesus, para expressar sentimentos atravessados pelo medo e insegurança, amalgamados com a imaginação das aventuras. Ao chegarem à cidade, segundo o relato de nossa interlocutora, o primeiro lugar que os “revoltosos” foram foi na casa de sua família, até

³⁴⁵ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005. Na verdade, o Sargento Gaioso, citado por nosso interlocutor trata-se do Coronel Jacob Gaioso e Almendra que entrou em confronto e fora derrotado pelos homens da Coluna no município piauiense de Uruçuí que fica a margem direita do rio Parnaíba.

porque era lá que ficava o aparelho do telegrafo: “você sabe que quando eles chegavam, naquele tempo, o primeiro lugar que iam era o telegrafo”. Encontrando apenas os empregados, incumbidos de proteger os bens da família, os integrantes da Coluna “invadiram e reviraram” toda casa. Lá encontraram apenas a farda e a espada de Coronel da Guarda Nacional, pertencente ao seu pai. A farda eles teriam deixado estendida no muro e a espada que tinha o “cabo de prata, eles levaram”. Ainda conforme as informações de Dona Jesus, seu pai havia deixado “umas cabeças de bois separadas”. No entanto, os “revoltosos” só mataram os “novilhos e vacas”. Na interpretação da nossa depoente, eles mataram esses novilhos e vacas e tiravam somente o “filé para fazer churrasco”, e o restante era distribuído para o “povo pobre”. Neste ínterim, durante a fuga de sua família, passaram o tempo todo andando de um lugar para outro. Dormiam num lugar e acordava em outro, “porque eram só as histórias que eles andavam atrás de papai”. Sendo assim, o Coronel e a família só regressaram à cidade quando das notícias que os “revoltosos” tinham partido e a situação não apresentava mais nenhum tipo de ameaça: “eu tinha uns cinco aninhos, mas, eu me recordo de tudo, tudo, tudo”.

A história de Dona Jesus Neiva está colada às de muitas outras famílias de ricos proprietários que, durante a passagem da Coluna Prestes pelos sertões maranhense, tiveram que fugir. Do ângulo de observação e interpretação de nossa interlocutora, são apresentadas pequenas variações dos acontecimentos. A começar pelo fato dos “revoltosos” não terem matado nenhum dos bois reservado por seu pai para eles. Escolher os animais que seriam mortos se constituiu numa violação, pois sugere que abateram os melhores da fazenda. Segundo, era que tiravam somente a carne nobre, o filé, pra promoverem “churrasco”, o que na visão de nossa interlocutora, adquire uma conotação de farra. E por fim, veladamente fica suscitado em seu depoimento que os “revoltosos” também praticavam o expediente do roubo de objetos valiosos, pois teriam estes levados a “espada com o cabo de prata”, deixando para trás as roupas estendida no nos currais: “quando acalmou foi que a gente voltou. Eles tinham pegado às roupas de mamãe todinha, que ficou na fazenda, estenderam nos currais. Eram feixes de lençóis, redes, colchas, tudo, tudo, tudo”.³⁴⁶

³⁴⁶ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

Noutro depoimento, Seu Leão também rememora aspectos da fuga de sua família, recuperando as histórias contadas por seu pai, já que à época este era apenas uma criança de cinco anos de idade. Como os outros relatos, Seu Leão descreve os acontecimentos com igual densidade e caracterização das ações dos “revoltosos” na cidade. Suas lembranças coadunam-se com as dos outros moradores na medida em que expressam fatos em comum. A diferença se faz notar na ênfase emprestada a determinados aspectos. Ou seja, que estes “mataram os gados alheios tudo”. Assim narra Seu Leão a fuga da família:

Sobre os revoltosos foi papai que me contou que eu era pequenininho também. Ele me levou para uma fazenda, fugido, distante de Nova Iorque. A gente foi escondido. Eles (os revoltosos), foram lá na cidade, também não mexeram com ninguém não. Agora, lá ficou um senhor chamado José Lopes Milhomem, este cara não saiu da cidade. Diz que eles mataram os gados alheios tudo. Mas aqui eles não fizeram o absurdo de matar ninguém. E aí, no tempo dos revoltosos, acho que tinha uns cinco anos, mas eu me lembro. Lembro que nós fugimos da cidade.³⁴⁷

Na lembrança de Seu Leão, a passagem da coluna pela cidade é fruto das experiências transmitidas pelo seu pai. O fato marcante para ele é a lembrança da fuga de sua família: “lembro que nós fugimos da cidade”. Ou seja, neste cenário os relatos de da família servem enquanto matéria prima da memória, recontada de uma geração à outra, de pais para filhos, pois como diz Benjamim: “os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir...”³⁴⁸ Dessa forma, percebe-se que todos os relatos de memórias dos nossos depoentes são atribuídos as experiências transmitidas pelos seus pais. Outra particularidade é que todos apontam para uma questão em comum: a de que os “revoltosos” não praticaram nenhum tipo de violência com a população da velha cidade. O ato de maior violência praticado deu-se não por acaso com o senhor José Lopes Milhomem. Ou seja, tratava-se do único dos considerado rico que permaneceu na cidade quando da presença dos “revoltosos”: “esse não correu, mas sofreu demais. Passou a noite todinha, assim os mais velhos diziam, passou a noite todinha passando café para eles, armando e desarmando rede. Eles não judiaram com ele, a judiação foi só essa”.³⁴⁹ Independentemente das suas variações e interpretações, os episódios da passagem da Coluna Prestes por Nova Iorque estão impregnados no imaginário social da cidade

³⁴⁷ Seu Benedito Noletto, 81 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/04/2005.

³⁴⁸ BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. – Obras escolhidas, v. 1. p. 205.

³⁴⁹ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

compondo os enredos da mesma. As imagens dos acontecimentos marcados pelo medo, pela insegurança acabam sendo esmaecidos quando nossos interlocutores comparam esses anos com o tempo presente. As lembranças trazem para a atualidade imagens de uma cidade cuja linguagem busca apreender a realidade exposta pelos familiares. Por outro lado, a força das recordações dos velhos moradores imprime uma resistência à sociedade atual e a uma tecnologia capaz de destruir os quadros sociais da memória.

IV.3 Memórias das festas nos clubes nova-iorquinos: espaços de segregação social

Na construção imagético-discursiva da cidade velha de Nova Iorque, as imagens estão direcionadas para os mais variados pontos de vista que demarcam os lugares sociais que cada narrador ocupa ou ocupou no cotidiano da cidade. Das análises dos relatos de memória dos nossos interlocutores, coletadas no decorrer da pesquisa de campo, notam-se de que maneira estas pessoas se apropriam do espaço urbano elegendo os múltiplos aspectos do convívio social para interpretar as transformações culturais e físicas ocorridas na paisagem da cidade. Suas interpretações criam um mosaico de representações inseridas num processo de mudança, imprimindo uma visão de mundo que se faz visível nas lembranças, não como uma entidade abstrata, mas como fruto de uma experiência vivenciada, retratando os momentos de suas vidas passadas. Nessas lembranças, a cidade se apresenta num caleidoscópio de imagens que recorta a mesma em pedaços, fazendo de uma rua, de uma festa, de um clube, de uma brincadeira de criança, a própria cidade.

O modo de vida na Nova Iorque atual se revela contrário ao viver na cidade de outrora. A representação da cidade como ela era serve de contraste ao presente. Na visão de mundo dos moradores, a modernidade esmigalhou as relações sociais, os valores morais, os costumes, enfim, todo um padrão de sociabilidade dantes existente. Esta devastação se faz perceptível por meio do espaço público, das histórias que aconteceram nas ruas, nas festas, nas praças. Lembrança nostálgica de um tempo em que as relações sociais eram mais rígidas, as hierarquias eram mais bem definidas. As rememorações do passado nos remetem a uma concepção de tempo em que os mais moços respeitavam os mais velhos, as mulheres tinham outras posturas, tempo de outra geração que se esvai no seio da modernidade. Ao valorizar a experiência do passado,

nossos interlocutores pretendem demonstrar que a história de vida e a percepção da nova realidade se embaralham, pois a cidade também é palco de construção da própria história de vida.

Neste sentido, mais do que realizar uma comparação das mudanças ocorridas na realidade da cidade, procura-se, também, entendê-las a partir das imagens em que se mostram a nova cidade de Nova Iorque. Através das narrativas de história de vida sobre o uso do espaço da cidade, percebe-se que os moradores mais velhos elencam determinados aspectos da vida social para descrever as transformações, de modo que acabam convergindo para uma percepção do olhar que nos permite interpretar este universo como pertencente a uma geração que viveu situações sociais particulares e distintas. Rememorar o viver na velha cidade traz à tona aspectos que vão além de uma experiência fragmentada do espaço. Em suas representações elaboram uma concepção de tempo e espaço do passado que é sobreposto ao tempo e espaço do presente. Dessa forma, pelas lentes do Seu Pedro, são revelados os aspectos do passado que se confronta com o hoje presente. Em suas lembranças denotam-se as mudanças operadas nos códigos morais. O depoimento se desenvolve e se alastra mediante um olhar que aponta para a comparação dos comportamentos e da moralidade, para os padrões de sociabilidade e interação distintos dos que eram aceitos na velha Nova Iorque:

Na cidade velha era social, aqui não tem isso. Lá tinha um clube muito decente, tinha a União Artística muito decente e que tinha tudo quanto era sócio, lá tinha a casa onde os morenos faziam suas festas. Aqui, nada disso tem. Tem um clube ali na rua que chamam de clube, faz até vergonha você dá suas passadas pra ir olhar uma coisa daquela, só essa molecada bêbada dizendo palavrão e querendo brigar. Lá na cidade velha, quando era no dia que tinha uma festa, nós chegava e fazia tudo. Todo mundo de terno, uma gravata, porque ou era assim ou não entrava. Aqui, até que as moça vão direitinho, mas os moleques vão de bermuda que eles deram o dia de serviço lá dentro da mata. Lá a norma era assim: os homens tudo de terno branco, de sapato e a gravata preta e as mulher tudo de branco. Você podia ir lá que tava tudo desse jeito. Toda festa era desse jeito. Naquele tempo não fazia bate chinelo todo dia não, era só no dia marcado. Agora, aqui é quase todo dia. É essa molecada toda desarrumada, essa sem vergonhice sem fim.³⁵⁰

Dessa breve descrição dos aspectos comportamentais da cidade do passado, surgem algumas questões importantes. De um lado, percebe-se que ao fazer a comparação dos comportamentos da juventude de hoje com há do seu tempo, Seu Pedro não só direciona o olhar para as transformações que se processaram, sobretudo no terreno da moralidade e dos costumes, como vai expondo assim o antagonismo entre os

³⁵⁰ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

aspectos do passado e do presente. No âmago dessas representações há, em geral, a atribuição de valores e significados distintos. Na velha cidade os jovens respeitavam as normas que estabeleciam os modos comportamentais e as regras das relações sociais. Nesse cenário, rapazes e moças iam às festas em conformidade com um modelo padronizado e previamente estabelecido: “os homens tudo de terno branco, de sapato e a gravata preta e as mulheres tudo de branco”. Na fresta da imposição desses trajes, desenha-se um perfil da cidade em que denota os rígidos controles dos padrões de sociabilidade, “porque ou era assim ou não entrava”. Por outro lado, na divisão que se estabelece entre a “cidade real” e a “cidade imaginada”, o espaço de sociabilidade, de trânsito, relativiza a rígida separação de classe social, dantes existente, e, que, ao longo dos tempos, permaneceram gravadas nas representações simbólicas dos moradores. No mapa de prestígio da velha Nova Iorque, cada segmento social sabia exatamente os lugares que podiam freqüentar, embora fossem todos “decentes”. O Casino nova-iorquino era o espaço por excelência da “elite branca”; a União Artística Operária Nova-iorquina se apresenta como o ponto de agregação entre artesãos. Mas também como espaço “neutro”, ponto de convergência e de convivência entre as pessoas de distinta posição social, pois “lá tinha tudo quanto era sócio”. Neste universo tinha-se ainda a casa onde os negros realizavam suas festas. Estes lugares que serviam como espaços de distinções sociais agora são utilizados para se fazer a divisão do tempo e espaço: a Nova Iorque de hoje e a de ontem. Esta percepção é reveladora das imagens da cidade que se perdeu.

No jogo de comparações realizadas por nosso interlocutor, tudo isso se dissolve no espaço moderno da nova cidade. No discurso dos moradores, muitos referenciais se perderam, pois na cidade nova nada do que existia tem mais, principalmente o que eles classificam como “social”. Os clubes, tidos como espaço de decência, tornou-se motivo de “vergonha” e de constrangimento onde só há essa “molecada bêbada dizendo palavrão e querendo brigar”. Os impactos são percebidos mais como choque de valores entre diferentes gerações do que propriamente transformações do espaço físico do urbano. A nostalgia dos moradores mais velhos diz respeito por um lado, aos comportamentos polidos que todos apresentavam no espaço público; por outro, denuncia o afrouxamento das relações hierárquicas. As transformações dos espaços e dos costumes provocam a sensação de quem não mais reconhece a cidade como sua, causando estranhamento na percepção da mesma. Noutro caminho possível, os desvios

se mostram na inversão da ordem dos valores anteriormente vivenciada por esta geração, já que nas festas de hoje os “moleques vão com a bermuda que eles deram o dia de serviço lá dentro da mata”. Na interpretação do nosso interlocutor, o espaço da nova cidade surge como a transgressão das normas sociais prescritivas, alicerçadas em valores tradicionais. Os referenciais simbólicos mais importantes para Seu Pedro são os clubes das festas que servem como mecanismos para se reelaborar uma das idéias mais cristalizadas sobre a velha Nova Iorque, ou seja, a distinção social dos espaços de convivência, pois lá era “social, aqui não tem isso”.

Há, assim, uma inevitável e implícita comparação nas descrições das duas cidades. As transformações nos comportamentos sociais que ocorreram nas inter-relações dos espaços públicos e privados organizam dessa forma o tempo e o espaço de maneira que produz duas representações: de um lado, tem-se um tempo e a cidade do passado; do outro, a Nova Iorque atual, vista e sentida pela ausência de sentimento, de pertencimento. Dos conjuntos das imagens rememoradas por nossos interlocutores, caracteriza-se uma cidade pequena, bucólica e permeada pelo sentimento de saudade, tentativa de ressaltar os aspectos negativos do presente. Os aspectos do passado cotidianamente vividos, como a relação de solidariedade entre os vizinhos, o saber seu lugar na hierarquia social, o respeito à ordem instituída aparecem como valores evocados e emoldurados nas memórias dos velhos moradores, ao mesmo tempo em que desenham os quadros das lembranças da cidade. Conforme Halbwachs, os lugares servem como referência espacial para situarmos nossas recordações, nossas saudades, nossos sentimentos. Ou seja, sem esta dimensão espacial seria impossível localizar nossa memória. No entanto, estes lugares, estes espaços, se apresentam nas mais variadas dimensões das lembranças. Nessa perspectiva, a memória coletiva só acontece no contexto espacial, pois o espaço se traduz numa realidade durável:

É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa o aquela categoria de lembranças reapareça.³⁵¹

Os traços do mapa social da velha cidade expostos através dos diversos relatos de memórias, decodificam os significados emprestados aos lugares indicados pelos habitantes. Nesta configuração ganham relevo os aspectos das festas em que se

³⁵¹ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. p. 170.

inscrevem um perfil múltiplo da rígida estrutura de estratificação social. As marcas gravadas nestes espaços não só determinam os lugares de cada um dos indivíduos ou grupos de indivíduos, mas também apontam para as regras do jogo de convivência em que se constituem o tecido urbano. De qualquer modo, por intermédio da lembrança, os moradores desenham e redesenham as imagens do mapa da cidade criando uma vasta rede de possibilidades, indicando as trilhas, os atalhos por onde transitam as interpretações e representações que são reveladoras da vida social. As memórias dos nossos interlocutores não refletem apenas os contornos dos lugares, do tempo e do espaço, dos locais de convivências em que cada indivíduo ou grupo podia frequentar e ocupar ao longo das redes de relações tecidas em Nova Iorque; revelam, também, como esses espaços, tempos e lugares habitam nas memórias dos que contam as histórias da cidade nos seus primórdios. Dito de outra maneira, estas lembranças estão arraigadas na memória de experiência vivida e em emoções profundamente sentidas. Ao recortarem a cidade em pedaços, as rememorações servem como esteio para reconstrução simbólica do universo social da velha cidade de Nova Iorque, amarrando os nós com as linhas das lembranças trançando a urdidura do tempo e do espaço vivenciado/rememorado, tirando o véu da sua existência, tal como é proseada.

Nesse sentido, ao se analisar os aspectos das práticas cotidianas que estão relacionadas ao universo das festas na velha cidade, procura-se apreender os sinais expostos pelas lembranças dos moradores cujas representações desses espaços aparecem como marcos da divisão social. Assim sendo, contrariamente às festas religiosas que tinham por objetivo promover a congregação da sociedade, sendo o local o ponto aglutinador das pessoas de diferentes posições, nas festas que acontecem nos clubes tudo separa. As festas dos clubes constituíam-se em lugares de práticas de exclusão social, dando assim maior visibilidade para as regras de convivência hierarquicamente estabelecida. Ao se configurar os locais apropriados para reuniões e festas na cidade, o lugar não deixa de funcionar como um espaço de representação das classes. A questão vai mais além: nesta disposição das classes, cada segmento social (brancos e negros) tratava de organizar suas próprias festas separadamente. Seu Chico Cerola, comentando sobre as realizações dessas festas e os aspectos da separação, narra:

De primeiro, lá tinha festa separada. Por certo que eram três classes nesse tempo. Tinha as festas dos ricos, que era festa de branco; tinha a nossa

corriola dos homens artistas (artesãos). Nós fundamos lá a União que era onde se fazia as festas dos artistas; e tinha as festas dos pretos.³⁵²

Visto por este ângulo de observação, cada um desses lugares em que eram realizadas as festas são apresentados por um olhar revestido de significado que descrevem com igual caracterização e densidade as múltiplas práticas de uso dos espaços da velha Nova Iorque. Na arquitetura social da mesma, a importância atribuída aos clubes esta carregada de um valor simbólico, que por vezes deixam revelar toda sua carga de preconceito enraizado. Nesse contexto, tais festas se apresentam como espaço propício para se constituir diferenças, demarcar os traços de identidades, ou seja, forjar uma idéia de grupo social, de classes antagônicas. Entre estes diferentes grupos sociais existe um conflito por legitimidade. Cada um se apropria, ao seu modo, de um discurso que seja mais adequado ao seu universo. Criam-se neste micro-universo as fronteiras socialmente intransponíveis. As festas marcam a cadência dos compassos das relações instituindo os lugares de práticas de exclusão social, ao mesmo tempo em que deixa entrever a latência dos conflitos declarados.

As festas eram uns povos muito fino, era uma apuração muito horrível. Tinha aquelas festas de classificação, só daquele povo que se chamava de fino. Os outros que eram mais ou menos, era na União. Isso aí era muito dividido, tinha muito preconceito... Tinha um pessoal, assim, aqueles pretos que não se juntavam. Tinha aqueles velhos ricos que era do tempo da escravidão, judiava do povo fazia e acontecia. Essas festas era muita apuração, não era todo mundo que entrava não. As festas eram muito fina, era tudo a rigor, aquele pessoal importante, eles se achavam muito importante, aquelas famílias recatadas. Essas festas eram feitas no clube deles.³⁵³

O relato esboça a fisionomia da cidade revelando que a organização dessas festas passava por um seletivo controle de “classificação”. Neste cenário exposto pelo relato de Dona Deusa, a festas que eram freqüentadas pelas pessoas que “se achavam muito importantes” aconteciam no Casino nova-iorquino, espaço por excelência da elite branca da cidade. A prática discursiva, nesse contexto, cria uma divisão social engendrando a idéia que dá visibilidade para os conflitos de classes. Elabora-se uma representação de requinte, pois estas festas eram “muito fina, era tudo a rigor” as pessoas que pertenciam às classes menos abastadas aparecem desprovidas de determinados valores sociais que as impediam de participarem das festas “no clube deles”, ou seja, das “famílias recatadas”. Na interpretação da nossa interlocutora, escapam outros indícios dessa exclusão social, qual seja o preconceito racial que

³⁵² Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

³⁵³ Dona Deusa, 73 anos. Entrevista realizada em Nova Iorque em 05/04/2008.

permeava este espaço, pois tinha “aqueles pretos que não se juntavam”. A rigor, poder-se-á dizer que não eram os “pretos que não se juntavam”. A própria regra do jogo da estratificação de classe impunha as normas dos lugares que cada um podia ocupar e freqüentar no interior dessa estrutura social, conforme nos revela Dona Jesus Neiva, fundadora do Casino nova-iorquino: “na festa do Casino só ia de terno, a nossa classe só ia de terno. Você não via uma pessoa **escura** dentro da festa, tinha na época divisão de classe”.³⁵⁴ Como se vê no depoimento de dona Jesus Neiva, mais do que a questão racial forma a composição que serve para estabelecer as diferenciações de classe social neste universo. O elemento distintivo aparece pela estética da vestimenta, sendo o terno os trajes típicos da classe dominante, o que significa dizer que se trata de um espaço freqüentado por pessoas requintadas. Duplicando as imagens, esse fragmento de memória desvenda minuciosamente as práticas do modo como acontecia às atitudes de exclusão social pautada na desqualificação de determinados costumes e representações que sinalizam a pobreza mediante um intenso processo seletivo. Trata-se de distinguir as pessoas escuras (negros) consideradas desprovidas de valores que funciona como um lugar de representação de classe: “nossa classe só ia de terno”



Casino nova-iorquino

Fonte: Acervo de Dona Jesus Neiva.

³⁵⁴ Dona Jesus, 90 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/05/2005.

Se nas festas realizadas no Casino não se via uma pessoa “escura”, nas festas dos negros a recíproca também era verdadeira. Com quanto seja nesta multiplicidade de espaços de realização das festas existentes na velha Nova Iorque e que define a configuração social, os negros também realizavam as suas. De acordo com os depoimentos dos nossos interlocutores, as festas dos negros eram realizadas no meio da rua. Para tanto, em dias que antecipavam estas festas, sob a organização de Feliciano Preto, os moradores se uniam para aguar o terreiro, já que a rua era constituída de um “areão danado”, e durante todo dia as pessoas davam várias viagens carregando latas e latas de água na cabeça, para poder molhar o terreiro e “assentar a poeira”. Aí quando “chegava uma hora a areia ficava bem durinha e era a mesma coisa que dançar no cimento”.³⁵⁵ Para além de um espaço de distinção festiva esta rua se destaca por outra razão. Oficialmente a mesma era conhecida por Sete de Setembro. No entanto, no imaginário social da velha cidade esta recebeu a alcunha de “Rua dos pretos”, não por acaso, todos que ali moravam eram negros, se constituindo assim numa espécie de Brooklyn. Todavia, numa atmosfera cuja mentalidade era fortemente marcada pelo preconceito racial, esta também era chamada pejorativamente, de “Rua do Urubu”. Seja como for, era neste espaço que aconteciam as festas dos negros, cujo tratamento dispensado aos “brancos” atendia os requisitos da reciprocidade mútua de preconceito. Neste ambiente de conflitos e exclusão social, “brancos” não freqüentava as festas dos “negros” e vice-versa. Noutras palavras, na configuração da hierarquização de classe, visto também pelo recorte étnico, no espaço da cidade, cada grupo estabelecia uma rígida vigilância de suas fronteiras socialmente intransponíveis. Seu Benedito Noletto é quem nos narra esta divisão social dos espaços das festas na velha cidade:

As festas, tinha o Casino. No Casino esse só entrava gente graduado, preto não tinha vez. Naquele tempo era um racismo danado. Mas, as festas eram boas. Naquele tempo era gravata, só dançava de terno e gravata... Tinha as festas dos pretos, branco também não entrava. Eles não aceitavam não, eles usavam da mesma coisa dos brancos. Os pretos também tinham orgulho e não deixavam os brancos dançar lá não.³⁵⁶

³⁵⁵ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

³⁵⁶ Seu Benedito Noletto, 81 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 15/04/2005.

No interstício deste conflito social e racial entre “negros e brancos” encontrava-se a União Artística Operária de Nova Iorque. O clube foi fundado pelos artesãos da cidade, e este se constituía como um espaço neutro em que todas as pessoas, independentemente de classe social ou racial, podiam freqüentar. A esse respeito lembra Seu Pedro:

Na União tinha tudo quanto era de sócio. A maioria era carpinteiro, marceneiro desse pessoal que era artesão. Agora lá, só entrava quem tivesse nos conforme. Era de terno, gravata, se não tivesse desse jeito não entrava. Lá não tinha esse negócio que tinha nos pretos e no Casino. Lá na União dançava todo mundo, fosse sócio, mesmo que não fosse. Só que os sócios eram tudo conhecido, tudo amigo, aquela coisa toda. Não tinha problema.³⁵⁷

Neste micro-universo, tem-se a noção de um preconceito social e racial que se apresenta nos relatos dos moradores como algo “naturalizado”. No conjunto dos relatos, observa-se que no jogo das relações existentes no interior da cidade, as imagens nos fornecem uma visão que apontam para as atitudes de exclusão social mediante uma configuração da sociedade em que se estabelece o separatismo instituído por uma rígida hierarquização de classe e que toma por referência as questões raciais. Conquanto seja, no âmbito desses processos narrativos dos espaços que são reconstruídos pelos moradores, as discriminações emergem por todos os lados expondo no presente marcas estigmatizadoras de outrora.

Nestes percursos obscuros dos labirintos da memória, outros caminhos se fazem possíveis permitindo que as questões sejam deslocadas e relativizadas nesta miríade de imagens turbulentas e conflitivas. Entre as narrativas dos moradores sobre este contexto da festas realizadas nos clubes, há quem minimize os conflitos sociais e raciais existentes entre “brancos” e “negros” e lança a problemática para outro campo de percepção e interpretação: os pobres. Nessa perspectiva, mais do que uma questão de cor da pele, ganham revelo os critérios sócio-econômicos como condições indispensáveis para se romper as fronteiras sociais constituídas. Trocando em miúdos, os critérios de “apuração” que determinavam quem podia ou não freqüentar as festas

³⁵⁷ Seu Pedro, 86 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 20/02/2005.

realizadas no clube da elite estavam atrelados à condição econômica dos pares e não necessariamente à sua origem étnica. Assim narra Seu Cícero Cerola:

O problema tava na população mesmo, porque na maioria era gente pobre. Lá tinha festa de branco e lá num entrava moreno e coisa e tal, mais num era assim. Lá era assim: num entrava aqueles que eram remediados (pobres), porque eu via preto nas festas (dos brancos) porque dizia que era de sociedade, de pai rico. E via branco do olho azul que não entrava lá porque era pobre, ia pra festinha comum.³⁵⁸

Noutro depoimento, Seu Chico Leite embora direcione seu relato para o conflito existente entre “brancos” e “negros” afirmando que existia esta separação, tenta amenizar os embates mediante a criação de outra classificação social: os morenos. Num país em que a definição da cor da pele se revela nas mais variadas classificações, associado à sua condição econômica e de pertencimento, ser moreno aparece como um passaporte para se transpor determinadas fronteiras. Nosso interlocutor toma por referência em suas lembranças, embora seja de pele negra, a própria condição de sua família para flexibilizar a hierarquização desses espaços:

Existia diferença, tinha divisão nas festas. Tinha o Casino que era dos brancos e tinha dos negros que era na União. Mas nas dos brancos tinha morenos, mas aquele que fosse preto mesmo não entrava. Mas se tinha pai rico entrava, meus irmãos dançavam no Casino, mas era porque papai podia, tinha morenos e branco.³⁵⁹

Os dois depoimentos atestam a existência de uma rígida estratificação social e dos mecanismos de exclusão existente no seio da velha cidade. No entanto, ambos procuram relativizar a problemática existente na medida em que apontam para outros fatores e condições determinante para se ocupar e fazer uso dos espaços festivos. Ao refazer suas lembranças, tanto Seu Chico Leite quanto Seu Cícero Cerola, não se comprometem com

³⁵⁸ Seu Cícero Cerola, 84 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 10/04/2005.

³⁵⁹ Seu Chico Leite, 70 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque em 03/04/2008.

essa modalidade cujos outros depoentes apresentam o espaço das festas como inflexíveis, enfim, como diz Certeau: “o espaço é um lugar praticado”.³⁶⁰

Dessa maneira, na confluência dos relatos de memórias, os discursos se alastram lançando no terreno das ordens instituídas e das regras do jogo das relações sociais, outra personagem: as raparigas. Na constelação desses múltiplos espaços, os cabarés surgem como o lugar propício para as práticas desviantes. No entanto, nesse ambiente as imagens das raparigas e dos cabarés aparecem mediante os espaços circunscritos da cidade em que estas mulheres podiam circular ou frequentar. Nas lembranças de Dona Francisquinha, para além dos clubes sociais, as festas na cidade se pulveriza e surge em sua narrativa outro lugar. Transpondo as questões do racismo recíproco entre brancos e negros, ganha visibilidade a discriminação imposta à figura da “rapariga” e o espaço ocupado pelos cabarés.

Lá na cidade velha, era assim: era social né! Pessoa de muita cor dançava na Rua dos Pretos ou na União. Não era nem doido de pisar no Casino, porque se fosse era barrado na porta. Rapariga nem tinha o direito de olhar a festa social, de família. Fosse no Casino, fosse na União, não ia [...] A rua dos cabarés era uma só: Lá no Cai N’água. Porque era na beira do rio e qualquer rapapé que os homens faziam as mulheres pá n’água.³⁶¹

Das imagens festivas que fluem dos relatos de D. Francisquinha, podem-se vislumbrar uma cidade com seus espaços socialmente esquadrihados, pois “lá na cidade Velha era assim: era social né”?! O ser social nova-iorquino, no entanto, se fazia notar nos salões dos clubes de festas. Nestes espaços de convivência demarcados pela exclusão social, sobretudo pela cor da pele, “pessoa de muita cor dançava na rua dos pretos”. Através dos clubes se constituíam os lugares de práticas vigentes na hierarquização social, dando assim maior visibilidade para as regras de convivência socialmente estabelecida, pois “lá também tinha muito racismo! Negro lá não entrava na festa de branco e branco também não ia à festa de preto”.

Todavia, como ainda podemos depreender nos signos emitidos pelo relato de D. Francisquinha, surge a imagem de uma figura que nestes espaços é socialmente e

³⁶⁰ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 202.

³⁶¹ Dona Francisquinha, 73 anos. Entrevista concedida em Nova Iorque, em 24/04/2005.

supostamente indesejada. Dessa forma, nos lugares de realização dessas festas, a pior condição era da “rapariga”. A “mulher da vida”, a “desregrada”, “a Madalena” era a figura que deveria ser repudiada, execrada, excomungada, apedrejada e principalmente evitada, aviltada do convívio social ancorado nos padrões morais da “boa família”, seja ela branca ou negra, já que a imagem destas estava relacionada como a péssima influência para as “moçoilas casadoiras”, pois “rapariga nem tinham o direito de olhar a festa social, de família”. Neste sentido, cada espaço da cidade determina sua forma de funcionamento, de acordo as regras morais simbolicamente estabelecidas e que estão circunscrita em um “complexo campo de relações”. De acordo com Guimarães Neto, “os confrontos e práticas *desviantes*, consideradas como próprias dos bordéis, não se enquadram segundo as regras sociais dominantes nos núcleos das cidades, mas nem por isso, anulam-se ou são recusadas”.³⁶²

Percebe-se ainda que por intermédio dos relatos, deixa-se entrevisto a delimitação do espaço físico e social da cidade em que as “raparigas” podiam frequentar, assim como habitar. Ou seja, as “casas de cômodos”, “morada das mulheres de vida fácil”, “antro de pecado”, “o cabaré”, qualquer que seja sua denominação, situavam-se na zona periférica da cidade, sendo o lugar mais conhecido por suas funções tal qual socialmente sugerido pelo nome: rua dos cabarés. Anedoticamente a rua dos cabarés adquiria outra alcunha, Beco do Cai n’água, já que “qualquer rapapé que os homens faziam as mulheres, pá n’água”. Espaço de diversão, de prazer, de “vícios pecaminosos”, os cabarés não deixavam de serem vistos como os lugares propícios à violência. Para escapar dos prováveis espancamentos, surras, as “raparigas” quando ameaçada por “qualquer rapa pé que os homens faziam” se atiravam nas águas do rio, fugindo dos possíveis agressores. O Beco do Cai n’água aparece nas imagens dos contrastes, um espaço incrustado noutro espaço, coexistindo de maneira ora desejável, ora indesejável, de acordo com a produção de práticas socialmente engendradas, pois “delineiam-se assim, no fazer cotidiano dessas populações, linhas imaginárias, dividindo, desde já, mundos, tempos e regras. Nomeiam-se os lugares, mediante as práticas do espaço”.³⁶³

Outro aspecto há ser ressaltado, são as dificuldades dos moradores, sobretudo os homens, em falar sobre os cabarés. No que dizem respeito a este assunto, os relatos são

³⁶² GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá- MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006. p. 137.

³⁶³ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá- MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006. p. 137.

marcados pelo silêncio, pausas, hesitações e constrangimentos. A dificuldade em assumir que freqüentavam este ambiente está associada à representação de uma identidade marcada pelas imagens de homem de família ancorada nos valores da moralidade e de exemplo para filhos e netos. Percebemos que neste caso, o silêncio dos depoentes está sujeito as várias injunções familiares. Admitir que freqüentava os cabarés seria o mesmo que prejudicar a auto-imagem e a imagem pública. Em sua entrevista nos diz Seu Leão que “existe coisa na vida que não se fala nem na hora da morte”. A atitude do nosso interlocutor trata-se de uma maneira de preservar sua imagem diante do pesquisador, do estranho que ali está para bisbilhotar sua vida, por esta razão, deve-se silenciar.

Nesse contexto, a velha Nova Iorque é tomada, aqui, não como um espaço físico, mas como um lugar de memória, onde buscamos compreender como os moradores tecem suas narrativas acerca da construção do passado, de que maneiras montam e elaboram suas estratégias rememorativas e lançam suas representações em direção aos acontecimentos que alteraram o curso de suas vidas. Nesta perspectiva, conforme as análises de Antonio Torres Montenegro, por intermédio dos depoimentos podem-se “analisar que elementos simbólicos são construídos pela população, e se apresentam, muitas vezes, como avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essa população convive, tolera, assimila, reproduz a cultura oficial”.³⁶⁴ Dito nestes termos, os moradores justapõem sobre os reflexos da “cidade nova” as imagens-memórias da “cidade velha” e criam mecanismo de sobrevivência do passado perdido das vistas. Passado este que rompe com o alvorecer das lembranças, que se distanciam do sol ardente do presente e se perde na escuridão do futuro. Por intermédio dos relatos de memória dos moradores, o passado é deslocado para o presente num esforço para tornar suas experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados, haja vista que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para o que veio antes e depois”.³⁶⁵ As imagens-memórias do passado servem enquanto instrumento de reação e resistência às idéias de progresso, contra a dissolução de toda uma teia de relações sociais outrora estabelecidas nas malhas de sentidos e significados, esforços de homens e mulheres resignados que se recusam aceitar as marcas do presente

³⁶⁴ MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13.

³⁶⁵ BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994. p. 37.

perpétuo, da pura, simples, legítima, humana e cruel decadência, pois “esse passado não representa alguma coisa que foi, mas simplesmente alguma coisa que é e coexiste consigo mesmo como presente”.³⁶⁶

³⁶⁶ DELEUZE, Gilles. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 55.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. São Luís: Alumar, 1993.

ABREU, Alzira Alves. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart**.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: uma leitura antropológica da História da agricultura no Maranhão**. São Luís: Fipes, 1982.

AZEVEDO, Emílio. **O caso do Covento das Mercês: a marca do atraso político e a ilegalidade envolvendo o patrimônio público**. São Luís: Lithograf, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARROS, Valdenira. **Instantâneos do tempo: fotografia e memória na “viagem de trem”**. Dissertação de Mestrado apresentado ao curso de Multimeios do Instituto de Artes da UNICAMP, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A Ilusão vital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BENJAMIM, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. – (Obras escolhidas; v. III)

_____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas; v. I)

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e preto: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **O espaço dos pontos de vista**. In. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOSI Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRANCO, Carlos Castelo. **Uma visita a Little Apple**. Caros amigos. Ano IX N° 107, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e Manuelzão**. São Paulo: Editorial Cone Sul/ Editora UNIUBE, 1998.

BUZAR, Benedito. **Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965)**. São Luís: Lithograf, 1998.

_____. **Politiqueiros, politicalha, politiquice, politicagem e polític no Maranhão**. São Luís: Sioge, 1989.

_____. **Vitorinistas & oposicionistas (biografias)**. São Luís: Lithograf, 2001.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CALVINO. Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, Carlota. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil.** Imperatriz – MA: Ética, 2000.

CARVALHO, Bernardo. **Nove Noites.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. El pasado em el presente. Literatura, memória e história. HAFO. 2.37. 2007.

CORRÊA, Rossini. **A formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís: Sioge, 1993.

_____. **O modernismo social do Maranhão.** Brasília: Corrêa & Corrêa Editores, 1989.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney.** (Coleção de Teses e Dissertações. Departamento de História- UFMA). São Luís: EDUFMA, 2006.

COUTO, Mia. **O outro pé da sereia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Terra sonâmbula.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e literature no Século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Cadernos do subterrâneo.** Portugal: Assírio & Alvim, 2000.

_____. **Recordações da casa dos mortos.** 39 Ib, 1972.

DULLES, J. W. Biografia do Presidente Castelo Branco. s/d.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre História e Memória**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Victorino. **A laje da raposa (memórias)**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978.

GANGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em W. Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Negara: o estado teatro no Século XIX**. Lisboa: Difel, 1980.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA, 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX**. Cuiabá- MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Frederico de. **Urbanidade, o resgate. Nova Iorque, MA**. In. **Arquitetura & urbanidade**. São Paulo: Próeditores, 2003.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**. Vol. XV/ Maranhão-Piauí. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002. (Edição ampliada)

LIMA, Carlos. **Caminhos de São Luís (ruas, logradouros e prédios históricos)**. São Luís: Siciliano, 2000.

LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade da Boa Esperança: memória da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-PI**. Teresina, 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí.

LISBOA, João Francisco. **Crônica Política do Império**. Rio de Janeiro: F. Alves; [Brasília]: INL, 1984.

LOPES, Raimundo. **Uma região Tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fon-fon, 1970.

KONDER, Rodolfo. **A memória e o esquecimento**. São Paulo: Global, 1997.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (Org.). **Imagem e memória: ensaios em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa brasileira**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Centauro, 1998.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Padres e artesãos: narradores itinerantes**. História Oral, nº 4 São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, jun, 2001.

_____. **História, memória e imaginação: Gilda e seus príncipes**. Revista Nossa História. Ano I Nº 8 junho de 2004. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Pp. 76-79.

MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste Século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada**. (depoimento a José Louzeiro). Rio de Janeiro: Teceiro Mundo, 1989.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, 1993.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A construção midiática do político José Sarney: 1962- 1970**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2002.

PAMUK, Orhan. **Istambul: memória e cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PINTO, Júlio Pimentel. **Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POLLAK Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, nº, 3, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº. 10, 1992. p. 200-212.

PORTELLI, Alesandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História: São Paulo, 1997.

_____. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum**. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

POULET, Georges. **O espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. Trad. de Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Globo, 2004.

_____. No caminho de Swann. São Paulo: Globo, 1990.

Relatório do Programa multi setorial. Recife: COHEBE, 1965/1968.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão.** São Luís: [s/n], 2007.

RIBEIRO E SILVA, Kamillo Karol. “**Nos caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe**”: memórias das enchentes em Jaguaruana- CE (1960, 1974, 1985). Fortaleza, 2006. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará.

RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **João do Rio: a cidade e o poeta - o olhar de Flâneur na Belle Époque Tropical.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era.** In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SARNEY, José. **Governo e Povo.** Rio de Janeiro: artemova, 1970.

_____. **Cultura e Governo.** Maranhão: Departamento de Cultura do Estado, 1966.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nas frementes anos 20.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da província do Maranhão.** Tese de doutoramento apresentada no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco em 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SOUSA, Ana Maria de. **Relatos da cidade: nomadismo, territorialidade urbana e imprensa- Cuiabá-MT segunda metade do Século XX.** Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** São Luís: Fipes, 1981.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. KUSCHNIR (Orgs.) **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VELOSO, Marina e MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras – itinerários no pensamento social e na literatura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VIEIRA, Antonio. **Sermões: Padre Antonio Vieira. Tomo I.** São Paulo: Hedra, 2000.

MORADORES ENTREVISTADOS

Dona Maria Alice – 82 anos

Dona Mariquinha – 93 anos

Dona Jesus Neiva – 90 anos

Dona Maria do Carmo – 64 anos

Dona Francisquinha – 73 anos

Dona Teresa – 65 anos

Dona Deusa – 73 anos

Senhor Pedro – 80 anos

Senhor Chico Leite – 70 anos

Senhor Leão – 88 anos

Senhor Marcondes – 64 anos

Senhor Cícero Cerola – 84 anos

Senhor Benedito Noletto – 81 anos

Senhor João Rosa – 64 anos

Raimundo Nonato – 25 anos

JORNAIS

Jornal Pequeno. 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970.

Jornal O Imparcial. 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970.

Jornal do Dia. 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970.

Jornal do Povo. 1960, 1961, 1962, 1963, 1964.

Diário da Manhã. 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967.

ACERVO DE INSTITUIÇÕES

Biblioteca Pública Estadual “Benedito Leite”.

Fundação da Memória Republicana/ Memorial José Sarney (São Luis).

Centro de Cultura popular Domingos Vieira Filho.

Biblioteca do Mestrado de Ciências Pública (UFMA)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Maranhão 66: posse do governador José Sarney – Produção de Glauber Rocha e Fernando Duarte. Curta metragem, 35 mm, preto-e-branco, 10’.

Terra em transe – Direção e roteiro Glauber Rocha. Ficção, 35mm, preto-e-branco, 115’, 1967.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança. **Relatório de Atividades – Exercício de 1967.** Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança – COHEBE: Recife, 1968. II.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DA BOA ESPERANÇA. **Relatório de Atividades de 1965/1968.** Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança – COHEBE: Recife, 1969.